



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

UELTON FREITAS ROCHA

**“RECÔNCAVAS” FORTUNAS:
A DINÂMICA DA RIQUEZA NO RECÔNCAVO DA BAHIA
(CACHOEIRA, 1834-1889)**

Salvador
2015

UELTON FREITAS ROCHA

**“RECÔNCAVAS” FORTUNAS:
A DINÂMICA DA RIQUEZA NO RECÔNCAVO DA BAHIA
(CACHOEIRA, 1834-1889)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José Rapassi Mascarenhas

Coorientação: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia da Silva Almico

Salvador
2015

R672 Rocha, Uelton Freitas
“Recôncavas” fortunas: a dinâmica da riqueza no Recôncavo da Bahia
(Cachoeira, 1834-1889) / Uelton Freitas Rocha. – 2015.
226 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José Rapassi Mascarenhas.
Coorientação: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia da Silva Almico

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

1. Riqueza – Recôncavo (Ba) - 1834-1889. 2. Riqueza – Condições
econômicas – Cachoeira (Ba). 3. História - Cachoeira (Ba). I. Mascarenhas,
Maria José Rapassi. II. Almico, Rita de Cássia da Silva. III. Universidade
Federal da Bahia. IV. Título.

CDD: 981.42

UELTON FREITAS ROCHA

**“RECÔNCAVAS” FORTUNAS:
A DINÂMICA DA RIQUEZA NO RECÔNCAVO DA BAHIA
(CACHOEIRA, 1834-1889)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada em 30 de março de 2015

BANCA EXAMINADORA

Maria José Rapassi Mascarenhas – Orientadora _____
Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo – USP
Universidade Federal da Bahia

Rita de Cássia da Silva Almico – Coorientadora _____
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Universidade Federal Fluminense

Lina Maria Brandão de Aras _____
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP
Universidade Federal da Bahia



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Uelton Freitas Rocha	212116607	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
"Recôncavas" fortunas: a dinâmica da riqueza no recôncavo da Bahia (Cachoeira, 1834-1889)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Maria José Rapassi Mascarenhas (orientadora - UFBA)		004900755-68
Rita de Cássia da Silva Almico (UFF)		00498239-13
Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)		254145425-20

ATA

Aos trinta e um dias mês de março do ano de 2015, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Uelton Freitas Rocha**, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Maria José Rapassi Mascarenhas, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

Uelton cumpriu todos os requisitos necessários para a elaboração de uma dissertação de Mestrado.

O tema é relevante e inédito. A pesquisa amparou-se numa sólida base documental e foi explorada aprofundadamente.

Seu trabalho traz importante contribuição para a história do Brasil e do Brasil.

SSA, 31/03/2015: Assinatura do aluno:

SSA, 31/03/2015: Assinatura da orientadora:

Para Ana Paula, quem me ensinou o que é o amor.

AGRADECIMENTOS

As capas dos trabalhos acadêmicos, estampando o nome do autor em letras garrafais, não relevam a soma de pessoas envolvidas na construção de uma pesquisa. O espaço reservado aos agradecimentos é revelador da união de forças. Aqui falaremos um pouco daqueles que me ajudaram de maneira mais direta. Antes, contudo, peço desculpas aos que não foram mencionados.

Inicialmente, gostaria de agradecer aos colegas de graduação na UFRB, Adriano Lago, Alessandro França, Augusto Fagundes, Héber Fernandes e Rodrigo Nascimento, com os quais dividi as angústias, os “inúmeros” trabalhos e as conversas memoráveis. Igualmente, reitero os agradecimentos aos professores desta instituição com os quais aprendi e aprimorei o gosto e o conhecimento sobre a história. Com destaque aos docentes Luiz Fernando Saraiva e Luiz Antônio Araújo, pois foram fundamentais na gestação e desenvolvimento deste trabalho. Além destes, a minha orientadora na graduação e coorientadora no mestrado, Rita Almico, com quem colhi as informações mais basilares e aprendi o que é um trabalho acadêmico em história. Para além do âmbito profissional desenvolvemos uma relação de amizade e carinho. Rita, obrigado por tudo!

Aos amigos do grupo de pesquisa *Economia e Sociedade*, Camila Vieira, Lílian França, Juliana Oliveira e Jose Luís Sacramento, posso dizer que vocês me ensinaram demais. Nossos encontros me permitiram perceber que o conhecimento compartilhado e debatido é incorporado de tal maneira que faz parte de nós para sempre. Tenho muitas saudades dos nossos encontros. Com José Luís, ou melhor, Zeca, tive experiências valiosíssimas de viagens próximas às mais longínquas, de conversas infindáveis e variadas. É um amigo que carregarei para vida inteira, sem dúvida. Não posso deixar de mencionar d. Gil, mãe de Camila, que me abrigou em seu lar prestando todo o carinho necessário, durante um período importante de coleta das fontes em Cachoeira, e Uriálisson Matos um amigo com quem confabulei as dores do mestrado e que me ajudou na montagem de itens técnicos desta dissertação. Muito obrigado, queridos!

Na Universidade Federal da Bahia fui muito bem recebido e compartilhei os debates historiográficos com os colegas Enock Prado, Thiago Alberto, Wlamir Júnior e Clíssio Santana. No Programa de Pós-Graduação em História, os professores Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, Lina Maria Brandão de Aras, Dilton Oliveira de Araújo, Maria Hilda Baqueiro Paraíso marcaram minha trajetória e sempre estiveram dispostos a me auxiliar. Vocês são exemplos de pessoas e profissionais que inspiram. Sou muito grato a todos. A minha orientadora Maria José Rapassi uma gratulação especial. “Zezé” foi um prazer dividir as dificuldades e conquistas com você. Sua orientação sempre dedicada e cuidadosa me fez crescer muito e aprender os atalhos em minha caminhada.

Gostaria de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me concedeu bolsa no transcurso deste trabalho. Sem esta ajuda tudo seria mais difícil.

Na cidade de Cachoeira onde se localiza o *Arquivo Regional da Cachoeira* (ARC) convivi com as guardiãs de um manancial de documentos de inestimável valor histórico. Agradeço a recepção e colaboração de Angélica, Bete, Rita e Jaci, pois sem vocês este trabalho jamais deixaria de ser um projeto para se tornar uma realidade. Os nossos diálogos sempre revelaram

brechas e novas oportunidades de pesquisa. A presteza de todas vocês sempre serão lembradas por mim. Agradeço também ao Lourival Trindade pelo auxílio e acesso à instituição.

No *Arquivo Público do Estado da Bahia* (APEB) conheci, mais uma vez, pessoas com as quais partilhei momentos importantes e achados preciosos. Primeiramente, agradeço ao colega Urano Andrade sempre disposto a desvendar aqueles manuscritos mais difíceis de serem compreendidos. Sua ajuda foi de grande valia. Depois ao Sr. Pedro, Lilian e Reinaldo, que foram fundamentais e prestimosos no meu aprendizado com a “logística” cotidiana daquela instituição. Sou muito agradecido pelo que vocês fizeram por mim.

Aos meus pais, d. “Nádia” e Sr. Agnaldo, reconheço o esforço dos ensinamentos e o principal deles: a educação é o melhor caminho, apesar de todas os obstáculos. Essas palavras sempre estiveram nos meus pensamentos. Além dos pais biológicos a vida me presenteou com mais dois, meus sogros Ezequias e Simone. Essa conquista também é de vocês. Não sei se seria possível sem as suas mãos sempre estendidas, em todos os momentos. Sou um privilegiado de poder conviver com vocês. Obrigado, de verdade!

Finalmente, gostaria de fazer o meu mais especial agradecimento a Ana Paula Albuquerque, com quem divido os desafios pessoais e profissionais. Dividimos a sala de aula na graduação e pós-graduação. Repartimos, em longas conversas, todas as novidades e contendas. É por/com você que consigo tirar forças nas adversidades e vibrar com as conquistas. Você é a pessoa mais especial da minha vida. Obrigado não é capaz de traduzir a gratidão pelo que você fez/faz/fará por mim.

Se queres saber de tudo
De tudo então saberás
Sou índio de sangue latino
Sou negro dos canaviais
Eu sou da nação da cana
Da Bahia suburbana
Do samba em linhas gerais

Luz que ilumina
Iluminai
Iluminai os meus olhos
Meus olhos iluminai

Bahia de todos os santos
Dos santos de todos ais
Rio que corta a minha vida
Cortou-me pra nunca mais
Sou varanda dividida
Mourão que segura viga
Pedra que sustenta o cais

Luz que ilumina
Iluminai
Iluminai os meus olhos
Meus olhos iluminai

Márcio Valverde e Chico Porto

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto o estudo da riqueza dos moradores da cidade da Cachoeira e suas freguesias no século XIX. Situada no Recôncavo da Bahia, esta cidade tornou-se o elo entre a capital da província e os sertões baianos. Sua localização privilegiada permitiu a construção das fortunas de alguns dos seus habitantes. Os inventários *post-mortem*, fonte documental principal deste exame, serviram como instrumento de análise da composição dos bens dos proprietários dessas variadas localidades. As indagações procuram entender as diferentes formas de acumulação dos bens pelos cachoeiranos. A variedade do espaço estudado possibilitou o conhecimento da riqueza gerada pelo comércio e atividades agropastoris. O açúcar, o tabaco, a pecuária, o comércio e outras atividades econômicas, com uso extensivo do trabalho escravo, foram os principais dinamizadores dos ativos daqueles que habitavam a urbe ribeirinha da Cachoeira.

PALAVRAS-CHAVE: Riqueza. História. Cachoeira.

ABSTRACT

This work has as its object the study the wealth of the residents of the city of Cachoeira and their parishes in the nineteenth century. Situated in the Reconcavo of Bahia this city became the link between the provincial capital and the Bahian backlands. Its unique location has allowed the construction of the fortunes of some of its inhabitants. The postmortem inventories, main documentary source of this examination, served as a tool for analyzing the composition of the assets of the owners of such varied locations. The questions asked seek to understand the different forms of accumulation of assets by cachoeiranos. The variety of the studied space allowed the knowledge of the wealth generated by trade and agropastoral activities. Sugar, tobacco, livestock, trade and other economic activities, with extensive use of slave labor, were the main drivers of the assets of those who inhabited the riverside metropolis of Cachoeira.

KEYWORDS: Wealth. History. Waterfall City.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Recôncavo da Bahia no século XIX	44
Figura 2 – A Vila da Cachoeira no século XVIII	54
Figura 3 – Mapa do município de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira	84
Figura 4 – Mapa de Cachoeira e freguesia de São Félix	86
Figura 5 – Mapa da freguesia de Santiago do Iguape	100
Figura 6 – Mapa das freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Feira, Nossa Senhora do Resgate das Umbranas, Santo Estevão do Jacuípe e São Gonçalo dos Campos	113
Figura 7 – Mapa das freguesias de N. Senhora Bom Sucesso da Cruz das Almas, N. Senhora do Desterro do Outeiro Redondo e São Pedro da Muritiba	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Categorias socioeconômicas (1834-1889)	61
Gráfico 2 – Percentual dos ativos (1834-1840)	70
Gráfico 3 – Percentual dos ativos (1841-1850)	71
Gráfico 4 – Percentual dos ativos (1851-1860)	74
Gráfico 5 – Percentual dos ativos (1861-1870)	75
Gráfico 6 – Percentual dos ativos (1871-1880)	77
Gráfico 7 – Percentual dos ativos (1881-1889)	78
Gráfico 8 – Comportamento dos ativos na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1834-1889)	96
Gráfico 9 – Média da posse de escravos na cidade da Cachoeira e freguesia de São Félix por inventariados (1834-1888)	97
Gráfico 10 – Comportamento dos ativos na freguesia de Santiago do Iguape (1834-1889)	110
Gráfico 11 – Média da posse dos escravos na freguesia de Santiago do Iguape por inventariados (1834-1888)	111
Gráfico 12 – Comportamento dos ativos nas freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1834-1889)	123
Gráfico 13 – Média da posse dos escravos nas freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1834-1888)	124
Gráfico 14 – Comportamento dos ativos nas freguesias Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1834-1889)	137
Gráfico 15 – Média da posse dos escravos na freguesia de Santiago do Iguape por proprietários (1834-1888)	138
Gráfico 16 – Média dos montes-mores dos lavradores de alimentos (1834-1889)	143
Gráfico 17 – Média da posse de escravos dos lavradores de alimentos (1834-1888)	147
Gráfico 18 – Média dos valores montes-mores dos lavradores de café (1834-1889)	148
Gráfico 19 – Média da posse de escravos entre os lavradores de café (1834-1888)	152
Gráfico 20 – Média dos montes-mores dos lavradores de cana-de-açúcar (1834-1889)	153

Gráfico 21 – Média da posse de escravos entre os lavradores de cana-de-açúcar (1834-1888)	157
Gráfico 22 – Média dos montes-mores dos lavradores de mandioca (1834-1889)	158
Gráfico 23 – Média da posse de escravos entre os lavradores de mandioca (1834-1888)	162
Gráfico 24 – Média dos montes-mores dos lavradores de tabaco (1834-1889)	162
Gráfico 25 – Média da posse de escravos entre os lavradores de tabaco (1834-1888)	166
Gráfico 26 – Média dos montes-mores dos policultores (1834-1889)	166
Gráfico 27 – Média da posse de escravos dos policultores (1834-1888)	170
Gráfico 28 – Média dos montes-mores do lavrador-pecuarista (1834-1889)	172
Gráfico 29 – Média da posse de escravos dos lavrador/pecuarista (1834-1888)	175
Gráfico 30 – Média dos montes-mores dos pecuaristas (1834-1889)	176
Gráfico 31 – Média da posse de escravos dos pecuaristas (1834-1888)	179
Gráfico 32 – Média dos montes-mores dos negociantes (1834-1889)	180
Gráfico 33 – Média da posse de escravos dos negociantes (1834-1888)	183
Gráfico 34 – Média dos montes-mores dos “vive de rendas” (1834-1889)	184
Gráfico 35 – Média da posse de escravos dos “vive de Rendas” (1834-1888)	187
Gráfico 36 – Média dos montes-mores dos senhores de engenho (1834-1889)	188
Gráfico 37 – Média da posse de escravos dos senhores de engenho (1834-1888)	191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação das fortunas em Cachoeira e freguesias (1834-1889)	68
Tabela 2 – Classificação dos valores das fortunas na cidade da Cachoeira e freguesias (1834-1840)	69
Tabela 3 – Classificação dos valores das fortunas na cidade da Cachoeira e freguesias (1841-1850)	70
Tabela 4 – Participação relativa dos valores no total da riqueza inventariada (1834-1850)	71
Tabela 5 – Classificação dos valores das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesias (1851-1860)	73
Tabela 6 – Classificação dos valores das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesias (1861-1870)	74
Tabela 7 – Participação relativa dos valores no total da riqueza inventariada (1851-1870)	76
Tabela 8 – Classificação dos valores das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesias (1871-1880)	76
Tabela 9 – Classificação dos valores das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesias (1881-1889)	78
Tabela 10 – Participação relativa dos valores no total da riqueza inventariada (1871-1889)	79
Tabela 11 – Percentual dos ativos na cidade de Cachoeira e freguesias (1834-1889)	81
Tabela 12 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1834-1840)	85
Tabela 13 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1834-1840)	87
Tabela 14 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1841-1850)	88
Tabela 15 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1841-1850)	88
Tabela 16 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1834-1850)	89
Tabela 17 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1851-1860)	89
Tabela 18 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1851-1860)	90

Tabela 19 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1861-1870)	91
Tabela 20 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1861-1870)	91
Tabela 21 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1851-1870)	92
Tabela 22 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1871-1880)	93
Tabela 23 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1871-1880)	94
Tabela 24 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1881-1889)	94
Tabela 25 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1881-1889)	95
Tabela 26 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1871-1889)	95
Tabela 27 – Preço médio dos escravos em Cachoeira e São Félix (1834-1888)	97
Tabela 28 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1834-1840)	98
Tabela 29 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1834-1840)	98
Tabela 30 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1841-1850)	101
Tabela 31 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1841-1850)	102
Tabela 32 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1834-1850)	102
Tabela 33 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1851-1860)	103
Tabela 34 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1851-1860)	103
Tabela 35 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1861-1870)	104
Tabela 36 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1861-1870)	105
Tabela 37 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1851-1870)	106
Tabela 38 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1871-1880)	107
Tabela 39 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1871-1880)	107
Tabela 40 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1881-1889)	108
Tabela 41 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1881-1889)	109

Tabela 42 – Preço médio dos escravos em Santiago do Iguape (1834-1888)	110
Tabela 43 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1834-1840)	112
Tabela 44 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1834-1840)	114
Tabela 45 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1841-1850)	114
Tabela 46 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1841-1850)	115
Tabela 47 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1834-1850)	115
Tabela 48 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, São Gonçalo, Santo Estevão e Umburanas (1851-1860)	116
Tabela 49 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1851-1860)	117
Tabela 50 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, São Gonçalo, Santo Estevão e Umburanas (1861-1870)	118
Tabela 51 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1861-1870)	118
Tabela 52 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1851-1870)	119
Tabela 53 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, São Gonçalo, Santo Estevão e Umburanas (1871-1880)	120
Tabela 54 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1871-1880)	120
Tabela 55 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, São Gonçalo, Santo Estevão e Umburanas (1881-1889)	121
Tabela 56 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1881-1889)	121
Tabela 57 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1871-1889)	122
Tabela 58 – Valor médio dos escravos nas freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos e Umburanas (1834-1888)	124

Tabela 59 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1834-1840)	125
Tabela 60 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1834-1840)	127
Tabela 61 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1841-1850)	127
Tabela 62 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1841-1850)	128
Tabela 63 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1834-1850)	129
Tabela 64 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1851-1860)	130
Tabela 65 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1851-1860)	130
Tabela 66 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1861-1870)	131
Tabela 67 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1861-1870)	132
Tabela 68 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1851-1870)	133
Tabela 69 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1871-1880)	133
Tabela 70 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1871-1880)	134
Tabela 71 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1881-1889)	134
Tabela 72 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1881-1889)	135
Tabela 73 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1871-1889)	136
Tabela 74 – Valor médio dos escravos em Cruz das Almas, Muritiba e São Félix (1834-1888)	138
Tabela 75 – Ativos dos lavradores de alimentos (1834-1889)	145
Tabela 76 – Valor médio dos escravos dos lavradores de alimentos (1834-1888)	147
Tabela 77 – Ativos dos lavradores de café (1834-1889)	150
Tabela 78 – Valor médio dos escravos dos lavradores de café (1834-1888)	152
Tabela 79 – Ativos dos lavradores de cana-de-açúcar (1834-1889)	154
Tabela 80 – Valor médio dos escravos dos lavradores de cana-de-açúcar (1834-1888)	157

Tabela 81 – Ativos dos lavradores de mandioca (1834-1889)	160
Tabela 82 – Valor médio dos escravos dos lavradores de mandioca (1834-1888)	161
Tabela 83 – Tabela de ativos dos lavradores de tabaco (1834-1889)	164
Tabela 84 – Valor médio dos escravos dos lavradores de tabaco (1834-1888)	165
Tabela 85 – Ativos dos policultores (1834-1889)	168
Tabela 86 – Valor médio dos escravos dos policultores (1834-1888)	170
Tabela 87 – Ativos do lavrador-pecuarista (1834-1889)	174
Tabela 88 – Valor médio dos escravos do lavrador/pecuarista (1834-1888)	175
Tabela 89 – Ativos dos pecuaristas (1834-1889)	177
Tabela 90 – Valor médio dos escravos dos pecuaristas (1834-1888)	179
Tabela 91 – Ativos dos negociantes (1834-1889)	182
Tabela 92 – Valor médio dos escravos dos negociantes (1834-1888)	183
Tabela 93 – Ativos dos “vive de rendas” (1834-1889)	186
Tabela 94 – Valor médio dos escravos dos “vive de rendas” (1834-1888)	187
Tabela 95 – Ativos dos senhores de engenho (1834-1889)	190
Tabela 96 – Valor médio dos escravos dos senhores de engenho (1834-1888)	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
ARC	Arquivo Regional da Cachoeira
BN	Biblioteca Nacional
FGM	Fundação Gregório de Matos
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I: AS FORTUNAS NA CACHOEIRA OITOCENTISTA	38
1.1 A BAHIA EM TEMPOS IMPERIAIS: ASPECTOS DA ECONOMIA E SOCIEDADE	38
1.2 O RECÔNCAVO DA BAHIA: ASPECTOS GEOGRÁFICOS	43
1.3 A OCUPAÇÃO DAS CERCANIAS DE CACHOEIRA	48
1.4 A RIQUEZA DOS CACHOEIRANOS	56
CAPÍTULO II: A RIQUEZA NAS FREGUESIAS CACHOEIRANAS	83
2.1 A RIQUEZA DO NÚCLEO URBANO: A CIDADE DE CACHOEIRA E A FREGUESIA DE SÃO FÉLIX	85
2.2 FREGUESIA SANTIAGO DO IGUAPE: A RIQUEZA AÇUCAREIRA	98
2.3 A RIQUEZA DAS LAVOURAS E DO GADO: CONCEIÇÃO DA FEIRA, SANTO ESTEVÃO DO JACUÍPE, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS E N.S. DO RESGATE DAS UMBURANAS	111
2.4 A RIQUEZA DAS LAVOURAS: N. S. DO BONSUCESO DA CRUZ DAS ALMAS, SÃO PEDRO DA MURITIBA E OUTEIRO REDONDO	124
CAPÍTULO III: O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CACHOEIRANOS	141
3.1 LAVRADORES E POLICULTORES	143
3.2 LAVRADORES-PECUARISTAS E PECUARISTAS.....	171
3.3 NEGOCIANTES E VIVE DE RENDAS	180
3.4 OS SENHORES DE ENGENHO	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS	195
LISTA DE FONTES	203

INTRODUÇÃO

Quem vai à Cachoeira percebe, com nitidez, uma afirmação quase uníssona de seus moradores: Cachoeira tem uma rica história. Essa assertiva parece um tanto despropositada. Afinal, qual lugar não possui história? No entanto, a dita frase expressa, ou tenta aludir, sobre um passado não tão próximo, mas que se faz presente no seio da sociedade cachoeirana contemporânea. Suas casas assobradadas e térreas, a Ponte D. Pedro II, a Estação Férrea, as fábricas de charutos Dannemann e Leite Alves, a Casa de Câmara e Cadeia, a Capela d'Ajuda, os engenhos em ruínas e outras inúmeras construções são obras cuja origem nos remete aos períodos de Colônia e Império¹. Além destes aspectos, a configuração étnica da sua população, notadamente mestiça, são fotografias reconfiguradas de um tempo que se foi, mas que são suficientemente fortes para legar marcas ainda visíveis. Será um pouco desse passado que tentaremos reconstruir.

Nesta pesquisa, cujo objeto central são as fortunas dos moradores da aludida cidade, abordaremos algumas dimensões da “riqueza” tão propalada pelos seus habitantes. Nosso momento estudado será o século XIX. A partir de balizas político-administrativas foram estabelecidos os limites cronológicos dessa investigação. Em 1834, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira perdera parte de seu território administrativo com a criação da Vila de Santana da Feira² e, mais de seis décadas depois, com a emancipação de São Félix, freguesia dessa municipalidade, sofreu novo redimensionamento em suas fronteiras. Constitui nossa dimensão cronológica, exatamente, o íterim entre o desprendimento de Feira de Santana e São Félix da administração do município da Cachoeira, isto é, os anos de 1834 a 1889³.

No âmbito específico, é oportuno tratarmos das seguintes dimensões: identificar as atividades desempenhadas pelos seus moradores e qual relação mantinham com a economia local, regional e externa; evidenciar a simetria existente entre os grupos sociais e o acúmulo de bens, ou seja, quais retinham menos e mais posses; comparar os diferentes níveis de

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira – Ba: Cachoeira nos séculos XIX e XX*. Salvador: Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia/UFBA, v. 1 e 2, 1979, 183 p.

² APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras, maço 1312, caderno 1862.

³ As freguesias de São Gonçalo dos Campos e de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas foram desmembradas de Cachoeira por Lei Provincial de 28.07.1884, ou seja, cinco anos antes do término deste trabalho, no entanto, consideramos ambas as localidades até o momento do seu desligamento, pois analisamos a região destas duas localidades em conjunto com outras porções administrativas da cidade.

patrimônio, entre inventariados de setores sociais semelhantes e diferentes; e, finalmente, destacar a atuação singular nos diferentes espaços dentro de uma área diversa. Contudo, antes, é preciso delinear sobre qual tipo de “riqueza” estamos tratando.

Os pesquisadores, cujo debate sobre as fortunas pessoais compõe seu repertório de interesse, são consensuais em admitir a dificuldade no estabelecimento de um conceito de riqueza monolítico. O efeito desse obstáculo proporcionou a criação de um manancial vasto de interpretações na literatura e, por conseguinte, uma série de opções conceituais para cada universo trabalhado. Nesta análise adotamos a delimitação que compreende o exame dos bens adquiridos como parâmetro do conhecimento nos padrões de vida, distribuição e concentração de patrimônios entre homens e mulheres, trazendo aspectos da vida individual e, em conjunto, refletindo as mudanças conjunturais pelas quais passava a sociedade analisada.

A historiografia da riqueza ganhou um vasto número de interessados nas últimas décadas. As pesquisas buscam construir, a partir de espaços e metodologias diversas, a destacável relevância dos bens, isto é, seu acúmulo e transferência, em debates mais amplos da realidade social brasileira, sobretudo, aqueles preocupados com o desenrolar da desigualdade social e regional. Debruçando-se sobre as dimensões regionais, os estudiosos têm construído um painel amplo das riquezas e destacado a dinâmica de cada espaço. Nesta pesquisa sobre a cidade de Cachoeira, na região do Recôncavo da Bahia, apanhamos como parâmetro investigações pretéritas sendo por elas influenciado. Portanto, essa literatura merece ser explorada. Para tanto, analisaremos as pesquisas por suas regiões tomadas em conjunto, isto é, uma localidade depois a outra. Começando por São Paulo⁴.

⁴ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*. São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal da Cultura, 1985, 188 p.; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, 747 p.; FRAGOSO, João Luís Ribeiro Fragoso. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, 400 p.; MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: elite e riqueza em Salvador, 1760-1808*. 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998; MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena-SP: Editora Stiliano, 1998, 332 p.; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal, em Juiz de Fora, 1870-1914*. 2001. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito de decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume: 2002; FARIAS, Sheyla. *Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005; FREIRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: terra, gado e escravidão no Vale do Jacuípe (1833-1888)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social). – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2005.; ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2006.; TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: Distrito de Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume/Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.; MARTINEZ, Cláudia Eliane

Os inventários *post-mortem*, fonte basilar desta pesquisa, são processos do Poder Judiciário. Em geral, eles trazem informações do patrimônio de um casal. No século XIX, o Estado imperial obrigava os sucessores dos indivíduos falecidos e possuidores de algum tipo de propriedade a abrirem um inventário. É importante destacar que a não existência de descendentes ou ascendentes implicava a remessa dos bens ao poder público, com exceção daqueles que previamente destinavam seus haveres em testamento⁵. O uso de inventários *post-mortem* é outro traço comum dos historiadores das fortunas. No entanto, a sua forma de utilização varia conforme se modificam as perguntas feitas a essas fontes. Na abertura dos autos, localizavam-se muitos dados da pessoa falecida. Local de moradia, nome da rua (cidade) ou fazenda (campo), ano da morte, lista de herdeiros, cônjuge, data de abertura e se houve testamento. Em seguida, era emitido pelo juiz um parecer notificador com vias de descrever e avaliar os bens. Antes da avaliação propriamente dita, dois ritos judiciais perpassam o caminho do inventário: os *Termos de Juramento do Inventariante e a Louvação*. No primeiro, o inventariante declara proceder e “[...] dar à descrição e a avaliação todos os bens [...] sem que falte coisa alguma [...]”⁶; e, no segundo, são destinadas as pessoas competentes em avaliar “[...] encarregou [Juiz] que bem e verdadeiramente fosse bons Avallidores dos bens que lhes fossem apresentados, dando à eles seus justos valores [...]”⁷. Depois da apresentação inicial e dos trâmites judiciais pertinentes, a herança era pormenorizada.

Pioneiro na utilização dessa documentação, como caminho possível de localizar características sociais e o ambiente do cotidiano, encontra-se Alcântara Machado. O território da São Paulo colonial foi o seu amparo espacial e cronológico. Os modos de vida simples dessa capitania contrastavam com o requinte da aristocracia açucareira nortista dos senhores de engenhos. Os bens dos moradores locais expressam este ritmo. Os móveis, os sítios, as vestimentas e outros e demais bens revelam a existência de pouca riqueza dos moradores de Piratininga⁸.

A densidade de informações apontada por Alcântara Machado despertou em Zélia Cardoso de Mello o interesse em desvendar o cenário das posses acumuladas pelos

Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX*. Bonfim do Paraopeba-Minas Gerais. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.; BILÉSSIMO, Angelo Renato. *Entre a praça e o porto: grandes fortunas nos inventários post mortem em Desterro (1860-1880)*. Itajaí: UDESC/ Casa Aberta, 2008.

⁵ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia, século XIX...*, op. cit., p. 603-604.

⁶ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/206/206/2316.

⁷ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/222/222/2113.

⁸ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 38-39.

paulistanos, no final do século XIX. Contrapondo-se a um passado colonial paupérrimo, a província de São Paulo conseguiu, alguns séculos adiante, um desenvolvimento econômico eminente. Sobre essa nova realidade debruçou-se a pesquisa intitulada *Metamorfoses da riqueza*. Recolhendo informações de mais de mil documentos do 1º Ofício da Família de São Paulo, a autora afirma que com a crise do antigo sistema colonial origina-se uma “economia mercantil-escravista nacional”. A produção se mantém com destino externo, a escravidão continua na sociedade, porém removem-se, em parte, as barreiras para a formação do capital nacional. A Lei de Terras e o fim do tráfico, ambas de 1850, são acontecimentos anunciadores na trilha percorrida pelo Brasil rumo ao capitalismo, mas a sua inserção nesse cenário, foi marcada pela “grande propriedade” e “subordinação” ao setor de exportação.

A infraestrutura ferroviária recortou, rapidamente, as terras com plantações de café. Empresas foram criadas, indústrias e os serviços foram dinamizados. Na década de 1850 a expansão cafeeira atingiu áreas paulistas além do Vale do Paraíba. A zona norte, central e Mojiana, em 1886, produziam juntas, 74,5% do total do café de São Paulo. O desenvolvimento do Oeste paulista catalisou o crescimento da cidade de São Paulo. Essa área tornou-se proeminente nas mudanças estruturais na passagem de uma economia mercantil-escravista nacional para a economia exportadora capitalista. Nesta pesquisa ela apontou uma mudança no padrão da riqueza promovida pelo café contrapondo-se ao passado colonial⁹.

Na exposição dos dados, ao longo tempo, percebe-se um afastamento do acúmulo de escravos e animais em detrimento dos imóveis, dívidas ativas e ações. Nos anos de 1850, por exemplo, os escravos encontravam-se entre os bens predominantes, entretanto, passaram a escassear, com o avanço das décadas, cedendo lugar aos “ativos modernos”. Na década de 1880, os investimentos em imóveis urbanos e no setor creditício atestavam o declínio na acumulação dos escravos e, por sua vez, representavam o movimento de inversão de capitais em setores, aparentemente, mais lucrativos. Essa modificação, no universo da vida particular, exhibe um reflexo das mudanças mais abrangentes. Assim, constatou a pesquisadora Zélia Cardoso de Mello:

Os movimentos por nós detectados – o declínio dos escravos vis-à-vis o aumento dos imóveis, o aparecimento de formas avançadas de riqueza, especificamente as ações e secundariamente as contas e letras bancárias, o declínio dos animais e a presença constante de dívidas ativas constituem indicadores, no nível dos elementos constitutivos da riqueza pessoal, das transformações processadas nos cinquenta últimos anos do século passado [sic], e, portanto ligadas à expansão da economia cafeeira de São Paulo.¹⁰

⁹ MELLO, Zélia Maria Cardoso de, op. cit., p. 24-26.

¹⁰ Idem., p. 99.

O afastamento dos investidores em bens ligados a economia escravista, em São Paulo, nos últimos quartéis do século XIX, e sua explícita aplicação nos “ativos modernos”, merece destaque na relação com a situação de Cachoeira. Deste modo, devemos estar atentos à variação nos padrões das posses e se elas foram incentivadoras de transformações na sociedade ribeirinha, pois Cachoeira manteve estreito relacionamento com a economia escravista e as relações sociais derivadas dela. Ou seja, é pertinente destacar uma perspectiva similar entre diferentes espaços, apesar das suas nuances peculiares¹¹.

O pioneirismo da obra *Metamorfoses da riqueza* incentivou uma série de novos estudos regionais¹². *A arte de acumular na economia cafeeira* é um exemplo disso. O exame concentrou sua atenção no Vale do Paraíba paulista, área tradicional da cafeeicultura, enfocando a cidade de Lorena. Cronologicamente fincou-se no século XIX e seu quadro explicativo contempla o crescimento e ápice da economia cafeeira paulista dessa região. Estabeleceu um cruzamento de referências dos inventariados com as *listas nominativas* dos mesmos indivíduos. O método do cruzamento de informações permitiu a observação, em dois momentos distintos, da vida dos moradores da referida cidade. Essa análise mesclou elementos da história demográfica, serial e análise quantitativa dos dados para explorar elementos pouco difundidos para as mudanças no estudo da composição das riquezas. Como o oeste paulista, estudado por Zélia Cardoso de Mello, no vale do Paraíba paulista o café foi o grande produto dinamizador da economia no século XIX. À luz das plantações da rubiácea forjaram-se muitas fortunas no Vale do Paraíba¹³. Em um curto espaço de tempo o café se tornou o principal produto da região.

As listas nominativas e os inventários *post-mortem* analisados refletiram o desenvolvimento demográfico da região. O autor separou os dados em três faixas de valores considerando o monte mor, em libras. A primeira era dos que possuíam menos de 500 libras, a segunda de 500 a 1.999, e a terceira 2.000 ou mais libras. Esses resultados apontaram uma desigualdade elevada. No total de 186 inventários pesquisados, 30 processos concentravam, aproximadamente, 90% da riqueza. Os ativos mais constantes foram as dívidas ativas, os

¹¹ BARICKMAN, B. J. Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos Engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Revista Afro-Ásia*, n. 21-22, Salvador: CEAO, FFCH/UFBA, p. 177-238, 1998-1999.

¹² DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985. Esta autora é uma das referências na área referente à relação da história da riqueza com os estudos regionais. Suas pesquisas sobre Paris revelam uma busca pelas estruturas de hierarquias da sociedade burguesa. Seus textos e a forma de utilização de fontes cartorárias serviram de anteparo a muitas pesquisas realizadas no Brasil e outros lugares do mundo.

¹³ MARCONDES, Renato Leite, op. cit., p. 28-29.

imóveis e escravos. Os mais ricos moradores inventariados de Lorena foram: Joaquim Moreira Lima, com um montante de mais de quatrocentas mil libras, e o Pe. Joaquim Ferreira da Cunha, com um valor superior a sessenta mil libras. Ambos investiram no mercado de crédito particular emprestando dinheiro a juros¹⁴.

Outra pesquisadora que focalizou a sua pesquisa no contexto de São Paulo, estudando mais precisamente sobre a capital, foi Maria Lucília de Araújo. Seu ponto de partida foi, exatamente, a tese *Metamorfoses da riqueza* já discutida no espaço desta dissertação. A referida averiguação despertou o interesse de Maria Lucília de Araújo sobre o comportamento da riqueza paulistana, nas décadas iniciais do século dezanove até 1850. Ela utilizou um repertório variado de fontes documentais, como inventários *post-mortem*, registro de notas, livros de óbitos. Junto ao Executivo buscou dados em recenseamentos a fim de cercar-se das mais variadas e singulares informações.

Na sua pesquisa identificou três grupos chamados de A, B e C. No grupo C, os de fortunas mais modestas, foram compilados os indivíduos com riqueza igual ou inferior a 10:000\$000 (dez contos de réis); o grupo B, podemos dizer, os das médias posses, eram daqueles cujas riquezas variou entre 10:000\$000 (dez contos de réis) e 50:000\$000 (cinquenta contos de réis); e, por fim, o grupo A congregou os mais abastados, com inventários cujos montes-mores superaram a quantia de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis). Levando em consideração a divisão das faixas, a autora ainda dividiu o seu recorte cronológico em dois momentos distintos, antes e depois de 1825. Segundo ela, as transformações implementadas pela independência devem ser um fator crucial na análise¹⁵.

Assim como aconteceu com o Oeste e o Vale do Paraíba, em São Paulo também se comprovou um alto grau de concentração de bens, em um número pequeno de pessoas. Os inventários de Ana Francisca Novais de Magalhães e do brigadeiro Luiz Antônio, ou seja, de apenas 2,8% dos processos concentraram, entre os anos de 1800 e 1824, mais de 70% de toda a riqueza. O valor médio dos haveres destes dois paulistanos superou a cifra de quinhentos contos de réis. Nesta averiguação foram bastante esmiuçadas as heranças de uso pessoal como, por exemplo, as joias, móveis, e livros. Destaque à biblioteca de Genebra Barros Leite com uma gama variada e numerosa de títulos¹⁶. No Recôncavo as poucas obras encontradas referem-se a profissionais liberais a exemplo de médicos e advogados, livros técnicos ligados à atuação profissional, nada tão diversificado como a coleção do paulistano Barros Leite.

¹⁴ Idem., p. 168-169.

¹⁵ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2006, p. 91.

¹⁶ Idem., p. 94-96.

Sobre o centro-sul, porém não mais tratando de São Paulo, concentraram outros estudos, cujo cenário medular esteve fincado em Minas Gerais. O estudo de Rita Almico é um deles. Pesquisando a Zona da Mata de Minas Gerais, em fins do século XIX, ela percebeu o quanto a abolição da escravidão contribuiu para uma mudança modernizadora dos ativos, influenciada pela cultura da rubiácea. A autora considerou ricos os inventários dos proprietários com a soma dos bens total igual ou superior a quantia de 10:000\$000 (dez contos de réis). Foram analisados 1.918 inventários de todo o período, mas, levando em consideração os métodos de trabalho, restou o montante de 751. Sendo 283 do primeiro período – 1870/1888 – e 468 do momento seguinte aos anos de 1889 até 1914. Essa região dinâmica colonial destoou das porções mineradoras do território pela pouca importância econômica dentro da capitania de Minas Gerais. Na segunda metade do século XIX, com o avanço da cultura cafeeira, até o início do século XX, tornou-se uma das principais áreas da província, depois estado, de Minas Gerais. Juiz de Fora, principal cidade desse espaço, notabilizou por produzir grande parte do café entre o fim do século XIX e início do XX¹⁷.

Os casos de inventariados atestam uma situação semelhante às vividas pelos habitantes do Oeste e Vale do Paraíba Paulista. O café respondeu pela geração e acúmulo das fortunas. Nos períodos focados pela autora, isto é, 1870/1888 e 1889/1914, atesta-se uma diversificação modernizadora dos ativos. Grosso modo, as propriedades agrárias, escravos e dívidas ativas respondiam pela maior parte das riquezas no primeiro momento; já no segundo quadro há uma sinalização em outra direção. Nesse novo momento, dívidas ativas, títulos e ações ganham um lugar de destaques nos bens acumulados. Os dois períodos, no entanto, não diferem ao atestarem a concentração de riqueza. Em ativos diferentes mantiveram-se as desigualdades de antes e depois da escravidão, em Juiz de Fora¹⁸.

A diversidade mineira é uma marca histórica. Juiz de Fora viveu boa parte do século XIX sob a égide do café, mas outras partes da província passaram por realidades diversas da encontrada pela Zona da Mata. São João del Rei é um desses casos. A comarca do Rio das Mortes, antes da descoberta do ouro, era uma região de abastecimento, produzindo alimentos e criando animais com este intuito. A criação de gado, aliada a plantação de gêneros de abastecimento local, ao longo do Rio das Mortes, possibilitou a ocupação inicial da região. Quando, por sua vez, descobriu-se o ouro, grande parte dos moradores migraram de seus trabalhos originais para deter a extração de minério, exclusivamente, ou mantendo em relação conjunta com as antigas atividades. A investida no ramo dos minerais não durou muito tempo,

¹⁷ ALMICO, Rita de Cássia, op. cit., p. 59-62.

¹⁸ ALMICO, Rita de Cássia, op. cit., p. 111.

pois o esgotamento deles começou rapidamente. O espaço de São João del Rei entrou no século XIX voltando ao cenário anterior ao da exploração aurífera, ou seja, passava-se, novamente, a investir na pecuária relacionando-a com a produção de alimentos¹⁹.

Outro importante destaque da cidade esteve por conta dos comerciantes, pois eram eles que movimentavam a produção e a venda de animais. No século XIX, com o estreitamento da relação de São João del Rei com a capital da Corte, o Rio de Janeiro, a povoação mineira concentrou seus esforços em abastecer o mercado de produtos de consumo (porcos, queijos, toucinhos, gado *vacum* e outros gêneros), os quais iam de Minas Gerais, pela Estrada Real do Ouro, até o Rio de Janeiro. Este movimento mercantil deu aos comerciantes de São João del Rei a capacidade de acumular fortunas. Os inventários, pesquisados por Afonso de Alencastro Graça Filho, expõem a capacidade dos negociantes da região e a busca desses indivíduos por concentração de riqueza em variados setores.

[...] o grande negociante pode ser também um fazendeiro, pelo menos doze deles eram proprietários de imóveis rurais. Em contrapartida, o investimento de capitais nas atividades produtivas (terras, lavouras animais e escravos) era inferior ao esterilizado em imóveis urbanos, apólices ou dívidas ativas. Resulta disto, que os negociantes de grosso trato não eram grandes fazendeiros e nem aplicavam a maior parte de seus capitais nas atividades do campo ou em escravos.²⁰

Foram os negociantes os mais representativos possuidores de imóveis urbanos, apesar de muitos deles manterem ligações com a produção agrícola ou a criação de animais. Eles exerceram uma tendência à diversificação dos seus bens em ações e títulos públicos, o que foi constatado em pesquisas anteriores, como os trabalhos de Rita Almico e Zélia Cardoso de Mello. Alguns exemplos requerem destaque, a saber:

[...] negociantes como Joaquim de Castro Souza, Antonio José Dias Bastos, José Dias de Oliveira, Mariana Cândida de Jesus e Castro e Antonio Coelho da Silva Guimarães, que monopolizavam o comércio de aguardente, deram clara preferência aos títulos governamentais e transformaram cerca da metade das suas fortunas em apólices da dívida pública.²¹

Além dos comerciantes, os fazendeiros também fizeram fortuna em São João del Rei. O investimento em pecuária foi uma destas vertentes de enriquecimento. Criavam-se porcos, galinhas, gado *vacum*, ovelhas e outros tanto víveres compunham os bens dos joanenses.

¹⁹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, op. cit., p. 32-40.

²⁰ Idem., p. 89.

²¹ Idem., p. 91.

Ademais, escravos, dívidas ativas e imóveis rurais constituíam os principais ativos dessa categoria ao longo das décadas de 1830 a 1880, do século XIX²².

Nas análises de Afonso de Alencastro Graça Filho transparece que a riqueza, em São João del Rei, vinculou-se à produção de alimentos, criação de animais e uma mercancia atuando em conjunto. Fazendeiros, comerciantes ou as duas atividades conjugadas são destacadas na averiguação do pesquisador. Estes indivíduos enriqueceram e concentraram as suas fortunas na “princesa do Oeste”, que não esteve em decadência, com a crise aurífera da região, apenas sofreu uma mudança nos moldes da sua economia saindo do universo da extração mineral e retomando uma tradição agropastoril, anterior à descoberta dourada.

Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira também realizou estudos sobre Minas Gerais, quando era ainda a Comarca de Rio das Mortes, no entanto, não mais São João del Rei, mas o Distrito de Lage, uma área de grande concentração de escravos da Capitania e, depois, província mineira. Congregando uma grande quantidade de fontes como listas nominativas, de batismo e inventários, a pesquisadora remontou a realidade das relações escravistas do Distrito de Lage. Os processos analisados permitiram afirmar que os escravos estiveram, em sua maioria, destinados às atividades das “fazendas mineiras”, unidades cuja característica mais comum é a diversidade de produções associadas a criação de animais. O destino desses produtos, via de regra, foi o abastecimento interno mineiro ou de outras localidades fora das suas fronteiras. Por fim, apresenta o quão importante é o momento da partilha na vida de famílias escravas. Nesse momento de “crise” muitos familiares acabaram sendo separados e espalhavam-se²³.

Encerrando nossa incursão no território mineiro discutiremos o livro *Riqueza e escravidão* de autoria de Claudia Marques Martins. Seu exame detém-se sobre outra porção da província mineira, a cidade de Bonfim do Paraopeba, área Mineradora Central Oeste. Vinculando dimensão material, demografia e riqueza remontou o cotidiano dos bens e das fortunas dos bonfinenses no Segundo Reinado. Analisou, no total, 210 autos de inventários, e destacou a grande presença dos teares e rodas de fiar nos espólios. Essa presença relacionou-se com uma atividade têxtil da região. Outra dimensão das fortunas de Paraopeba, marcas do período escravista, é a concentração de posses em um diminuto grupo de pessoas²⁴.

Além disso, a autora, mais do que o volume de haveres possuídos nos inventários, dimensionou o significado de possuir determinados bens, principalmente, aqueles de uso

²² Idem., p. 129.

²³ TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves, op. cit., p. 99-123.

²⁴ MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques, op. cit., p. 44.

pessoal e doméstico (roupas, móveis, utensílios do lar e outros) reveladores dos aspectos sociais muitas vezes negligenciados. Por fim, frisou a relação entre a posse de escravos e a decadência econômica de Bonfim do Paraopeba, nas últimas décadas do século XIX. Os proprietários de Bomfim do Paraopeba não conseguiram processo semelhante ao de muitos lugares como os já citados qual seja: o de conseguir “metamorfosear” suas riquezas “tradicionais” em formas “modernas”. Esta situação produziu um grande baque quando foi sentenciada a Lei Áurea, em 1888²⁵.

A praça do Rio de Janeiro, na virada do século XVIII ao XIX, foi estudada por João Fragoso. Este autor, diferente do que havia sido colocado por Celso Furtado, não acreditou em uma recessão econômica nesse período. Constatou, pelo contrário, haver uma dinâmica mercantil interna e a constituição de uma elite na Corte, o que demarcaria uma presença de acumulação endógena de capitais na colônia. A constituição de riquezas, entretanto, não deu margem a uma capilaridade de renda. O que se viu no Rio de Janeiro, como em outras partes do Brasil escravista, foi um acentuando grau de bens em um número reduzido de pessoas. Segundo Fragoso, a sociedade do Rio de Janeiro se assemelhava a sociedades da Europa pré-industrial dos séculos XV e XVI. Como aparato documental estiveram os livros de notas e inventários *post-mortem* do Rio de Janeiro²⁶.

O livro *Homens de grossa aventura* trouxe aspectos da Antropologia para a análise da História Econômica, destacando a relevância dos elementos não puramente econômicos numa sociedade com base de Antigo Regime, onde o *status* social é critério de distinção. Ademais, mostrou que economia brasileira não refletia meramente as conjunturas externas e possuía dinâmica própria. Essa concentração de capitais do setor mercantil, inclusive, despõe-se na implantação das lavouras, principalmente da rubiácea, no Vale do Paraíba Fluminense. Esses investimentos na agricultura escravista reforça a característica da sociedade colonial reafirmando a estratificação social desse momento. Nas palavras do autor:

O capital mercantil, ao montar fazendas escravistas, amplia e, portanto reforça as relações de poder consideradas. Essa montagem nada mais é do que a recriação, na fronteira, de uma hierarquia social baseada nas relações senhor-escravo. A conversão de acumulação mercantil em fazendas escravistas reafirma, portanto, uma sociedade que tem por eixo uma estratificação baseada no prestígio social e onde as relações de poder assumem o papel de relações de produção.²⁷

²⁵ Idem., p. 106-107.

²⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro, op. cit., p. 305-312.

²⁷ Idem., p. 367.

Portanto, acredita-se em um movimento interno intenso, sendo este o responsável pelo acúmulo de capitais, no setor mercantil, posteriormente, usados na implantação da lavoura cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense.

Deixando o Rio de Janeiro, e seguindo em direção ao sul, mais especificamente Santa Catarina, encontramos uma das pesquisas mais recentes sobre a riqueza no Brasil de Angelo Biléssimo, centrada nas grandes fortunas do Desterro entre as décadas de 1860 e 1880. Comércio, atividades artesanais e abastecimento de gêneros de consumo permitiram o estoque das grandes formas de geração da riqueza na região. O movimento portuário, depois da primeira metade do século XIX, aumentou contribuindo para o desenvolvimento local. O autor aponta que

Com o intenso vai e vem de navios que esse comércio trazia, ampliou-se também o leque de opções dos gêneros à disposição no comércio da cidade. Produtos variados chegavam nos porões das embarcações, vendas dos carregamento e comércio de outros gêneros, principalmente farinha. Cresceu, também, embora seja difícil quantificar, como no caso dos tipos e gêneros negociantes, o número de pessoas que apostaram na abertura de uma pequena ou média porta de comércio.²⁸

Nas fortunas locais Biléssimo encontrou um cenário recorrente em outras pesquisas, isto é, a transferência de riqueza de escravos para posses como ações e títulos públicos, sobretudo, depois da década de 1860. Ele interpreta essa situação como um sinal da perda de importância de valores sociais ligados à sociedade pautados na lógica da escravidão já em declínio. Além disso, a impossibilidade de importação de cativos, depois de 1850, o aumento do número de alforrias, a pressão abolicionista cada vez mais firme e, por fim, a dificuldade de concorrência de Santa Catarina, na compra de escravos, como centros tradicionais da lavoura escravista no Brasil²⁹.

No caso do norte, destacaremos quatro pesquisas que se detiveram especificamente sobre a acumulação de bens. Para a Bahia temos três, uma que trata dos fins do século XVIII e início do XIX, de Maria José Rapassi Mascarenhas³⁰, e a de Kátia de Queirós Mattoso, que analisa a fortuna da Cidade da Bahia – Salvador – em todo o século XIX, ambas sobre Salvador. Por fim, traremos o estudo de Cleber Moraes sobre o Agreste, região de Feira de Santana, onde a pecuária e a produção de gêneros para o abastecimento regional deram uma possibilidade de incremento das rendas dos moradores dessa região³¹.

²⁸ BILÉSSIMO, Angelo Renato, op. cit., p. 45.

²⁹ Idem., p. 110-111.

³⁰ MASCARENHAS, Maria José Rapassi, op. cit., p. 232-240.

³¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., p. 610-615.

Na cidade de Salvador de fins do século XVIII mesclavam-se elementos das riquezas mercantis e da fidalguia. As fortunas desta localidade não poderiam refletir outro cenário senão esse, isto é, formas mercantis e agrárias de acúmulo de haveres. Na pecuária, no comércio, nos engenhos estiveram muitas ocupações de moradores de Salvador. No entanto, o comércio mereceu um destaque, até pelo movimento intenso dos seus portos, durante o período estudado. A ligação com a África, Europa e Ásia demonstravam a grande intensidade e capilaridade mercantil da cidade. Assim demonstra Rapassi,

[...] cerca de vinte e cinco inventariados envolvidos com a atividade mercantil externa, comerciando com Lisboa e Porto; com a África, especialmente, Angola, Costa da Mina e bem menos com Moçambique; em torno de dois com Goá na Índia. E entre esses pode-se identificar [...], os maiores montemores de 1760 a 1808; como os de Custódio Ferreira Dias, proprietário de armazéns e trapiches junto ao mar; Maria Joaquina de Barros, proprietária de grandes embarcações que navegavam para Portugal e África e traficava escravos; Manoel Pereira de Andrade e Antonio Dias de Castro Mascarenhas, ambos proprietários de armazéns e trapiches onde se carregava e descarregava embarcações, recebia e despachava caixas de mercadorias.³²

Desta maneira, Maria José Rapassi salientou a estrutura social de Salvador entre fins do século XVIII e começo do XIX como em estreita relação com o comércio local e externo. A vida cotidiana dos moradores girava em torno das atividades mercantis. Entretanto, a sociedade regia-se com valores de fidalguia, pois para se ter prestígio não bastava ser rico, era preciso possuir terras e escravos. Muitos dos seus inventariados possuíam propriedades, desde regiões mais próximas, como o Recôncavo da Bahia, até aos grandes latifúndios às margens do rio São Francisco ou, ainda, em outras capitânicas como o Piauí³³.

Katia Mattoso, em diversas oportunidades, ressaltou a importância das fortunas dos baianos³⁴. Sua produção deu-se, primordialmente, neste tocante, sobre o século XIX. Em sua metodologia, para fins do tratamento estatístico dos inventários, apontou oito camadas sociais. Na primeira classe até 200\$000 (duzentos mil réis) a fortuna é composta por móveis e bens pessoais, tais como roupas. As fortunas de segunda classe vão de 201\$000 (duzentos e um mil réis) até 1:000\$000 (um conto de réis). A riqueza de terceira classe, classificada entre 1:100\$000 (um conto e cem mil réis) e 2:000\$000 (dois contos de réis), distinguia-se das duas anteriores, pois seus donos podiam diversificar um pouco mais sua fortuna. A quarta classe, com montante entre 2:100\$000 (dois contos e cem mil réis) a 10:000\$000 (dez contos de

³² MASCARENHAS, Maria José Rapassi, op. cit., p. 139-140.

³³ Idem., p. 163-165.

³⁴ _____. A riqueza dos baianos no século XIX. In: MATTOSO, Kátia M. de Queirós (Org.). *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004, p. 299-316.

réis), corresponde aos que podiam adquirir um sobrado. A família alojava-se no pavimento superior do sobrado. Na quinta classe de afortunados tínhamos cifras entre 10:100\$000 (dez contos e cem mil réis) até 50:000\$000 (cinquenta contos de réis). As três camadas finais, a sexta, sétima e a oitava, constituem as grandes fortunas da Bahia com montantes variando de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) até acima 500:000\$000 (quinhentos contos de réis)³⁵.

Na Bahia, pessoas de diferentes camadas faziam inventário. As maiores riquezas estavam entre negociantes e industriais. Os senhores de engenho em que pese a sua importância social, muitos ocupando cargos de destaques na política local e nacional, figuraram em quarto lugar dos possuidores de bens atrás dos profissionais liberais. Isto deixa em relevo a considerável magnitude das atividades mercantis em Salvador. As posses dos bens seguiam no sentido de comprovar essa situação. Entre os principais elementos que constituíam o quadro de fortuna dos ricos soteropolitanos estavam, na ordem: os imóveis, depósitos bancários, dívidas ativas, ações e apólices, escravos, entre outros³⁶.

A vila de Feira de Santana cresceu, na segunda metade do século XIX, estimulada pela pecuária e o comércio local. Ultrapassou em importância as tradicionais feiras de gado de Capoame e Nazaré. Luiz Cleber Freire foi em busca de informações da riqueza dos habitantes dessa região do agreste baiano. Utilizando-se de duzentos inventários da vila, primordialmente de fazendeiros e fazendeiras com a pecuária como atividade econômica. Sua classificação das fortunas seguiu os padrões propostos por Katia Mattoso, isto é, a divisão das fortunas em oito camadas. A ampla maioria dos proprietários encontrados por ele localizava-se nos estratos inferiores das fortunas. Precisamente, quase noventa por cento dos inventários da amostra. Seu trabalho segue a constatação de muitas pesquisas, já discutidas no espaço desta pesquisa, qual seja: um alto nível de concentração de riqueza nas mãos de poucas pessoas. Com destaque especial nesse sentido esteve o inventário do Tenente-coronel Joaquim Alves Godinho, cuja fortuna contabilizou o monte-mor 1.281:287\$045 réis (um milhão, duzentos e oitenta e um contos, duzentos e oitenta e sete mil réis e quarenta e cinco réis). Esse valor superou em três vezes a segunda maior fortuna de Feira de Santana³⁷. As posses de Joaquim Godinho foram constituídas da seguinte maneira:

Essa fortuna pessoal era composta de: bens de raiz (109:465\$150 réis = 8,6%), escravos (68:156\$000 réis = 5,3%), gados (82:720\$000 réis = 6,5%), produtos agrícolas (4:180\$000 réis = 0,3%), benfeitorias e equipamentos (29:157\$000 réis =

³⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 143-179.

³⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*, op. cit., p. 617-618.

³⁷ FREIRE, Luiz Cleber Moraes, op. cit., p. 138.

2,3%), dinheiro líquido (451:276\$055 réis = 35,2%), ativos (534:724\$840 réis = 41,7%) e móveis (1:608\$000 réis = 0,1%).³⁸

Segundo Mônica Sepúlveda, a riqueza dos moradores de Juazeiro não apresentava grandes valores e os bens, via de regra, eram modestos. As casas, exceto aquelas dos grandes fazendeiros da região, eram edificadas de barro e taipa. Os imóveis e os utensílios domésticos seguiam as simplicidades das casas e constatavam com o fausto e requinte das moradias de Salvador e seu Recôncavo. As formas de apresentação da riqueza no sertão eram nas terras, escravos e gado. Ser dono de lugar para plantar, criar animais, usufruindo do trabalho escravo era sinal de *status* e poder econômico entre os seus pares³⁹.

Além das obras já citadas, destacando Estância importante município de Sergipe oitocentista, Sheyla Farias Silva aponta que a riqueza estava alocada não só com os grandes produtores de cana-de-açúcar, mas também com homens de negócio promotores de intenso comércio e financiadores do crédito estanciano, inclusive, com relações interprovinciais destacando, principalmente, o comércio com a Bahia. Segundo ela, a busca de europeus por melhores condições de vida levou muitos a “tentar a sorte” no comércio na América. As cidades acabaram se tornando o destino de muitos desses imigrantes. Construir fortunas na mercancia era o objetivo da vida de alguns deles. A cidade de Estância, localizada em Sergipe, registra casos de proprietários cuja riqueza esteve atrelada aos comerciantes. Sheyla Farias Silva examinou processos de setenta e cinco desses indivíduos e notou uma difusão, entre o espólio dos negociantes locais, dos ativos como: escravos, bens de raiz, móveis, semoventes, dívidas ativas, fazendas e dinheiro. Os principais bens, no conjunto da composição da riqueza, encontrados foram: as dívidas ativas, com 49%, seguido dos bens de raiz com 22%, e os escravos correspondiam a 13%. Esses três ativos concentravam, então, 84% da herança dos comerciantes falecidos na Estância do século XIX⁴⁰.

Em comum estes autores têm o uso dos inventários *post-mortem* enquanto fonte basilar para as suas pesquisas, denotando o nível de importância deste tipo de documentação para estudos da riqueza. Assim, neste breve apanhado historiográfico, podemos verificar que há um número crescente de pesquisadores interessados em discutir a aquisição de bens enquanto elemento de compreensão da realidade econômica, social e cultural do Brasil. Acreditamos que os pertences das pessoas caracterizam, de forma singular, a vida econômica,

³⁸ Idem., p. 139.

³⁹ FONSECA, Mônica Sepúlveda. *Viúvas na Corte do Sertão: família, gênero e riqueza*. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2011, p. 94-95.

⁴⁰ FARIAS, Sheyla, op. cit., p. 61-89.

além, de versar sobre o seu universo social; o passar dos anos retrata as marcas dos antepassados.

A fortuna reflete a formação e acumulação de capital no curso da vida de um homem e muitas vezes a acumulação no de vidas pretéritas. É o resultado da atividade durante sua vida e de seus antepassados. Cada inventário contém gama enorme de notícias sobre a vida do indivíduo. Estudá-lo, significa conhecer cada pessoa em sua intimidade: como morava, os seus móveis, os livros e objetos de arte que por ventura possuísse, como se apresentava sua casa.⁴¹

Portanto, os inventários *post-mortem* dão uma imensa possibilidade de inserção neste quadro, extremamente íntimo, da vida particular. Este, ainda, acaba por revelar as transformações mais imediatas nos padrões de consumo e acúmulo de riqueza. Neste movimento, constatam-se mudanças sociais, políticas e culturais. É necessário acentuar, por sua vez, que, em qualquer pesquisa, as fontes históricas ou primárias, merecem críticas. Os inventários não representam uma exceção a essa regra e seus problemas mais corriqueiros devem ser mencionados. São eles: os indivíduos nem sempre morrem na mesma proporção, provocando uma grande quantidade de processos para um determinado ano e poucos em outro⁴²; outro problema dá-se quando uma pessoa mora durante toda sua vida em Cachoeira, portanto, enriqueceu e/ou empobreceu neste local, todavia morre em outra localidade, perde-se desta maneira a possibilidade de análise de seu legado. Além disso, os inventários evidenciam uma limitada proporção da população e assinalam o momento final da vida dos indivíduos, não asseverando, com perfeição, as causas motivadoras de uma acumulação como, por exemplo, a existência de cargos, compadrios e amizades.

Creemos, no entanto, que esses obstáculos apresentados pela documentação, com o uso da história serial e quantitativa, deixam de constituir-se em grandes problemas, pois se privilegia a visão de conjunto em face ao exemplo particular. Esse será o principal método de análise dos dados colididos nos inventários *post-mortem*. O exame dos dados em séries e sua exposição em números, ao longo tempo, em história, surgiu como um contraponto aos textos de cunho positivistas valorizadores do indivíduo e, sobretudo, dos seus grandes feitos. Os historiadores começaram a vincular-se com a história quantitativa e as séries de dados e estreitaram a relação com a estatística. A principal dificuldade do estabelecimento desse

⁴¹ MELLO, Zélia Maria Cardoso de, op. cit., p. 28.

⁴² Outra maneira de analisar as formas de acumulação de bens é relacionar informações de *listas nominativas* com os inventários *post-mortem*. No caso da nossa região temos um problema para desenvolver este tipo de metodologia, pois não existe documentação para toda área em estudo, portanto, não foi possível entrecruzar, na totalidade, os dados. Das freguesias de Cachoeira somente restou as fontes para São Gonçalo dos Campos e Santiago do Iguape.

método deriva-se da existência de fontes históricas, de uma mesma natureza, no período estudado, em volume suficiente para se prestar a quantificação. Nossa dissertação conseguiu contornar esse desafio, pois possuímos uma base de informações, com mais de mil processos, todos de moradores de Cachoeira, entre as décadas de trinta a oitenta do século XIX, e que se constituem como *corpus* documental suficiente para o empreendimento desta investigação⁴³.

Depois de explicar sobre a fonte principal do nosso trabalho é relevante expor de que maneira a utilizaremos, ou seja, qual o método usado no contexto desta pesquisa. Duas etapas explicitarão, com mais detalhes, o caminho trilhado. Inicialmente, exibiremos como foram agrupados os bens, isto é, em categorias (ativos) e, em seguida, apresentaremos a divisão territorial das áreas do município de Cachoeira, no quadro temporal enfocado, levando em consideração a distribuição da riqueza nas freguesias. Vejamos, então, as definições dos bens (ativos).

Decompomos os bens, transmitidos pelos inventariados aos seus herdeiros, em dez categorias diferentes. Portanto, quando estivermos discorrendo sobre o cabedal recebido pelos beneficiários, estaremos levando em conta os seguintes grupos de ativos: *imóveis* (terras, casas e terrenos), *benfeitorias* (construções, máquinas e ferramentas), *escravos* (africanos e nativos), *animais* (cavalar, *vacum*, muar e demais), *objetos pessoais* (joias, utensílios domésticos, mobília e roupas), *lavouras* (cana-de-açúcar, tabaco, mandioca, café, frutas e outras), *financeiros* (ações, títulos públicos, letras e dinheiro), *dívida*⁴⁴ (ativa), *mercadorias*⁴⁵ e *dots*. Nosso desejo com a segmentação, entre outros aspectos, é responder a seguinte questão: quais eram os bens mais preeminentes nas fortunas dos cachoeiranos oitocentistas?

Existem duas linhas metodológicas se correlacionando no espaço deste exame. A desagregação das propriedades em ativos, já anunciada, é uma delas. O outro sentido passa pela segmentação da riqueza, a partir das atividades produtivas das diferentes áreas do espaço trabalhado. Desta maneira, desmembramos o domínio em quatro zonas: a primeira inclui Cachoeira e a Freguesia de São Félix, lugares que têm suas riquezas atreladas ao universo urbano e comercial; a segunda é representada pelas freguesias de Santiago do Iguape e Nossa Senhora do Outeiro Redondo, principais áreas de produção da cana-de-açúcar. Estas são as áreas de moradia e, principalmente, de atuação dos senhores de engenho e lavradores do

⁴³ CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 29-37.

⁴⁴ Os débitos de passivos (a saldar), apesar de terem sido computados, não podem ser considerados como um bem ativo, pois este consiste, exatamente, na contração de dívidas.

⁴⁵ Este item ficou restrito aos negociantes, sendo composto pelos gêneros exibidos nas lojas comerciais e armazéns.

principal produto de exportação da Bahia provincial, a cana; a terceira corresponde às freguesias localizadas na margem direita do Paraguaçu, isto é, São Pedro da Muritiba e Nossa Senhora do Bonsucesso da Cruz das Almas; e, finalmente, os territórios na margem esquerda do Paraguaçu, o mais diversificado, pois congrega vários produtos a exemplo do tabaco, da mandioca, frutas e, ainda, a criação de animais São as freguesias em volta do vale do rio Paraguaçu, como: São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão do Jacuípe, Conceição da Feira e Nossa Senhora do Resgate das Umburanas.

Os anos foram decompostos em pequenos intervalos. Objetiva-se, com isto, não perdermos as interferências conjunturais sobre o montante da riqueza e tornar possível a verificação de mudanças no comportamento do patrimônio reunido. Os períodos foram divididos da maneira subsequente: 1834-1840, 1841-1850, 1851-1860, 1861-1870, 1871-1880, 1881-1889. No total são seis blocos cronológicos.

Para a execução desta pesquisa, examinamos os processos existentes no *Arquivo Regional da Cachoeira* (ARC) e no *Arquivo Público do Estado da Bahia* (APEB), dos anos de 1834 até 1889. Este volume documental perfaz uma soma de 1.191 fontes judiciais. Deste universo, para a confecção de tabelas e gráficos, utilizamos 981 manuscritos. Muitos inventários da região estudada e histórias contidas neles não foram computados, pois não respondem, em sua ampla dimensão, as questões indagadas. Portanto, desconsideramos os seguintes casos: processos incompletos, sem descrição e/ou valor dos bens, de territórios diferentes do estudado, com fortuna negativa, não acessível aos pesquisadores pelo estado de degradação. Essas ocorrências apresentaram-se em 210 dos nossos processos.

É nosso intuito que este estudo contribua para o debate sobre a formação das fortunas e da desigualdade no Brasil. Como vimos, em diferentes localidades e por vieses variados, os bens são um retrato importante no conhecimento da vida particular, do universo do lar, dos recônditos pessoais, da vida e da morte. Através dessa janela é possível analisarmos como se constituiu o Brasil escravista e quais as consequências sociais legadas para as gerações vindouras. Acrescenta-se a isso o ineditismo de estudo de tal natureza para o Recôncavo da Bahia, uma das principais áreas escravistas, da província desde os idos coloniais.

No que diz respeito à sua estruturação, esta dissertação divide-se em três capítulos. No capítulo I – **As fortunas na Cachoeira oitocentista** – discutimos aspectos da formação econômica e social baiana e sua relação com o contexto nacional, com destaque especial para a formação histórica do Recôncavo da Bahia. Aliado a isso foram colocadas as condições históricas da formação e crescimento de Cachoeira desde os tempos coloniais e ao longo do

século XIX. Por fim, tomamos como ponto de partida as pesquisas sobre as riquezas, em diferentes espaços do Brasil, a fim de demonstrar a diversidade interpretativa e metodológica destes estudos no conhecimento sobre este tema e como ele influenciou nesta dissertação.

No segundo capítulo – **A riqueza nas freguesias cachoeiranas** – apresentamos as riquezas do município de Cachoeira, a partir de áreas com economia comuns. As freguesias estiveram em relação intrínseca com a dinâmica de constituição dos legados dos cachoeiranos. Vimos a existência de riquezas de maneira diferente a julgar cada área de forma específica. Desta maneira, atestamos a existência de vínculo entre a acumulação de bens e o local de moradia dos inventariados.

No terceiro e último capítulo – **O perfil socioeconômico dos cachoeiranos** – mostramos as riquezas levando em consideração a atividade econômica dos inventariados. Isto nos permitiu avaliar quais os bens acumulados entre os diferentes moradores do município. Além disso, saber o nível das posses dos grupos sociais que habitavam a cidade de Cachoeira. Assim, conhecemos as categorias socioeconômicas detentoras das maiores e menores fortunas.

CAPÍTULO I: AS FORTUNAS NA CACHOEIRA OITOCENTISTA

1.1 A BAHIA EM TEMPOS IMPERIAIS: ASPECTOS DA ECONOMIA E SOCIEDADE

No Brasil do século XIX, as transformações aconteceram de maneira intensa. No mesmo século o país passou de Colônia a República, transitando, na maior parte do tempo, em um Império com traços conservadores, como a dependência externa e a manutenção do estatuto escravocrata⁴⁶. Na Bahia, o final do século XVIII dava sinais de uma expansão econômica, após um século de marasmo e recrudescimento atribuído à exploração do ouro. O açúcar retomou fôlego no mercado externo, acompanhado da crescente expansão nas exportações do tabaco e algodão. Delineavam-se os contornos do “renascimento agrícola”, conforme denominou Caio Padro Jr⁴⁷.

O quadro externo ajudou no reflorescimento da economia baiana. O último quartel do século XVIII até as duas primeiras décadas do século seguinte atestam isso por conta das movimentações acontecidas em São Domingos. A revolta escrava ocorrida, em 1791, nas Antilhas, colônia francesa, pôs fim à liderança do maior produtor de açúcar e café do mundo, por volta de 1780. Assim, a economia da Bahia, já em leve ascendência, ganhou um enorme impulso para ampliar a produção e, conseqüentemente, as exportações do açúcar. Este redimensionamento foi acompanhado pelo incremento do tráfico de cativos e uma consecutiva ampliação de africanos em terras baianas⁴⁸. Ainda durante a passagem do século XVIII ao XIX, ampliou-se a participação de gêneros das fábricas do Reino importados e nas exportações dois produtos eram os mais vendidos: o açúcar e o tabaco⁴⁹.

No início dos oitocentos, a chegada da Corte aos trópicos e os eventos decorrentes dessa instalação no Novo Mundo mudou a vida da população no Brasil, seja do ponto de vista cultural, social ou econômico. Na economia, a abertura dos portos às “nações amigas” em 1808 atestou o fim do exclusivo metropolitano legitimador do estatuto colonial⁵⁰. Em 1810, D. João estreitou relações, mais explicitamente, com a Inglaterra. Com o tratado daquele ano, conhecido por *Tratado de Comércio e Navegação*, os ingleses ganharam alguns privilégios nas relações comerciais e a medida, inicialmente visando ampliar as relações do Brasil com

⁴⁶ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 30.

⁴⁷ PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 79-93.

⁴⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 343.

⁴⁹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 189-192.

⁵⁰ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

outros países, acabou não sendo efetivada de fato. As taxas sobre a importação de mercadorias inglesas eram as menores. Até mesmo os portugueses desembolsavam 1% a mais que os britânicos. Isso tornou o Brasil receptor dos produtos ingleses acentuando um contexto visto antes clandestinamente⁵¹.

Em meio ao cenário da chegada da Corte e abertura dos portos, as exportações baianas, até o início dos anos 1820, continuaram a avançar e os engenhos do Recôncavo aumentaram a sua produção, processo iniciado em fins do século XVIII. Contudo, as disputas políticas que levariam a ruptura colonial marcaram o fim do momento próspero da economia baiana. As lutas, com conflitos armados, produziram uma perda significativa de capitais. Casas comerciais sofreram desfalques, pois os portos ficaram sem condição de envio de embarcações e a agricultura perdeu parte da força de trabalho. Cachoeira, uma das principais cidades do Recôncavo, fez parte dessa conjuntura local, tanto no âmbito político como no aspecto econômico, pois era um centro distribuidor de gêneros importados e daqueles com destino ao porto da Cidade da Bahia⁵².

Os dez anos posteriores foram caracterizados por reivindicações localistas, sobretudo após a abdicação de D. Pedro I, em 1831. Com a abdicação, o Brasil conseguiu manter a unidade⁵³, em virtude da impossibilidade do suplente direto assumir o governo. Esse episódio deu margem a disputas pelo poder. Houve, em consequência da instabilidade política, um grande número de rebeliões regionais que acabaram sendo debeladas pela força das armas⁵⁴. Na Bahia, em 1832, espocaram reivindicações de cunho federalista. Cachoeira e São Félix tornam-se centros efervescentes dessas movimentações. O líder do levante, Bernardo Miguel Guanaes Mineiro, junto com outros membros da elite local e de outros segmentos sociais, tomou a Câmara de Cachoeira e instaurou um governo provisório. O levante, apesar da adesão de grandes proprietários locais, não conseguiu prolongar-se e foi reprimido pelos senhores do

⁵¹ CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia no século XIX: elementos para a História, 1808/1889*. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas - CPE, 1979, p. 14-18.

⁵² TAVARES, Luís Henrique Dias. *A independência do Brasil na Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982, p. 84-89; _____. *Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2003, p. 195-196.

⁵³ COSTA, Wilma Peres. A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850). In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Editora Hucitec; FAPESP, 1996, p. 152-157.

⁵⁴ MATTOS; Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 145-157.

Recôncavo. Guanaes Mineiro acabou preso e enviado ao Forte do Mar na capital da província⁵⁵.

No período após a Regência buscou-se, na história brasileira, um “encontro dos eixos”⁵⁶. Foi um momento de muitas mudanças, preocupação com a estabilidade do Estado Imperial e com a efetivação de várias reformas institucionais. Já na década de 1840, foram instauradas as Tarifas Alves Branco (1844) e a Reforma Monetária (1846). Com a criação da Alves Branco, buscava-se aumentar a arrecadação dos cofres públicos. O imposto sobre importação combatia os sucessivos déficits da economia taxando os produtos em média de trinta por cento. Com isso, os produtos nacionais começaram a ter maior competitividade e mais empresas foram abertas, embora não fosse essa a intenção da criação da tarifa. No Recôncavo, surgiram alguns empreendimentos depois da criação dos impostos, a exemplo da fábrica de tabaco *Leite & Alves*, aberta em 1856, uma filial em Cachoeira; em Santo Amaro, Manoel Luiz Pinto Coimbra fundou a fábrica de tecidos *Modello* na Rua da Vala⁵⁷. A reforma monetária, por sua vez, colocou o Brasil na economia internacional com os princípios do padrão-ouro, sob a liderança britânica. No entanto, as economias primário-exportadoras prejudicavam-se com essa medida, em razão de não deter grandes reservas metálicas suficientes para cobrir os déficits monetários da balança comercial, levando a grandes dificuldades com as oscilações do mercado internacional. Quando os produtos brasileiros, principalmente açúcar e café, não conseguiam uma venda expressiva o erário público ficava em apuros⁵⁸.

A metade do século XIX foi importante no que diz respeito às medidas legislativas que visavam à superação das relações escravistas, mas não retiravam o caráter agrário e exportador da economia brasileira⁵⁹.

A Lei de Terras, em 1850, pôs fim a vinte e sete anos sem nenhuma legislação específica sobre as terras brasileiras. A ocupação das terras, nesse momento, seguiu a implantação da “sobre a lei do mais forte”. Os latifúndios atingiram dimensões maiores do que as sesmarias e, mesmo sem legislação, eram comercializadas. Essa lei acabou dificultando o acesso às propriedades agrárias por grande parte da população, uma vez que estabelecia a

⁵⁵ ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial: Bahia, 1831-1833*. 1995. 227 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995; _____. *História da Bahia*. 11. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008, p. 263-264.

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 164-167.

⁵⁷ CALMON, Francisco Marques de Góes, op. cit. p. 74-75.

⁵⁸ LEVY, Maria Bárbara. *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977, p. 47-49.

⁵⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de, op. cit. p. 29-88.

compra como a única forma de aquisição, sendo os preços ofertados altos para os padrões de obtenção da maioria dos trabalhadores. Depois da *Lei de Terras* encontramos nos inventários as dimensões e localidades das propriedades, e houve um maior detalhamento dessas unidades agrárias⁶⁰.

No dito ano de 1850 aprovou-se a *Lei de Terras*, o *Código Comercial Brasileiro* e a lei do fim do tráfico de africanos, a *Lei Eusébio de Queirós*. Em um mesmo ano regulamentaram-se o acesso à propriedade fundiária, as relações comerciais, e anunciava-se o término do transporte de africanos. Essas medidas sinalizavam para o fim do tráfico externo de africanos. Com o desfecho do comércio atlântico de pessoas ocorreu uma alteração nos padrões de investimentos, deslocando um grande montante de capitais do tráfico para a praça brasileira. Essa disponibilidade de capitais decorrente dos lucros gerados com o comércio de escravos favoreceu o investimento em múltiplos setores da economia brasileira⁶¹. Na Bahia, a criação do *Banco da Bahia*, oito anos após o encerramento da importação de africanos, é um exemplo do uso do capital acumulado da compra e venda de africanos em investimentos de outra natureza. Muitos dos seus membros eram conhecidos negreiros baianos⁶².

A criação do Código Comercial pela Lei n.º 556, de 25 de junho de 1850, foi também uma das principais medidas legislativas do Segundo Reinado, passando o Brasil a controlar e registrar as suas relações comerciais. A estrutura desse corpo de leis interferiu na propriedade privada e, por consequência, no caráter da acumulação de capitais⁶³.

Tais reformas de cunho legal do Estado brasileiro ajudaram a modificaram o tipo de investimento e, portanto, o padrão de acumulação de muitos brasileiros. A riqueza pessoal teve uma possibilidade maior de diversificação. Era comum, nos bens legados depois de 1850, o aparecimento de ações bancárias de empresas locais, de títulos da dívida pública, maior valorização dos imóveis e escravos nas posses deixadas por herança. Aponta-se, então, para uma mudança de perspectiva nas fortunas, derivada das transformações movidas pelo Estado.

Nesse período, a epidemia de cólera levou milhares de baianos à morte. Cachoeira e outras cidades do Recôncavo sofreram com a doença por volta dos anos de 1855. Onildo

⁶⁰ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013; MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008; SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

⁶¹ TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Editora Ática, 1988.; VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. Salvador: Corrupio, 2002; KLEIN, Herbert S. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2004.

⁶² AZEVEDO, Thales de; LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 5-19.

⁶³ LEVY, Maria Bárbara. op. cit. p. 48

David traz informações importantes sobre a penetração e difusão da cólera e a sua consequente vitimização de muitas pessoas.

[...] a maioria dos mortos de Cachoeira e Santo Amaro eram ligados à lavoura, sendo grande parte deles formada de pardos e pretos. Esse dado também indica o caráter predominantemente agrícola dessas cidades, que foram fortemente atingidas pela epidemia. Só em Santo Amaro morreram aproximadamente 8.500 pessoas, enquanto Cachoeira perdeu 8.200 habitantes. Aliás, o Recôncavo inteiro sofreu com a peste. A cidade de Nazaré, por exemplo, perdeu 3.215 moradores.⁶⁴

Nas últimas décadas do século XIX, tem-se o período de “decadência” relativa da nossa região em estudo. De um lado, a partir da década de 1860, com a Guerra do Paraguai e as dificuldades decorrentes da epidemia de cólera, além da crise do açúcar, a economia da região enfrentou problemas. Por outro lado, o fumo ganhou proeminência na pauta de exportações baiana, superando o açúcar. Portanto, apesar de a região passar por dificuldades com a produção açucareira, beneficiava-se com a produção de tabaco⁶⁵. O tabaco, nesses anos, conseguiu manter-se como produto de exportação. As pequenas fábricas domésticas e estabelecimentos fabris maiores, espalhados em Cruz das Almas, São Félix e Maragogipe, principalmente, ajudaram a popularizar o consumo dessa mercadoria muito além das fronteiras do Recôncavo⁶⁶.

No cenário nacional, a década de 1870 é dada como o marco do início do definhamento do Império do Brasil, daí advinha a ruptura levando a ruptura em 1889. O ano de 1871 é um marco no estremecimento da relação intrínseca entre a elite agrária brasileira e o Estado. A *Lei Rio Branco*, popularmente conhecida como *Lei do Ventre Livre*, não agradou os setores agrários, sobretudo o setor de exportação⁶⁷. A medida, para muitos deles, foi invasiva, gerando uma insatisfação com os rumos da política imperial pelo aludido setor, um dos pilares de sustentação da monarquia. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, era o “divórcio entre o rei e os barões”. A relação ficou mais estremecida com a Lei dos Sexagenários e o fim da escravidão⁶⁸.

⁶⁴ DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia*. 1993. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993, p. 155-156.

⁶⁵ BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação do fumo na Bahia, 1870-1930*. 1975. 327 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975; OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: UFBA – CEB (Centro de Estudos Baianos), 1999.

⁶⁶ BORBA, Silza Fraga Costa. op. cit. p. 18.

⁶⁷ CONRAD, ROBERT F. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985; SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1985.

⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de, op. cit., p. 322.

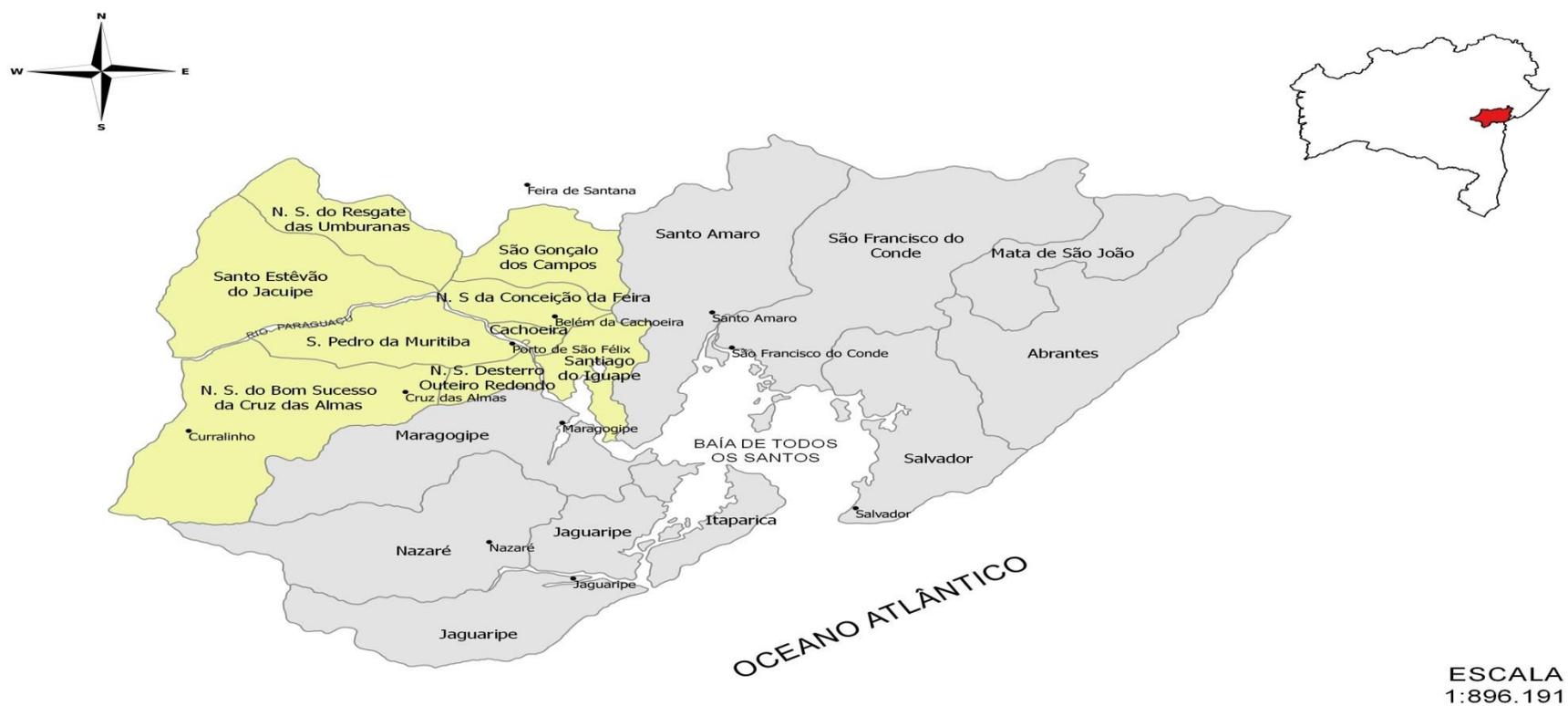
1.2 O RECÔNCAVO DA BAHIA: ASPECTOS GEOGRÁFICOS

A denominação Recôncavo [...] aplicava-se a todas as terras circunvizinhas da bela, majestosa e imensa Baía de Todos os Santos, onde inúmeros rios depois de fertilizar vastíssimos terrenos vêm se perder nas águas do Atlântico. Um grupo de ilhas, desde o simples rochedo até a fortíssima Itaparica com suas seis léguas de comprimento e duas na sua maior largura, corre no rumo de quase norte a sul e assim dividem em duas porções as águas da plácida Baía.⁶⁹

A vastidão territorial de linhas côncavas, contornando a Baía de Todos os Santos, foi batizada de Recôncavo. Nessa região, desenvolveu-se uma das mais remotas ocupações na América portuguesa. Tem aproximadamente 200 km de enseadas, mangues e esteiros desenhando os traços desse cenário. Notabilizou-se como uma extensão de terra costeira e de vínculo estreito com Salvador e o interior da Bahia. O mapa a seguir ilustra o Recôncavo da Bahia no século XIX:

⁶⁹ MEIRELLES, Epifácio José de. Esboço descritivo da cidade da Cachoeira, província da Bahia. Cachoeira, julho de 1866. 2 documentos. Originais. 24 fls. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 68. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Localização: 05/03/030.

Figura 1 – Mapa⁷⁰ do Recôncavo da Bahia no século XIX



Fonte: Adaptado de Barickman (2003).

⁷⁰ Este mapa é uma adaptação da carta *Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX*, que se encontra disponível no livro *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, de Bert J Barickman (2003). A adaptação foi realizada com base nos inventários *post-mortem* de Cachoeira. A produção técnica deve-se a Uriálisson Matos Queiroz.

Em termos físicos, o Recôncavo não possui uma unidade. Misturaram-se paisagens geográficas dentro do mesmo território. Trechos mais úmidos, com florestas de mata atlântica, e zona intermediária do semiárido, o agreste, são exemplos das suas multiformes feições naturais. O Recôncavo com mais de 10.000 km² de extensão fica situado entre os meridianos de 37 e 39 graus a oeste de Greenwich e nos paralelos 12 e 13 ao sul do Equador.

Baía e Recôncavo são faces da mesma moeda. É impossível tentar compreender um sem levar em conta a história do outro. São os solos férteis do Recôncavo que serviram à dinâmica mercantil de Salvador. Os produtos de exportação como o açúcar e o tabaco, e os de consumo local, como a mandioca, as frutas e as hortaliças, são plantados, em grande número, no terreno desse interior mais próximo do litoral. Deste modo, as pessoas e as histórias proporcionadas por elas sempre estiveram enlaçadas quando falamos destes lugares⁷¹.

É uma região conhecida pela sua diversidade econômica, social e geográfica. Seus limites territoriais variam conforme a concepção de diferentes autores. Desta maneira, muitos estudos definem essa área, geograficamente heterogênea, nos mais diversos tamanhos e incluindo ou retirando muitos espaços. A cidade de Cachoeira, quando pensamos em delimitar o Recôncavo, sempre esteve presente. No geral, a paisagem do Recôncavo tem contornos amenos, pois não possui grandes altitudes. As colinas quase nunca superam os 200 metros de altura. No aspecto pluviométrico, recebe um índice de chuvas grande. As precipitações são mais rotineiras nos meses de março a agosto. Entre setembro e fevereiro arrefecem-se. A mata atlântica, comum na paisagem natural, sofreu devastações ao modo que se ampliou a ocupação territorial. O revestimento florestal nativo cedeu espaço às lavouras⁷².

O clima do Recôncavo lhe concede certa identidade. A proximidade com o oceano favorece as precipitações. Penetra nessas paragens a umidade advinda do mar, provocando chuvas constantes. Os vales auxiliam na dispersão das chuvas por toda a extensão das áreas em redor da Baía de Todos os Santos⁷³.

⁷¹ BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 29-34.

⁷² MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 35-37.

⁷³ Idem., p. 51.

Solos de massapê, argilosos, arenosos são próprios da localidade, neles germinam o fumo, a cana-de-açúcar, a mandioca, sortidas frutas e outros gêneros escoados, em sua maioria, por intermédio de embarcações. Os barcos de pequeno calado, saveiros, principalmente, faziam a cabotagem margeando a Baía de Todos dos Santos. Eles colaboravam na relação interior-porto e porto-interior, crucial na dinâmica econômica da Bahia, desde os idos coloniais. Esses barcos serviam-se dos rios e por eles transitavam, cotidianamente, levando mercadorias, pessoas e ideias são “eles” os veículos responsáveis pelas boas ou más notícias. Os rios, entretanto, não eram importantes somente na circulação, mas desempenhavam um protagonismo no estabelecimento e fixação de núcleos populacionais. Neste aspecto são vastos os exemplos, a saber: Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e São Francisco do Conde. Essas Vilas são polos demográficos, ribeirinhos, cuja relação estreita do Recôncavo com os seus rios ficou atestada, seja como facilitador das relações comerciais ou enquanto incentivador da fixação de pessoas em um mesmo lugar⁷⁴.

Além de proporcionarem facilidade no deslocamento, os rios permitiam matar a fome ou serviram como um mecanismo auxiliador na aquisição de pecúlio pelos escravos⁷⁵. Nos processos pesquisados foi comum os cativos receberem a atribuição de “mariscador” ou “de catar marisco”, sobretudo em propriedades próximas a mangues. O casal Angélica Maria e João Félix dos Santos, pescadores, moradores de Santiago do Iguape, possuíam, entre seus bens, um escravo e este foi descrito da seguinte maneira: “*Francisco, crioulo, mosso, mariscador [...]*”⁷⁶.

O maior dos rios do Recôncavo, o Paraguaçu, a oeste da baía, com extensão de 664 quilômetros, poderia ter sido uma via de comunicação ideal com o centro da Província, caso seu curso não fosse interrompido por grandes cachoeiras. Mas é ele navegável nos 33 quilômetros que separam sua embocadura e Cachoeira, e por ali transitam o fumo e o açúcar produzidos nas cercanias. Cachoeira era uma cidade tão importante que foi a primeira a merecer uma ponte sobre seu rio, ponte esta tanto mais útil quanto o Paraguaçu, [...] muitos rios do Recôncavo correm entre as margens bastante escarpadas e íngremes. Desde 1819, um vapor deixava Salvador, atravessava a baía e subia o Paraguaçu, ligando a capital a Cachoeira.⁷⁷

⁷⁴ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado...*, p. 32-33.

⁷⁵ CASTELLUCCI, Wellington. Mercado pelo Brasil Oitocentista: ganhadores, arpoadores e traficantes de derivado de baleia no Recôncavo Baiano (1850-1900). In: LEAL, Maria das Graças de Andrade et. al., (Orgs.). *Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 82.

⁷⁶ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/160/160/1556, fl. 6.

⁷⁷ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia, século XIX...*, op. cit., p. 60.

Observamos que Salvador e seu entorno, durante o período colonial e imperial, foram intimamente interligados, sendo os rios, desde o período colonial, e as ferrovias, depois da primeira metade do século XIX, de grande relevância para o desenvolvimento dessa região. Ambos escoavam a produção do interior rumo ao mercado externo e permitiam a entrada de produtos via importação. É importante destacar, por outro lado, que as vias terrestres exerceram um protagonismo. Cachoeira foi bem dotada de estradas. Os caminhos estabeleciam contato de Salvador com o interior da capitania, depois província, com os sertões e zonas fora do espaço baiano. A construção de passagens como a “Estrada das Minas”, no seu circuito emaranhado de caminhos, ligou Cachoeira a áreas mineradoras do território da capitania das Minas Gerais, e a “Estrada das Boiadas” uniu Salvador e Cachoeira ao norte e noroeste do Recôncavo⁷⁸.

O século XIX, na província da Bahia, foi descrito por alguns pesquisadores⁷⁹ como um século de dificuldades, ideia compartilhada por Kátia Mattoso. Ela aponta que o governo provincial, na tentativa de modernizar o setor dos transportes, abriu-se ao capital estrangeiro, pois o declínio do comércio do açúcar no mercado internacional endividou os possíveis investidores baianos. Duas fases caracterizam o processo de implantação das ferrovias na Bahia. São elas: entre 1856 e 1875, quando predominou o capital inglês; e de 1875 a 1893, período em que o governo, associando-se ao capital privado estrangeiro, entrou na empreitada. A concessão para a construção e manutenção das ferrovias dependia do governo da província. Muitas concessões foram feitas a partir da segunda metade do século XIX, mas não resultaram em grandes extensões de estradas de ferro. Dessa forma, verificamos dificuldades na implantação das ferrovias na Bahia. Inúmeras estradas de ferros se destacaram, entre elas a *Bahia - São Francisco* que visava ligar Juazeiro, no norte, a Salvador, no leste. Uma empresa britânica, com sede em Londres fez a ligação Jequitaia – Aratu – Alagoinhas – Serrinha – Bonfim e, por fim, em 1896 chegou ao seu destino final Juazeiro. Destaca-se, também, a *Estrada*

⁷⁸ ANDRADE, Adriano Bittencourt. A espacialização da rede urbana no Recôncavo baiano setecentista à luz da cartografia histórica. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2009. Ouro Preto, *Anais...* Ouro Preto: UFMG, p. 7-9; NEVES, Erivaldo Fagundes. O Sertão, o sertanista e o roteiro. In: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia*. São Paulo: Arcadia, 2007, p. 62-63.

⁷⁹ ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, out./dez. 1977, p. 19-54; CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para a História 1808/1899*. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas - CPE, 1979; MARIANI, Clemente. *Análise do problema econômico baiano*. RDE – *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador: ano XI, n. 20, jul., 2009, p. 95-131.

de Ferro Central da Bahia que deveria ligar Cachoeira e São Félix à Chapada Diamantina, com uma ramificação para Feira de Santana. Após o decreto de falência da empresa *Hugh Wilson*, assumiu a *Brazilian Imperial Central Bahia Company*, que retomou as obras em 1876. No entanto, até 1888 a empresa apenas ramificou os trechos entre a cidade da Cachoeira e as freguesias de Cruz das Almas, São Gonçalo, entre outras. Apesar da sua fraca gestão, a empresa ficou na ativa durante 34 anos encerrando suas atividades apenas no início do século XX, quando foi repassada sem jamais alcançar o objetivo de chegar ao São Francisco através da Chapada Diamantina⁸⁰.

A estrada de Santo Amaro que interligaria os diversos polos de produção de açúcar no Recôncavo sofreu inúmeros infortúnios para sair do papel. De 1863 a 1878, foram quatro tentativas sem sucesso. Os engenheiros Antônio Salustiano e Antônio Costa Pinto exploravam a *E. F. Central da Bahia*, que não encontrava apoio do capital privado. O governo autorizou a construção, em 1878, mas a obra só foi completada no ano de 1917. A linha de Nazaré, cidade que era referência na produção de gêneros alimentícios no sul do Recôncavo, possuía 34 quilômetros e ligava Nazaré a Onha e Santo Antônio de Jesus. Foi construída com o aporte financeiro de diversas empresas que se alternaram no comando. Essa ferrovia tinha uma função muito importante, pois seria responsável pelo escoamento dos principais produtos do Recôncavo como açúcar, fumo, cereais, entre outros⁸¹.

As vias, sejam aquelas naturais ou criadas pela ação humana, possibilitaram à cidade de Cachoeira e áreas adjacentes a maior parte do seu trânsito diário. Esses caminhos, recortando e ligando as mais diversas áreas, desempenharam um papel crucial nas trocas das mercadorias e no vai e vem das pessoas entre os mais distantes rincões. Portanto, apresentam-se como o meio pelo qual os produtos locais eram transferidos e como os produtos importados chegavam ao Recôncavo.

1.3 A OCUPAÇÃO DAS CERCANIAS DE CACHOEIRA

A pluralidade de formas, de paisagens naturais e de interações humanas, deu ao Recôncavo uma feição complexa. Não podemos captar as nuances dessa superfície sem

⁸⁰ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia, século XIX...*, op. cit., p. 470.

⁸¹ Idem, p. 471.; CUNHA, Aloisio Santos da. *Descaminhos do trem: as ferrovias na Bahia e o caso do Trem da Grota (1912-1976)*. 2011. 233 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p. 96-97.

compreender a sua diversidade. O Recôncavo é a plaga da mandioca, das hortaliças, da cana-de-açúcar, dos animais e de um comércio com um grau de importância acentuado nos jogos de trocas da Bahia. Essas formas contribuem para fazer desta zona uma das mais intrincadas. A forte marca escravista e as relações sociais derivadas desse campo revelam aspectos fundamentais da *hinterlândia* da Baía de Todos os Santos⁸².

Conhecer esse sítio é um passo decisivo no caminho de desvendar os contornos históricos da região. O “sistema colonial”, nessa porção baiana, lastreia-se em amplitude e efetividade. Os circuitos econômicos demonstram a estrutura dos vários “recôncavos” e o quanto eles foram importantes na definição dos espaços de produção. Segundo Stuart Schwartz, o Recôncavo é a síntese da sociedade agrícola da cana-de-açúcar. Esse produto, inclusive, definiu as “áreas nobres” e “periféricas”. Nos solos mais “ricos”, cultivou-se a cana-de-açúcar, enquanto “os pobres” respondiam pelos produtos menos destacáveis.

O Recôncavo da Bahia caracteriza-se na historiografia como uma região de grande produção de açúcar e fumo para o comércio internacional⁸³. A literatura ressaltou, reiteradas vezes, a sua importância enquanto centro comercial, voltado tanto para o mercado externo, em sua relação com o escoamento da produção através do porto de Salvador, quanto em suas relações regionais na dinâmica do mercado interno notadamente com os sertões. A área em forma de arco que circunda a Baía de Todos os Santos tem uma das mais antigas povoações do Novo Mundo. No século XVI, ocorreu a divisão das terras em sesmarias. A costa sul foi doada a Álvaro da Costa no ano de 1556 e a área correspondente a Santo Amaro ao conde de Linhares. A estrutura das sesmarias foi ao longo dos anos desfazendo-se, dando origem a propriedades mais diminutas⁸⁴. Decai sobre a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira o nosso interesse em específico.

A ocupação das áreas do Recôncavo da Bahia aconteceu com uma disputa entre portugueses e os índios da região. De um lado, os europeus buscavam se estabelecer para explorar as terras com o cultivo de lavouras ou extraindo produtos de reconhecido valor no comércio europeu; do outro, os autóctones queriam permanecer naquelas

⁸² OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terras, homens, economia e poder no século XIX*. 2000. 136 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000, p. 48-49.

⁸³ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 71-85; SCHWARTZ, Stuart, op. cit., p. 224-247.

⁸⁴ SCHWARTZ, Stuart, op. cit., p. 80-84.

paragens e lutavam pela manutenção dos seus modos de vida. Esses conflitos sucederam-se durante os séculos XVI e grande parte do XVII⁸⁵.

Entre os núcleos de povoamento do vale do Paraguaçu, formou-se um núcleo populacional que depois se tornou a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, também no século XVI. Os colonos estabelecidos cultivavam produtos de subsistência como, por exemplo, a mandioca, bem como se plantava tabaco. A literatura aponta para um desenvolvimento rápido dessa pequena povoação, nesse mesmo século e um incremento econômico e populacional com os passar das décadas⁸⁶.

A conquista do Recôncavo foi iniciada com o governador D. Duarte da Costa, com forte dizimação indígena e busca por expansão colonizadora rumo ao interior. D. Álvaro da Costa, seu filho, participou dessa empreitada, recebendo do monarca português, por carta de sesmaria, em 1557, uma extensão de terras entre os rios Paraguaçu e Jaguaripe, do qual tomou posse logo após a doação. Em 1566, a sesmaria de Álvaro da Costa foi elevada a Capitania do Paraguaçu, com a condição de ser ocupada no espaço de três anos. Para promover a ocupação, arrendou as terras a outros colonos. O Rio Paraguaçu foi um atrativo para a ocupação das zonas do Recôncavo. A partir de 1563, o movimento populacional, em torno do rio, cresceu. Concederam-se as primeiras sesmarias para quem se dispusesse a empreender. Na donataria de D. Álvaro da Costa receberam sesmarias: Antônio Rodrigues Adorno, em 1574; Jorge Fernandes, em 1574; Antônio Paiva, em 1563; e Mathias de Carvalho, em 1574. Com essas concessões, a colonização se expandiu, pois se iniciou o regime de arrendamento aos pequenos colonos e intensificou-se a agricultura⁸⁷.

[...] a região do Paraguaçu a primeira conquistada ao índio, foi também a primeira cobiçada por sesmeiros; e para melhor definir e significar essa circunstância, poderia registrar que o primeiro donatário no Paraguaçu – e da maior sesmaria concedida – foi D. Álvaro da Costa, o conquistador pelas armas, que tomava para si as terras onde expulsara o íncola; tal como aconteceria com Mem de Sá em Sergipe do Conde, e com tantos mais.⁸⁸

⁸⁵ PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552-1944. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982, p. 17-30.

⁸⁶ MOREIRA, Virlene Cardoso. *Entre a Baía e os Sertões*: a dinâmica comercial do Recôncavo Baiano, São Félix (1857-1889). 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002, p. 20-22.

⁸⁷ SILVA, Pedro Celestino da. A Cachoeira e seu município. Esboço físico, político, econômico e administrativo. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 63, 1932, p. 77-84.

⁸⁸ PINHO, Wanderley, op. cit., p. 42.

A porção de terras correspondente a Cachoeira fazia parte da Capitania do Paraguaçu, criada em 1566. Por volta de 1595, Álvaro Dias Adorno, filho do sesmeiro Antonio Dias Adorno, entrou no sítio e porto da Cachoeira, onde habitava o gentio, para marcar presença nas terras, mas sofreu represália dos índios. No início do século XVII, os embates entre os indígenas e os colonos eram rotineiros e perduraram até, pelo menos, o meado do século, pois o capitão-mor Gaspar Dias Adorno, em 1651, foi destacado para bater os “selvagens” pelas margens do Paraguaçu. Gaspar Dias Adorno, em recompensa pela expulsão dos “bárbaros” daquelas terras, recebeu quatro léguas de terras entre os ribeiros Caquende e Pitanga. Seu filho João Rodrigues Adorno, em 1654, fixou residência naquela área onde já moravam alguns colonos. Foi João Adorno o responsável pela construção da igreja de Nossa Senhora d’Ajuda, em 1673. Do lado do ribeiro Pitanga assentou o engenho de canas e alambique. O povoamento começou a se adensar próximo ao engenho e estendeu-se em todas as direções: “[...] assim foi crescendo animadamente uma nova povoação que teve, então, a simples denominação de *Porto da Cachoeira*”⁸⁹.

O adensamento populacional pelo qual passou o Recôncavo fez a metrópole ordenar a criação de vilas nessa área. Assim, por Carta Régia de 1693, foi criada a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira cuja instalação se fez no ano de 1698, pelo desembargador Estevão Ferraz de Campos⁹⁰. A criação da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, em 1693, veio acompanhada de outras duas municipalidades: as vilas de Jaguaripe e de São Francisco do Conde. Essa medida da monarquia portuguesa visava a inserir o braço do Estado na colônia e criar uma estrutura administrativa nas localidades⁹¹.

[...] o Vale do Paraguaçu, no fim do século XVII já estava povoado em suas duas margens, a partir da altura do início do seu trecho encachoeirado até o lagamar do Iguape e seu encontro com o Oceano Atlântico, na Baía de Todos os Santos. Eram construções de boa qualidade, as dos proprietários de terras e de seus engenhos e destinados ao fabrico de açúcar, existindo na ocasião extensos canaviais e meios de subsistência oriundos dos produtos obtidos do mar e da caça e da agricultura. Os materiais de construção eram abundantes, pedra, madeira, cal e os demais necessários às edificações [...].⁹²

⁸⁹ Idem., p. 87-91.

⁹⁰ FUNDAÇÃO MARIA AMÉRICA DA CRUZ. *Memória histórica da Cachoeira 1698 a 1998*. Salvador: FMAC; Fundação Cultural da Bahia, p. 5-10.

⁹¹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos, e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 80-83.

⁹² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, FACULDADE DE ARQUITETURA. *Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira: séculos XVI ao XVIII*. v. 1, Salvador: UFBA, 1976, p. 32.

Cachoeira adentrou os seguintes cem anos, o setecentos, como uma vila cujo desenvolvimento aprimorava-se, assentada em um vasto território cuja economia era muito diversa. Mesclavam-se a criação de animais, sobretudo no vale do Rio Jacuípe, e as plantações de tabaco e açúcar, com o destino externo, e a mão de obra escrava foi utilizada em larga escala. Naquele século, a vila aprimorou suas relações comerciais com outros espaços da capitania da Bahia e de fora dela. Era um ponto de confluência de uma rede de estradas reais. As ligações mais destacáveis eram:

[...] a 'estrada das minas' que partiam de São Félix e Muritiba, em direção sudeste ganhava o distrito de Rio de Contas e de lá Minas Gerais e Goiás; a de Belém que ligava a vila à parte sul da província e a de Capoeiruçu que seguia em direção noroeste até atingir a Estrada Real do Gado, atravessando sertões e o Rio São Francisco. Por essa estrada descia o gado do Piauí destinado ao abastecimento dos engenhos do Recôncavo e da população de Salvador.⁹³

Segundo Catherine Lugar, a porção urbana contava, em 1775, com 986 casas⁹⁴. João Reis sugere, aproximadamente, 4.000 habitantes; passando a 5.000 moradores e 1.180 fogos, em 1804⁹⁵. A partir das estimativas dos autores podemos dizer que, nos oitocentos, Cachoeira continuava com o desenvolvimento, econômico e social, encontrado no século anterior. No primeiro quartel desse período, em viagem pela região, Von Martius afirmou ser a Vila e o porto de São Félix áreas que lembram o comércio marítimo. Disse:

É sem dúvida a mais rica, populosa e uma das mais agradáveis vilas de todo o Brasil. Numerosas vendas e armazéns, cheio de vários artigos europeus revelam o alto grau de movimentação do seu comércio.⁹⁶

O mais antigo edifício de Cachoeira é a Capela de Nossa Senhora da Ajuda, levantada por volta de 1595 e 1606. Cogita-se que entre esses anos o povoado foi fundado pelo Capitão Álvaro Rodrigo, da família Adorno, possuidor de terras na região.

⁹³ Idem., p. 41.

⁹⁴ LUGAR, Catherine. The portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period. In: ALDEN, Dauril e DEAN, Warren. *Essays Concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*. Flórida: Florida International University Book, 1977, p. 57-59.

⁹⁵ REIS, João José. Magia jeje na Bahia: a invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, v. 8, n. 16, mar./ago., 1988, p. 66.

⁹⁶ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Através da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1916, p. 34-36.

Em 1688, foi fundado o Convento do Carmo, que teve a sua construção realizada pelos carmelitas, com ajuda de uma das mais importantes famílias locais, os Adornos⁹⁷.

O Rio Paraguaçu corta a Vila da Cachoeira e o Porto de São Félix, ficando a sua margem esquerda, no caso a Vila da Cachoeira, com as casas pomposas seguindo o estilo neoclássico, além dos sobrados portugueses. Em 1713, a Casa da Câmara e Cadeia da Cachoeira começou a funcionar, importante órgão para as decisões locais e negociações com o poder metropolitano. Contava ainda com a Matriz Nossa Senhora do Rosário, que data do século XVIII⁹⁸. Havia, também, duas importantes praças: a Praça da Manga, que abrigava o mercado da Vila (o mercado não existe mais) e a Praça do Pelourinho (atual Teixeira de Freitas)⁹⁹. Do outro lado do rio estava situado o Porto de São Félix, que contava com duas igrejas, uma dedicada ao Menino Deus e outra a São Félix¹⁰⁰.

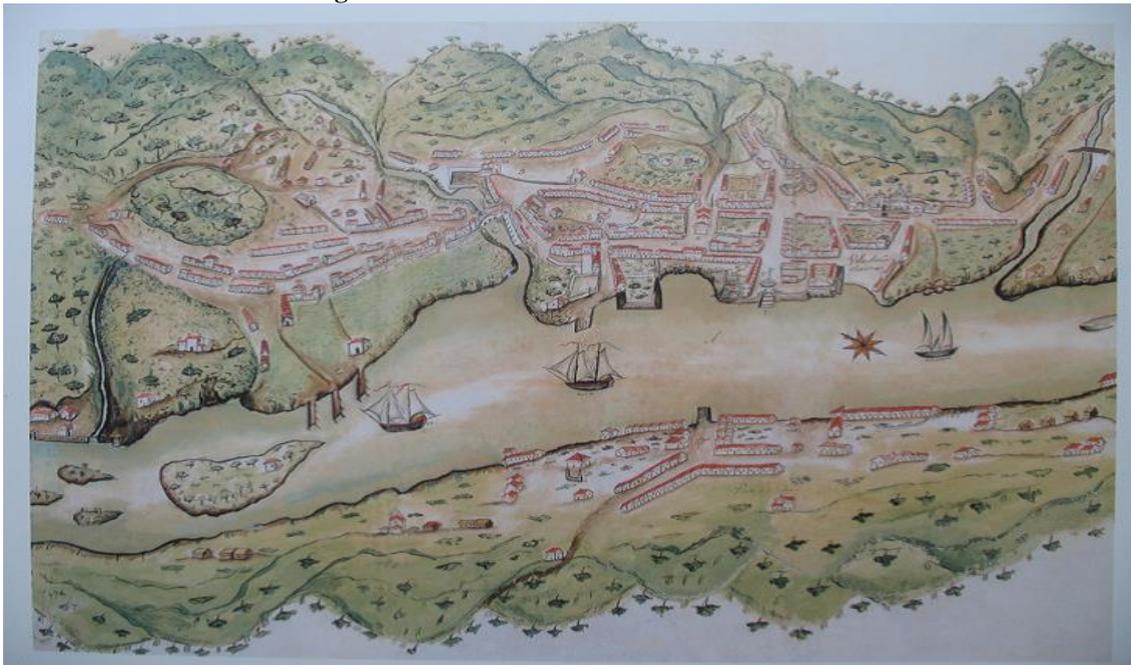
A fig. 2, que se encontra a seguir, ilustra a Vila da Cachoeira no século XVIII:

⁹⁷ CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. Dissertação histórica, ethnographica e política. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil, 1849, p. 228.

⁹⁸ OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos 1536-1888*. Salvador: BIGRAF, 1996, p. 68.

⁹⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, FACULDADE DE ARQUITETURA. *Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira: séculos XVI ao XVIII*. v. 1, Salvador: UFBA, 1976, p. 34.

¹⁰⁰ ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida. *Memória topográfica, histórica e comercial da Vila da Cachoeira da Província da Bahia*. v. 25. Rio de Janeiro: IGHB. 1862, p. 127-142; ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e. *Memória topográfica, histórica, comercial e política da Vila da cachoeira da Província da Bahia*. Salvador: Fundação Maria América da Cruz; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998, p. 53.

Figura 2 – A Vila da Cachoeira no século XVIII

Fonte: Reis (2000, p. 55).

A Comarca da Cachoeira foi criada em 29 de novembro de 1832, tendo sido o seu primeiro juiz o Dr. Albino Barbosa de Oliveira, que assumiu o cargo em 1833, mas que já atuava como juiz de fora da região. Cachoeira possuía uma unidade territorial, além de geográfica, também formada pelos interesses políticos que a conectavam¹⁰¹. A Vila da Cachoeira era a sede administrativa, que, na fase estudada, abrangia as freguesias de São Félix, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Nossa Senhora das Umburanas, Santo Estevão do Jacuípe, Iguape, Outeiro Redondo, Muritiba e Cruz das Almas.

Quanto aos dados populacionais de Cachoeira, o estudo sobre a sua evolução demográfica indica que, na metade dos setecentos, 5.814 pessoas habitavam no espaço urbano. Para 1780, Cachoeira e suas freguesias possuíam 28.428 almas e 3.642 fogos e 8 freguesias, em sua totalidade. Mello Moraes, médico e viajante, aludiu para os anos que antecederam a epidemia de 1855 (cólera), 15.000 habitantes apenas na Vila, demonstrando um grande crescimento demográfico na primeira metade dos oitocentos. O censo de 1870 contabilizou 9.270 pessoas em Cachoeira e 3.205 em São Félix,

¹⁰¹ CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Edição anotada por Braz do Amaral. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1919-1940, p. 288.

totalizando 12.475. No recenseamento de 1872, somavam 14.000 o número de habitantes nessas duas regiões¹⁰².

Como já mencionamos, entre os mais importantes rios do Recôncavo está o Paraguaçu, que atravessa toda cidade de Cachoeira e já se encontrava povoado em suas duas margens no fim do século XVII, indo das construções bem formuladas da área em que se ergueria a Vila até os extensos canaviais do Iguape. Na margem direita do Rio encontra-se São Félix. No início do século XVIII, ergueu-se a capela em evocação a São Félix. No século XIX, entre as posses de maior valor dessa região estava o Engenho da Natividade do Capivari, propriedade do Major Umbelino da Silva Costa, já existente em 1857. Foi nesse ano que foi criada, oficialmente, a freguesia de São Félix. O porto desta freguesia embarcava e desembarcava mercadorias das Minas Gerais e do Rio de Contas¹⁰³. Cachoeira e São Félix formavam a parte urbana da Comarca, local em que eram realizadas as principais transações comerciais.

Outra zona abrangia as áreas onde a produção de fumo conjuntamente com a criação de gado se fazia presente, a saber: a freguesia de São Gonçalo dos Campos, localizada a quatro léguas da Vila da Cachoeira, com número considerável de fazendas e escravos. As unidades de produção eram pequenas, uma vez que, entre 1857 e 1863, todos os proprietários dessa freguesia foram obrigados a descrever suas terras e apenas duas passavam de mil tarefas. Entre as propriedades de maior destaque estava a Fazenda Engenho, registrada em 1857 por Manoel Ferreira da Silva, seu dono¹⁰⁴.

Em Conceição da Feira, assim como em São Gonçalo, propriedades que cultivavam tabaco, mandioca, feijão e cuidava de gado eram as predominantes. A sua ligação com a Vila se dava pela Estrada Real. Ligando o Arraial de Belém a Cachoeira, mantinha contato, por via terrestre, com Santiago do Iguape pela estrada de Belém. Possuiu importantes engenhos, a exemplo do Engenho da Horta e o Engenho dos Patos¹⁰⁵.

Santiago do Iguape foi a freguesia de maior representatividade para a produção de açúcar. Situava-se a pouco mais de cinco léguas de distância de Santo Amaro da Purificação e três da Vila de Cachoeira e os rios Guai e Paraguaçu compõem seu

¹⁰² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, FACULDADE DE ARQUITETURA. *Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira: séculos XVI ao XVIII*. v. 1, Salvador: UFBA, 1976, p. 35.

¹⁰³ OTT, Carlos, op. cit., p. 65-66.

¹⁰⁴ Idem., p. 65-66.

¹⁰⁵ Idem., p. 64-65.

espaço¹⁰⁶. As terras do Iguape eram ocupadas desde 1587. Nessa localidade ficava a sesmária Braz Fragoso, vendida a Francisco de Araújo, possuidor de algumas fazendas na área. Em 1612, eram reconhecidos como proprietários na região as famílias Aragão e Araújo. Os Adornos também fizeram parte dos primeiros estabelecidos no Iguape, assim como Antônio Peneda. A região do Embiara, nome de um engenho do Iguape, se estendia do Engenho do Desterro até o Engenho da Ponta, criados no século XVII. Nessa porção de terras, vários proprietários, como as famílias Aragão e Cavalcante e Albuquerque possuíam engenhos. Entre as propriedades de maior destaque, de toda a Cachoeira, esteve o Engenho da Vitória, anteriormente chamado do Moinho, registrado em 1858 pelo Barão do Paraguaçu, tendo sido anteriormente o seu proprietário Egas Moniz de Aragão. Foram vários os engenhos que prosperaram nessa região, onde o solo massapê imperava e nutria as plantações de cana-de-açúcar¹⁰⁷.

Uma quarta zona foi representada pelas lavouras de café, tabaco e alimentos. São Pedro da Muritiba e Cruz das Almas sobressaíam-se entre as freguesias que compunham essa zona. Muritiba encontra-se a uma légua ao sudoeste da Vila. O solo argiloso e barrento foi responsável pelo desenvolvimento de sua agricultura. Tornou-se freguesia em 1705. Assim como São Félix, era caminho para as Minas do Rio de Contas e Minas Gerais. Cruz das Almas, sua vizinha, foi criada apenas em 1815. Aí também existiram, em pequena quantidade, engenhos, como foi o caso do Engenho Velho, o Engenho São José e o Engenho da Santana¹⁰⁸. Contudo, nessas duas regiões não foram os engenhos que se destacaram, mas o tabaco em conjunto com a produção de alimentos.

1.4 A RIQUEZA DOS CACHOEIRANOS

Estudar as fortunas dos cachoeiranos é uma forma de descrever melhor o desenrolar das mudanças ocorridas na vida dos moradores dessa parte do Recôncavo da Bahia no século XIX. A documentação custodiada nos arquivos públicos de Cachoeira e da Bahia dão uma possibilidade de imersão nesse cenário. São vidas que se revelam. Os

¹⁰⁶ ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida, op. cit., p. 55.

¹⁰⁷ OTT, Carlos, op. cit., p. 53-60.

¹⁰⁸ Idem., p. 66-68.

inventários *post-mortem* expressam, singularmente, as nuances dos bens e, por conseguinte, do meio privado dos cachoeiranos.

Os inventários são fontes cartorárias do Poder Judiciário. Eles permitem pensar e discutir a evolução do patrimônio e comparar os diversos níveis de riqueza, mas não só isto. É possível colher informações, das mais variadas, relativas não só ao estudo da história econômica, mas também da história cultural e social. Algumas das questões da vida material podem ser respondidas, pois a descrição minuciosa de móveis, roupas, por exemplo, manifestam isso. Nesses documentos, diferente dos inventários atuais, há uma descrição pormenorizada e, por isso, bastante qualitativa dos bens da pessoa falecida. Em outras palavras, apresentam uma explicação detida, de um simples baú, caixas, cadeiras, mesas até dos cativos, assim como das dívidas adquiridas ou concedidas em vida pelo inventariado¹⁰⁹.

Os escravos, usualmente, eram os primeiros no rol de detalhamento do processo. O nome, procedência/etnia, idade, estado civil, profissão e, eventualmente, o seu estado de saúde ou condição física eram expostos. Vejamos o exemplo a seguir:

*Maximiano, cabra, de trinta e seis anos de idade mais os menos, [...] casado com mulher forra, natural da Freguesia da Conceição da Feira, do serviço da lavoura, que avaliarão, por ser doente, por setecentos mil reis.*¹¹⁰

Após a exposição a respeito dos escravos, os animais eram arrolados. Espécie, quantidade e valor são as referências mais comuns. Não obstante, em algumas ocorrências, foram expressos a condição física e o nome dos animais. Dessa maneira, por exemplo, expunham-se: “*Dois mulas pelo de rato, velhas, que avaliarão a cinquenta mil reis e ambas por cem mil reis*”¹¹¹. Esses diferentes tipos de propriedade, o escravo e o animal, recebiam a especificação comum de *semoventes*.

Os móveis despontavam na paisagem das fortunas dos residentes no Recôncavo da Bahia como habituais. Gente pobre ou rica dispunha de mobília, embora houvesse distinção entre os grupos. O tipo de madeira, o estado de conservação e o acabamento foram as menções mais corriqueiras. D. Maria Angélica do Nascimento, falecida em janeiro de 1867, senhora no *Engenho Santana*, na Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas, exibiu um repertório eclético e requintado de móveis como

¹⁰⁹ CANABRAVA, Alice P. *Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67*. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, out/dez, 1972.

¹¹⁰ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/197/197/2189.

¹¹¹ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/225/225/2567.

“Nove cadeiras de rebaxo, de jacarandá, assento de palhinha [...], duas camas da mesma madeira [...], uma mesa de jantar [...] um sofá, de jacarandá, assento de palhinha, estragado [...]”, e muitos outros¹¹².

Casas de moradia, estabelecimentos comerciais, frequentes em Cachoeira e São Félix, e propriedades agrárias, comuns em todo o território, atendiam pelo designativo *bens de raiz*. As habitações agrupavam-se, principalmente, em dois tipos: térrea e sobrado. A segunda condição imperava quase que exclusivamente no ambiente urbano; enquanto que a primeira fora disseminada em todos os espaços. As casas comerciais, incluindo os armazéns, preenchiam as ruas do núcleo citadino e, por fim, as terras¹¹³, alicerces de boa parte dos vínculos de trabalhos na localidade, representavam um dos bens mais difundidos nos patrimônios amealhados pelos cachoeiranos.

As joias eram outros objetos recorrentes nos arrolamentos. Normalmente, eram de prata e ouro, mas houve casos onde encontramos brilhantes, diamantes e pedras semipreciosas. Os detalhes do seu acabamento e o peso, em oitavas, definiam o valor final. Deste modo, um colar com o mesmo peso de outro mais ornamentado custava menos. Manoel Balbino da Costa Brandão, morador na Freguesia de Nosso Senhor Deus Menino de São Félix, fabricante de charutos, dispunha de uma variedade de joias, certamente da sua esposa, a saber: “[...] um par de brincos [...], um anel com pequeno brilhante [...], um dito com um pequeno diamante [...], um alfinete com um par de argolas, obra Hamburguesa [...]”¹¹⁴. Dessa forma, se mencionava os adornos.

Os trajes, no panorama dos pertences em consideração, não constituíam um bem arrolado com regularidade. Apesar de ser de uso disseminado, não mereciam grande notoriedade no conjunto dos bens, ao ponto de muitos processos não descreverem as *roupas*. O material do qual era composto, algodão, linho, seda, casemira, e o aspecto físico, usado ou novo, recebiam destaque. Além disso, as vestes podiam ser rotuladas pela elegância, esmero, primor ou por exhibir-se maltrapilhas. O modelo a seguir solidifica o enunciado acima: “[...] capote de camisa, já usado, [...] uma cazaca preta, de bom pano, [...] cinco camisas, usadas [...]”¹¹⁵.

Peças de uso doméstico geralmente estavam presentes na catalogação dos bens descritos. Os utensílios domésticos, como estamos considerando no espaço deste

¹¹² ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/187/187/1998.

¹¹³ As poucas informações trazidas nos inventários *post-mortem* impedem um melhor conhecimento das estruturas agrárias do Recôncavo da Bahia. É muito raro o aparecimento do tamanho das terras e da sua área plantada.

¹¹⁴ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/164/164/1608.

¹¹⁵ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/130/130/1264.

trabalho, abarcavam todos os objetos de uso do lar. Nesse sentido, panelas, tachos, pilões, caldeirões, bacias, almofarizes e outros gêneros similares representam amostras de bens empregados no domicílio. Entre os legados de d. Maria Emília Pereira, moradora da Travessa d’Ajuda, cidade de Cachoeira, os louvados relatam os artigos de uso caseiro da seguinte forma: “[...] *aparelho de metal branco, consistente, para chá [...]*” e, ainda, “[...] *porsão de louça usada, de diversas qualidades; coupeiras, pratos, travessas, purselanas, bacias, pratos razos e fundos e mais [...]*”¹¹⁶.

Depois de apresentar os bens aos louvados, o inventariante relatava os haveres não vistos pelos avaliadores. Nessa ocasião, denominada no processo de *declarações*, o inventariante noticiava todos os itens de propriedade do inventariado, mas que, por fatores diversos, não puderam receber o julgamento dos avaliadores. Desse modo, usualmente, referiam-se à existência de *ações, letras, títulos, dinheiro e concessão de dote*. O negociante, na cidade de Cachoeira, Antônio Martins da Silva Reis e sua esposa, ao morrerem, deixaram diversas ações declaradas por Adolfo Martins Reis, seu filho. Assim ele retratou: “[...] *pertence ao casal [...] 14 acções do Banco Mercantil da Bahia de 100\$000 cada uma com os n.º 2121 ao n.º 2134, assim como sete acções da Caixa Hypothecaria da Bahia do valor também de 100\$000 cada uma de n.º 696 a n.º 702*”¹¹⁷.

Além dos bens, já mencionados, as páginas dos inventários descrevem aspectos financeiros. As dívidas podiam ser *ativas* (a receber) e *passivas* (a saldar). As pessoas, envolvidas nessa relação creditícia, eram mencionadas designadas por credor, de um lado, e devedor, de outro. Os motivos, no momento da contração de uma dívida, iam desde a compra de mercadorias, despesas funerárias, empréstimos com prêmios mensais, anuais e outras demandas. Em alguns casos, nem tudo que se possuía era suficiente para pagar as despesas.

Os autos de um inventário, com poucas restrições, chegavam ao final quando era estabelecida a distribuição dos bens entre os partícipes do processo. Esta etapa era o *auto de partilha*. Nela somavam-se todos os bens de propriedade do(s) inventariado(s) e designavam-se os *montes-mores* e os *montes-menores*, este expondo a quantia líquida a ser partilhada, descontando as dívidas, e aquele concentrando a soma bruta dos bens. As demandas constituíam exceções quando contavam com a presença de tutores ou curadores. Quando isso ocorria, o processo perdurava, se prolongava alguns anos após a

¹¹⁶ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/139/139/1356.

¹¹⁷ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/141/141/1382.

divisão dos recursos. De um lado, cabia ao tutor ou curador fazer declarações do uso da fortuna em proveito do(s) menor(es) podendo a autoridade judicial decidir pela manutenção ou alteração dos designados para o cuidado dos recursos legados. Apesar de reconhecer a riqueza dos dados das cartas de tutelas e curatelas, não faremos uso dessas fontes, pois extrapolaria o nosso propósito, qual seja, o de estabelecer a situação das fortunas em Cachoeira.

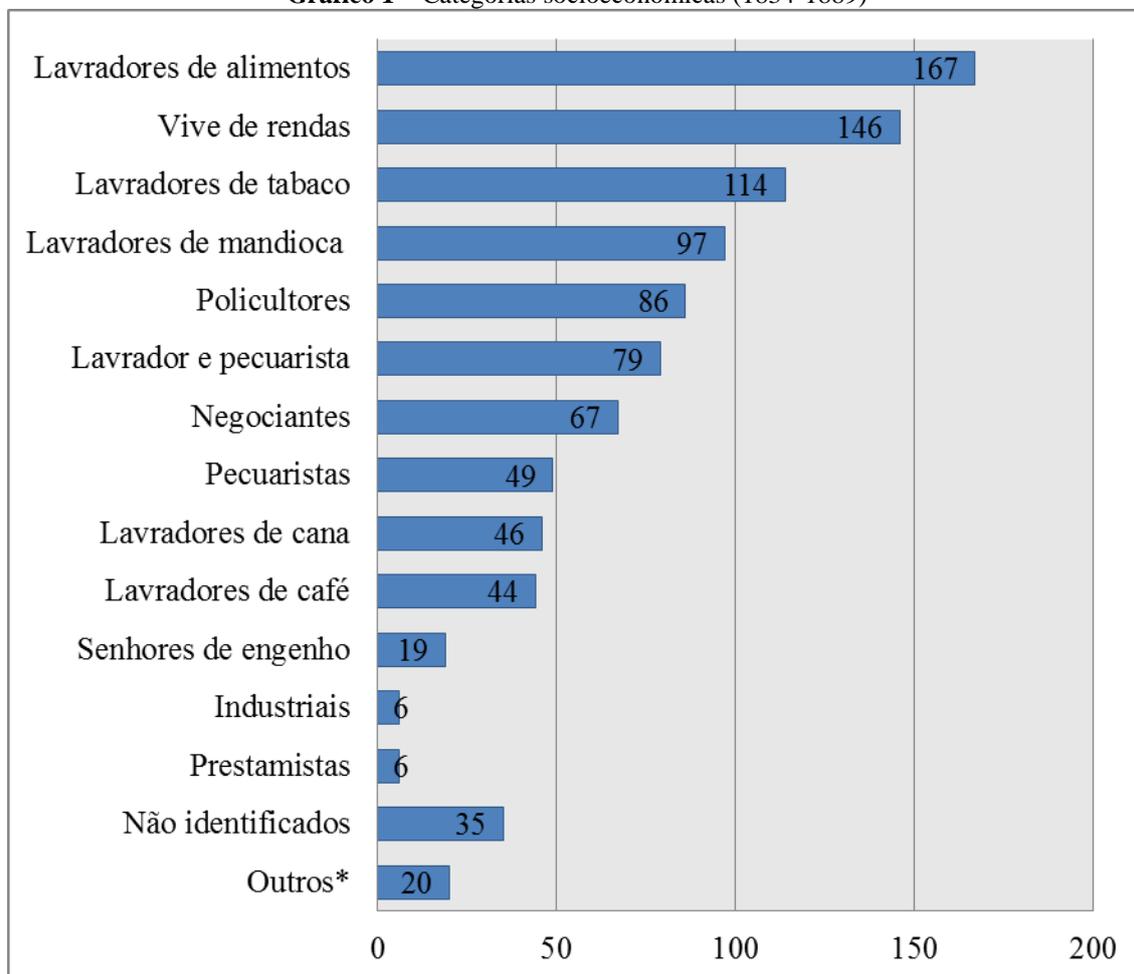
Os proprietários estudados, excetuando-se os excluídos, conforme os critérios metodológicos¹¹⁸, podem ser descritos, grosso modo, com os seguintes traços: nos 981 processos consultados, 68,9% eram de pessoas casadas; 20,6% de viúvos e cerca de 10,1% de solteiros. Os divorciados contabilizam apenas dois casos. Os homens inventariados compuseram 427 dos casos, atingindo 43,5% do total, enquanto as mulheres marcaram presença em 477 dos processos, consumando 48,5%. Os casais representaram 77, ou seja, 8% das ocorrências. Os escravos aparecem na maior parte dos documentos consultados. Os inventariados com escravos eram 814 (83%), enquanto os sem cativos constituíam 167 (17%) aparições. O cômputo global dos escravos atingiu a cifra de 7.419 indivíduos. Isto posto, a média de cativos por inventário é de 7,5 escravos por inventariado. Os nativos, pardos, cabras, crioulos e outros eram hegemônicos em relação aos africanos. Os escravos nascidos no Brasil totalizaram 6.064 (81,5%) das aferições. Já os africanos aparecem mais modestamente, 1.309 (17,5%). Os que não possuem menção de procedência são estimados em 46 (1%). Separando o espaço rural do urbano, a posse cativa revela outras nuances. Os habitantes do campo detinham a maior parte dos escravos, totalizando nesta pesquisa 6.386 indivíduos. Isto corresponde a uma média de 8,5 escravizados por inventariado. Os residentes na cidade, em número de 232, possuíam 1.033 cativos, uma média de 4,5. O mundo rural, como já era esperado, empregou um número bem superior de mão de obra escrava do que o urbano.

Do delineamento da população cachoeirana, percebe-se um predomínio de inventariados residindo no campo. Na zona urbana, cidade de Cachoeira, e na margem direita do rio Paraguaçu, porto de São Félix, encontramos 232 (23,7%) dos inventariados em questão. Os outros 749 (76,3%) casos espalhavam-se pelas freguesias de Muritiba, Cruz das Almas, São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão do Jacuípe, Conceição da Feira, Nossa Senhora das Umburanas e Santiago do Iguape. Constatamos

¹¹⁸ Para melhores esclarecimentos metodológicos consultar as páginas 30 e 31.

a hegemonia do mundo rural quando apreciamos as categorias socioeconômicas de Cachoeira. No gráfico 1, o predomínio rural se torna mais visível.

Gráfico 1 – Categorias socioeconômicas (1834-1889)



*Ourives (1), advogados (2), alfaiate (1), boticários (2), médico (1), militares (3), pescadores (2), marceneiros (2), carregadores (2), *enfardam fumo* (4).

Fonte: Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários *post-mortem*.

Como critério para formar as categorias socioeconômicas, dividimos os inventariados em segmentos sociais, levando em consideração, para isso, a sua atividade mais notória encontrada nos processos consultados. No gráfico 1 estão expostos onze grupos, mais comuns, encontrados no município de Cachoeira. Exibiremos alguns exemplos dessas categorias, começando por aqueles cuja profissão apareceu com maior frequência e seguindo em direção àqueles com menor incidência de manifestações.

A maioria dos 981 processos analisados se referia aos lavradores de alimentos. Estes cultivavam gêneros com o objetivo seja de consumo ou de venda no mercado

local ou regional. Além da mandioca, cultivavam frutas, hortaliças e legumes. A inventariada d. Guilhermina Vitorina da Trindade residia na Fazenda Corredor, em Conceição da Feira. Produzia o principal produto de consumo cotidiano local, a farinha, e frutas. Seu pomar contava com muitos coqueiros, jaqueiras e laranjeiras. Quatro escravos, do serviço da lavoura, davam conta de manter as plantações¹¹⁹.

As pessoas cuja atividade principal relacionava-se com a capacidade de obter rendas formam o grupo “vive de rendas”. Os alugueis são um grande exemplo disso. Na zona urbana, esses proprietários são mais comuns. Em Cachoeira e São Félix, muitos moradores conseguiram renda mediante alugueis de casas térreas, sobrados e, mesmo, escravos de ganho. Muitos inventariados conseguiram fortunas no comércio, mas, ao final dos seus dias, mudaram de atividade passando a administrar aquilo que fora conseguido no comércio. Ana Joaquina Rosa, casada com o capitão Manoel José da Silva Lemos, possuía trinta e quatro imóveis na cidade de Cachoeira em 1859. Morava na Rua Formosa n.º 101, local característico de moradia e de comércio na cidade. Sua fortuna era superior a sessenta contos de réis e as casas, nessa fatia da fortuna, contribuíam com 13:820\$000 (treze contos e oitocentos e vinte mil réis).

O tabaco é um dos produtos principais na área estudada. Desde o século XVII, lavradores já cultivavam o fumo nessas terras. Seu destino principal era o abastecimento do mercado externo. O tráfico incentivou sua produção, pois serviu de moeda de troca na importação de escravos. No Recôncavo, como bem lembrou Antonil, gerou consideráveis cabedais¹²⁰. Os lavradores de tabaco possuíam de pequenos planteis de escravos e riquezas diminutas até grandes fortunas com grande escravaria. Um pequeno lavrador de fumo pode ser visto no inventário de d. Maria Madalena da Conceição, habitante da Fazenda Genipapo, na Freguesia de Cruz das Almas. Seus bens eram os instrumentos da lavoura e de beneficiamento de tabaco, parte das terras e uma casa na fazenda, não possuindo escravos. Sua riqueza total foi de 1:319\$915 (um conto, trezentos e dezenove mil e novecentos e quinze réis)¹²¹. Contrapondo-se ao perfil dessa lavradora temos o caso de Ursula Maria das Virgens, residente na Fazenda Tuins, em Cruz das Almas. Além da fazenda de sua residência, era proprietária de terras em outros

¹¹⁹ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/197/197/219.

¹²⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982; LAPA, José Roberto do Amaral. Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial. *Afro-Ásia*, n. 6-7, jun./dez., 1968.; NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

¹²¹ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/183/183/1945.

locais e cultivava principalmente o tabaco, com auxílio de dezenove escravos, todos nascidos no Brasil. Esse processo foi iniciado em 1845¹²².

Os policultores são produtores cuja atividade agrícola estava presente em diversas áreas. Em geral, plantavam produtos da demanda do mercado externo e outros de consumo local. Cultivavam tabaco, mandioca, frutas, às vezes café, podendo possuir animais. A inventariada d. Joaquina Rosa Pereira, nascida e residente na Freguesia de Muritiba, Fazenda Candéal, expressa um pouco da vida de um policultor do Recôncavo. Ela plantava tabaco, mandioca e outros produtos em sua propriedade. Possuía catorze escravos, trezes deles nativos e um africano. Os armazéns de fabricar tabacos e a casa de fazer farinha evidenciam a maior importância dessas duas culturas na vida econômica dessa moradora.

Havia aquelas pessoas que conjugavam duas atividades, a de *lavradores* e a de *pecuaristas*. Uniam lavoura com criação de gado em várias regiões de Cachoeira, mas sobressaíam-se nas freguesias de Santo Estevão do Jacuípe e São Gonçalo dos Campos. Alexandre de Souza Brandão, de São Gonçalo dos Campos, na Fazenda Limoeiro, lavrava tabaco e possuía 772 cabeças de gado *vacum*. Além desses bens, tinha 35 escravos, em sua maior parte destinados ao trabalho da lavoura. Destes, 25 eram nativos e os outros 10, africanos. Seu inventário iniciou-se no ano de 1839. Trata-se de um lavrador/pecuarista afortunado. Seu monte-mor atingiu a cifra de 29:313\$100 (vinte e nove contos, trezentos e treze mil e cem réis)¹²³.

Os negociantes, em sua ampla maioria, eram portugueses ou descendentes. Estabeleciam suas vendas e dispunham de toda a sorte de produtos, de ferragens, alimentos e tecidos. Negociavam fazendas, tecidos, materiais para a lavoura e tudo aquilo que possibilitasse encontrar compradores. Muitos enriqueceram, outros nem tanto. Em geral, eram vendedores de artigos alimentícios, responsáveis pela importação de boa parte dos gêneros não encontrados em solo brasileiro, a exemplo do azeite e do trigo. Alguns negociantes conseguiram fortunas comparáveis com a dos grandes senhores de engenho da região. Foi o caso de Bernardo Mendes da Costa, morador na cidade de Cachoeira que conseguiu acumular mais de quatrocentos contos de réis com seus negócios, e grande parte da sua riqueza estava nas dívidas ativas.

O Recôncavo não era a área de maior densidade da pecuária na Bahia, todavia algumas pessoas dedicavam-se a essa atividade. A criação de gado caprino, bovino e

¹²² ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/189/189/2064.

¹²³ APEB. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 03/963/1432/06.

suíno contava com o mercado local como principal consumidor, sobretudo os principais aglomerados urbanos da época. A cidade da Bahia era o mais notório deles, pois concentrava o mais volumoso índice demográfico da província da Bahia. A moradora da Freguesia de São Pedro da Muritiba, d. Balbina Maria da Conceição, criava gados na sua fazenda denominada Boa Esperança. Contava com cinco escravos e mais de cem cabeças de gado *vacum* e trinta de caprinos. Dentre os seus animais, ainda se registrava seis cavalos e quatro mulas que serviam na lida do campo¹²⁴.

A cana-de-açúcar era o principal produto de exportação da Bahia desde o início da ocupação portuguesa na América. Lavrar esse produto possibilitou o enriquecimento de muitos moradores da região. Plantavam cana os moradores do Iguape, sem condições de adquirir um engenho. Muitos dos lavradores que estavam produzindo moíam no engenho de um senhor que lhe cobrava parte da produção pelo uso dos equipamentos. Alguns lavradores de cana conseguiram, mesmo sem engenhos próprios, constituir uma fortuna considerável. Alguns desses eram grandes escravistas no Recôncavo. Manoel Estanislau de Almeida, lavrador em Santiago do Iguape, na Fazenda Capela de Santa Maria, era proprietário de setenta e um escravos. Apesar de toda essa escravaria, ele não dispunha de terras próprias. Em 1838, era um grande escravista, porém sem um palmo de terra seu. Mesmo sem terras próprias conseguiu fazer fortuna¹²⁵. Ao contabilizar todos os seus haveres, somou-se mais de 37:000\$000 (trinta e sete contos de réis), um valor expressivo na década de 1830. Um sobrado, em Cachoeira, custava a esse tempo mais ou menos 2:000\$000 (dois contos de réis), ou seja, com esse valor ele podia comprar, aproximadamente, dezoito imóveis urbanos desse tipo.

O café foi a lavoura mais importante para o Brasil no século XIX. O Recôncavo, entretanto, não se notabilizou como grande produtor desse gênero. A concentração dessas lavouras se deu nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gérias, e determinou a mudança do centro econômico do norte para o sul do país. Todavia, havia pessoas dedicando-se ao plantio de café em Cachoeira. As Freguesias de Cruz das Almas e de Muritiba foram as que mais concentraram os plantadores de café. Na Fazenda São Gregório, em Cruz das Almas, cultivava a rubiácea o casal Alexandre Silvino da Cunha e Leonor Maria da Cunha. Eles eram proprietários das terras onde

¹²⁴ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/171/171/1719.

¹²⁵ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/158/158/1539.

moravam e lavravam com o trabalho de nove escravos, todos descendentes de africanos. Esses eram pequenos lavradores¹²⁶.

Os senhores de engenho são uma categoria para a qual a produção historiográfica é bastante significativa. Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, remontou a sociedade patriarcal da colônia brasileira, principalmente, ressaltando o universo dos engenhos. Para ele, os engenhos representariam o coração de toda uma dinâmica social e econômica do Brasil colonial¹²⁷. No Recôncavo da Bahia, a cana-de-açúcar foi o principal produto plantado com destino externo. O açúcar, por grande parte do século XIX, foi o grande responsável pela maior parte da renda gerada na Província. Na região de Cachoeira, os engenhos também foram cruciais para a economia, mesmo que em dimensões mais modestas do que a de Santo Amaro e de São Francisco do Conde. A Freguesia de Santiago do Iguape era o principal centro produtor de açúcar do município de Cachoeira, porém não era o único. Esses senhores de engenhos, além de possuírem grandes propriedades e de terem muitos escravos, ocupavam cargos na política local. O Barão de Nagé, o mais rico proprietário dos nossos inventariados, com uma riqueza total de mais de quinhentos contos de réis, foi presidente da câmara local em várias legislaturas. Era morador do Engenho Matuim, no Outeiro Redondo¹²⁸.

Entre as categorias socioeconômicas mais frequentes nos documentos, encontramos os lavradores das várias culturas estabelecidas em Cachoeira, sejam eles plantadores de café, tabaco, mandioca ou cana. Eram eles preponderantes nessa paisagem. Excetuando os inventariados que conjugavam lavoura com outra função, havia 554 (56,5%) casos. Esses números atestam a relevância das relações do campo para a constituição das fortunas dessas pessoas. Desses lavradores encontrados, em mais da metade, o montante mais expressivo era o dos lavradores de alimentos: 167, ou seja, (17%) dos inventariados. Depois acompanhavam os lavradores de tabaco, com 114 (mais de 11,6%) dos inventariados. Em seguida, aqueles dedicados a plantar mandioca, os policultores, os lavradores de cana e café, respectivamente, noventa e sete ou (9,8%), oitenta e seis (8,7%), quarenta e seis (4,7%) e quarenta e quatro (4,5%) dos falecidos com inventário iniciado entre os anos de 1834 a 1889. Os lavradores de alimentos

¹²⁶ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/184/184/1951.

¹²⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*: formação da família da brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

¹²⁸ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/534/980/06.

constituíam-se no grupo mais representativo entre os residentes em toda Cachoeira em termos absolutos.

Se os lavradores eram maioria entre as categorias socioeconômicas de Cachoeira, não estavam sozinhos. Outras categorias mostraram-se presentes ao longo dos anos. São os casos, por exemplo, de atividades desempenhadas pelo grupo “vive de rendas” em 146 (14,9%) casos; dos lavradores e pecuaristas em 79 (8%) casos e dos negociantes, em outros 67 (6,8%) casos. Muitos daqueles enriquecidos, sobretudo com os negócios, investiam suas fortunas na aquisição de imóveis urbanos, residências ou estabelecimentos comerciais, cujo destino final era, comumente, o aluguel. Os homens de comércio, por seu turno, retiravam boa parte da sua renda da venda de suas mercadorias e, esporadicamente, destinavam parte dos seus lucros a empréstimos com prêmios anuais ou mensais.

No Recôncavo da Bahia, ainda que seja ressaltada a vitalidade das lavouras, a pecuária ocupou a vida econômica e social de diversificado número de indivíduos pessoas. Os criadores de animais sem vínculo com as lavouras somaram 49 (5%) dos inventariados. Os criadores mais diversificados foram aqueles que se dedicaram aos rebanhos de caprinos, suínos e bovinos. O gado bovino criado extensivamente, destinado ao corte, era o mais comum e servia como alimento destinado ao mercado consumidor da capital e de outros centros urbanos. Aqueles que se ocuparam do pastoreio eram, na maior parte dos casos, das freguesias de São Gonçalo dos Campos, Nossa Senhora do Resgate das Umburanas e Santo Estevão do Jacuípe¹²⁹.

Os donos de engenhos, grandes escravistas e proprietários de terra, sobressaiam-se em relação aos outros grupos pelo volume da riqueza acumulada. Em cifras absolutas, não representavam um grande número. Encontramos 19 (2%) deles. Apuramos a existência de grandes produtores de açúcar em vários locais: São Pedro da Muritiba, Outeiro Redondo, Santiago do Iguape, Cruz das Almas, Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos e, ainda, nos arredores da cidade de Cachoeira. No entanto, a maioria deles produzia açúcar nos engenhos localizados na Freguesia de Santiago do Iguape, a principal zona açucareira de Cachoeira nesse período. Nas imediações da urbe, o comendador Manoel Joaquim Navarro de Campos era dono do Engenho São Carlos. Esse proprietário, com inventário aberto em 1863, possuía quatro escravos, dois africanos e dois nativos, número muito pequeno dentro do universo dos senhores de

¹²⁹ SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 153-156.

engenho. Essa baixa presença de escravizados explica-se, ao menos em parte, pela tentativa de implantação de um sistema mecânico de “celindro e bomba” para moagem da cana-de-açúcar¹³⁰.

Manufatureiros e prestamistas, em que pese suas atuações díspares, tinham um elo compartilhado: todos habitavam a área urbana de Cachoeira. A indústria na Bahia do século XIX dava seus originários passos, portanto, não era um setor destacado no conjunto da economia da Província¹³¹. Somaram-se, meramente, seis (menos de 1%) dos inventariados. Desses, somente um não atuava na produção manufatureira de tabaco. Um dado relevante é a presença de escravos nessas manufaturas, onde se produzia cigarrilhas. O Tenente Manoel Balbino da Costa Brandão, residente no Arraial de São Félix, utilizou-se de seis cativos na fabricação de charutos¹³². Os prestamistas, isto é, os emprestadores, não excediam a 1% das pessoas encontradas. Contabilizamos seis indivíduos. Viviam das bonificações geradas pelos empréstimos concedidos. João Nepomuceno Bastos é um desses raros prestamistas. No seu rol de devedores havia mais de trezentos nomes. Muitos desses créditos apontaram-se como impagáveis. Era um risco pelo qual passavam os concessionários de dinheiro. Entretanto, suas propriedades, com um valor superior a 100:000\$000 (cem contos de réis), são um demonstrativo do enriquecimento gerado por essa atividade, mesmo com as referidas perdas¹³³.

Sob a designação “outros” encontramos 20 profissionais, e que se revelam uma variedade de profissões em Cachoeira. Compunham-se por profissionais liberais, artesãos e outros ofícios. Pertenciam aos estratos baixos da sociedade, mas houve casos de membros de políticos locais. O comendador Manoel Galdino de Assis, advogado, residente na Ladeira da Praça n.º 19, simbolizou, por sua vez, a elite política da Cachoeira¹³⁴. Este foi nomeado provedor da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira e eleito vereador da Câmara de Cachoeira¹³⁵. Francisco Torquato de Oliveira, alfaiate, cujas únicas posses eram uma “morada de casa térrea”, na Rua do Recreio, uma máquina Singer e parca mobília doméstica, representa a população pertencente às

¹³⁰ NASCIMENTO, Luiz Cláudio. *Bitedô onde moram os nagôs*. Rio de Janeiro: CEAP, 2010, p. 34-35; ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/951/1420/02.

¹³¹ SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹³² ALMEIDA, Paulo Henrique de. *A Manufatura do fumo na Bahia*. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1983; ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/164/164/1608.

¹³³ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/113/113/1091.

¹³⁴ Almanaque Mercantil de 1862, Cachoeira.

¹³⁵ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/111/111/1073.

camadas inferiores da sociedade cachoeirana¹³⁶. Por fim, aqueles inventariados sem informações sobre a sua categoria socioeconômica somaram 35 (3,5%) indivíduos.

Além de tratar das categorias socioeconômicas encontradas nos processos de inventários, é importante destacar o perfil das fortunas dos moradores de Cachoeira para melhor qualificar a riqueza daquele município. Para traçar esse perfil, elaboramos na tabela 1 uma classificação das fortunas, considerando cinco faixas de riqueza.

Tabela 1 – Classificação das fortunas em Cachoeira e freguesias (1834-1889)

Faixas de Riqueza		Inventários	
		Frequência absoluta	Frequência relativa
Pequena	100\$000 a 2:000\$000	290	30%
Média Baixa	2:001\$000 a 5:000\$000	313	32%
Média Alta	5:001\$000 a 20:000\$000	259	26%
Grande	20:001\$000 a 100:000\$000	104	10%
Muito Grande	100:001\$000 ou mais	15	2%
Total		981	100%

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários post-mortem.*

A maior parte das pessoas do nosso trabalho são aquelas com fortunas variando 100\$000 (cem mil réis) a 5:000\$000 (cinco contos de réis) e retratam a realidade das faixas de riqueza pequena e média baixa. Nesses segmentos encontram-se 603 processos analisados, mais de 60% do total, o que, evidentemente, atestam que um elevado número de pessoas não conseguiu atingir grandes níveis de fortunas. Na faixa de riqueza média alta, isto é, entre 5:001\$000 (cinco contos e mil réis) e 20:000\$000 (vinte contos de réis) havia 259 ou 26% inventariados. No estrato dos grandes afortunados, havia 104, aproximadamente, 10% dos proprietários de Cachoeira com bens. Por fim, a camada da riqueza muito grande foi atingida, apenas 15 indivíduos, cujo percentual contabilizou dois por cento dos inventariados.

Esses dados corroboram com as pesquisas historiográficas acerca do patrimônio privado em diferentes localidades do Brasil. Boa parte da posse acumulada estava nas mãos de um pequeno número de indivíduos. A grande maioria das pessoas que conseguiram chegar ao final da sua vida com posses, formaram as camadas pequena, média baixa e média alta. Essas três faixas somadas contaram com oitenta e oito por cento dos inventários. As fatias detentoras das maiores riquezas, os segmentos grande e

¹³⁶ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/109/109/1057.

muito grande, corresponderam a 12% dos moradores da cidade de Cachoeira e de suas freguesias.

A fim de expressar com mais exatidão a variação do comportamento dos ativos e do volume da riqueza, apresentaremos os dados por períodos decenais, com exceção do momento inicial e final dos anos estudados, pois extrapolaria os limites cronológicos previamente estabelecidos e justificados. Portanto, iniciaremos falando sobre os sete anos que vão de 1834 até 1840.

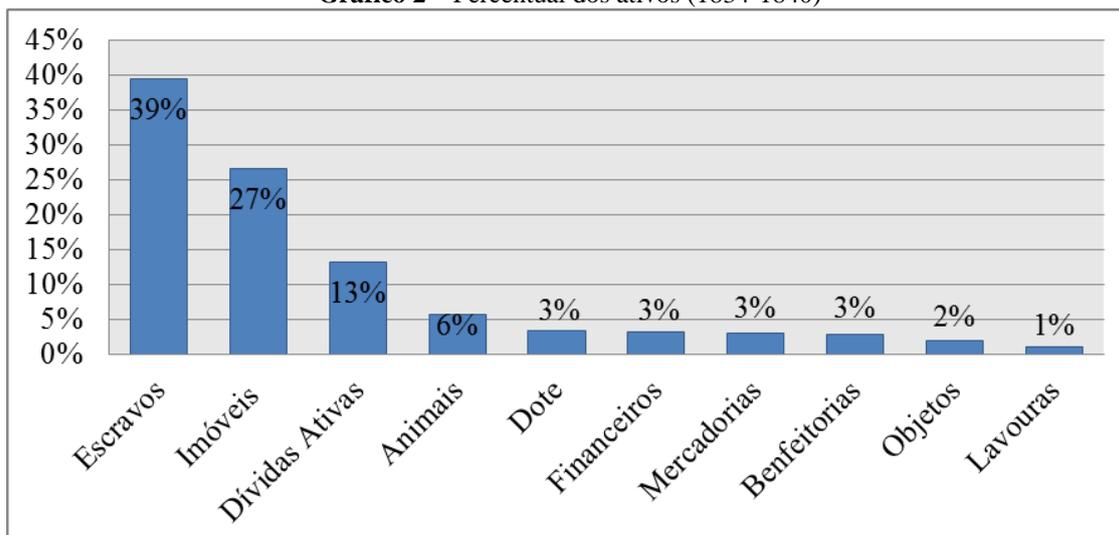
Tabela 2 – Classificação dos valores das fortunas na cidade da Cachoeira e freguesias (1834-1840)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequena	38	39%	39:817\$907	6%
Média Baixa	33	34%	109:462\$501	16%
Média Alta	16	16%	146:737\$538	21%
Grande	11	10%	387:604\$525	57%
Muito Grande	00	0%	0	0%
Total	97	100%	683:622\$471	100%

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários post-mortem.*

Encontramos nos primeiros sete anos do período em estudo, noventa e sete inventariados que, somados os seus montes-mores, atingiram um volume de 683:622\$471 (seiscentos e oitenta e três contos, seiscentos e vinte e dois mil e quatrocentos e setenta e um réis). Esse valor, dividido entre as cinco categorias, ficou distribuído nas faixas das riquezas pequenas e médias, e equivaleram a 89% dos indivíduos. Essas três faixas juntas concentraram um menor valor que a faixa dos grandes inventariados, esta 57% e aquelas 43%. As pessoas com fortunas muito grandes não foram encontradas nesse período.

A divisão dos bens em ativos para o período de 1834 a 1840 nos permite verificar a frequência dos ativos dos 97 inventariados apresentados na tabela 2. Três componentes do patrimônio se sobressaíram no conjunto dos bens acumulados pelos moradores de Cachoeira e freguesia. Eram eles os escravos, os imóveis e as dívidas ativas, como podemos ver no gráfico 2:

Gráfico 2 – Percentual dos ativos (1834-1840)

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários post-mortem.*

A relevância dos escravos e imóveis salta aos olhos e mostra que a estrutura produtiva do Recôncavo no período requeria um grande número de mão de obra escrava nas propriedades agrícolas. No universo urbano esses trabalhadores exerciam atividades do ganho, desempenhavam funções no setor de serviços comum na cidade de Cachoeira e no Porto de São Félix. As dívidas ativas revelam uma importância do setor creditício no total das fortunas. Os animais representaram 6% dos ativos e bens como dotes, finanças e mercadorias, benfeitorias, objetos e lavouras não superaram a marca dos 3% e, em conjunto, constituíram apenas 15% da riqueza do período.

Nos anos que antecederam o término do tráfico externo, isto é, na década de 1840, compilamos dados provenientes de 135 inventários *post-mortem*. Da mesma forma como aconteceu no início do período deste trabalho, encontramos uma grande retenção de riqueza entre a faixa média alta e grande.

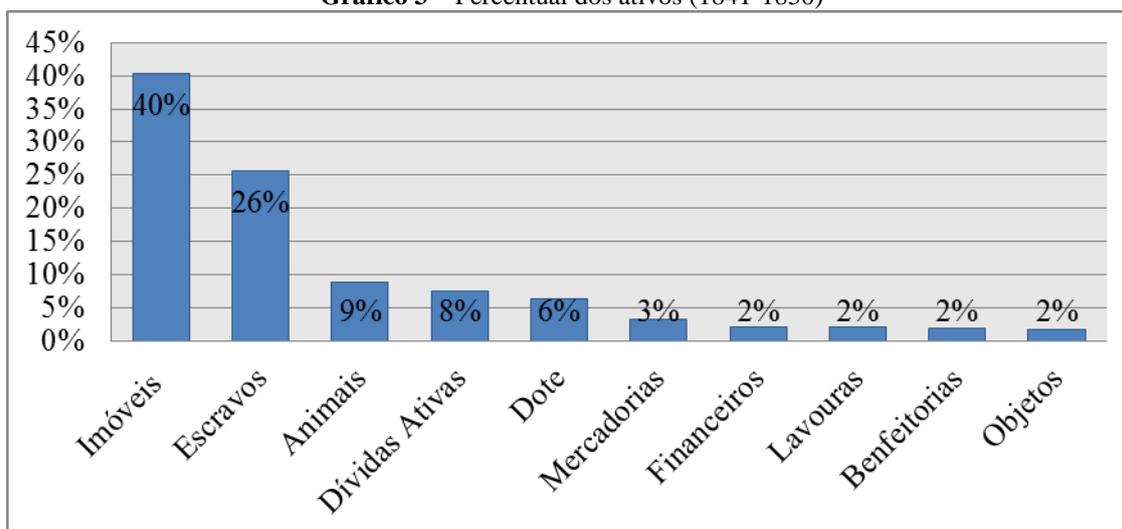
Tabela 3 – Classificação dos valores das fortunas na cidade da Cachoeira e freguesias (1841-1850)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequena	46	34%	46:978\$035	6%
Média Baixa	46	34%	145:797\$821	18%
Média Alta	37	27%	350:252\$036	42%
Grande	06	4%	283:326\$160	34%
Muito Grande	00	0%	0	0%
Total	135	100%	826:354\$052	100%

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários post-mortem.*

A maioria dos autos de inventários, 92 deles, era proveniente dos segmentos mais baixo da riqueza. Esses eram possuidores de vinte e quatro por cento da riqueza total, apesar de somarem 68% dos inventariados do decênio. As fortunas média alta e grande referem-se a 43 indivíduos e representam 31% das fortunas. Todavia, exibiam 76% de toda a riqueza desses anos. Não houve casos de moradores com riqueza superior ou igual a 100:001\$000 (cem contos e mil réis).

Gráfico 3 – Percentual dos ativos (1841-1850)



Fonte: Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários *post-mortem*.

A média dos ativos para a quarta década do século XIX manteve imóveis, escravos, dívidas ativas e animais como os principais bens acumulados pelos cachoeiranos. Contudo, a proeminência que, no primeiro momento fora dos escravos, passou a ser dos imóveis. Os imóveis atingiram 40% da riqueza dos inventariados levantados nessa década, seguido pelos escravos, com 26%; pelos animais, com 9%; dívidas ativas, com 8%; dote, com 6%; e as outras posses eram de 11%, vistos de forma agregada. De forma individual, nenhum dos ativos que compuseram esses 11% da amostra superou 3% do patrimônio.

Tabela 4 – Participação relativa dos valores no total da riqueza inventariada (1834-1850)

Média por Períodos			
Ativos	1834/1840	1841/1850	1834/1850
Imóveis	27%	40%	33,5%
Escravos	39%	26%	32,5%

Dívidas Ativas	13%	8%	10,5%
Animais	6%	9%	7,5%
Financeiros	3%	2%	2,5%
Mercadorias	3%	3%	3%
Benfeitorias	3%	2%	2,5%
Lavouras	1%	2%	1,5%
Objetos	2%	2%	2%
Dote	3%	6%	4,5%
Total	100%	100%	100%

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários post-mortem.*

Visto de maneira geral, os anos iniciais têm os contornos sugeridos pela tabela 4. Os imóveis mantiveram-se como os principais ativos entre 1834 e 1850, com 33,5% do total dos bens acumulados pelos moradores da cidade de Cachoeira e suas freguesias. Os escravos alcançaram quase o mesmo patamar do valor atingido pelos imóveis, alcançando a cifra de 32,5% dos ativos. Depois desses dois bens, que juntos representaram 66% da riqueza, vieram as dívidas ativas, com 10,5%; os animais, com 7,5%; e os dotes, 4,5%. O restante dos bens, financeiros, mercadorias, benfeitorias, lavouras e objetos não superaram a marca de 2,5% e todos juntos perfizeram 11,5% do total dos bens.

Grosso modo, podemos atestar que, antes de 1850, a estrutura de acumulação dos bens em Cachoeira era constituída por imóveis, escravos, dívidas ativas e gado. Esses quatro itens representaram, aproximadamente, 85% das fortunas amealhadas pelos moradores da localidade. Isso se deve a uma relação intrínseca do setor produtivo, principalmente, o agrário, com a mão de obra escrava e o uso das terras na produção de gêneros de exportação e consumo no mercado regional e local. As dívidas ressaltam o importante papel do setor de serviços na cidade de Cachoeira, cujo comércio era o mais vultoso financeiramente. Vale frisar que muitos comerciantes acumulavam boa parte da sua riqueza sob a forma de dívidas ativas. Por fim, os animais serviram, sobretudo, para o abastecimento dos principais núcleos demográficos do Recôncavo, sertões e capital da Província e auxiliavam nas plantações de tabaco, açúcar e mandioca, sendo força motriz.

A cólera atingiu fortemente a cidade de Cachoeira e muitas outras do Recôncavo em meados da década de 1850. Essa epidemia, como destacamos em momento anterior, provocou a morte de milhares de pessoas, havendo uma influência direta do aumento no número de inventários após esse momento.

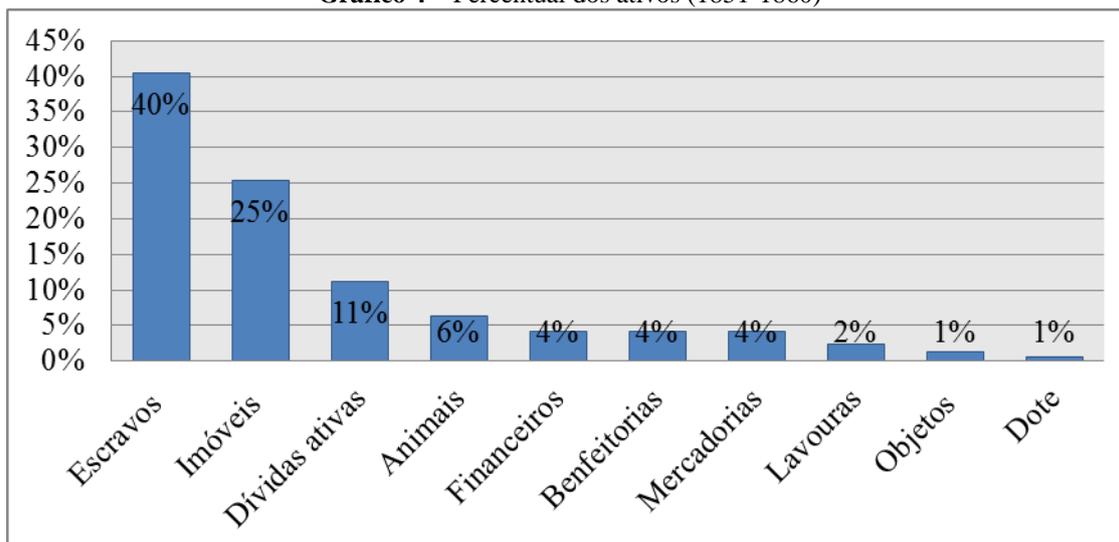
Tabela 5 – Classificação dos valores das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesias (1851-1860)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequena	75	31%	85:770\$361	3%
Média Baixa	70	29%	226:638\$197	9%
Média Alta	62	26%	643:420\$375	25%
Grande	30	13%	1.176:773\$961	47%
Muito Grande	02	1%	395:234\$958	16%
Total	239	100%	2.527:837\$852	100%

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários post-mortem.*

Contabilizamos 239 inventários referentes ao período de 1851 a 1860. Desses autos, 60% eram de pessoas cujas fortunas não superaram a marca dos 5:000\$000 (cinco contos de réis), ou seja, situavam-se entre a pequena e a média baixa categoria da riqueza. Outros 26% dos processos eram de pessoas com riqueza variando entre cinco contos de réis a vinte contos de réis. Esses três primeiros estratos, com riqueza entre 100\$000 (cem mil réis) e 20:000\$000 (vinte contos de réis) corresponderam a 86% dos inventários da nossa amostra. No entanto, quando analisamos o valor da riqueza desses três grupos, percebemos que congregaram somente 37% dos bens acumulados no período. A faixa das grandes fortunas acumulou os maiores cabedais, representando 47% dos valores da amostragem do decênio. Por fim, pela primeira vez, encontramos inventários de pessoas que acumularam mais de 100:001\$000 (cem contos e mil réis). Eles representaram apenas 1% dos envolvidos e conservaram 16% dos valores da riqueza.

A preponderância perdida para imóveis pelos bens em escravos, na década de 1840 foi recuperada entre os anos de 1851 e 1860. Exatamente 40% do valor dos bens arrolados eram em escravos. Depois desse bem, os imóveis apareceram com 25%, as dívidas ativas com 11% e os animais com 6% do total dos valores dessa década. Da mesma forma como ocorreu nos períodos anteriores, escravos, imóveis, dívidas ativas e animais foram os quatro ativos mais destacados e representavam 82% das propriedades. Os outros 18% eram formados por: financeiros, 4%; benfeitorias, 4%; mercadorias, 4%; lavouras, 2%; objetos, 1%; e dotes 1%.

Gráfico 4 – Percentual dos ativos (1851-1860)

Fonte: Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários *post-mortem*.

De acordo com a tabela 6, nos anos 1860, a concentração da riqueza nas faixas dos grandes e muito grandes inventariados foi maior do que aquela encontrada para os dez anos anteriores. Trinta e quatro proprietários (ou 15%) detiveram 74% do valor da riqueza nesse momento. Entretanto, as faixas das fortunas pequenas e médias agregaram 85% dos inventariados, porém com diminutos vinte e seis por cento do valor do montante global. Mais uma vez, atesta-se uma concentração das fortunas nas camadas dos poucos indivíduos com fortunas acima de 20:000\$000 (vinte contos de réis).

Tabela 6 – Classificação dos valores das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesias (1861-1870)

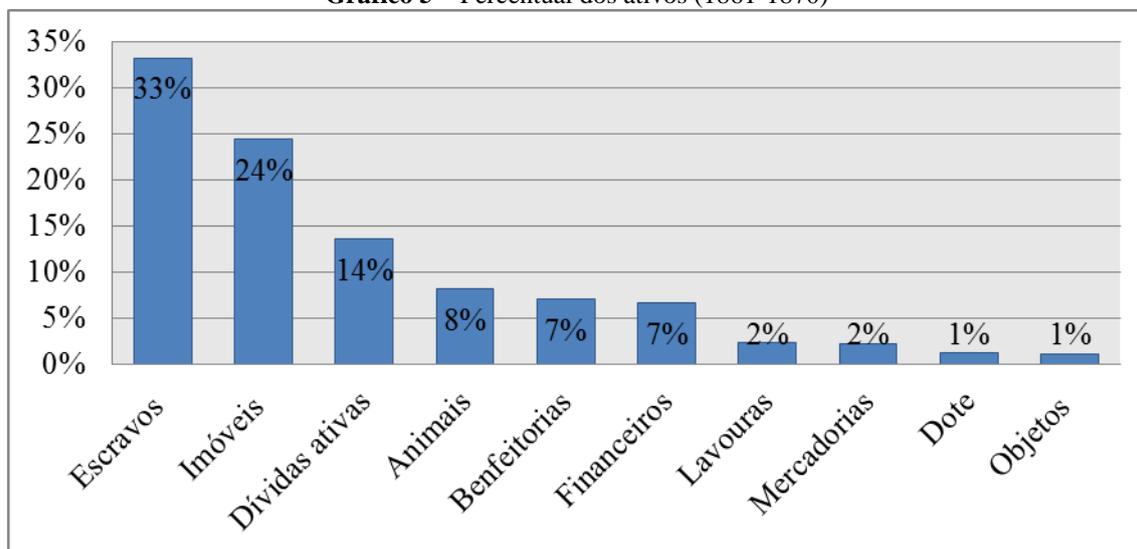
Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequena	54	24%	58:923\$419	2%
Média Baixa	78	34%	257:528\$200	7%
Média Alta	62	27%	593:212\$093	17%
Grande	28	12%	1.258:991\$151	36%
Muito Grande	06	3%	1.343:521\$571	38%
Total	228	100%	3.512:176\$434	100%

Fonte: Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários *post-mortem*.

Conforme os dados apresentados no gráfico 5, o cenário da variação dos bens constantes nas fortunas em Cachoeira não sofreu grandes alterações. Os mesmos quatro ativos: escravos, imóveis, dívidas ativas e animais, destacados desde o início do período analisado, chegaram aos anos 1860 como os principais entre os haveres na cidade. Os

escravos, tal qual aconteceu nos vinte anos anteriores, eram os bens mais comuns, com 33%; os imóveis vinham em segundo lugar, com 24%, no entanto seu percentual diminuiu em relação ao decênio anterior; a seguir vinham as dívidas ativas, com 14%; e animais, com 8%. É necessário frisar o aumento de dois outros ativos, benfeitorias e financeiros, ambos com sete por cento do montante. Esses bens demonstram a importância que ganharam as construções em algumas fazendas e o aparecimento de ações no mercado local e/ou regional. Constituíam os demais 6% da riqueza: lavouras, 2%; mercadorias, 2%; dotes, 1%; e objetos, 1%.

Gráfico 5 – Percentual dos ativos (1861-1870)



Fonte: Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários *post-mortem*.

As décadas que se seguiram ao fim do tráfico externo de escravos, ocorrido em 1850, segundo os dados, não tiveram grande influência desse fato no que se refere à composição das fortunas dos cachoeiranos. Observando a tabela 7, referente aos anos 1851 até 1870, os dados revelam uma composição de bens muito próxima daquelas verificadas entre os anos de 1834 e 1850. Os imóveis eram ainda os bens mais significativos totalizando 32%, os escravos vinham em segundo lugar com 29%. As dívidas ativas, com 12,5%, e os animais, com 7%, ocuparam, respectivamente a terceira e o quarta posição em importância. Esses quatro bens concentraram 80,5% das composições dos espólios em geral. Os outros 19,5% distribuíram-se entre mercadorias, 3%; lavouras, 3%; benfeitorias, 5,5%; dote, 1,5%; objetos, 1%; e financeiros 4%. Dessa maneira, podemos dizer que não houve grandes variações no padrão da fortuna privada durante os quatro primeiros decênios do tempo analisado, mesmo com as mudanças

passadas pelo Império do Brasil, sobretudo em meados dos oitocentos. O Recôncavo, ao que parece, sofreu uma estabilidade econômica, não havendo grandes produtos ou mudanças sociais a ponto de modificar de maneira relevante os padrões da riqueza.

Tabela 7 – Participação relativa dos valores no total da riqueza inventariada (1851-1870)

Ativos	Média por Períodos		
	1851/1860	1861/1870	1851/1870
Imóveis	40%	24%	32,00%
Escravos	25%	33%	29,00%
Dívidas Ativas	11%	14%	12,50%
Animais	6%	8%	7%
Mercadorias	4%	2%	3,00%
Lavouras	4%	2%	3,00%
Benfeitorias	4%	7%	5,50%
Dote	2%	1%	1,50%
Objetos	1%	1%	1%
Financeiros	1%	7%	4,00%
Total	100%	100%	99%

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários post-mortem.*

Ao caminharmos para os anos finais do objeto desta dissertação, percebemos que a maior parte dos inventariados desse período pertencia à faixa de riqueza média alta, isto é, 55, como vemos na tabela 8. Na sua totalidade, foram colhidas informações de 167 inventários. Além de expressarem esses dados, apresentam ainda que os pequenos afortunados, 23% das pessoas, somavam 2% da riqueza; os médios baixos, com 30% dos processos, possuíam apenas 7% do patrimônio integral. As outras três camadas, ou seja, a média alta, a grande e a muito grande possuíam os outros 90% restantes.

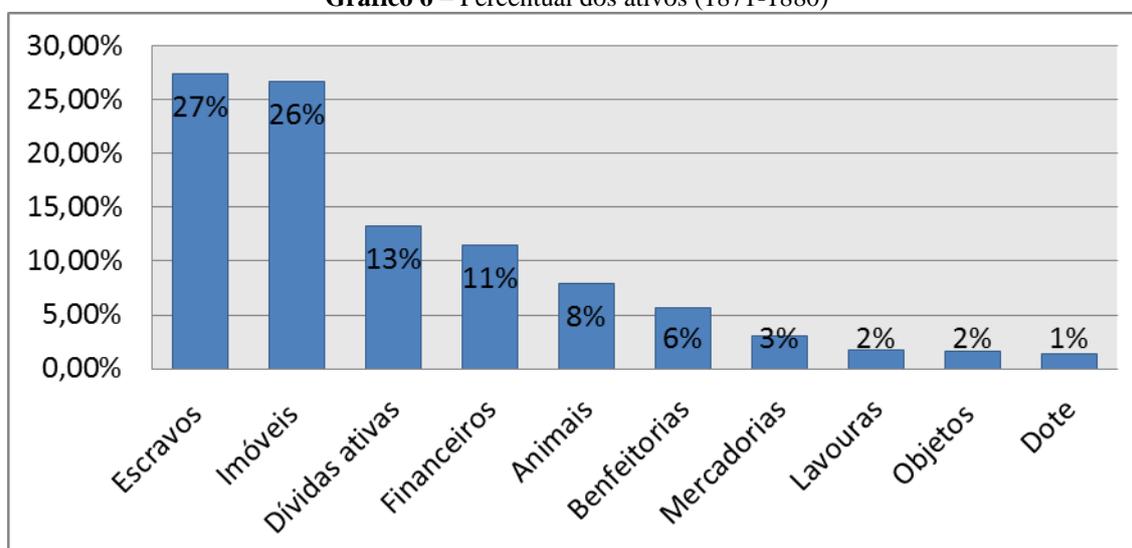
Tabela 8 – Classificação dos valores das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesias (1871-1880)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequena	39	23%	46:094\$265	2%
Média Baixa	50	30%	164:174\$230	7%
Média Alta	55	33%	518:046\$459	23%
Grande	19	11%	656:904\$621	30%
Muito Grande	04	2%	825:062\$525	37%
Total	167	100%	2.210:282\$100	100%

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários post-mortem.*

Pela primeira vez os três ativos mais importantes sofreram alteração, isso pode ser visto no gráfico 6. Os animais, que figuravam como um bem entre os quatro ativos mais destacados, deram lugar aos financeiros, estes com 11% e aqueles com 8%. Os ativos financeiros crescem a partir da década de 1850, pois se expande o acúmulo de riqueza em ações bancárias e de companhias ferroviárias locais. Entre os outros três bens mais recorrentes não houve mudança de posição, todavia, com escravos 27,37%, e imóveis, com 26,64%, praticamente representaram o mesmo valor no total em questão, a diferença entre ambos era de 9% para a década anterior. Todos os outros bens juntos possuíam 14% da fatia acumulada. Eram eles: benfeitorias, 6%; mercadorias, 3%; lavouras, 2%; objetos, 2%; e dotes, 1%.

Gráfico 6 – Percentual dos ativos (1871-1880)



Fonte: Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).
Inventários *post-mortem*.

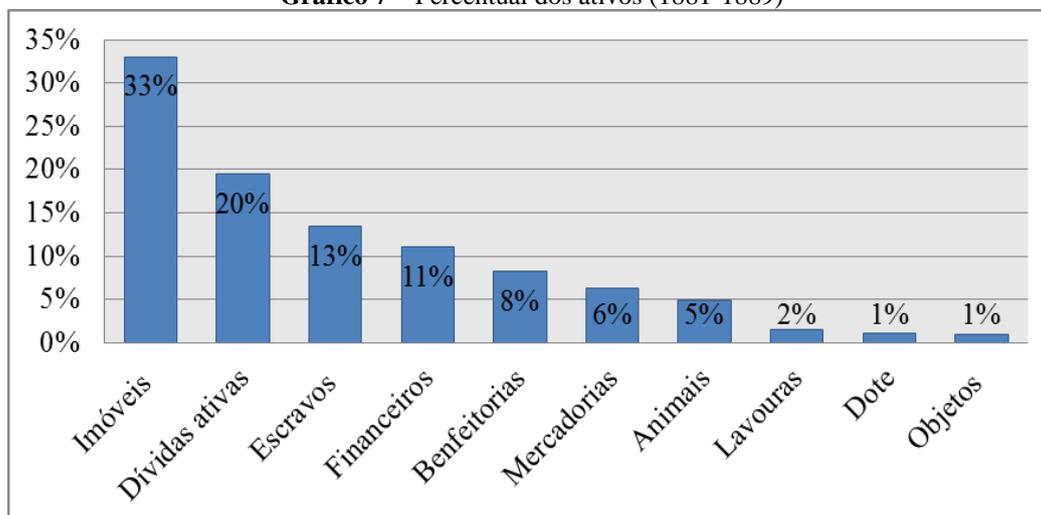
Para o momento final do período por nós estudado, que vai de 1881 a 1889, somente três inventários de fortunas muito grandes foram responsáveis pela metade da riqueza inventariada. Eram três por cento dos inventariados retendo 50% da riqueza, o que revela uma concentração ainda maior que nos decênios anteriores. A outra metade restante estava dividida entre as outras faixas sociais. O grupo das fortunas mais modestas, cujo número absoluto de inventários foram 39, ou 34%, tinham apenas 3% do valor total. Em seguida, vinha o grupo de riqueza média baixa, com 35% dos inventariados e 8% da riqueza geral e, finalmente, os segmentos média alta e grande que, juntos, somaram 38 inventariados, representando 39% do valor total da riqueza.

Tabela 9 – Classificação dos valores das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesias (1881-1889)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	39	34%	42:256\$574	3%
Médias Baixas	35	30%	125:806\$093	8%
Médias Altas	27	23%	273:363\$670	17%
Grandes	11	10%	347:809\$567	22%
Muito Grandes	03	3%	799:428\$071	50%
Total	115	100%	1.588:663\$975	100%

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários post-mortem.*

Como é possível visualizar no gráfico 7, o último período é o mais revelador das transformações pelas quais passaram a posição dos valores dos bens que compunham a riqueza dos moradores do município de Cachoeira. Os escravos deixaram de ser a principal riqueza e passaram para o terceiro lugar, com 13% dos bens mais importantes. Isso se deve, em grande medida, ao declínio da escravidão na região e às lutas abolicionistas, que se acirraram entre as décadas de 1870 e 1880. Esse era um momento, pelo visto, de redefinições econômicas no âmbito privado. As dívidas ativas, representando 20% da riqueza do período, sugerem uma busca por crédito, dadas as modificações passadas pelo setor produtivo, ou seja, o fim da escravidão fez surgir novas relações de trabalho e essas, em muitas situações, para serem implementadas, necessitavam de capitais. Esses capitais, muitas vezes, eram buscados por meio de empréstimos, daí, provavelmente, o aumento das dívidas ativas entre os bens.

Gráfico 7 – Percentual dos ativos (1881-1889)

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários post-mortem.*

Os imóveis eram o principal ativo. Mais de 30% de todo o acumulado pelos inventariados do *corpus* documental estava em terras ou casas. O declínio e, depois término da escravidão, não afetou esse ativo, pois as terras continuaram sendo a principal fomentadora das relações de produção do Recôncavo da Bahia. As ações, letras, títulos públicos, todos aglomerados nos ativos financeiros, evidenciam uma dinâmica já percebida em momentos anteriores, qual seja, a importância cada vez maior desses bens, principalmente depois do fim do tráfico externo e foi se aprimorando nas décadas posteriores. As benfeitorias, mercadorias, animais, lavouras, dotes e objetos não superaram 1/4 da riqueza acumulada.

À medida que chegamos ao fim dos anos estudados, fica evidente a diminuição da importância dos escravos como bens. Entre 1871 e 1899, estes eram 20% do total daquilo que havia sido deixado de herança. A título de comparação, é importante lembrarmos que, entre os 1850 a 1870, eles formaram 29% da riqueza. Os imóveis mantiveram a sua relevância, com 30% do total do acúmulo de riqueza. Em seguida, dois ativos característicos da mudança encetada pelo fim da escravidão, as dívidas ativas, com 16,5% e os financeiros, com 11%. Tomar emprestado e investir no mercado financeiro tornaram-se ações mais recorrentes, na medida em que avançavam os anos na marcha para o término do século XIX. Animais e benfeitorias, respectivamente com 6,5% e 7%, seguiam os bens mais salientes. Em suma, fechavam os bens as mercadorias, com 4,5%; as lavouras, com 2%; objetos, com 2%; e dotes, com 1%. Essas transformações são apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 10 – Participação relativa dos valores no total da riqueza inventariada (1871-1889)

Ativos	Média por Períodos		
	1871/1880	1881/1889	1871/1889
Escravos	27%	13%	20,00%
Imóveis	27%	33%	30,00%
Dívidas ativas	13%	20%	16,50%
Financeiros	11%	11%	11%
Animais	8%	5%	6,50%
Benfeitorias	6%	8%	7,00%
Mercadorias	3%	6%	4,50%
Lavouras	2%	2%	2,00%
Objetos	2%	1%	2%
Dote	1%	1%	1,00%
Total	100%	100%	100%

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Inventários post-mortem.*

De todos os tipos de bens analisados, aqueles que se mostraram mais estáveis foram os imóveis. Começaram sendo 27%, passaram por uma crescente e atingiram o seu ápice na década de 1840. No momento seguinte, sofreram uma queda, atingindo 25% do patrimônio total dos inventariados, e mantiveram-se por mais duas décadas aproximadamente nesses mesmos 25%. Só voltariam a retomar o crescimento no último momento desta pesquisa, chegando a 33%. Ao lado dos imóveis, os escravos eram o bem mais recorrente na composição das fortunas. Iniciam com 39% desse total, sofrendo uma queda e atingindo a marca de 26% nos anos de 1840. No meado do século, retomaram o fôlego anterior alcançando a marca de 40% da riqueza. Após esse crescimento, foi sensível o seu decréscimo a cada década. Representaram 33% nos anos 1860, aproximadamente 27% nos anos 1870, e nos anos 1880 sofreram seu maior decréscimo, chegando a ser apenas 13% da riqueza.

Tabela 11 – Percentual dos ativos na cidade de Cachoeira e freguesias (1834-1889)

Ativos	Períodos					
	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	39%	26%	40%	33%	27,37%	13%
Imóveis	27%	40%	25%	24%	26,64%	33%
Dívidas Ativas	13%	8%	11%	14%	13%	20%
Animais	6%	9%	6%	8%	8%	5%
Financeiros	3%	2%	4%	7%	11%	11%
Benfeitorias	3%	2%	4%	7%	6%	8%
Mercadorias	3%	3%	4%	2%	3%	6%
Lavouras	1%	2%	2%	2%	2%	2%
Objetos	2%	2%	1%	1%	2%	1%
Dote	3%	6%	1%	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: *Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)*. Inventários *post-mortem*.

As dívidas ativas tenderam a um leve crescimento contínuo a partir da década de 1840, atingindo seu maior valor no final dos anos oitenta. Os animais, até certo ponto, tenderam a uma estabilidade, com percentuais que variaram durante o período entre 5% a 9%, seu cume foi atingido na década de 1840; enquanto que, o seu mais baixo valor foi notado entre os anos de 1880. Financeiros e benfeitorias demonstraram muitas semelhanças entre si. A exceção foi a década de 1870, quando o financeiro continua crescendo, porém as benfeitorias sofreram um leve decréscimo. Contudo, ambos seguiram para um crescimento a partir da década de 1840, conseguindo seu mais alto valor no último decênio.

As mercadorias nunca superaram seis por cento da riqueza dos moradores dessa área do Recôncavo da Bahia. Iniciam o período e continuam na década seguinte com três por cento da riqueza, passando a 4% na década 1850, indo a 2% na de 1860, voltando a 3% em 1870, e atingindo 6%, em 1880. As lavouras, apesar da sua importância na dinâmica da economia local, pois eram elas que davam o tom de boa parte do setor produtivo, se mostrou um item bastante estável. Apenas nos anos iniciais não eram 1% e 2% em todos os outros cinco períodos.

Os objetos de uso pessoal e domésticos, apesar da sua ampla recorrência em volume, representavam pouco dentro do cenário total das posses acumuladas pelas pessoas, variando entre 1% e 2% por todo o quadro temporal. Por fim, os dotes deixam de constituir uma realidade evidente ao passar das décadas. Na primeira metade do século XIX era mais sensível dentro do conjunto das fortunas, entretanto, do meado do século XIX ao final perdem a sua relativa importância enquanto um item da dinâmica dos bens.

CAPÍTULO II: A RIQUEZA NAS FREGUESIAS CACHOEIRANAS

Quando tomamos a decisão de realizar uma pesquisa histórica surge a necessidade de determinarmos um espaço a ser analisado, a partir de um tema e um período previamente estabelecido. Definir a área é uma prerrogativa básica do ofício do historiador. No entanto, não basta delimitar territorialmente o espaço. Necessita-se criar delimitações territoriais e sociais, econômicas ou administrativas que justifiquem essa escolha. Cachoeira, nosso município de estudo, se enquadra nessa definição, pois é composto por diversas freguesias, as quais dividimos em quatro áreas, levando em consideração as suas peculiaridades econômicas. Cada uma delas possuem especificidades, mas estão interligadas formando o todo circunscrito em limites administrativos conforme podemos ver no mapa 1. Neste capítulo procuramos apresentar como era composta a riqueza de cada uma das áreas. Definimos por área I as freguesias de Cachoeira e São Félix, que era o núcleo urbano da nossa grande área. Ela se caracterizava pelo investimento em casas, indivíduos que viviam de rendas, pelos profissionais liberais. As casas comerciais destacavam-se nessa localidade que abrigava os portos de Cachoeira e de São Félix, principais vias de contato entre Salvador, o sertão e demais ligações com outros territórios¹³⁷.

A área II era formada pela freguesia de Santiago do Iguape, em que o açúcar predominou, a presença da mão de obra escrava nesse termo foi incomparavelmente maior do que as das outras localidades, a acumulação total da riqueza desses moradores foi também de maior montante. Nessa área estavam localizados, além dos plantadores de açúcar, os senhores de engenhos, os homens abastados de Cachoeira. A área III abrangia Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Umburanas e Santo Estevão do Jacuípe, nesse espaço encontramos as lavouras de tabaco, mandioca, alimentos e a presença da pecuária era marcante. Por fim, a área IV, composta por Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo, se diferenciava da área III pela existência de grandes criações de bovinos, caprinos e da presença de lavradores de café. Essas quatro áreas se interligavam mantendo relações umas com as outras.

¹³⁷ LE GOFF, Jacques. Cidade. In: LE GOFF, J.; Schmitt, J.. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 9.; GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito e região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 15. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2012, p. 52-56; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, Região e Globalização*. op. cit., p. 20.

Figura 3 – Mapa¹³⁸ do município de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira



Fonte: Adaptado de Barickman (2003).

¹³⁸ Este mapa é uma adaptação da carta *Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX*, que se encontra disponível no livro *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, de Bert J Barickman (2003). A adaptação foi realizada com base nos inventários *post-mortem* de Cachoeira. A produção técnica deve-se a Uriálisson Matos Queiroz.

2.1 A RIQUEZA DO NÚCLEO URBANO: A CIDADE DE CACHOEIRA E A FREGUESIA DE SÃO FÉLIX

A cidade de Cachoeira e a freguesia de São Félix se caracterizavam como lugares onde a presença do comércio foi mais significativa. Os escravos, apesar de compor boa parte da riqueza dos moradores, nunca atingiram o posto número um entre os principais ativos. A acumulação estava primordialmente colocada nos imóveis. Além dos escravos e imóveis, dívidas ativas e mercadorias eram os outros bens que se destacavam durante todo o período no total das fortunas amealhadas pelos habitantes desses dois territórios.

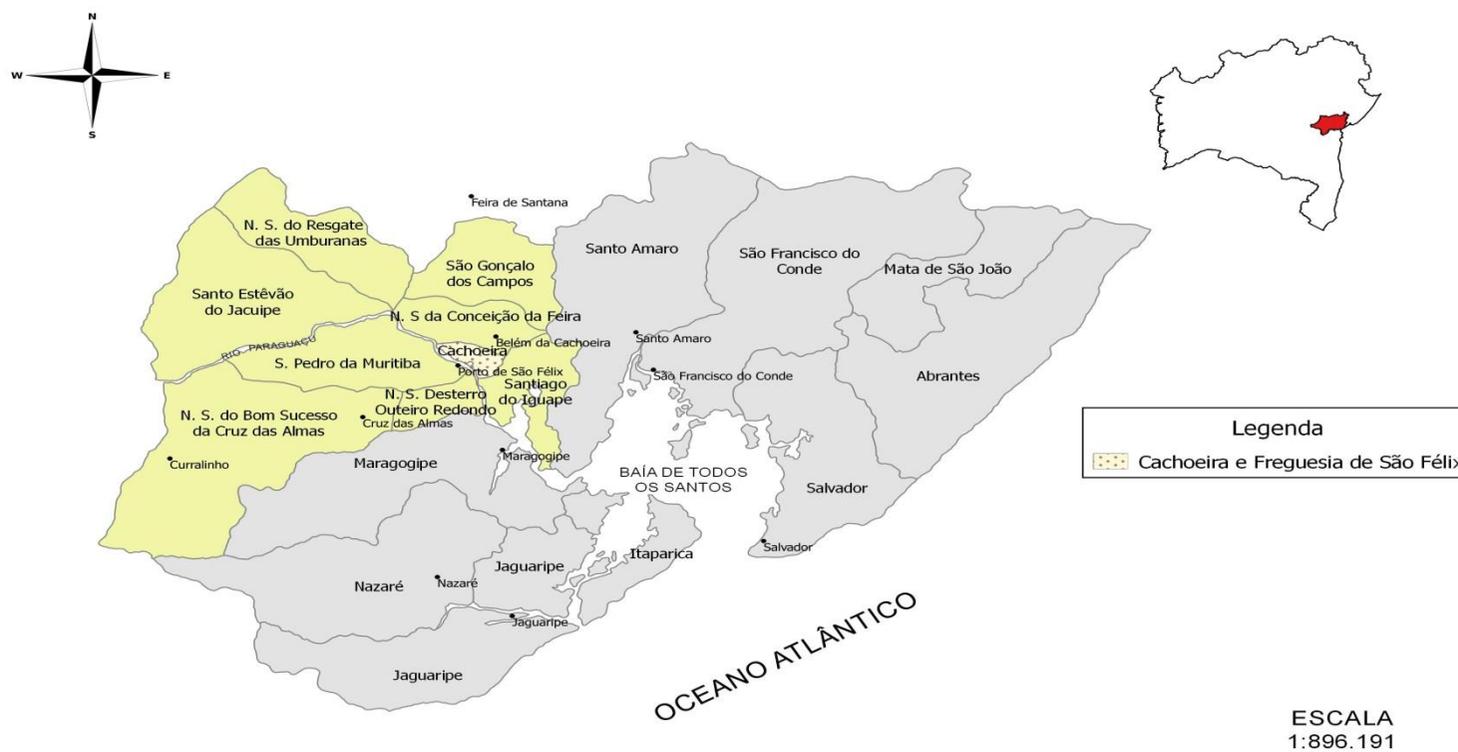
Entre os anos 1834 e 1840 encontramos 26 inventariados na cidade de Cachoeira. Deste valor, 12 eram indivíduos cuja riqueza não superou 2:000\$000 (dois contos de réis). Apesar de serem mais de 45% das pessoas obtiveram 7% do total da riqueza. As categorias classificadas como médias, baixas e altas tiveram, ambas, 11 ocorrências; a primeira, somou 27% das pessoas e 16% da riqueza; a segunda, 15% dos inventariados e 23% da riqueza no período. Por fim, as grandes fortunas somaram três ou 12% dos casos. E esses proprietários possuíam mais da metade de toda a riqueza entre os anos de 1834 e 1840.

Tabela 12 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1834-1840)

Faixas de Riqueza	Frequência absoluta dos inventariados	Frequência relativa dos inventariados	Total Riqueza	%
Pequenas	12	46%	11:442\$470	7%
Médias Baixas	07	27%	27:592\$215	16%
Média Altas	04	15%	38:629\$646	23%
Grandes	03	12%	93:760\$093	55%
Muito Grandes	00	0%	0	0%
Total	26	100%	171:424\$424	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Figura 4 – Mapa¹³⁹ de Cachoeira e freguesia de São Félix



Fonte: Adaptado de Barickman (2003).

¹³⁹ Este mapa é uma adaptação da carta *Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX*, que se encontra disponível no livro *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, de Bert J Barickman (2003). A adaptação foi realizada com base nos inventários *post-mortem* de Cachoeira. A produção técnica deve-se a Uriálisson Matos Queiroz.

Na tabela 13 estão listados os bens que compuseram a riqueza dos indivíduos que formavam as cinco faixas das fortunas. Os mais destacados no montante total foram os imóveis, os escravos, as dívidas ativas e as mercadorias. Os imóveis atingiram quase 40% das fortunas, os escravos vieram em segundo lugar com 30%, mais abaixo com percentuais muito próximos estiveram as dívidas ativas com 12% e as mercadorias com 10%. Esses quatro ativos, vistos em conjunto, representavam mais de 90% dos bens dos moradores dessas localidades. Os outros 9% distribuíam-se entre financeiros 3%, objetos 3%, animais 2% e dote 1%.

Tabela 13 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1834-1840)

Ativos	%
Escravos	30%
Imóveis	39%
Dívidas ativas	12%
Animais	2%
Dote	1%
Financeiros	3%
Mercadorias	10%
Benfeitorias	0%
Objetos	3%
Lavouras	0%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Na década de 1840 encontramos 28 proprietários residindo na cidade de Cachoeira e sua freguesia de São Félix. Desses 9 ou 32% delas eram detentores de pequenas fortunas. Outras 6 pertenciam a faixa média baixa da riqueza. Nas fortunas médias altas aparecem 8 indivíduos e, por fim, as pessoas que conseguiram atingir o patamar das grandes fortunas eram 18%. Tomados em conjunto os afortunados possuidores de riquezas pequenas e médias eram donos de 29%, enquanto que os detentores de grandes fortunas eram 18% com 71% da riqueza para o período. Não houve riquezas muito grandes nesses anos.

Tabela 14 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1841-1850)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	09	32%	6:962\$245	2%
Médias Baixas	06	21%	19:035\$170	5%
Médias Altas	08	29%	75:915\$929	21%
Grandes	05	18%	253:714\$560	71%
Muito Grandes	00	0%	0	0%
Total	28	100%	355:627\$904	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

No decênio de 1841-1850 a riqueza concentrou-se em imóveis, escravos, mercadorias e dívidas ativas. Os imóveis eram 33% do total dos bens, os escravos 27%, as mercadorias 12% e as dívidas ativas 11%. Somados estes quatro ativos atingiram a cifra de 83% da riqueza. A dinâmica comercial dessa área favoreceu a concentração nesses bens. O restante das fortunas esteve dividido em animais, 9%; benfeitorias, 3%; objetos, 2%; financeiro, 2%; e lavoura, 1%. Não houve, entre os inventariados, ocorrência de dote. Os bens, nessa década, seguiram o padrão do período anterior.

Tabela 15 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1841-1850)

Ativos	%
Escravos	27%
Imóveis	33%
Dívidas ativas	11%
Animais	9%
Dote	0%
Financeiros	2%
Mercadorias	12%
Benfeitorias	3%
Objetos	2%
Lavouras	1%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Analisando os ativos entre os anos de 1834 e 1850, conforme a tabela 16, os imóveis foram os bens que lideraram os valores da riqueza total das pessoas com 36%, em seguida, os escravos com 28,5%. Esses dois ativos eram aproximadamente 65% da riqueza do período.

Na sequência vieram dívidas ativas e mercadorias 11,5% e 11%, respectivamente. Os animais, muitos deles utilizados nos transportes de mercadorias, eram 5,5% dos bens. Todos os outros bens somaram 5,5%, sendo que 2,5% eram financeiros; 2,5% objetos; 1,5% benfeitorias; e dote e lavouras com 0,5% cada.

Tabela 16 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1834-1850)

Ativos	Média por Períodos		
	1834/1840	1841/1850	1834/1850
Escravos	30%	27%	28,5%
Imóveis	39%	33%	36%
Dívidas ativas	12%	11%	11,5%
Animais	2%	9%	5,5%
Dote	1%	0%	0,5%
Financeiros	3%	2%	2,5%
Mercadorias	10%	12%	11%
Benfeitorias	0%	3%	1,5%
Objetos	3%	2%	2,5%
Lavouras	0%	1%	0,5%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A partir da visualização da tabela 16, podemos concluir que, dos cinco primeiros ativos, principalmente, as fortunas nessa região estiveram ligadas ao caráter urbano desta localidade. O comércio representado pelos ativos mercadorias, imóveis e dívidas ativas foi a principal atividade exercida pelos habitantes dessa área, sempre, com a participação significativa do uso da mão de obra escrava e dos animais para o auxílio no trânsito de mercadorias.

Tabela 17 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1851-1860)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	25	42%	25:206\$120	3%
Médias Baixas	06	10%	20:063\$910	2%
Médias Altas	13	22%	125:009\$909	14%
Grandes	16	27%	695:184\$070	80%
Muito Grandes	00	0%	0	0%
Total	60	100%	865:464\$009	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Entre os inventariados de Cachoeira e São Félix, na década de 1850, nenhum possuiu uma riqueza muito grande. No total eram 60 pessoas, essa foi a década com maior quantidade de inventariados para a área analisada. Delas, 42% possuíam uma riqueza classificada como pequena. Médias baixas e altas somaram 16%, sendo que a média alta apresentou 14% dessa totalidade. Mais uma vez os grandes representaram a maior concentração da riqueza entre os proprietários.

Os ativos da década de 1850, que podem ser vistos na tabela 18, apresentaram mudanças em relação ao período anterior. A mais notável mudança foi a redução em mais de dez pontos percentuais dos escravos, passando de 27% para 16%. O fim do tráfico, possivelmente, dificultou o acesso aos escravos pelos moradores de Cachoeira e São Félix. Ressaltamos ainda o aumento da importância das dívidas ativas atingindo 25% quando no decênio anterior representaram 11%. Os negociantes e os “vive de rendas” constituíam os principais emprestadores da região. Era comum eles emprestarem, por prêmios mensais e/ou anuais, aos moradores dessa localidade e adjacências.

Baldoíno de Cerqueira Bastos, marido de D. Maria da Conceição Cerqueira Lobo, negociante em Cachoeira, morador na Rua das Flores, que teve seu inventário aberto no ano de 1858, é um exemplo dos moradores cuja riqueza em dívidas ativas ganhou importância. Dos 11:808\$161 161 (onze contos, oitocentos e oito mil e cento e sessenta e um réis) de seu montante mais de 7:000\$000 (sete contos de réis) provinham das cento e quatro dívidas ativas¹⁴⁰.

Os imóveis sofreram uma leve queda passando de 33% para 28%. Em seguida vinham as mercadorias (11%), financeiros (8%) e animais (7%). Itens importantes dentro da realidade mercante de Cachoeira. Os ativos menos representativos foram as benfeitorias (2%), objetos (2%), lavoura (1%), e não houve ocorrência de dote.

Tabela 18 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1851-1860)

Ativos	%
Escravos	16%
Imóveis	28%
Dívidas ativas	25%
Animais	7%
Dote	0%
Financeiros	8%
Mercadorias	11%
Benfeitorias	2%
Objetos	2%

¹⁴⁰ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/112/112/0190.

Lavouras	1%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Pela primeira vez encontramos uma única fortuna enquadrada na categoria muito grande, representando 22% das fortunas para o período. O maior número de pessoas enquadrava-se nas fortunas pequenas, sendo 11 indivíduos ou 30% da amostra. As médias baixas vinham a seguir com 9 casos ou 24%. As pequenas e médias baixas fortunas juntas somavam 7% do total. A faixa média alta e grande apresentaram, respectivamente, 8 ocorrências ou 22%, no entanto, a grande detinha 58% da riqueza e as médias altas, 14%. Podemos visualizar esses percentuais na tabela 19.

Tabela 19 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1861-1870)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	11	30%	11:392\$956	2%
Médias Baixas	09	24%	30:118\$095	5%
Médias Altas	08	22%	86:951\$245	14%
Grandes	08	22%	367:089\$951	58%
Muito Grandes	01	3%	138:952\$326	22%
Total	37	100%	634:504\$573	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Na década de 1860 para a cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix houve um predomínio do acúmulo nos imóveis, que perfaziam 31% da riqueza geral. Na sequência apareciam as dívidas ativas com 27%, os escravos com 15%, os animais com 8%, as mercadorias 7%, e os financeiros também 7%. É perceptível, mais uma vez, que a estrutura da riqueza é derivada do comércio. Estes bens eram quase a totalidade da riqueza do período nesse espaço, representaram 95%. Os outros 5% estiveram divididos entre benfeitorias 4% e objetos 1%. Não houve menção de dote e lavouras nesses anos.

Tabela 20 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1861-1870)

Ativos	%
Escravos	15%
Imóveis	31%
Dívidas ativas	27%
Animais	8%

Dote	0%
Financeiros	7%
Mercadorias	7%
Benfeitorias	4%
Objetos	1%
Lavouras	0%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Comparando as duas décadas de 1851-1860 e 1861-1870, como vemos na tabela 21, percebemos que houve uma estabilidade entre os ativos. Eles mantiveram-se sem grandes oscilações ascendentes ou descendentes. Os imóveis foram os bens mais representativos durante essas duas décadas, juntos chegaram a 29,5%. Depois deles, as dívidas ativas perfizeram 26%; os escravos, por sua vez, eram apenas o terceiro ativo mais importante com 15,5%. Mercadorias, animais e financeiros significaram 9%, 7,5% e 7%, respectivamente. Os outros 5% estavam divididos entre benfeitorias (3%), objetos (1,5%) e lavoura (0,5%). Não houve ocorrência de dote nas duas décadas. Os dados revelam que a riqueza nesse período não apresentou mudanças significativas nos padrões, pois os ativos principais não sofreram alterações. Confirma-se também a ideia de uma riqueza urbana, ligada ao comércio, pois os principais bens eram imóveis, dívidas ativas, escravos seguidos das mercadorias, animais e financeiros.

Tabela 21– Ativos da cidade de Cachoeira e Freguesia de São Félix (1851-1870)

Ativos	Média por Períodos		
	1851-1860	1861-1870	1851-1870
Escravos	16%	15%	15,5%
Imóveis	28%	31%	29,5%
Dívidas ativas	25%	27%	26%
Animais	7%	8%	7,5%
Dote	0%	0%	0%
Financeiros	7%	7%	7%
Mercadorias	11%	7%	9%
Benfeitorias	2%	4%	3%
Objetos	2%	1%	1,5%
Lavouras	1%	0%	0,5%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Da mesma maneira como havia ocorrido na década anterior, as pequenas fortunas, mesmo sendo o maior valor absoluto, não expressavam a maior riqueza entre os indivíduos.

Entre os 13 inventariados cujas fortunas estiveram nessa faixa só computavam um 1% da riqueza global. As faixas médias baixas e médias altas superaram 45% dos inventariados, no entanto, a soma das suas riquezas atingiu 15%. Como pode ser visto na tabela 22, a maior parte da riqueza concentrava-se entre os grandes e os muito grandes. Os grandes ricos eram 22% da amostra e detinham 40% da riqueza, os muito grandes ricos constituíam 7% das pessoas, porém com 45% da riqueza integral.

Tabela 22 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1871-1880)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	13	29%	11:753\$140	1%
Médias Baixas	08	18%	24:073\$055	3%
Médias Altas	11	24%	109:116\$840	12%
Grandes	10	22%	375:755\$615	40%
Muito Grandes	03	7%	423:986\$871	45%
Total	45	100%	944:685\$521	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os imóveis continuaram sendo os bens mais importantes dos moradores de Cachoeira e São Félix da década de 1870, com 26%. Após os imóveis as dívidas ativas vinham com 25%. Os escravos perderam o posto de 3º item mais importante da riqueza, tal qual havia ocorrido nas décadas anteriores. Os cativos eram apenas 7%, abaixo inclusive dos animais com 9%. Destacava-se o crescimento dos ativos financeiros que estiveram quase empatados com as dívidas ativas, equivalendo a 23% dos bens.

Fructuoso Gomes Moncorvo, morador na rua da Conceição do Monte, cuja boa parte de suas rendas advinha de quatro imóveis urbanos, localizados em Cachoeira, é um exemplo desse tipo de investidor responsável pelo aumento dos ativos financeiros. Ele possuía 51 ações na *Caixa Hipotecária da Bahia* que somadas valiam 5:100\$000 (cinco contos e cem mil réis). Além dessas 51 ações, era dono de outras 100, 50 delas no *Banco Mercantil da Bahia*, e as outras 50 na *Sociedade de Comércio da Bahia*. O valor desses papéis alcançava 10:000\$000 (dez contos de réis)¹⁴¹.

¹⁴¹ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/135/135/1309.

Tabela 23 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1871-1880)

Ativos	%
Escravos	7%
Imóveis	26%
Dívidas ativas	25%
Animais	9%
Dote	0%
Financeiros	23%
Mercadorias	7%
Benfeitorias	2%
Objetos	1%
Lavouras	0%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Com o mesmo percentual dos escravos estavam as mercadorias, bem fundamental nas fortunas dos comerciantes, boa parte da riqueza destes eram os itens expostos nos seus armazéns. As benfeitorias com 2% e os objetos com 1% fechavam o quadro da riqueza dos moradores da cidade de Cachoeira e da freguesia de São Félix. Dotes não foram concedidos nesse decênio, também, não houve menção a lavouras.

Tabela 24 – Classificação das fortunas na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1881-1889)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	11	31%	9:733\$010	1%
Médias Baixas	08	22%	29:607\$769	3%
Médias Altas	09	25%	90:120\$028	10%
Grandes	06	17%	207:610\$051	23%
Muito Grandes	02	6%	557:973\$071	62%
Total	36	100%	895:043\$929	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A tabela 24 com 36 inventariados mostra, mais uma vez, uma retenção da riqueza entre as grandes e as muito grandes fortunas. Essas duas faixas respondiam por 85% da riqueza de Cachoeira, mesmo sendo 23% das pessoas analisadas. Os 15% restantes dividiam-se da seguinte maneira: 10% entre aqueles com fortunas médias altas, 3% com os possuidores de fortunas médias baixas e 1% com os inventariados menos abastados.

Tabela 25 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1881-1889)

Ativos	%
Escravos	3%
Imóveis	25%
Dívidas ativas	30%
Animais	2%
Dote	0%
Financeiros	17%
Mercadorias	10%
Benfeitorias	3%
Objetos	10%
Lavouras	0%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Na década de 1880, pela primeira vez, as dívidas ativas tornaram-se os bens mais importantes entre os moradores dessa área, superando os imóveis. Os imóveis, apesar de terem sido superados pelas dívidas ativas, mantiveram sua importância dentro do conjunto da riqueza com 25%. O movimento de investimentos em ativos financeiros que havia ocorrido na década anterior manteve-se com 17%. As mercadorias totalizaram 10% do montante geral. E o ativo cujo crescimento foi mais representativo foram os objetos pessoais e domésticos, que atingiram a cifra de 10%. Na medida em que se ampliaram os investimentos financeiros e cresceram as dívidas ativas, os escravos perderam espaço dentro do conjunto das fortunas com apenas 3% entre os anos de 1881 e 1889. Os animais perderam a relevância da década anterior e, nesse momento, eram 2%. As benfeitorias somaram os mesmos números dos escravos, apenas 3%. Novamente lavouras e dotes não apareceram nos inventários consultados.

Tabela 26 – Ativos da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1871-1889)

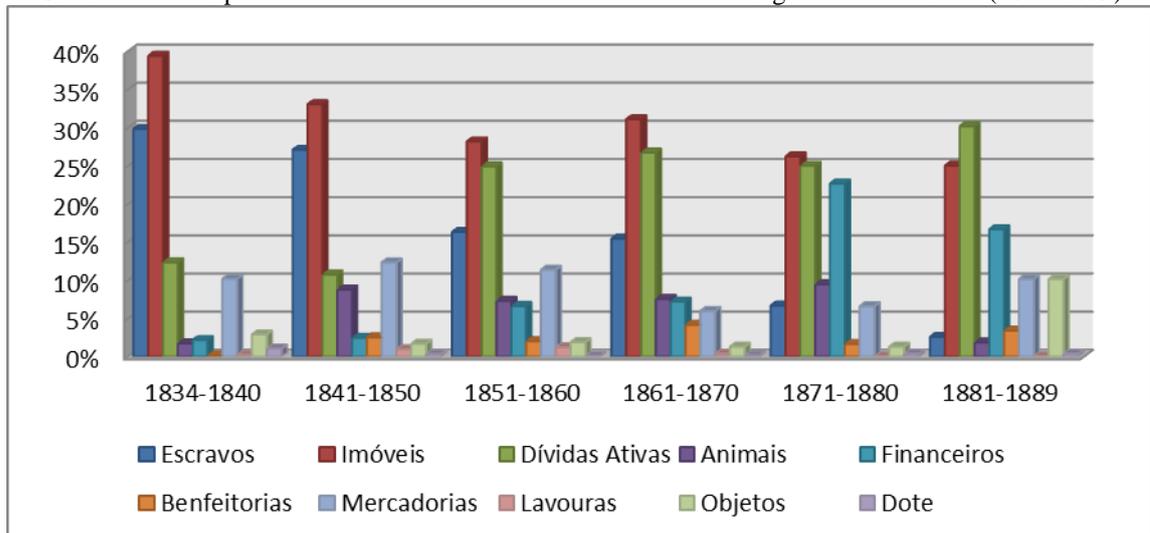
Ativos	Média por Períodos		
	1871/1880	1881/1889	1871/1889
Escravos	7%	3%	5%
Imóveis	26%	25%	25,5%
Dívidas ativas	25%	30%	27,5%
Animais	9%	2%	5,5%
Dote	0%	0%	0%
Financeiros	23%	17%	20%
Mercadorias	7%	10%	8,5%

Benfeitorias	2%	3%	2,5%
Objetos	1%	10%	5,5%
Lavouras	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Olhando de maneira global o período de 1871 a 1889, a tabela 26 nos revela que as dívidas ativas, com 27,5%, podem ser caracterizadas como a principal riqueza dessa área. Os imóveis, por sua vez, vinham logo na sequência com 25,5%. Os financeiros representavam 20% de tudo que foi acumulado. Em quarto lugar vinham as mercadorias. Esses quatro ativos superavam os 80% da riqueza. É possível notar para esse momento uma mudança dos padrões da acumulação nessa área, principalmente, o crescimento dos ativos financeiros e o decréscimo dos escravos. Ao que parece as décadas de 1870 e 1880 marcaram, sobretudo, na zona urbana um afastamento da escravidão e uma aproximação com outras formas de bens, portanto, com outras formas de retenção de riqueza.

Gráfico 8 – Comportamento dos ativos na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix (1834-1889)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A análise geral dos ativos do núcleo urbano de Cachoeira nos permite algumas conclusões. Os bens cuja riqueza se manteve mais estável foram os imóveis. As dívidas ativas, por sua vez, tenderam a um crescimento. As mercadorias, com exceção das décadas de 1860 e 1870 com 6% e 7% respectivamente, mantiveram-se como bem estável. Os ativos financeiros começaram a se ampliar na década de 1850, estabilizou-se na década de 1860 e cresceu abruptamente na década seguinte com leve queda no momento final de nosso

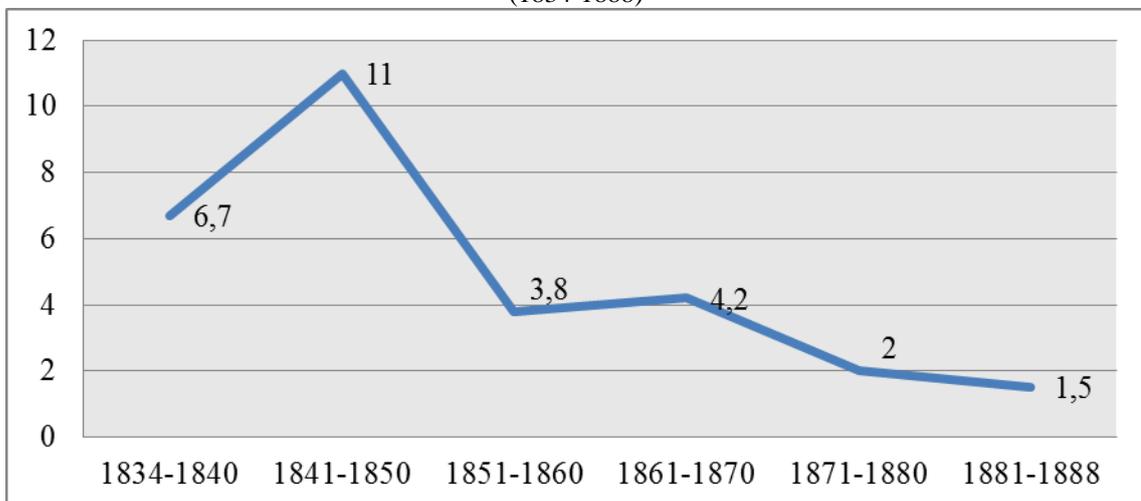
trabalho. Benfeitorias nunca atingiram cifras superiores a 4% do total da riqueza, e quanto aos objetos pessoais e domésticos apenas merecem destaque sua acentuada elevação na década de 1880. Dotes e as lavouras nem sempre foram registrados nos inventários e o seu registro, com certeza, foi sempre bem menor do que os gêneros agrícolas produzidos nas lavouras, na sua pouca ocorrência, foram no máximo 1% da riqueza do período. Os que perderam a maior importância no período foram os escravos. Neste sentido, descreveu-se uma curva no sentido descendente devido às leis antiescravistas e à abolição. Além disso, o seu preço seguiu numa crescente até a década de 1870 declinando nos anos 1880, como podemos ver na tabela 26. Além disso, a média de escravos por proprietário, com exceção do pico na década de 1840, seguiu uma linha decrescente.

Tabela 27 – Preço médio dos escravos em Cachoeira e São Félix (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
291\$000	311\$000	612\$000	617\$000	629\$000	420\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Gráfico 9 – Média da posse de escravos na cidade da Cachoeira e freguesia de São Félix por inventariados (1834-1888)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Sobre os escravos, como é possível ver na tabela 27 e gráfico 9, na Cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix o seu preço passou por um crescimento de 1834 até o ano de 1870, declinando no momento posterior. Em relação à posse desse bem por inventariado, percebemos que houve uma curva ascendente de 1834 a 1850, momento no qual é atingido o

ápice. A partir dos anos de 1851 até o último período desta pesquisa a média de escravos sofreu o declínio tendo o seu menor valor nos anos de 1880.

2.2 FREGUESIA SANTIAGO DO IGUAPE: A RIQUEZA AÇUCAREIRA

A freguesia de Santiago do Iguape será analisada de maneira separada das demais pelo seu caráter de principal zona produtora de cana-de-açúcar do município de Cachoeira. Os escravos, dado a sua grande frequência entre os lavradores de cana e senhores de engenho, serão na maior parte do tempo a principal riqueza dessa localidade. Como a montagem da “indústria açucareira” requeria um grande aparato, muito se investia em imóveis e benfeitorias. Os engenhos necessitavam de grande inversão de capitais.

Tabela 28 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1834-1840)

Faixas de Riqueza	Frequência absoluta	Frequência relativa	Total Riqueza	%
Pequenas	00	0%	0	0%
Médias Baixas	07	88%	20:849\$222	36%
Médias Altas	00	0%	0	0%
Grandes	01	13%	37:702\$217	64%
Muito Grandes	00	0%	0	0%
Total	08	100%	58:551\$439	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Dos oito habitantes inventariados na freguesia do Iguape, referentes ao período compreendido entre 1834 e 1840, a quase totalidade pertencia à faixa de fortunas médias baixas. Isso porque sete pessoas foram encontradas nesse seguimento, ou seja, o que equivale a 88%. Esses indivíduos congregavam 36% das fortunas do período. Fora do estrato médio baixo havia apenas um indivíduo e este pertencia à camada das grandes fortunas, significando 13% dos inventários e 65% da riqueza. As pequenas, médias altas, e muito grandes fortunas não foram encontradas.

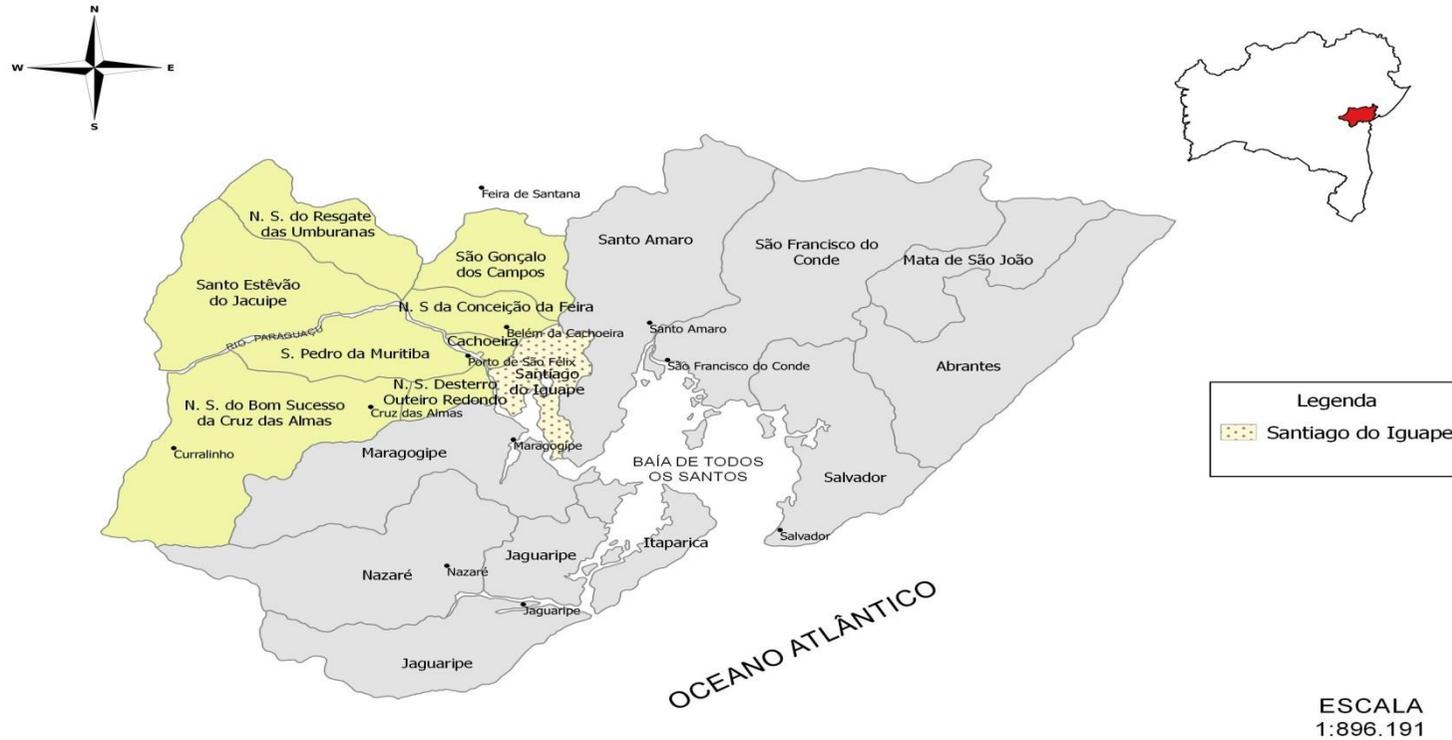
Tabela 29 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1834-1840)

Ativos	%
Escravos	61%

Imóveis	12%
Dívidas ativas	3%
Animais	5%
Dote	2%
Financeiros	11%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	2%
Objetos	0%
Lavouras	4%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Figura 5 – Mapa¹⁴² da freguesia de Santiago do Iguape



Fonte: Adaptado de Barickman (2003).

¹⁴² Este mapa é uma adaptação da carta *Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX*, que se encontra disponível no livro *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, de Bert J Barickman (2003). A adaptação foi realizada com base nos inventários *post-mortem* de Cachoeira. A produção técnica deve-se a Uriálisson Matos Queiroz.

A tabela 29 dos ativos revela a importância da mão de obra escrava para as lavouras de cana-de-açúcar do Iguape. De todos os bens, mais de 2/3 do acumulado era em escravos. Depois dos escravos os ativos imóveis e financeiros eram os mais relevantes dentro do conjunto total dos haveres retidos pelos residentes do Iguape. Esse alto índice dos ativos financeiros se deve ao grande número de riqueza em moeda corrente, derivada da venda das safras de açúcar de Manoel Estanislau de Almeida, lavrador de cana na Fazenda Capela de Santa Maria. Ele era dono de 71 escravos, dentre os quais havia uma maioria de nativos, 48 nascidos no Brasil e 23 vindo da África. Apesar do grande número de escravos, o lavrador de cana não possuía nenhuma fazenda naquela freguesia¹⁴³. Os imóveis eram os segundos ativos mais encontrados, com 12%.

Em terceiro e quarto lugar estavam os animais e as lavouras. Nessa área os animais serviam no auxílio do transporte e moagem da cana-de-açúcar. Dentre as lavouras sobressaiam-se as de cana. Completavam o montante geral da riqueza as dívidas ativas 3%, benfeitorias e dotes 2%. Objetos e mercadorias não atingiram sequer 1%.

Tabela 30 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1841-1850)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	03	38%	3:257\$000	10%
Médias Baixas	04	50%	13:460\$676	42%
Médias Altas	00	0%	0	0%
Grandes	00	0%	0	0%
Muito Grandes	01	13%	15:379\$809	48%
Total	08	100%	32:097\$485	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Na década de 1840, assim como no período anterior, encontramos oito inventariados na freguesia de Santiago do Iguape. Quase 100% da amostra era de indivíduos com fortunas pequenas e médias; os pequenos afortunados eram 38% e 10% da riqueza, enquanto que o estrato médio baixo era formado por 50% dos casos, 42% da riqueza e a faixa média alta 12% das pessoas, porém com quase 50% da riqueza.

¹⁴³ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/158/158/1539.

Tabela 31 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1841-1850)

Ativos	%
Escravos	71%
Imóveis	10%
Dívidas ativas	1%
Animais	4%
Dote	0%
Financeiros	6%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	2%
Objetos	0%
Lavouras	6%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Nos anos de 1840, como aponta a tabela 31, os escravos se mantiveram como a riqueza mais importante dos proprietários do Iguape, quase 3/4 do valor total dos bens acumulados. O segundo item mais importante, os imóveis, perfaziam 10%, depois vinham com o mesmo percentual as lavouras e os financeiros, ambos com 6%. Os animais, as benfeitorias e as dívidas ativas fechavam as posses dos habitantes dessa localidade com, respectivamente, 4%, 2% e 1%. Objetos, mercadorias e dote não foram registradas nessa amostragem.

Tabela 32 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1834-1850)

Ativos	Média por Períodos		
	1834/1840	1841/1850	1834/1850
Escravos	61%	71%	66%
Imóveis	12%	10%	11%
Dívidas ativas	3%	1%	2%
Animais	5%	4%	4,5%
Dote	2%	0%	1%
Financeiros	11%	6%	8,5%
Mercadorias	0%	0%	0%
Benfeitorias	2%	2%	2%
Objetos	0%	0%	0%
Lavouras	4%	6%	5%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Na tabela 32 é possível verificarmos o comportamento da riqueza até 1850. Os escravos durante todo o período foi o ativo de maior relevância. Depois deles vieram os imóveis com 11%, os financeiros com 8,5% e as lavouras com 5%, sendo o terceiro e o quarto

componente mais significativo da riqueza. Os animais com 4,5%, as dívidas ativas e as benfeitorias com 2% cada, e os dotes encerravam os bens com representação no período de 1834 a 1850. Mercadoria e objetos não foram computados durante o período de 1834 a 1850.

Tabela 33 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1851-1860)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	02	18%	3:200\$000	1%
Médias Baixas	02	18%	6:335\$000	1%
Médias Altas	03	27%	29:817\$570	6%
Grandes	02	18%	63:522\$000	13%
Muito Grandes	02	18%	395:234\$958	79%
Total	11	100%	498:109\$528	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

As médias fortunas, na quinta década do século XIX, representavam, para a região do Iguape, 45% de toda a nossa amostra, no entanto, eram 7% da riqueza, divididas da seguinte maneira: 6% na camada média alta e 1% na média baixa. As pequenas fortunas, pertencentes a dois inventariados, representaram 1% da riqueza. Os grandes e os muito grandes concentraram 92% do valor de todos os bens nesse período, apesar de serem 36% das ocorrências, como pode ser visualizado na tabela 33. Dentre as fortunas muito grandes destaca-se a do Tenente Coronel Thomé Pereira de Araújo, dono do Engenho da Cruz. Ele possuía mais de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), boa parte composta por terras, mais de 60:000\$000 (sessenta contos de réis), e nos seus 127 escravos valendo aproximadamente 62:000\$000 (sessenta e dois contos de réis), possuía ainda animais e plantações de açúcar¹⁴⁴.

Tabela 34 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1851-1860)

Ativos	%
Escravos	43%
Imóveis	30%
Dívidas ativas	0%
Animais	5%
Dote	0%
Financeiros	7%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	13%

¹⁴⁴ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/158/158/1545.

Objetos	0%
Lavouras	2%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os escravos, no meado do século XIX no Iguape, continuaram sendo o bem mais importante da riqueza, representando 43% de tudo o que foi acumulado entre os inventariados encontrados nesta pesquisa. Mesmo tendo perdido a relevância dos períodos anteriores. Os imóveis tenderam, diferentemente dos escravos, a uma ascensão em relação aos anos antecedentes. Contabilizaram 30% da riqueza das pessoas inventariadas, representando muitos imóveis e escravos, os bens mais notáveis no quadro das fortunas do Iguape. Depois desses ativos, as benfeitorias e os financeiros contabilizaram 20% da riqueza, respectivamente 13% e 7%. Os 7% restantes estavam distribuídos entre os animais com 5% e as lavouras 2%. Desta maneira, é possível atestar que o Iguape, mesmo após o fim do tráfico de africanos, manteve a sua estrutura econômica e social ligada a escravidão e lavoura de açúcar.

Tabela 35 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1861-1870)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	02	22%	2:998\$000	1%
Médias Baixas	02	22%	5:735\$000	1%
Médias Altas	02	22%	15:049\$000	4%
Grandes	01	11%	42:963\$948	11%
Muito Grande	02	22%	329:525\$403	83%
Total	09	100%	396:271\$351	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Entre os anos de 1861 e 1870 quatro faixas, pequena, as médias e os muito grandes, tiveram o mesmo número de ocorrências, isto é, dois casos em cada uma delas. A diferença ocorria no valor que cada camada acumulou, pois os muito grandes possuíam 83% da riqueza do período, enquanto que os que pequenos e os médios afortunados conseguiram apenas 11%. Além desses, um inventariado, ou 11% da amostra, obteve 11% da riqueza. Nessa freguesia os senhores de engenho eram os que mais retinham riqueza. Dona Matilde Flora da Câmara Bittencourt Chaby, viúva do Senador Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, era proprietária do Engenho da Ponta no ano de 1874. Possuía uma fortuna estimada em mais de

150:000\$000 (cento e cinquenta contos de réis), com várias propriedades agrícolas, casa de engenho, cais, casa de bagaço, viveiro para peixes e 102 escravos¹⁴⁵. Outra fortuna considerável do período, com aproximadamente 180:000\$000 (cento e oitenta contos de réis), era a do Comendador Francisco Gomes Moncorvo. Dono do Engenho chamado *Engenhoca*, possuía 4 fazendas e 10 casas entre sobrados e térreas e mais de 80 cativos, sendo a maioria africanos 52 e 31 nativos. Era acionista da Companhia Ferroviária *Tram Road Vapor do Paraguassu*¹⁴⁶.

Tabela 36 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1861-1870)

Ativos	%
Escravos	37%
Imóveis	24%
Dívidas ativas	5%
Animais	3%
Dote	1%
Financeiros	7%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	19%
Objetos	2%
Lavouras	2%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os escravos, conforme expressa a tabela 36, encabeçaram a lista dos ativos mais importantes nos anos de 1860, uma vez que eram 37% da riqueza nessa década. Depois deles vinham os imóveis e as benfeitorias, estas 19% e aqueles 24%. Esses três ativos juntos formavam 70% da riqueza total. Esses bens mostram que a estrutura agrária, vinculada ao mercado externo, ainda se mantinha reinante nessa área. Os ativos financeiros com 7% demonstram a inversão de capitais, sobretudo dos senhores de engenho, em ações de bancos locais e em companhias ferroviárias. Os 13% restantes da riqueza estiveram divididos em dívidas ativas 5%, animais 3%, objetos e lavouras 2% e dote 1%. Não apareceram mercadorias, pois não houve comerciantes em nosso levantamento.

Analisando as décadas de 1850 e 1860, a partir da tabela 37, percebemos que houve uma manutenção da hegemonia dos escravos como principal bem dos moradores da freguesia de Santiago do Iguape. Esta mesma constatação pode ser verificada no caso dos imóveis. Nesse período aproximadamente 70% da riqueza era oriunda desses dois ativos, e se

¹⁴⁵ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/160/160/1554.

¹⁴⁶ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/161/161/1574.

somarmos a eles os 16% da riqueza das benfeitorias podemos dizer que mais de 80% de tudo o que foi acumulado pelos moradores dessa área esteve nesses três ativos. Os financeiros com 7% da riqueza era o quarto ativo mais importante mantendo a média nas décadas de 1850 e 1860. Animais com 4%, dívidas ativas com 2,5%, lavouras com 2%, objetos 1% e dote 0,5% encerravam a soma da riqueza. Podemos observar esses resultados na tabela seguinte.

Tabela 37 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1851-1870)

Ativos	Média por Períodos		
	1851/1860	1861/1870	1851/1870
Escravos	43%	37%	40%
Imóveis	30%	24%	27%
Dívidas ativas	0%	5%	2,5%
Animais	5%	3%	4%
Dote	0%	1%	0,5%
Financeiros	7%	7%	7%
Mercadorias	0%	0%	0%
Benfeitorias	13%	19%	16%
Objetos	0%	2%	1%
Lavouras	2%	2%	2%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

É notável a concentração da riqueza nas mãos de poucas pessoas. Isso ocorreu na década de 1870. A faixa dos ricos com fortunas muito grandes continha mais de 92% de toda a riqueza da freguesia do Iguape, no entanto, constituía 13% da amostra. Os componentes das camadas médias adquiriram 7% da riqueza; os médios baixos 2% e os médios altos 5%, estes eram 76% dos inventariados. O outro 1% restante esteve nas mãos de um pequeno afortunado. Essa enorme concentração aconteceu pela morte do Comendador Egas Muniz Barreto de Aragão, senhor de engenho. A soma da sua riqueza ultrapassou os 400:000\$000 (quatrocentos contos de réis), era dono dos engenhos da Conceição, Mataripe e Vitória, localizado nos arredores da cidade de Cachoeira. As terras eram, portanto, uns dos principais ativos da sua riqueza. Outro dado importante, dentro do seu espólio, eram os escravos, atingindo a quantia de 367 e avaliados em 175:500\$000 (cento e setenta e cinco contos e quinhentos mil réis). Sua ampla maioria era de escravos nascidos no Brasil, que somavam 309 pessoas, enquanto que, os africanos somavam 58 pessoas. O restante da riqueza consistia em plantações, ações bancárias, animais e lavouras¹⁴⁷.

¹⁴⁷ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/158/158/1544.

Tabela 38 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1871-1880)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	01	13%	1:680\$000	0%
Médias Baixas	03	38%	10:470\$000	2%
Médias Altas	03	38%	22:985\$000	5%
Grandes	00	0%	0	0%
Muito Grandes	01	13%	401:075\$654	92%
Total	08	100%	436:210\$654	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A escravidão, como pode ser visto na tabela 39, manteve grande importância para as lavouras de cana-de-açúcar na freguesia do Iguape. Os escravos, por sua vez, continuaram sendo um item fundamental dentro das fortunas dos lavradores de cana e senhores de engenho da região. O percentual de 46% da riqueza atrelada a esse bem atesta essa situação. Como a economia necessitava da exportação da cana-de-açúcar, os imóveis agrários destacavam-se como segundo bem na escala de importância da riqueza com 26%. As benfeitorias, também por conta da sua ligação com o setor exportador, visto que, os engenhos, sobretudo, careciam de um aparato sofisticado, representaram 15% da riqueza dos inventariados. Estes três ativos somaram, aproximadamente, 90% da riqueza. Os outros pouco mais de 10% restantes estavam partilhados entre os ativos da forma a seguir: animais 4%, objetos 3%, financeiros 2%, lavouras 2% e dívidas ativas 1%.

Tabela 39 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1871-1880)

Ativos	%
Escravos	46%
Imóveis	26%
Dívidas ativas	1%
Animais	4%
Dote	0%
Financeiros	2%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	15%
Objetos	3%
Lavouras	2%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Nas fortunas das pessoas analisadas na década de 1880, de acordo com a tabela 39, 94% das posses pertenciam à Baronesa de Alagoinhas, Cora César Coutinho, residente no Engenho Campina, cujo inventário foi aberto no ano de 1881. O monte-mor dessa grande proprietária somou a quantia de 241:455\$000 (duzentos e quarenta e um contos, quatrocentos e cinquenta e cinco mil réis). Boa parte das suas posses advinha das 11 fazendas, a maioria delas, para o plantio de cana. Outra parte importante esteve nas instalações do engenho, casa de purgar, caldeira, casa de caixaria, balcões, enfermarias, senzalas e até um trapiche. Todos juntos perfaziam 59:590\$000 (cinquenta e nove contos, quinhentos e noventa mil réis). Os escravos também compuseram boa parte do acumulado por Cora Coutinho, totalizavam 103 cativos com o valor de 48:700\$000 (quarenta e oito contos e setecentos mil réis)¹⁴⁸. Do total dos inventariados desse período, 80% deles eram donos de 6% da riqueza, como vimos, os outros 94% pertenciam à senhora Cora César Coutinho. Desses 80%, 4% da riqueza estava na camada média alta, os 2% restantes se dividia em pequena 1% e média baixa 1%.

Tabela 40 – Classificação das fortunas na freguesia de Santiago do Iguape (1881-1889)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	01	20%	340\$000	0%
Médias Baixas	02	40%	2:908\$460	1%
Médias Altas	01	20%	12:397\$600	5%
Grandes	00	0%	0	0%
Muito Grandes	01	20%	241:455\$000	94%
Total	05	100%	257:101\$060	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Apenas nos 9 anos finais do período estudado, como podemos ver na tabela 41, os escravos perderam a primeira posição dentro das fortunas dos moradores da freguesia de Santiago do Iguape, tendo sido ultrapassados pelos imóveis e benfeitorias. Os imóveis abrangiam 36%, as benfeitorias 30% e os escravos 22% da riqueza. Mesmo com a perda de relevância da escravidão, às vésperas da abolição os moradores do Iguape mantiveram uma vinculação estreita com a mão de obra escrava. O número significativo de cativos da Baronesa de Alagoinhas é um indicativo dessa situação, talvez por isso os senhores de engenho da

¹⁴⁸ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/112/112/1082.

região até o último momento defendiam a manutenção da escravidão¹⁴⁹. Mais três bens constavam na riqueza dos inventariados da década de 1880, os animais 3%, dote 3% e lavoura 3%.

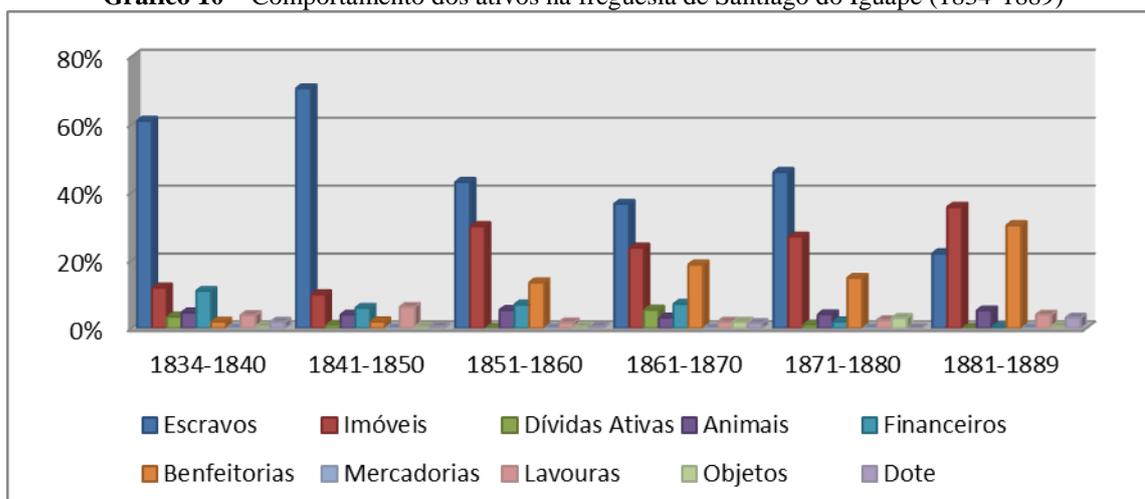
Tabela 41 – Ativos da freguesia de Santiago do Iguape (1881-1889)

Ativos	%
Escravos	22%
Imóveis	36%
Dívidas ativas	0%
Animais	6%
Dote	3%
Financeiros	0%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	30%
Objetos	0%
Lavouras	3%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Nas décadas finais do século XIX os escravos foram o bem mais importante da riqueza geral representando 34%. Os imóveis estavam em segundo lugar em grau de importância dos ativos com 31%, seguidos pelas benfeitorias com 22,5%. Esses três bens eram quase 90% da riqueza. Isto nos permite constatar que, em relação à freguesia do Santiago do Iguape, a estrutura econômica das lavouras de cana-de-açúcar manteve-se vinculada à escravidão mesmo nos anos de 1880. Em quarto lugar, no cômputo dos bens, encontravam-se os animais destinados ao auxílio nas lavouras, eram 5% do montante total. Dos ativos restantes nenhum superou os 3%. Nesse sentido, as lavouras eram 2,5%, os objetos e os dotes 1,5% cada e as dívidas ativas apenas 0,5%.

¹⁴⁹ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

Gráfico 10 – Comportamento dos ativos na freguesia de Santiago do Iguape (1834-1889)

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

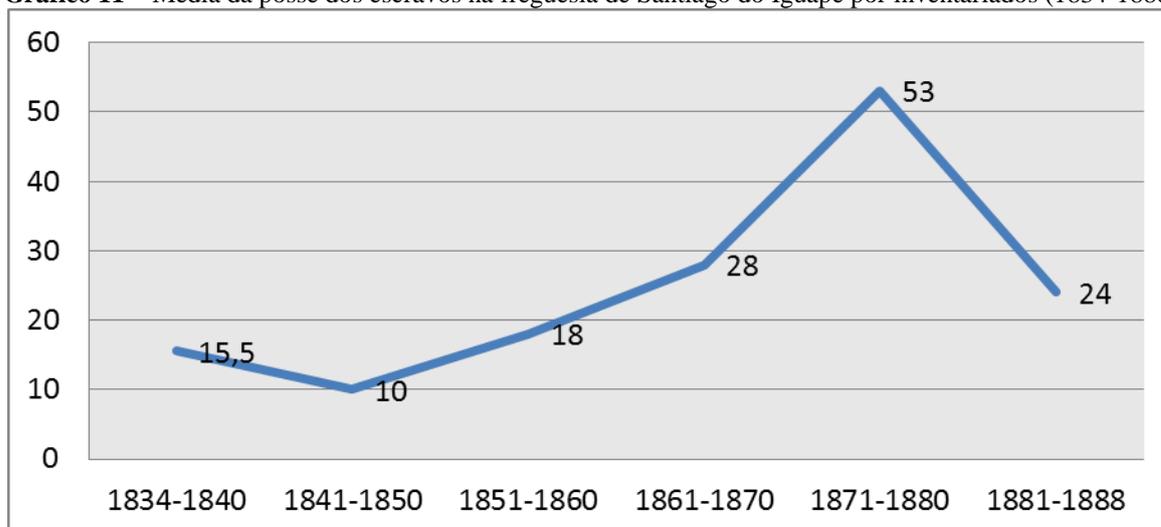
Apreciando o movimento dos ativos da freguesia de Santiago dos Iguape é possível fazer algumas considerações mais gerais. Os escravos, sem dúvida, foram o ativo com maior estabilidade e destaque durante todo o período, exceto na última década da nossa análise. Os imóveis, segundo ativo mais importante da riqueza, na maior parte do nosso estudo tenderam a um crescimento na medida em que os escravos perdiam sua relevância. Atingiram o seu pico na década de 1880, ultrapassando os escravos como bem mais importante no conjunto das fortunas. As benfeitorias, em certa medida, acompanharam o movimento dos imóveis, ou seja, cresciam quando os escravos perdiam a importância.

Durante quase todo o período, com exceção de 1835 a 1850, escravos, imóveis e benfeitorias despontavam como os três ativos mais proeminentes da riqueza dos moradores do Iguape. Destacavam-se ainda os ativos financeiros, relevantes entre os anos de 1830 e 1840, declinando na década seguinte, mantendo uma relativa estabilidade nas duas décadas posteriores e declinando nos vinte anos finais. Os animais foram, podemos dizer, um bem mais regular. As lavouras tiveram um pico de 6% nos anos de 1840 e nos outros períodos variaram de 2% a 4%. Dívidas ativas, animais, objetos e joias foram bens de pouca relevância se comparados com os demais. Voltando aos escravos, alguns dados nos permitem evidenciar com mais nitidez a sua importância para essa localidade, como vemos na tabela 42 e gráfico 10.

Tabela 42 – Preço médio dos escravos em Santiago do Iguape (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
290\$000	660\$000	990\$000	590\$000	470\$000	465\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Gráfico 11 – Média da posse dos escravos na freguesia de Santiago do Iguape por inventariados (1834-1888)

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Conforme o gráfico 11 expressa, o preço dos escravos elevou-se dos anos 1834 a 1840 atingindo o ápice entre 1851 e 1860. O preço médio dos cativos nesses inventariados, incluindo crianças e idosos, chegou a 990\$000 (novecentos e noventa mil réis). Acreditamos que a proibição do tráfico em 1831 e o término efetivo em 1850 tenham sido o principal responsável pelo aumento do preço dos cativos. Da década de 1860 até a abolição, a média de preço tendeu a um decréscimo. O seu menor valor registrado foi justamente nos anos imediatamente anteriores ao 13 de maio de 1888.

O gráfico da média de posse dos escravos do Iguape é muito elucidativo para pensarmos a relação entre a freguesia do Iguape e a escravidão. Em todo o período de pesquisa, a média de escravos por inventariado nunca foi inferior a 10. Houve uma tendência de crescimento até a década de 1870, quando atingiu o ápice. Na década de 1880, a média teve uma grande queda em relação à década anterior.

2.3 A RIQUEZA DAS LAVOURAS E DO GADO: CONCEIÇÃO DA FEIRA, SANTO ESTEVÃO DO JACUÍPE, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS E N.S. DO RESGATE DAS UMBURANAS

As freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e N. Senhora do Resgate das Umburanas caracterizam-se pela pluralidade econômica. É uma área permeada por lavouras diversas e também pela criação de gado.

Plantava-se desde o tabaco, cujo destino final era o abastecimento externo, a lavouras alimentícias de feijão, mandioca, milho, frutas destinados à venda no mercado das cidades da região e outros polos urbanos como a capital da província.

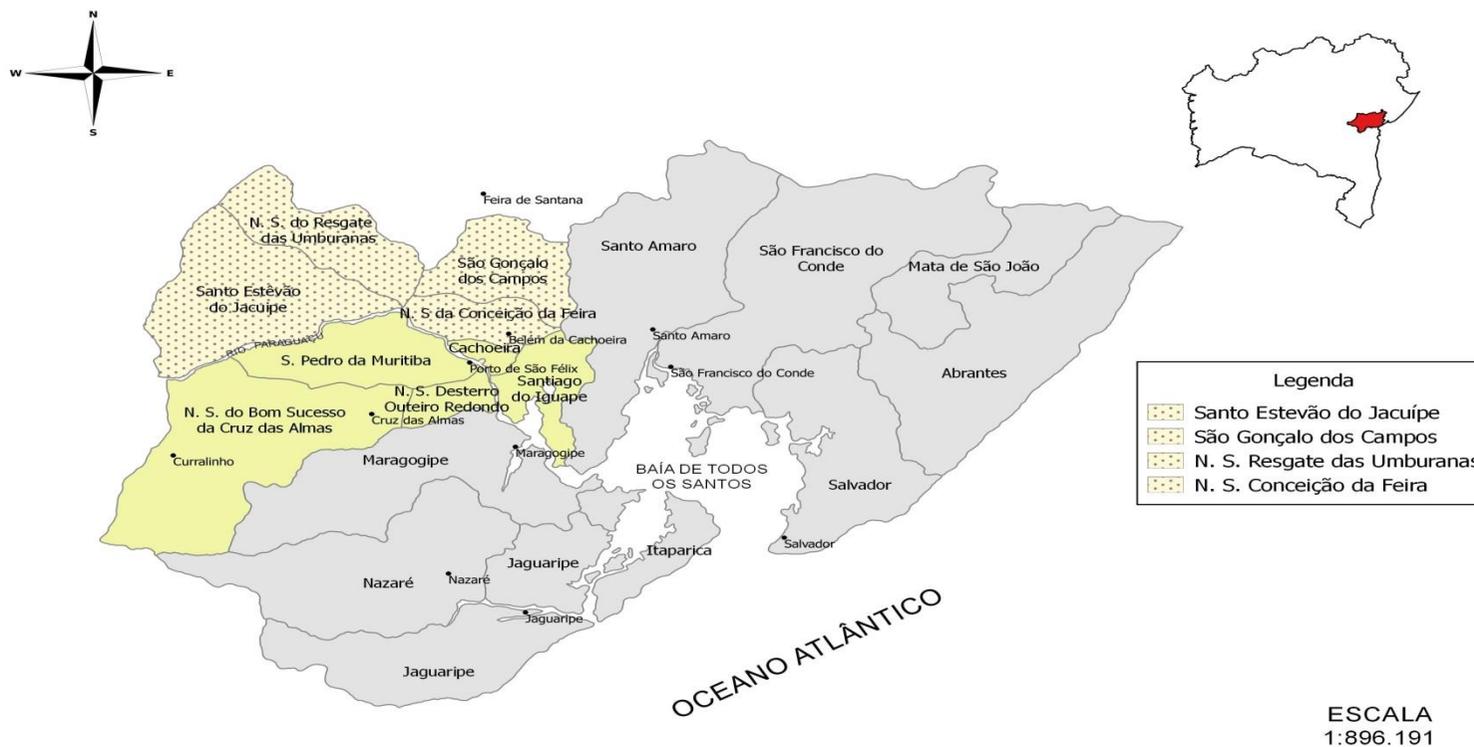
Tabela 43 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1834-1840)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	07	29%	7:397\$880	2%
Médias Baixas	05	21%	16:499\$180	5%
Médias Altas	07	29%	67:229\$995	22%
Grandes	05	21%	217:086\$277	70%
Muito Grandes	00	0%	0	0%
Total	24	100%	308:213\$332	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Entre os 24 inventariados entre os anos de 1834 a 1840, sete deles, ou 29%, faziam parte da camada das pequenas fortunas. Possuíam 3% do total da riqueza inventariada. Outros 29% pertenciam ao seguimento médio alto de riqueza, porém totalizava 22% do espólio inventariado. As fortunas médias baixas eram 21% das pessoas e 5% do conjunto dos bens. Outros 21% dos indivíduos concentravam 70% do total. Os estratos médios altos e grandes das fortunas concentraram mais de 90% da riqueza, enquanto que pequenos e médios somados possuíam 8%.

Figura 6 – Mapa¹⁵⁰ das freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Feira, Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, Santo Estevão do Jacuípe e São Gonçalo dos Campos



Fonte: Adaptado de Barickman (2003).

¹⁵⁰ Este mapa é uma adaptação da carta *Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX*, que se encontra disponível no livro *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, de Bert J Barickman (2003). A adaptação foi realizada com base nos inventários *post-mortem* de Cachoeira. A produção técnica deve-se a Uriálisson Matos Queiroz.

Tabela 44 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1834-1840)

Ativos	%
Escravos	41%
Imóveis	25%
Dívidas ativas	9%
Animais	10%
Dote	6%
Financeiros	2%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	4%
Objetos	2%
Lavouras	1%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Grande parte da riqueza dessas freguesias era formada por escravos, ao todo 41%. Os imóveis representavam outros 25% e os animais 10%. Essa é a tríade mais proeminente dos bens. Esses três ativos juntos eram mais de 3/4 do total dos bens acumulados. As dívidas ativas vinham logo abaixo dos animais com 9%, os dotes eram 6%, benfeitorias 4%, objetos e financeiros 2% e as lavouras 1%. Por fim, não houve ocorrência de mercadorias.

Tabela 45 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1841-1850)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	17	35%	21:444\$950	9%
Médias Baixas	18	38%	57:996\$316	26%
Médias Altas	12	25%	117:194\$405	52%
Grandes	01	2%	29:611\$600	13%
Muito Grandes	00	0%	0	0%
Total	48	100%	226:247\$271	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A maior parte da riqueza da década de 1840, 78%, concentrou-se nos grupos dos médios afortunados. Os médios baixos cuja frequência é de 18 pessoas representaram 26% e os médios altos cuja frequência é de 12 indivíduos equivaleram a 52%. Outros 35% das pessoas, na faixa das pequenas fortunas, concentraram 9% da riqueza. Por fim, uma única pessoa fazia parte das grandes fortunas com 13% do total da riqueza.

Tabela 46 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1841-1850)

Ativos	%
Escravos	52%
Imóveis	19%
Dívidas ativas	3%
Animais	13%
Dote	4%
Financeiros	1%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	4%
Objetos	2%
Lavouras	2%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os escravos seguiram na década de 1840 a liderança dentro do conjunto das fortunas dos moradores das freguesias da área, mais de 50% da riqueza esteve alocada nesse bem. O segundo ativo mais importante era dos imóveis com 19%. Os animais, que eram importantes na economia das freguesias, eram 13% da riqueza. Esses três ativos equivaliam a quase 84% dos bens encontrados nessa área. Dotes e benfeitorias somaram cada um deles 4% da riqueza. As dívidas ativas constituíam 3% do total dos ativos. Os objetos e as lavouras, por sua vez, contabilizaram 2% cada. O ativo encontrado de menor relevância foram os financeiros com 1%.

Tabela 47 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1834-1850)

Ativos	Média por Períodos		
	1834/1840	1841/1850	1834/1850
Escravos	41%	52%	46,5%
Imóveis	25%	19%	22%
Dívidas ativas	9%	3%	6%
Animais	10%	13%	11,5%
Dote	6%	4%	5%
Financeiros	2%	1%	1,5%
Mercadorias	0%	0%	0%
Benfeitorias	4%	4%	4%
Objetos	2%	2%	2%
Lavouras	1%	2%	1,5%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Nos 17 anos iniciais desta pesquisa essa área apresentou os escravos como o bem mais relevante de seus moradores, atingindo o percentual de 46,5% de toda a riqueza. Imóveis e animais ocuparam o segundo e o terceiro lugares respectivamente, o primeiro com 22% e o segundo com 11,5%. Do total das fortunas mais de 80% estava investido em escravos, imóveis e animais. A proeminência do gado deve-se às criações de bovinos e caprinos nessa localidade. Dotes e dívidas ativas somaram juntos 11% da riqueza. As benfeitorias eram 4%, os objetos 2% e as lavouras e financeiros 1,5% cada. Os dados tomados de maneira mais ampla revelam a proximidade da pecuária e das lavouras dentro do universo da economia dessas freguesias.

Tabela 48 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, São Gonçalo, Santo Estevão e Umburanas (1851-1860)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	20	26%	23:477\$684	5%
Médias Baixas	32	42%	107:693\$348	23%
Médias Altas	20	26%	200:264\$746	42%
Grandes	5	6%	145:829\$193	31%
Muito Grandes	0	0%	0	0%
Total	77	100%	477:264\$971	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A maior parte dos moradores das freguesias analisadas na década de 1850 possuíam fortunas médias altas e médias baixas. Estas com 32 inventariados, ou 42%, que possuíam 23% da riqueza; e aquelas com 20 inventariados, ou 26% do valor total dos bens de 1851-1860. Das 25 pessoas restantes 20 possuíam pequenas fortunas reunindo 5% da riqueza da década e as outras 5 pessoas, pertencentes ao estrato das grandes fortunas, alcançaram 30% do valor de toda riqueza do decênio. Do mesmo modo como havia ocorrido na década anterior, nesse período não houve nenhum inventariado cuja riqueza atingisse o patamar muito grande.

Tabela 49 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1851-1860)

Ativos	%
Escravos	63%
Imóveis	14%
Dívidas ativas	5%
Animais	10%
Dote	1%
Financeiros	2%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	3%
Objetos	1%
Lavouras	1%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Escravos, imóveis e animais são os três bens mais importantes no conjunto das riquezas dos moradores dessa área. Os escravos correspondiam a 63%, os imóveis a 14% e os animais 10% dos bens dessa década. Essa concentração em escravos pode ser vista nos exemplos a seguir. D. Maria da Conceição Bastos, moradora na freguesia de São Gonçalo dos Campos, na Fazenda Candéal tinha como principal atividade a lavoura do tabaco. Sua fortuna foi avaliada em 15:714\$000 (quinze contos, setecentos e quatorze mil réis), boa parte dela era composta por seus 32 escravos, no valor de 13:000\$000 (treze contos de réis)¹⁵¹.

D. Ana Joaquina de São José e Oliveira era dona da Fazenda Lagoa na freguesia da Conceição da Feira. Seu monte-mor, ao falecer, somou 25:252\$118 (vinte e cinco contos, duzentos e cinquenta e dois mil e cento e dezoito réis). Entre os seus bens havia um armazém grande de fabricar tabaco, casa de farinha, senzalas e uma casa para guardar ferramentas de trabalho como enxadas, foices e machados. Seus 41 escravos eram quase todos nativos, apenas havia dois africanos e totalizaram aproximadamente 12:000\$000 (doze contos de réis), ou seja, quase 50% de todos os seus bens¹⁵². O restante dos bens não desempenhava grande destaque no total da riqueza, exceto os três ativos principais, apenas as dívidas ativas atingiram a cifra de 5%, as benfeitorias 3%, os ativos financeiros 2% e dote, objetos e lavouras 1% cada.

¹⁵¹ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/113/113/1092.

¹⁵² ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/195/195/2150.

Tabela 50 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, São Gonçalo, Santo Estevão e Umburanas (1861-1870)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	14	19%	17:249\$100	3%
Médias Baixas	27	36%	88:601\$323	13%
Médias Altas	27	36%	238:181\$660	36%
Grandes	05	7%	187:426\$452	28%
Muito Grandes	01	1%	136:025\$994	20%
Total	74	100%	667:484\$529	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Como sugere a tabela 50, a maior parte da riqueza de 1861 a 1870 estava nas mãos dos grupos médios. Cada um desses estratos representou a riqueza de 27 pessoas, o que representa 36% para cada um dos grupos médios. O estrato médio baixo reteve 13% da riqueza, enquanto que o médio alto controlou 36%. A soma dessas duas camadas atingiu 49% dos bens. Muito próximo deles, em termo de concentração da riqueza, estava o grupo dos grandes e muito grandes, apesar de ser um número muito menor de pessoas. Havia cinco moradores com 28% da riqueza e uma excepcional fortuna com 20% do total dos bens, na década de 1860.

Tabela 51 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1861-1870)

Ativos	%
Escravos	47%
Imóveis	15%
Dívidas ativas	13%
Animais	13%
Dote	3%
Financeiros	4%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	3%
Objetos	1%
Lavouras	1%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Do total da riqueza encontrada na década de 1860, quase 90% estava em escravos, imóveis, animais e dívidas ativas. Escravos e imóveis mantiveram a sua importância,

ocupando, respectivamente, o primeiro e o segundo lugar. Os escravos com 47% e os imóveis com 15%. Empatados com percentual próximo aos dos imóveis vinham os animais e as dívidas ativas com 13%. Como podemos notar, na década de 1860 mantinha a estrutura econômica dessa área, isto é, uma dependência das lavouras e da pecuária. Nos 12% dos bens o principal eram os financeiros com 4%, seguindo-se dote, benfeitorias com 3% cada, e fechavam o conjunto dos ativos lavouras e objetos com 1% cada.

Tabela 52 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1851-1870)

Ativos	Média por Períodos		
	1851/1860	1861/1870	1851/1870
Escravos	63%	47%	55%
Imóveis	14%	15%	14,5%
Dívidas ativas	5%	13%	9%
Animais	10%	13%	11,5%
Dote	1%	3%	2%
Financeiros	2%	4%	3%
Mercadorias	0%	0%	0%
Benfeitorias	3%	3%	3%
Objetos	1%	1%	1%
Lavouras	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

O período entre 1851 e 1870 revela que o escravo, apesar de perder a importância no período inicial para o posterior, continuou com a primazia como bem mais significativo dos inventariados com 55%. Os imóveis praticamente mantiveram o mesmo número, portanto, apresentaram-se estáveis, ocupando o segundo posto mais importante com 14,5%. Os animais, por sua vez, sofreram uma leve ascensão, passando de 10% no primeiro momento para 13% no segundo. As dívidas ativas tiveram o maior aumento percentual no período, se aproximando em importância dos animais com 9%. Financeiros e benfeitorias, cada um com 3%, também não variaram muito no período. Os dotes sofreram uma leve ascensão e atingiram 2%. Lavouras e objetos estiveram absolutamente estáveis com 1% das fortunas cada. A tabela 52 evidencia, de maneira geral, aquilo que os outros quadros expressavam de maneira específica, a riqueza dessas freguesias era oriunda da pecuária, das lavouras de gêneros alimentícios e produtos para a exportação.

Tabela 53 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, São Gonçalo, Santo Estevão e Umburanas (1871-1880)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	15	22%	18:333\$125	4%
Médias Baixas	24	35%	84:625\$675	19%
Médias Altas	26	38%	224:808\$332	50%
Grandes	04	6%	119:980\$744	27%
Muito Grandes	00	0%	0	0%
Total	69	100%	447:747\$876	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Na década de 1870, encontramos 26, ou 38%, indivíduos na camada média alta, cuja riqueza somou metade de todos os bens encontrados entre os inventariados daquelas localidades. O segundo grupo que mais concentrou foi o das grandes fortunas, eram 4 indivíduos com 27% da riqueza. O restante das fortunas ficou nas mãos das camadas pequenas e médias baixas. Os pequenos eram 22% dos inventariados com 4%, os médios baixos equivaliam a 35% com 19% da riqueza. Não houve nenhum morador com fortuna na faixa muito grande.

Tabela 54 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1871-1880)

Ativos	%
Escravos	46%
Imóveis	27%
Dívidas ativas	3%
Animais	12%
Dote	3%
Financeiros	3%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	4%
Objetos	1%
Lavouras	1%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A tabela 54 revela que a escravidão se manteve como traço econômico principal dessas freguesias. Não é à toa que 46% do que foi acumulado nessa década concentrava-se em escravos. Seguiam-se as terras e casas atingindo a cifra de 27% das posses dos inventariados. Os animais, principalmente o gado bovino, somaram 12% da riqueza. Estes ativos eram os

principais bens dentro do universo das fortunas dos moradores dessas freguesias do município da Cachoeira. Menos importante, mas com certo grau de relevância, estavam as benfeitorias 4%, as dívidas ativas, financeiros e dotes com 3% cada. E encerravam os haveres dos moradores objetos pessoais e domésticos e lavouras com 1% cada.

Tabela 55 – Classificação das fortunas nas freguesias de Conceição da Feira, São Gonçalo, Santo Estevão e Umburanas (1881-1889)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	22	45%	26:746\$044	12%
Médias Baixas	14	29%	49:611\$564	22%
Médias Altas	11	22%	88:284\$380	39%
Grandes	2	4%	60:648\$516	27%
Muito Grandes	0	0%	0	0%
Total	49	100%	225:290\$504	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

No último período registra-se uma semelhança em relação à década anterior, ou seja, a maior parte da riqueza concentrava-se entre as fortunas médias baixas e médias altas. Dos inventariados encontrados, 14 deles eram donos de fortunas médias baixas, contabilizando 22% da riqueza. As médias altas eram 11, ou 22% das pessoas, perfazendo 39% do conjunto das fortunas. Somente dois indivíduos faziam parte da faixa de grandes fortunas, porém, com alto grau de concentração, pois eram possuidores de 27% dos bens. Os outros 12% da riqueza distribuía-se entre pequenos afortunados formados por 22 pessoas ou 45% dos inventariados.

Tabela 56 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1881-1889)

Ativos	%
Escravos	28%
Imóveis	48%
Dívidas ativas	2%
Animais	11%
Dote	1%
Financeiros	2%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	6%

Objetos	1%
Lavouras	1%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os ativos principais das últimas décadas estudadas continuaram os mesmos, no entanto, com uma modificação de sua relevância. Os escravos não eram mais, nesse momento, o principal bem, pois perderam a posição para os imóveis. Os imóveis passariam a 48% da riqueza e os escravos a 28%. Os animais vinham na sequência com 11% e as benfeitorias com 6%. O restante da riqueza estava dividido entre os outros ativos da seguinte forma: dívidas ativas e financeiros 2% e dotes, lavouras e objetos 1% cada. Apesar de manter a importância, a partir do ano de 1880, o escravo perdeu força entre os bens inventariados.

Tabela 57 – Ativos das freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1871-1889)

Ativos	Média por Períodos		
	1871-1880	1881-1889	1871-1889
Escravos	46%	28%	37%
Imóveis	27%	48%	37,5%
Dívidas ativas	3%	2%	2,5%
Animais	12%	11%	11,5%
Dote	3%	1%	1,5%
Financeiros	3%	2%	2,5%
Mercadorias	0%	0%	0%
Benfeitorias	4%	6%	5%
Objetos	1%	1%	1%
Lavouras	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

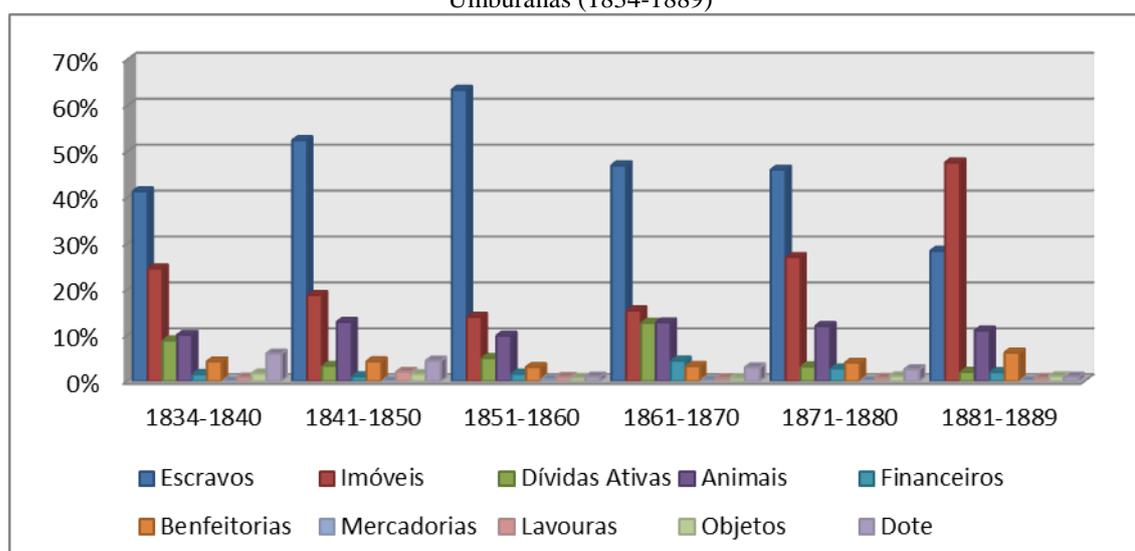
Nos últimos anos de 1871-1889, os imóveis ultrapassaram levemente os escravos como bem mais destacado dentro do universo da riqueza nas freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas. A riqueza das propriedades agrícolas e das casas somaram 37,5% e os escravos 37%. Podemos dizer que, à medida em que os escravos perdiam relevância, os imóveis, fazendas e moradias ganharam importância. Nesse período se houve uma variação da importância dos escravos e dos imóveis isso não aconteceu com os animais, esses conseguiram uma estabilidade durante todo o período. Todos os outros bens também não sofreram variações. A tabela 57 reafirma a ideia de uma estrutura econômica

ligada à escravidão nas plantações e na pecuária, e somente anos antes da abolição houve uma variação do padrão da riqueza dos moradores dessas freguesias.

Numa reflexão acerca do comportamento da riqueza durante o período em estudo, algumas considerações podem ser sugeridas. Os escravos foram o bem cuja importância se manteve mais evidente durante esse quadro temporal, descreveu uma ascensão no período de 1834 a 1840, atingindo o cume entre os anos de 1851 e 1860, com leve queda nas duas décadas seguintes. Só deixou de ser o bem mais importante justamente de 1881 a 1889, último decênio. A posição dos imóveis esteve abaixo dos escravos na maior parte do tempo estudado. Partindo do momento inicial, tenderam a um leve decréscimo entre os períodos de 1851 a 1870 e uma forte alta nos momentos finais, tendo ultrapassado nos últimos anos os escravos.

Um bem importante dessa localidade foram os animais, principalmente na freguesia de Santo Estevão do Jacuípe. Este manteve uma regularidade durante todo o período variando entre 10% e 13% dentro do conjunto da riqueza dos habitantes daquelas freguesias. As dívidas ativas, comparando-se aos animais, foram bastante instáveis, iniciando com 9% no período de 1834 a 1840 declinou para 3% e 5% nas duas décadas seguintes. Alcançou o seu auge no período 1861 a 1870 e voltou a declinar nos anos finais deste estudo. Sobre os outros ativos, de maneira geral, podemos observar que não sofreram alterações, nunca atingiram mais de 6% do total da riqueza em todas as décadas.

Gráfico 12 – Comportamento dos ativos nas freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1834-1889)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

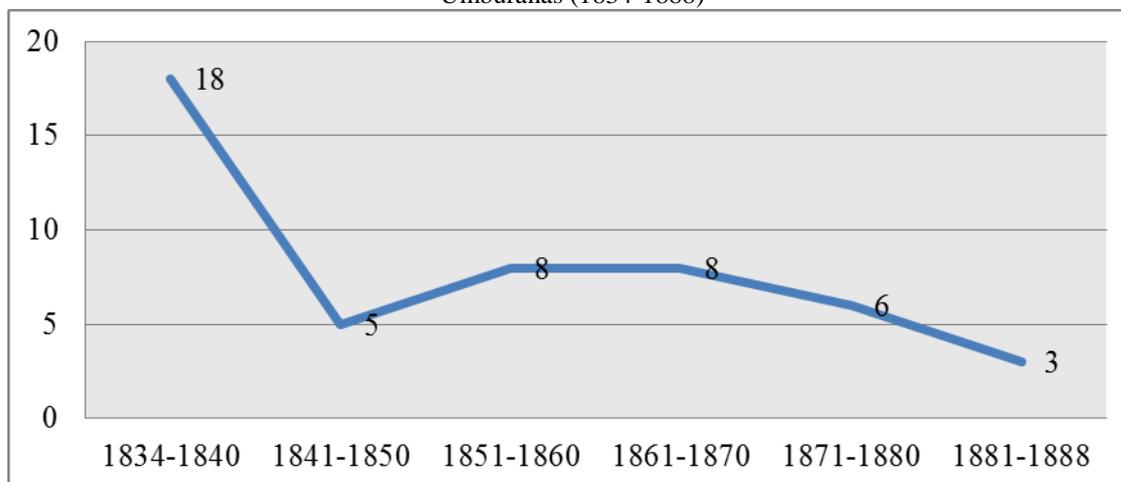
Ainda sobre os escravos, mais especificamente sobre o seu preço, podemos dizer que até os anos de 1861 a 1870 descreveu uma curva no sentido ascendente cujo ápice foi exatamente nesses mencionados anos. A partir daí os preços sempre decresceram, conforme a tabela 58. A média da posse dos escravos para as ditas freguesias confirma a estreita dependência da economia à escravidão. A posse de cativos, apesar de sofrer uma grande queda no período de 1834 a 1840, nas décadas seguintes conservou uma média que variava de 3 a 8 escravos por inventariado, somente entre os anos de 1881 a 1888 essa posse atingiu o número de 3 escravos.

Tabela 58 – Valor médio dos escravos nas freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos e Umburanas (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
260\$000	530\$000	500\$000	550\$000	520\$000	410\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Gráfico 13 – Média da posse dos escravos nas freguesias de Conceição da Feira, Santo Estevão, São Gonçalo e Umburanas (1834-1888)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

2.4 A RIQUEZA DAS LAVOURAS: N. S. DO BONSUCESSO DA CRUZ DAS ALMAS, SÃO PEDRO DA MURITIBA E OUTEIRO REDONDO

As freguesias de Cruz das Almas, São Pedro da Muritiba e Outeiro Redondo, representadas na fig. 6, localizadas na margem direita do Paraguaçu, se caracterizam por uma

variada gama de lavouras. Nessa área havia lavradores de gêneros alimentícios, de mandioca, de café, policultores e alguns senhores de engenho, porém, foram os lavradores de tabaco, de mandioca e café aqueles com maior frequência e boa parte da riqueza compunha-se de escravos e imóveis, onde destacamos as terras. Esses bens eram os responsáveis por dar a feição da economia das mencionadas freguesias.

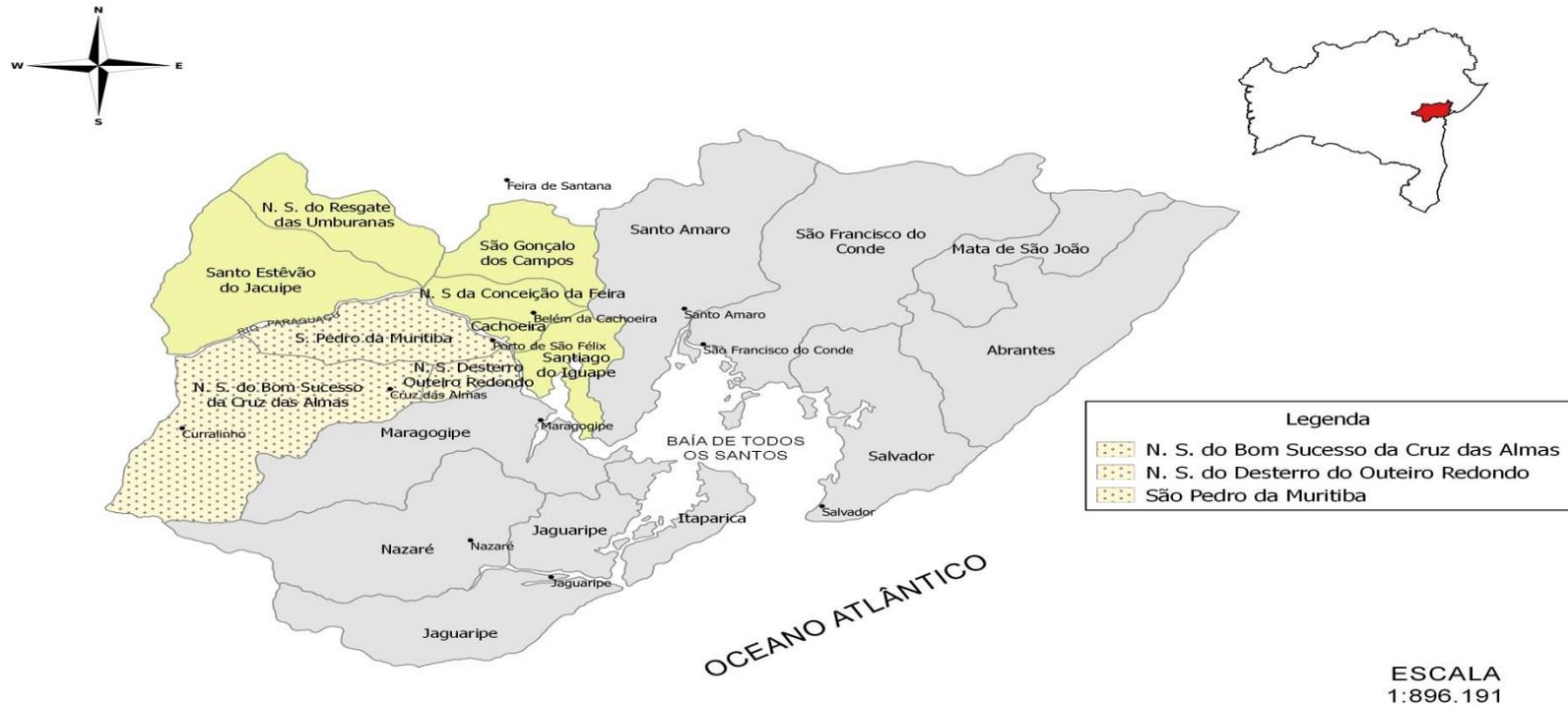
Tabela 59 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1834-1840)

Faixas de Riqueza	Frequência absoluta	Frequência relativa	Total Riqueza	%
Pequenas	19	49%	20:150\$557	14%
Médias Baixas	14	36%	44:521\$884	31%
Médias Altas	05	13%	40:877\$897	28%
Grandes	01	3%	39:055\$938	27%
Muito Grandes	00	0%	0	0%
Total	39	100%	144:606\$276	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A maior parte das pessoas, isto é, 49% dos inventariados eram donos de fortunas pequenas, correspondendo a 14% da riqueza. Outras 19 pessoas faziam parte do segmento médio das fortunas, sendo que 14, ou 36%, dos indivíduos eram da faixa média baixa e concentrava 31% da riqueza, enquanto que 5 pessoas, ou 13%, pertenciam ao segmento médio alto e concentravam 28% da riqueza. Apenas um morador dessa área conseguiu uma fortuna dita grande. No entanto, sua riqueza abrangia 27% de tudo o que foi acumulado entre os inventariados analisados por nós nesse período.

Figura 7 – Mapa¹⁵³ das freguesias de N. Senhora Bom Sucesso da Cruz das Almas, N. Senhora do Desterro do Outeiro Redondo e São Pedro da Muritiba



Fonte: Adaptado de Barickman (2003).

¹⁵³ Este mapa é uma adaptação da carta *Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX*, que se encontra disponível no livro *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, de Bert J Barickman (2003). A adaptação foi realizada com base nos inventários *post-mortem* de Cachoeira. A produção técnica deve-se a Uriálisson Matos Queiroz.

Tabela 60 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1834-1840)

Ativos	%
Escravos	40%
Imóveis	24%
Dívidas ativas	22%
Animais	5%
Dote	0%
Financeiros	1%
Mercadorias	1%
Benfeitorias	4%
Objetos	2%
Lavouras	1%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Quatro ativos respondiam por 90% da riqueza inventariada dessa área, a maior parte estava alocada em escravos, 40% do total. Os imóveis tiveram quase o mesmo percentual do que as dívidas ativas, estas eram 22%, enquanto aqueles somavam 24%. Completava a lista dos quatro ativos mais importantes os animais com 5% no total das fortunas. Os outros 9% equivaliam a benfeitorias com 4%, os objetos 2% e as lavouras, os financeiros e as mercadorias somaram 1% cada. Nenhum dote foi concedido dentre os inventariados pesquisados.

Tabela 61 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1841-1850)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	17	33%	15:313\$840	7%
Médias Baixas	18	35%	55:305\$659	26%
Médias Altas	16	31%	141:761\$893	67%
Grandes	00	0%	0	0%
Muito Grandes	00	0%	0	0%
Total	51	100%	212:381\$392	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Das 51 pessoas cujos inventários foram abertos entre os anos de 1841 e 1850, 34 ou 66% pertenciam ao segmento médio das fortunas. As faixas médias baixas eram compostas por 18 pessoas, ou 35% com 26% da riqueza geral. O grupo médio alto era formado por 16 pessoas, ou 31%, no entanto, detinha aproximadamente 70% da riqueza. Os 17 ou 7%

restantes dos inventariados pertenciam à camada das pequenas fortunas. As fortunas grandes e muito grandes não foram encontradas nessa década. Portanto, toda riqueza do período distribuiu-se entre as faixas pequenas e médias.

Tabela 62 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1841-1850)

Ativos	%
Escravos	45%
Imóveis	25%
Dívidas ativas	8%
Animais	5%
Dote	2%
Financeiros	1%
Mercadorias	4%
Benfeitorias	4%
Objetos	2%
Lavouras	4%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os imóveis e os escravos, da mesma maneira como ocorreu nos 10 anos anteriores, destacaram-se como os bens dos inventariados nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo. Somados eram quase 3/4 do conjunto dos ativos dos residentes nessas localidades. As dívidas ativas com 8% e os animais com 5% completavam a lista dos quatro principais bens da riqueza. Vinham em seguida, empatados com 4% cada, as mercadorias, as benfeitorias e as lavouras. Seguiam-se os dotes e objetos pessoais e domésticos igualados com 2% cada. O ativo financeiro foi aquele de menor representatividade dentro do conjunto das posses, com 1%.

Tabela 63 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1834-1850)

Ativos	Média por Períodos		
	1834/1840	1841/1850	1834/1850
Escravos	40%	45%	42,5%
Imóveis	24%	25%	24,5%
Dívidas ativas	22%	8%	15%
Animais	5%	5%	5%
Dote	0%	2%	1%
Financeiros	1%	1%	1%
Mercadorias	1%	4%	2,5%
Benfeitorias	4%	4%	4%
Objetos	2%	2%	2%
Lavouras	1%	4%	2,5%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os períodos iniciais deste estudo atestam a importância dos escravos e imóveis na formação e acúmulo da riqueza nessas freguesias. Os três principais ativos escravos, imóveis e dívidas ativas responderam por mais de 80% de todos os bens encontrados nas duas primeiras décadas estudadas. Os escravos lideraram nesse tempo todo como bem mais importante, tendo uma ascensão nos anos de 1841 a 1850 em relação aos 10 anos anteriores. Os imóveis apareciam em segundo lugar com 24,5% do total dos bens. As dívidas ativas somaram 15% dos ativos, no entanto, sofreram uma perda de mais de 50% nos anos de 1841 a 1850. Os animais e as benfeitorias somados congregavam outros 9% do total dos bens; os animais eram 5% e as benfeitorias 4%. Do restante dos bens nenhum alcançou a marca de 3% do total do conjunto da riqueza. Os mais importantes eram as mercadorias e as lavouras com 2,5% cada, seguidos dos objetos com 2% e, por fim, empatados com 1% os ativos financeiros e os dotes.

Tabela 64 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1851-1860)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	27	30%	33:886\$557	5%
Médias Baixas	31	34%	94:561\$139	14%
Médias Altas	26	29%	288:328\$150	42%
Grandes	07	8%	272:238\$698	40%
Muito Grandes	00	0%	0	0%
Total	91	100%	689:014\$544	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Dos 91 moradores inventariados na década de 1850, residentes nas freguesias da margem direita do Paraguaçu, 27 deles, ou 30%, chegaram ao final da sua vida com fortunas pequenas, somando todas elas 5% do conjunto da riqueza. A camada média baixa era composta por 31 pessoas, as quais retiveram 13% dos bens. As camadas médias altas e grandes concentraram todo o restante da riqueza, isto é, 82% do total dos valores dos bens acumulados. O segmento médio alto era formado por 26 pessoas ou 28% dos inventariados correspondendo a 42% das fortunas. Os grandes afortunados eram 7 indivíduos com 40% da riqueza. Nesse período não houve nenhum morador falecido cuja riqueza atingiu o patamar das fortunas muito grandes.

Tabela 65 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1851-1860)

Ativos	%
Escravos	44%
Imóveis	31%
Dívidas ativas	7%
Animais	4%
Dote	1%
Financeiros	3%
Mercadorias	1%
Benfeitorias	2%
Objetos	1%
Lavouras	6%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Dentre todos os bens possuídos pelos moradores das freguesias analisadas nesse momento, os escravos continuaram sendo o ativo mais importante, ou seja, 44% da riqueza

era formada por esse bem. Os imóveis seguiam os escravos em relação à importância enquanto bem acumulado. Os dois estavam muito acima em termos absolutos dos outros ativos. Dos outros 8 ativos nenhum atingiu a marca de 10% da riqueza. As dívidas ativas, as lavouras e os animais vinham na terceira, quarta e quinta posições, com 7%, 6% e 4% respectivamente. Finalizava o quadro dos ativos os financeiros com 3%, as benfeitorias 2% e os dotes, as mercadorias e os objetos com 1% cada.

D. Ana Joaquina de Novaes Fonseca, lavradora de tabaco na fazenda Outeiros, na freguesia de Cruz das Almas, é um bom exemplo de proprietário cuja riqueza concentrava-se naqueles ativos mais destacados conforme a tabela 65, ou seja, os escravos e os imóveis. Sua fortuna total somou o montante de 95:523\$970 (noventa e cinco contos, quinhentos e vinte e três mil e novecentos e setenta réis). Em propriedades agrárias, possuía mais de 40 unidades, com valor total de 58:975\$000 (cinquenta e oito contos e novecentos e setenta e cinco mil réis). Seus 56 escravos valiam 27:975\$000 (vinte sete contos e novecentos e setenta e cinco mil réis). Como podemos ver, aproximadamente 87:000\$000 (oitenta e sete contos de réis) dos 95:523\$970 (noventa e cinco contos, quinhentos e vinte e três mil e novecentos e setenta réis) referiam-se a escravos e imóveis. Isso nos ajuda a entender e a confirmar a concentração desses dois ativos no universo total da riqueza naquele período¹⁵⁴.

Tabela 66 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1861-1870)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	27	25%	27:283\$363	2%
Médias Baixas	40	37%	133:073\$782	7%
Médias Altas	25	23%	253:030\$188	14%
Grandes	14	13%	661:510\$800	36%
Muito Grandes	02	2%	739:017\$848	41%
Total	108	100%	1.813:915\$981	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Na década de 1861 a 1870, dois indivíduos ocupavam a faixa dos ricos muito grandes, sozinhos concentravam 41% da riqueza desses anos. Depois dos ricos muito grandes, o grupo com maior volume de riqueza foi o dos grandes afortunados, formado por 14 inventariados ou 13% da amostra e retiveram 36% da riqueza. Os grandes e os muito grandes representavam 15% dos inventariados, somavam 77% de toda a riqueza. Os outros 23% do total dos bens

¹⁵⁴ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 07/3115/07.

estiveram entre os seguimentos médios e pequenos; 27 moradores dessas freguesias possuíam agregaram riquezas dentro do patamar das pequenas fortunas e totalizaram 2% da riqueza. O estrato médio baixo possuía 40 pessoas e 7% da riqueza. Os outros 14% da riqueza estiveram sob o controle do seguimento médio alto.

Tabela 67 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1861-1870)

Ativos	%
Escravos	34%
Imóveis	25%
Dívidas ativas	11%
Animais	8%
Dote	1%
Financeiros	7%
Mercadorias	2%
Benfeitorias	7%
Objetos	1%
Lavouras	4%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os escravos, da mesma maneira como ocorreu no período anterior, foram o principal bem da riqueza nessas freguesias e representavam 1/3 do valor total das fortunas. Os imóveis constituíram o segundo bem mais importante com 25% do valor total dos ativos. As dívidas ativas com 11% e os animais com 8% completavam a lista dos quatro primeiros ativos. Empatados na quinta posição, com 7% cada, os ativos financeiros e as benfeitorias. Dos ativos restantes vinham as lavouras com 4%, as mercadorias com 2%, dote e objetos com 1% cada. Nessa década destacou-se o crescimento da importância de quatro bens: as dívidas ativas, os animais, os financeiros e as benfeitorias.

Tabela 68 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1851-1870)

Ativos	Média por Períodos		
	1851/1860	1861/1870	1851/1870
Escravos	44%	34%	39%
Imóveis	31%	25%	28%
Dívidas ativas	7%	11%	9%
Animais	4%	8%	6%
Dote	1%	1%	1%
Financeiros	3%	7%	5%
Mercadorias	1%	2%	1,5%
Benfeitorias	2%	7%	4,5%
Objetos	1%	1%	1%
Lavouras	6%	4%	5%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Analisando o período de 1851 a 1870, na tabela 68 registramos uma perda de importância dos escravos e dos imóveis. Esses dois ativos, apesar de terem se mantido como os dois bens mais importantes da riqueza, não permaneceram com a mesma importância das duas décadas. Por outro lado, cinco ativos descreveram uma linha diferente. As dívidas ativas, os animais, os ativos financeiros, as benfeitorias e mercadorias, todos cresceram nos anos de 1861 a 1870. Mantiveram-se inalterados os dotes e os objetos. Por fim, as lavouras descreveram uma pequena curva no sentido decrescente.

Tabela 69 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1871-1880)

Faixas de Riqueza	Inventários		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	10	22%	14:328\$000	4%
Médias Baixas	15	33%	45:005\$500	12%
Médias Altas	15	33%	161:136\$287	42%
Grandes	5	11%	161:168\$262	42%
Muito Grandes	0	0%	0	0%
Total	45	100%	381:638\$049	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

As fortunas médias altas e grandes, contendo respectivamente 15 ou 33%, 5 ou 12% dos inventariados no período de 1871 a 1880, alcançaram cada uma delas 42% da riqueza, ou ainda, ambas contabilizaram 84% de tudo o que foi acumulado pelos inventariados nessas freguesias. Outros 25 moradores eram das camadas pequenas e médias baixas. Havia dez

inventariados no grupo médio com 4% da riqueza e no médio baixo 15 com 12%. Nenhuma fortuna atingiu a faixa das fortunas muito grandes.

Tabela 70 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1871-1880)

Ativos	%
Escravos	35%
Imóveis	27%
Dívidas ativas	10%
Animais	4%
Dote	4%
Financeiros	4%
Mercadorias	1%
Benfeitorias	7%
Objetos	2%
Lavouras	6%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

O comportamento dos ativos tem os contornos vistos na tabela 70. Mais de 60% dos bens esteve retido em escravos e imóveis. Os escravos corresponderam a 35% enquanto que os imóveis totalizaram 27% da riqueza. Muito abaixo deles, mas com relativa importância, vinham as dívidas ativas com 10% dos bens. Esses três ativos chegaram perto de 3/4 de todos os ativos. Os dois principais, dentre esses sete ativos restantes, eram as benfeitorias com 7% e as lavouras com 6%. Depois das benfeitorias e lavouras, com 4% cada um, estavam os animais, dotes e financeiros. Fechava a lista dos bens objetos e mercadorias com 2% e 1%, respectivamente. Nesse período todos os ativos estiveram representados dentro do total do conjunto dos bens.

Tabela 71 – Classificação das fortunas nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1881-1889)

Faixas de Riqueza	Inventariados		Total Riqueza	%
	Frequência absoluta	Frequência relativa		
Pequenas	03	12%	2:529\$060	1%
Médias Baixas	13	52%	46:586\$760	22%
Médias Altas	06	24%	82:561\$662	39%
Grandes	03	12%	79:551\$000	38%
Muito Grandes	00	0%	0	0%

Total	25	100%	211:228\$482	100%
--------------	----	------	--------------	------

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A maior parte da riqueza no último período encontrava-se nas faixas de riqueza médias baixas e altas, a primeira com 13 indivíduos, representando 22% das fortunas, e a segunda com 6 indivíduos retendo 39% das fortunas. Esses dois grupos somavam 61% das fortunas. Entre os pequenos e os grandes afortunados estavam os outros 39% da riqueza, sendo que os pequenos eram 3 pessoas e tinham 1% da riqueza, enquanto que os grandes continham 3 pessoas, mas somavam 38% do conjunto dos bens acumulados.

Tabela 72 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1881-1889)

Ativos	%
Escravos	31%
Imóveis	37%
Dívidas ativas	3%
Animais	11%
Dote	3%
Financeiros	2%
Mercadorias	0%
Benfeitorias	5%
Objetos	1%
Lavouras	7%
Total	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

No último período de análise os escravos perderam a primeira posição entre os bens inventariados. Os imóveis passaram a ter a liderança com 37%, enquanto os escravos desceram para 31%. Depois deles apareciam os animais com 11%. É possível que com a desorganização do sistema escravista, e, por conseguinte, das lavouras de exportação nessas áreas, principalmente de tabaco e café, os animais passaram a ocupar um lugar de destaque nesse momento. Os três ativos: imóveis, escravos e animais contavam quase 80% do valor total dos bens. As lavouras com 7% e as benfeitorias com 5% foram ativos que representam a importância da economia de exportação nessa área, também apresentaram certo destaque nessa década. Completava a lista dos ativos com 9% no total, dívidas ativas 3%, dotes 3%, financeiros 2% e objetos 1%. As mercadorias estavam ausentes.

Tabela 73 – Ativos de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1871-1889)

Média por Períodos			
Ativos	1871/1880	1881/1889	1871/1889
Escravos	35%	31%	33%
Imóveis	27%	37%	32%
Dívidas ativas	10%	3%	6,5%
Animais	4%	11%	7,5%
Dote	4%	3%	3,5%
Financeiros	4%	2%	3%
Mercadorias	1%	0%	0,5%
Benfeitorias	7%	5%	6%
Objetos	2%	1%	1,5%
Lavouras	6%	7%	6,5%
Total	100%	100%	100%

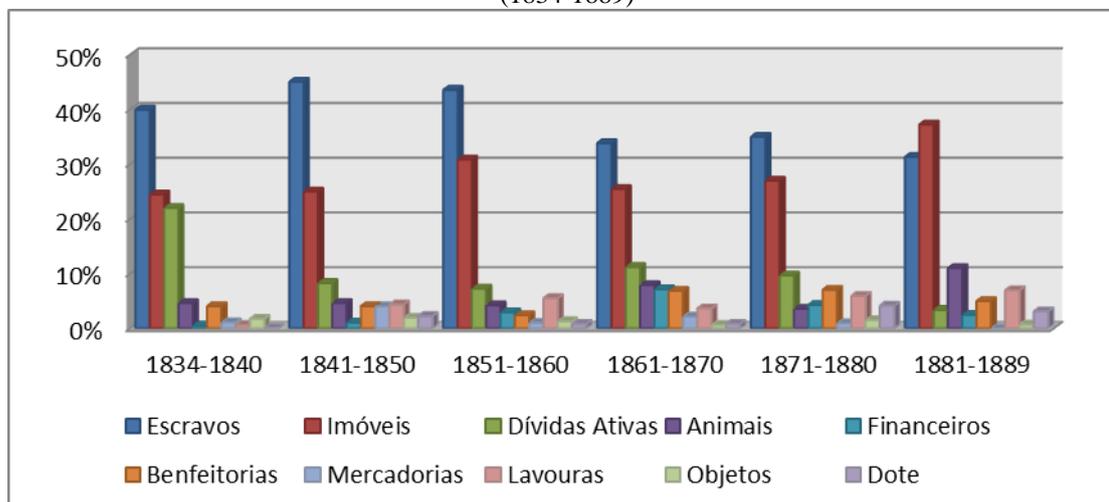
Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Focalizando o período de 1871 a 1889 podemos atestar, com base no movimento dos ativos, que da mesma maneira como ocorreu nas freguesias de Santiago do Iguape e demais áreas agrícolas e pastoris, a escravidão se manteve como base da organização econômica e, por conseguinte, da organização da riqueza dos moradores dessas áreas. Não é por acaso que boa parte da fortuna, no período de 1871 a 1889, estava em escravos, imóveis, animais e lavouras. Esses quatro bens representam a importância do setor agrário nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo. Os escravos e os imóveis praticamente tiveram mesmo percentual, estes 32% e aqueles 33%. Os animais, que ganharam importância, sobretudo nos anos 80, eram 7,5%. As lavouras, principalmente nas plantações de tabaco, café e alimentos, contavam com 6,5%. As dívidas ativas também alcançaram 6,5%, variando no sentido decrescente dos anos 1870 para os anos 1880. Os outros bens respondiam pelos seguintes percentuais: as benfeitorias 6%, os dotes 3,5% financeiros 3%, objetos 1,5% e mercadorias 0,5%.

Durante a maior parte do século XIX, os escravos, os imóveis e as dívidas ativas foram os ativos que encabeçaram a lista dos mais importantes para essa localidade. Os escravos mantiveram uma curva crescente nas duas primeiras décadas, mantendo-se estável nos anos de 1850 e tendendo a um declínio nos três decênios finais deste trabalho. Os imóveis, podemos dizer, conservaram uma regularidade com dois picos, o primeiro no período de 1851 a 1860 e o ápice nos últimos dez anos estudados. Momento esse que chegou a superar quantitativamente os escravos como bem mais relevante. As dívidas se mostraram irregulares, seu volume maior no conjunto da riqueza foi no período de 1834 a 1840, quando

chegou bem perto da importância dos imóveis. Declinou no período seguinte e manteve certa regularidade até o último decênio quando sofreu novo declínio.

Gráfico 14 – Comportamento dos ativos nas freguesias Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo (1834-1889)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os animais cresceram de importância na medida em que caminhávamos para o final do período analisado, pois seu ápice foi a década de 1861 a 1870. As benfeitorias seguiram o comportamento semelhante ao dos animais. Os financeiros e as lavouras caracterizavam-se pela instabilidade, principalmente os primeiros, com valores que variavam entre 1% e 7% do total da riqueza. Objetos pessoais e domésticos, mercadorias e dotes foram bens de pouca representatividade ao longo do período, uma vez que não conseguiram atingir mais do que 4% da riqueza, na maior parte do tempo variavam entre 1% e 2% no valor total dos bens. As freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo, da mesma maneira que as freguesias de São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Santo Estevão e Umburanas, concentraram boa parte da sua riqueza nos ativos mais importantes para a economia dessas localidades, ou seja, em bens ligados à agricultura e à criação de animais.

Os escravos, o maior ativo em todo o tempo, salvo na última década estudada, merecem algumas considerações. O seu preço médio descreveu uma curva de crescimento do ano de 1834 até o período de 1861 a 1870. Nos dois momentos seguintes começaram a perder valor de venda em relação às décadas anteriores. Com relação à posse de escravos, podemos dizer que, ela apresentou certa estabilidade, atingindo o maior número de cativos por proprietários no período de 1861 a 1870. Havia nesse momento aproximadamente 9 escravos

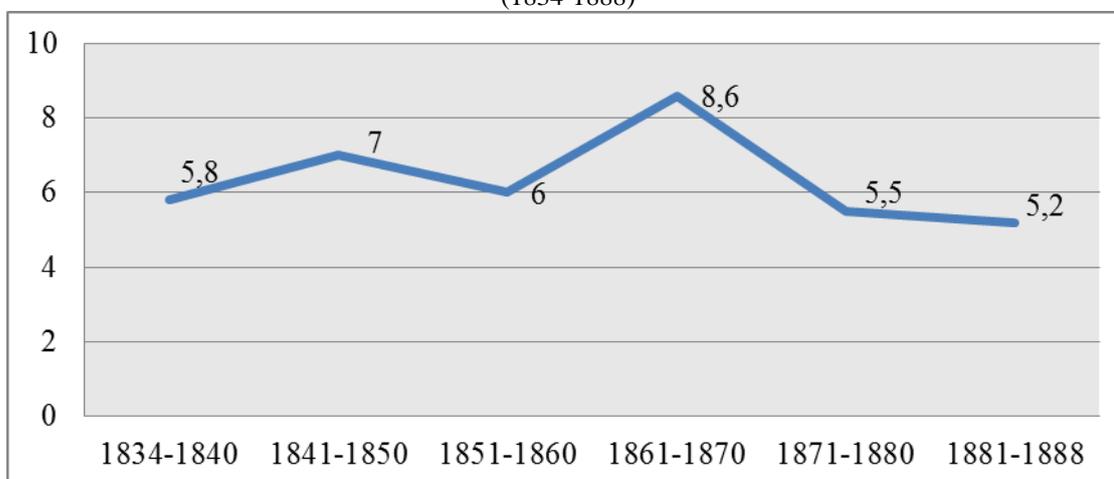
por moradores da região. Nos outros períodos houve uma variação entre pouco mais de 5 a 7 escravos por indivíduo inventariado.

Tabela 74 – Valor médio dos escravos em Cruz das Almas, Muritiba e São Félix (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
253\$000	273\$000	542\$000	652\$000	534\$000	517\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Gráfico 15 – Média da posse dos escravos na freguesia de Santiago do Iguape por proprietários (1834-1888)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A análise das quatro áreas do município de Cachoeira nos permite afirmar que os escravos constituíram o bem mais importante em todas as freguesias, com exceção da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix. Das outras três áreas, o Iguape foi a freguesia onde a escravidão foi mais intensa. Ali os escravos prevaleceram, na maior parte do tempo, salvo os últimos anos, 1881-1889, como o ativo de maior valor, formando a maior parcela da riqueza dos seus moradores. Depois do Iguape, as freguesias de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão e Umburanas, seguidos pela quarta área de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo. Em relação aos imóveis, havia uma grande importância desse bem na área urbana inicialmente, mas, ao passar das décadas, na medida em que os escravos começaram a perder espaço, os imóveis ganharam importância em todas as freguesias, incluindo aquelas

mais ligadas à agricultura. Dentro delas destaca-se principalmente a área de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão e Umburanas. Ao final do período nessa localidade quase 50% da riqueza era encontrada nos imóveis. A freguesia do Iguape parece ter sido aquela com uma dependência menor em relação a esses bens, se analisarmos de maneira geral, porém, mesmo assim ao caminhar para o fim do nosso período estudado ganharam importância inclusive nessa freguesia.

Quanto ao gado, este foi mais importante nas freguesias de Conceição da Feira, São Gonçalo, Santo Estevão e Umburanas. Nas outras possuía certa relevância, mas não atingiu o destaque que teve nessas quatro. Os moradores da cidade de Cachoeira e da freguesia de São Félix possuíam, sobretudo, animais usados no transporte de mercadorias, principalmente as mulas. Por fim, a área formada por Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo se aproximou da pecuária nos anos 1880. O ativo benfeitorias apresentou maior destaque apenas no Iguape, onde chegou a representar 30% da riqueza na última década desta pesquisa. Isto se deve à estrutura requerida pelos engenhos de açúcar. Nas outras freguesias esse bem manteve certa regularidade e uma representatividade pequena.

Na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix as dívidas ativas e os financeiros foram sempre presentes e importantes. Durante todo o tempo tenderam a crescer atingindo o seu maior volume nas décadas finais deste estudo. O comércio dessas duas localidades contribuiu para esse crescimento. Muitos comerciantes além de venderem seus produtos a crédito, o chamado “fiado”, serviam de emprestadores a moradores da região ou outros parceiros comerciais. Nas outras freguesias as dívidas ativas tiveram uma importância menor em termos absolutos se comparadas às freguesias de Cachoeira e São Félix. No entanto, merecem destaque as freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo, pelo mesmo motivo da anterior, ou seja, a presença de comerciantes, todavia com um número menor do que aqueles encontrados em Cachoeira. Eles adquiriam ações bancárias de companhias ferroviárias e muitas vezes possuíam dinheiro em moeda corrente.

Em apenas duas áreas, evidente onde havia comércio, houve presença de mercadorias dentro do conjunto das fortunas, principalmente na de Cachoeira e freguesia de São Félix e também nas freguesias de Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo. Desta maneira, a riqueza maior foi encontrada onde havia o maior número de comerciantes, na cidade Cachoeira e freguesia de São Félix.

As lavouras do Recôncavo não puderam ser verificadas entre os inventariados a todo o momento, as plantações de café foram culturas encontradas em muitos casos. As plantações de gêneros alimentícios, cana e tabaco dentro do conjunto da riqueza total não atingiram altas

cifras, pois, dificilmente, se verificava a sua existência. As freguesias onde as lavouras representaram mais dentro do conjunto da riqueza foram as de Santiago do Iguape e da área formada por Cruz das Almas, Muritiba e Outeiro Redondo.

Os dotes e os objetos pessoais e domésticos não tiveram peso nas fortunas dos inventariados, com exceção do período final em Cachoeira e freguesia de São Félix, quando o dote atingiu 10% da riqueza.

Desta forma, a comparação dos ativos nas diferentes localidades nos permite afirmar que havia comportamentos distintos da riqueza nas diferentes freguesias. O comportamento das fortunas, a movimentação dos seus ativos, vinculava-se à economia de cada localidade.

CAPÍTULO III: O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CACHOEIRANOS

A historiografia evidenciou, ao longo dos últimos anos, a feição plural do Recôncavo da Bahia. Nessa área se desenvolveu uma economia amplamente diversificada. Produtos ligados ao setor exportador e plantações cujo destino final era o mercado interno dividiram o espaço do solo do Recôncavo. Não só a agricultura definiu os contornos da economia nesse espaço da província da Bahia. O comércio, principalmente em áreas de aglomeração urbana mais intensa, como foi o caso da cidade de Cachoeira e do porto de São Félix, pautou boa parte das relações econômicas e sociais.

Luiz de Aguiar Costa Pinto dividiu as áreas com diferentes cultivos do Recôncavo da Bahia. A zona de Cachoeira, principalmente as terras em volta do Rio Paraguaçu, serviu à plantação de fumo. Esse produto já era cultivado desde o século XVII. São os famosos Campos da Cachoeira, como destacou Antonil¹⁵⁵. Outro espaço de Cachoeira fazia parte da grande área de produção de açúcar do Recôncavo, a freguesia de Santiago do Iguape. No limite da fronteira entre o litoral mais úmido estava o agreste, zona intermediária entre o Recôncavo e os sertões, que servia à pecuária e culturas de abastecimento e às vezes ao tabaco¹⁵⁶.

A tábua de exportação é um excelente instrumento para visualizarmos o que foi produzido na província da Bahia e estabelecermos uma relação entre as mercadorias cultivadas no Recôncavo e a sua vinculação com o mercado externo. Os produtos chegaram, muitas vezes, a atingir um número de 50 itens em termos de diversidade, contudo, tratava-se, a grande maioria, de itens que não chegavam a percentuais relevantes, eram plantas medicinais e outros poucos conhecidos. Não ultrapassava de dez a quantidade de mercadorias que concentravam 90% das exportações da província. O açúcar e o tabaco eram os dois que ocupavam o pico da lista, sendo que o açúcar chegava a representar, entre os anos de 1780 e 1860, na maior parte desse período, 50% do total das exportações. O algodão teve consideráveis remessas exportadas da Bahia entre o final do século XVIII e início do XIX, mas nunca chegou a representar os mesmos números de outras províncias do norte, como o Maranhão, Pernambuco e Paraíba. O café, apesar de ter sido o grande produto do final do período colonial não chegou a ter a mesma proeminência na Bahia que teve para as províncias de Rio de Janeiro e São Paulo. A gênese da produção da rubiácea na província da Bahia

¹⁵⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

¹⁵⁶ COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia...*, op. cit., p. 108-109; SCHWARTZ, Stuart B. op. cit., p 84-85.

aconteceu no extremo sul, na comarca de Ilhéus, mas na segunda década do século XIX já era produzido na freguesia de São Pedro da Muritiba, no Recôncavo¹⁵⁷.

A mandioca era a lavoura de subsistência que mais se destacava no Recôncavo. Isto se deve, principalmente, à importância que a farinha possuía na alimentação baiana. Fazia ainda parte das lavouras voltadas para suprir as necessidades alimentares “outras raízes e cereais de produção local: o aipim (a mandioca mansa), o inhame, a batata-doce, o milho e o arroz”. Todos esses alimentos, assim como um pomar bastante diversificado entre bananeiras, jaqueiras, laranjeiras, coqueiros, entre outros, eram possíveis de serem encontrados nos inventários trabalhados por nós. Como já foi dito, a farinha era incomparável em proporções quantitativas entre as produções dos baianos voltadas, majoritariamente, para o abastecimento local¹⁵⁸.

Os baianos que dispunham de meios para tanto consumiam diariamente pelo menos um décimo de uma quarta de alqueire de farinha (9,907 litros ou aproximadamente 567 gramas). Era essa a ração que se distribuía aos soldados e aos escravos empregados pelo Celeiro Público. Essa era também a ração dos presos pobres das cadeias da cidade.¹⁵⁹

O município de Cachoeira não se caracterizava apenas por sua ligação com o setor agrário. Virlene Moreira estudou a freguesia de São Félix e nos apontou as características comerciais dessa área. Essa freguesia serviu de ponto de passagem de mercadorias com destino ao litoral e ao sertão. Boa parte do algodão produzido na década de 1870, por exemplo, saía do porto de São Félix com destino à capital baiana e, posteriormente, à Europa. As embarcações de pequeno calado serviam de meio de transporte no percurso Salvador/São Félix¹⁶⁰.

Com uma economia diversificada, o número de atividades exercidas pela população Cachoeirana também foi variada. A pesquisa nos inventários *post-mortem* nos possibilitou traçar a dinâmica dos diversos grupos sociais que compuseram o município de Cachoeira. De acordo com as informações fornecidas pelos autos de inventário, identificamos onze grupos lastreados nas atividades exercidas pelos inventariados. Havia lavradores de cana, de gêneros alimentícios, de mandioca, de tabaco, pecuaristas, senhores de engenho, negociantes e outras categorias. Neste capítulo, analisaremos a riqueza dos onze principais grupos sociais encontrados em Cachoeira e suas freguesias.

¹⁵⁷ BARICKMAN, B. J. op. cit., p. 55-63.

¹⁵⁸ Idem., p. 64.

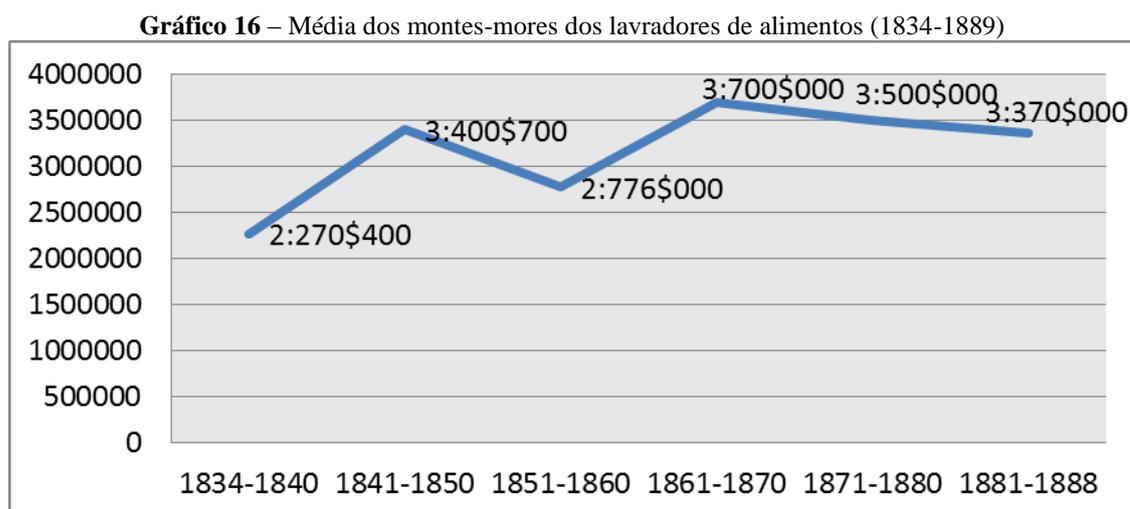
¹⁵⁹ Idem., 66-67.

¹⁶⁰ MOREIRA, Virlene Cardoso, op. cit, p. 58-59.

3.1 LAVRADORES E POLICULTORES

As plantações de alimentos como frutas, feijão e milho e de tabaco estiveram presentes em todas as áreas de produção de Cachoeira com exceção de Santiago do Iguape, onde se produzia majoritariamente cana-de-açúcar. Os lavradores de café, cuja existência é pouco citada na historiografia, foram encontrados nas freguesias de Cruz das Almas e São Pedro da Muritiba.

Lavradores de alimentos – estes plantavam gêneros para o abastecimento dos mercados local e regional. Cultivavam frutas, entre as mais comuns estavam bananas, laranjas, araçás, jacas, mangas, entre outras. Plantavam ainda legumes e hortaliças, cujo destino era, principalmente, as feiras da região. Havia também, em menor número, os que se dedicavam, além das culturas já citadas, às plantações de milho e feijão. De maneira geral não possuíram grandes fortunas e nem muitos escravos.



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A riqueza média desses lavradores, como podemos ver no gráfico 16, atingiu os 3:700\$000 (três contos e setecentos mil réis). O momento em que a riqueza desses lavradores conseguiu chegar ao ápice foi na década de 1860, cuja média era de 3:700\$000 (três contos e setecentos mil réis). Em certa medida a riqueza, em geral, manteve uma regularidade durante todo o período, variando de pouco mais de 2:000\$000 (dois contos de réis) até aproximadamente 4:000\$000 (quatro contos de réis). Seus montes-mores eram característicos de indivíduos com pouca riqueza.

Entre os anos de 1834 e 1840, a riqueza dos lavradores de alimentos compunha-se 80% por escravos. A seguir vinham os imóveis com 8%. Além desses bens, outros cinco

foram encontrados durante esse período, os animais e os dotes com 3% cada, dívidas ativas e objetos com 2% cada e as benfeitorias 1%. Nenhum ativo financeiro, mercadoria ou lavouras foi encontrado.

Na década de 1840, a maior parte da riqueza dividia-se em escravos, dívidas ativas e imóveis. Esses três ativos somados atingiam aproximadamente 90% de toda a riqueza dos lavradores de alimento. Os escravos eram o bem com maior importância, abrangendo 53% da riqueza. As dívidas ativas vinham em segundo lugar com 23%. E, por fim, os imóveis eram 13% da riqueza. As dívidas ativas nesse momento ganharam grande destaque pela riqueza do lavrador Martinho Ferreira de Brito, dono da Fazenda Faleira, nos arredores da cidade de Cachoeira, cujo inventário foi aberto em 1850. Dos 17:275\$412 412 (dezessete contos, duzentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e doze réis) originados do monte-mor, 13:000\$000 (treze contos de réis) era derivado de 16 empréstimos a juros. Essa concentração incomum dentre os lavradores de alimentos fez com que a riqueza nesse período apresentasse grande concentração em dívidas ativas¹⁶¹. Em outros cinco ativos estavam o restante da riqueza, a saber: animais e benfeitorias 3% cada, lavouras e objetos 2% cada e dote 1%.

¹⁶¹ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/117/117/1116.

Tabela 75 – Ativos dos lavradores de alimentos (1834-1889)

Ativos	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	80%	53%	75%	67%	56%	40%
Imóveis	8%	13%	16%	17%	33%	45%
Dívidas Ativas	2%	23%	2%	7%	0%	6%
Animais	3%	3%	2%	2%	2%	3%
Financeiros	0%	0%	2%	1%	2%	0%
Benfeitorias	1%	3%	1%	1%	4%	3%
Mercadorias	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Lavouras	0%	2%	1%	2%	2%	2%
Objetos	2%	2%	1%	1%	0%	1%
Dote	3%	1%	0%	2%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os escravos, nos anos 1850, atingiram uma cifra próxima daquela encontrada entre os anos de 1834 e 1840. Dentre toda a riqueza dos lavradores em foco 3/4 estavam contidas nesse bem. Em seguida apareciam os imóveis como bem mais importante, com 16%, apresentando leve crescimento em relação ao período anterior. Esses dois ativos perfaziam o grosso da riqueza desses lavradores, isto é, mais de 90%. O restante dos bens não representou grande importância em termos absolutos na riqueza desses lavradores. As dívidas ativas, os animais e os financeiros eram 2% cada e as benfeitorias, as lavouras e os objetos 1%. Mercadoria e dotes não foram encontrados.

Na década seguinte, a de 1860, os dois principais ativos, continuaram sendo, por ordem, escravos e imóveis, perfazendo mais de 80% da riqueza, ou mais precisamente, os escravos com 67% e os imóveis 17%. As dívidas ativas vinham em terceiro com 7%. Animais, lavouras e dote somaram, cada um, 2% e os financeiros, as benfeitorias e os objetos foram 1%.

Escravos e imóveis mantiveram a hegemonia entre os ativos, apesar dos escravos sofrerem uma leve queda e os imóveis uma acentuada ascensão nos anos de 1870. Mesmo havendo uma retração da participação de escravos no cômputo geral das fortunas, continuaram sendo o bem mais importante da riqueza dos lavradores de alimentos com 56%. Os imóveis subiram para 33% da riqueza. As benfeitorias concentraram 4% das fortunas e animais, financeiros e lavouras 2% cada. As dívidas ativas, as mercadorias, os objetos e os dotes estavam ausentes nos inventários.

Inverteu-se a posição dos ativos principais nos derradeiros anos 1881-1889. Os imóveis tornaram-se o bem de maior riqueza com 45%. Os escravos, mesmo perdendo a proeminência, mantiveram-se como um bem importante dentro da riqueza desses moradores, ou 40%. Mesmo nesse momento, anos finais da escravidão, de acordo com os dados analisados, podemos dizer que a economia, no setor de produção de alimentos, manteve-se escravista. Os outros bens tomados em conjunto participaram com 15%, distribuídos da seguinte forma; dívidas ativas 6%, animais e benfeitorias 3%, lavouras 2% e objetos 1%.

Durante todo o período a riqueza dos lavradores, em sua ampla maioria, concentrou-se em dois ativos: os imóveis e os escravos. Essa realidade nos possibilita dizer que houve, em um grupo cujo padrão de riqueza não atingiu cifras grandiosas, uma utilização grande de escravos até os anos próximos do fim da escravidão. As lavouras de alimentos podiam ser, em muitos casos, lavouras familiares, mas, em outros tantos, eram também lavouras escravistas.

A tabela 76 e o gráfico 17 nos fornecem informações mais específicas que nos ajudam a perceber essa relação direta entre a escravidão e as lavouras de alimentos. Os preços dos

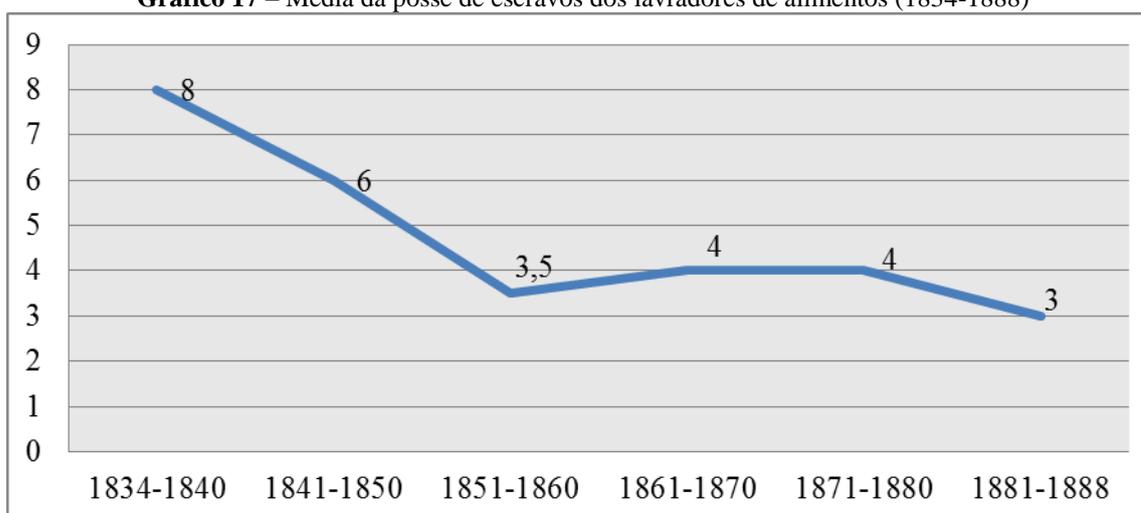
escravos desses lavradores tenderam a crescer nos anos de 1834 a 1860, atingindo na década de 1850 o seu maior valor, 690\$000 (seiscentos e noventa réis) a partir daí, descreve uma curva descendente até os anos 1880. Além do preço, outro importante parâmetro para constatar a riqueza concentrada nos escravos pode ser visto na média da posse de escravos no gráfico abaixo. A maior concentração de escravos foi encontrada nos anos iniciais de 1834 a 1840. Nas duas décadas seguintes houve um decréscimo que se estabilizou nas décadas de 1860 e 1870 e voltou a cair nos anos 1880.

Tabela 76 – Valor médio dos escravos dos lavradores de alimentos (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
229\$000	295\$000	690\$000	600\$000	480\$000	450\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Gráfico 17 – Média da posse de escravos dos lavradores de alimentos (1834-1888)

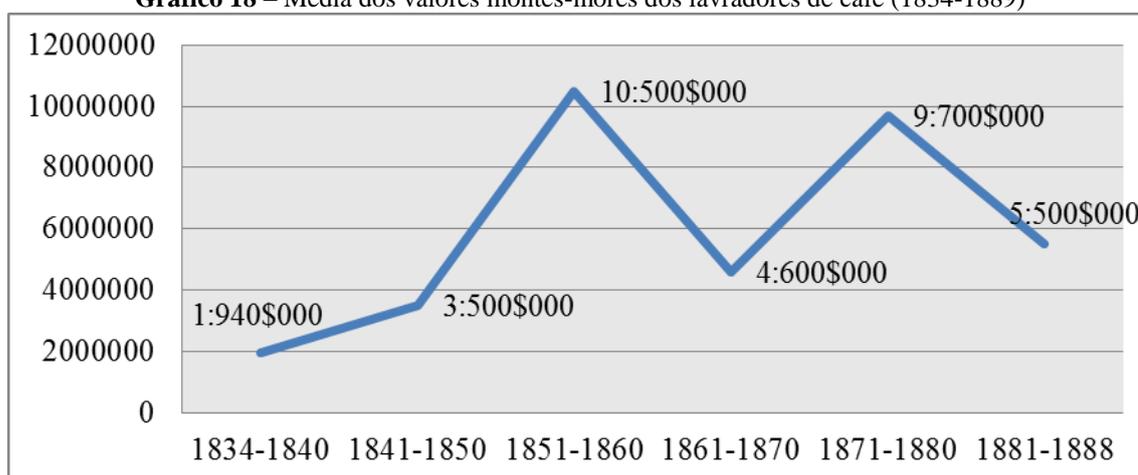


Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Lavradores de café – não constituíam grande número de pessoas no conjunto do município da Cachoeira, se comparado com lavradores de tabaco e alimentos. As lavouras de café se estenderam pelas freguesias de Cruz das Almas e em Muritiba. Um número pequeno desses lavradores conseguiu concentrar fortunas de destaque. Antônio Alleone é um exemplo de grande produtor de café. Era morador na freguesia de Cruz das Almas e teve seu inventário aberto em 1856. Sua fortuna atingiu a cifra de 43:164\$894 (quarenta e três contos, cento e sessenta e quatro mil e oitocentos e noventa e quatro réis). Era dono de seis casas incluindo um sobrado, esses imóveis somaram 8:125\$000 (oito contos, cento e vinte e cinco mil réis).

Possuía instrumentos de produção, casa de farinha, pilão de café e 21 escravos, desses escravos 15 eram africanos e 6 nativos. Esses escravos contabilizaram 11:000\$000 (onze contos de réis). Além desses bens, possuía 20.000 pés de café cujo valor somou 4:182\$000 (quatro contos e cento e oitenta e dois mil réis)¹⁶².

Gráfico 18 – Média dos valores montes-mores dos lavradores de café (1834-1889)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

De acordo com gráfico 18, a média da riqueza dos cafeicultores variou muito do início ao final do nosso estudo. Nos anos de 1850, suas fortunas subiram de maneira muito rápida, decrescendo no decênio seguinte. Retomaram o crescimento na década de 1870 e novamente perderam importância nos anos 1880. Os valores dos montes-mores oscilaram durante a maior parte do período, atingindo o seu pico na década de 1850.

A tabela 77 mostra que a maior parcela dos ativos desses produtores concentrou-se em escravos e imóveis. Os primeiros correspondiam a 52% da riqueza e os segundos 26%. Os dois, portanto, perfaziam 78% dos bens acumulados nesse período. As lavouras obtiveram certo destaque com 6%, vindo a seguir os financeiros com 5% e os animais com 4%. As dívidas ativas e as benfeitorias empatavam com 3% cada uma e, finalmente, os objetos pessoais e domésticos com 1%. Não constaram mercadorias e dotes.

Já na década de 1840, o destaque dos escravos e dos imóveis ampliou-se em relação ao período anterior. Nesse momento 82% da riqueza estava contida nesses dois bens. Os escravos representavam 60% e os imóveis 22%. As lavouras com 11% demonstraram um crescimento bastante significativo em relação ao momento anterior. Nesses três itens estava praticamente toda a riqueza dos lavradores de café da década de 1840. As dívidas ativas 3%,

¹⁶² APEB. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/598/1052/03.

benfeitorias e objetos com 2% cada, e animais com 1% encerravam os ativos desse período. Os financeiros, as mercadorias e os dotes não foram encontrados.

Na década de 1850, houve uma perda de importância dos escravos no conjunto da riqueza em relação aos dois decênios anteriores. Os escravos participaram com 41% no montante acumulado. Os imóveis, por sua vez, mantiveram o mesmo valor da década 1840, ou seja, 22% do conjunto da riqueza. Dois ativos merecem destaque pelo seu crescimento, os financeiros e as dívidas ativas. Os ativos financeiros, ausentes no período anterior, apareceram com 12% e as dívidas ativas que eram 3% passaram para 11%. As lavouras, apesar de sofrerem uma pequena queda, eram um bem significativo da riqueza com 9%. As benfeitorias 2%, os animais e os objetos, 1% cada, foram os outros bens que compuseram a riqueza dos lavradores de café. Dotes e mercadorias, tal qual aconteceu nos períodos anteriores, não foram encontrados.

Os escravos, no decênio de 1860, retomaram o crescimento passando para 57%, e os imóveis declinaram para 18% do conjunto da riqueza dos cafeicultores. Na década de 1860, 57% dos bens era concentrado em cativos. Sobressaiam-se ainda o crescimento do ativo lavouras que atingiu 16%, ganhando, portanto, 7 pontos em relação à década anterior. Esses três ativos juntos somaram mais de 90% da riqueza. Os outros 9% repartiam-se em financeiros 3%, animais e benfeitorias 2% cada, objetos 1% e não houve dívidas ativas, mercadorias e dotes.

Tabela 77 – Ativos dos lavradores de café (1834-1889)

Ativos	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	52%	60%	41%	57%	35%	25%
Imóveis	26%	22%	22%	18%	36%	41%
Dívidas Ativas	3%	3%	11%	0%	7%	2%
Animais	4%	1%	1%	2%	2%	3%
Financeiros	5%	0%	12%	3%	1%	4%
Benfeitorias	3%	2%	2%	2%	5%	6%
Mercadorias	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Lavouras	6%	11%	9%	16%	13%	18%
Objetos	1%	2%	1%	1%	1%	1%
Dote	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Nos dez anos seguintes, pela primeira vez, os imóveis superaram os escravos como bem mais destacado da riqueza dos lavradores de café. Os imóveis subiram para 36% e os escravos que lideraram durante todos os momentos anteriores, com 35%, passaram a ocupar o segundo lugar em importância da riqueza. Além disso, perderam em termos absolutos a importância adquirida na década anterior. Novamente os animais apareceram como terceiro item mais relevante com 13% no cômputo geral. Da mesma forma como aconteceu na década de 1860, esses três itens retiveram a maior parte de toda a riqueza, ou seja, 84% dos bens. As dívidas ativas, ausentes na década anterior, representaram 7%. As benfeitorias participavam com 5%, os animais com 2% e financeiros e objetos pessoais e domésticos com 1% cada no conjunto das fortunas.

O movimento iniciado no período anterior, isto é, a queda da posição dos escravos e o aumento dos imóveis no cômputo geral da riqueza dos produtores de café, ampliou-se entre os anos de 1881 e 1889. Os imóveis alcançaram a marca de 41% e os escravos decresceram para 25%. Cresceu também a importância das lavouras no cenário dos bens desses lavradores, elevando-se para 20%. Mais uma vez, os três bens aludidos respondiam por quase 85% da riqueza, ou seja, eram os ativos com maior representatividade. Os demais bens contribuíam com as seguintes cifras: benfeitorias 6%, financeiros 4%, animais 3%, dívidas ativas 2% e os objetos pessoais e domésticos 1%. Nem mercadorias e nem dotes foram encontradas nesses anos.

A maioria dos cafeicultores utilizava a mão de obra escrava em suas lavouras. Até a década de 1860 o escravo era o bem mais importante da riqueza dos lavradores de café, apenas nos dois decênios finais deste estudo perdeu a liderança para os imóveis. Depois dos escravos, durante a maior parte do tempo, os imóveis eram um bem relevante, assumindo a primeira posição nas duas últimas décadas analisadas. As lavouras de café nas décadas de 1840, 1860 e seguintes eram mais de 10% da riqueza. A tríade imóveis, escravos e lavoura é essencial para entendermos a relação do acúmulo da riqueza com a produção de café no Recôncavo.

A produção cafeeira estava vinculada à escravidão e alguns dados sobre os escravos nos ajuda a mostrar melhor essa relação. O preço médio dos escravos dos lavradores de café cresceu até os anos de 1850 quando atingiu o seu ponto culminante, sofrendo queda nos dois períodos seguintes e se valorizando pouco nos anos 1880. Em termos médios, os cafeicultores não eram grandes escravistas, a média de cativo por proprietário variou entre 2,5 e 7 escravos. Entre os anos de 1834 a 1840, a média era de 4 escravos por inventariado sofrendo um

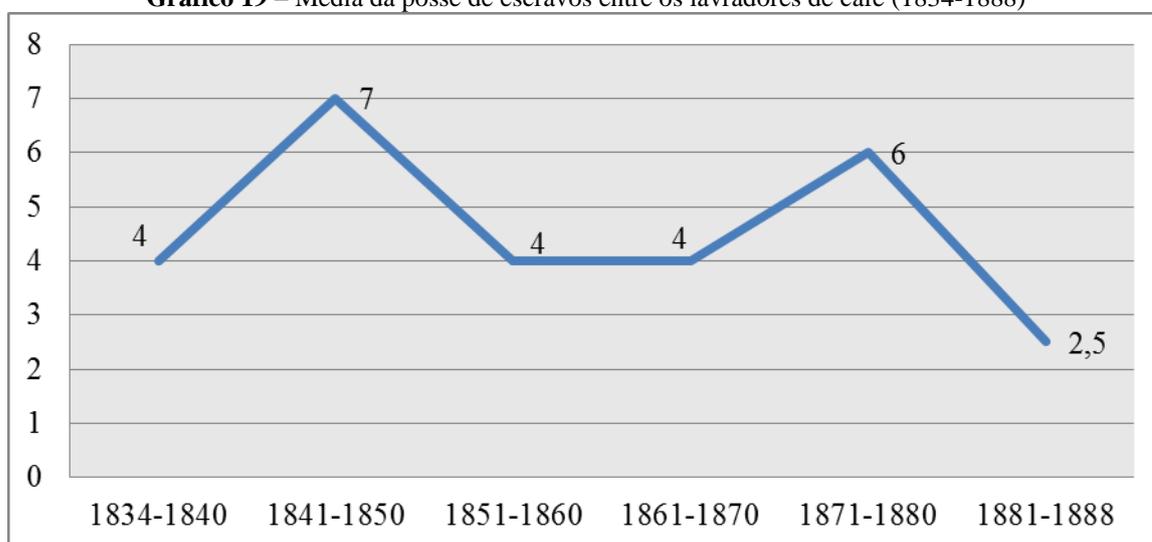
crescimento na década seguinte. Caiu na década de 1850, assim permanecendo no decênio posterior. De 1871 a 1880 voltou a crescer e nos 1880 atingiu o seu menor valor médio.

Tabela 78 – Valor médio dos escravos dos lavradores de café (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
325\$000	293\$000	900\$000	700\$000	500\$000	550\$000

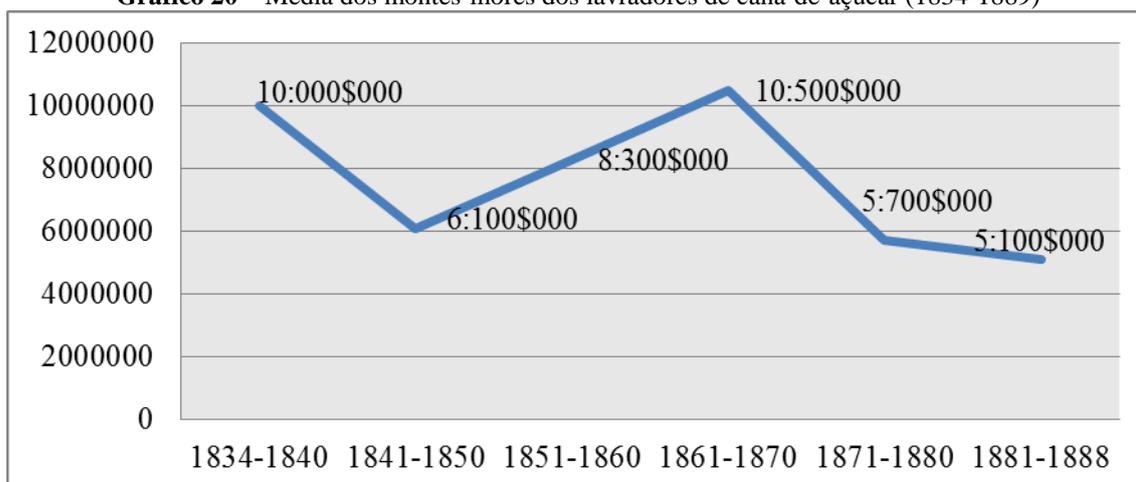
Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Gráfico 19 – Média da posse de escravos entre os lavradores de café (1834-1888)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Lavradores de cana-de-açúcar – eram moradores da freguesia de Santiago do Iguape, em nenhuma outra freguesia foram encontrados nos inventários indivíduos exercendo essa atividade. Cultivaram a cana, grande produto baiano de exportação no século XIX, e utilizaram intensivamente a mão de obra escrava para produzir açúcar. A média da riqueza dos produtores de cana os colocava nas camadas intermediárias das fortunas cachoeiranas. Sua riqueza tendeu a perder volume nas décadas finais da pesquisa, talvez por conta da incapacidade de manter a produção desvinculada do trabalho escravo.

Gráfico 20 – Média dos montes-mores dos lavradores de cana-de-açúcar (1834-1889)

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A tabela 78 evidencia os altos índices de escravos, bem longe dos demais ativos, na composição dos valores das fortunas desses produtores, atingindo o ponto máximo, 76%, na década de 1860. A partir daí descreveram uma linha declinante. Os imóveis vinham na sequência com 29%. Os ativos financeiros conseguiram reunir 14% do conjunto dos bens nos anos de 1834-1840. Esses três bens eram quase 90% da riqueza nos anos iniciais. Os outros 11% dos bens compunham-se por animais e lavouras 3%, dívidas ativas 2% e benfeitorias, objetos e dotes 1%.

Nos anos entre 1841 a 1850 ocorreu um aumento do valor dos escravos nas fortunas dos lavradores de café em relação ao período anterior, chegando a 59% da riqueza. Os imóveis, diferentemente dos escravos, perderam valor em comparação com o período antecedente, decaindo para 13%. O ativo financeiro, o terceiro mais importante entre os anos de 1834 a 1840, passou para o quarto lugar com 6%, as benfeitorias subiram para 7%. Os animais e as lavouras juntos somaram 10%. As dívidas ativas e os objetos fecham o cenário com 4% e os objetos pessoais e domésticos com 1% da riqueza.

Tabela 79 – Ativos dos lavradores de cana-de-açúcar (1834-1889)

Ativos	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	46%	59%	76%	74%	65%	52%
Imóveis	29%	13%	13%	3%	22%	29%
Dívidas Ativas	2%	4%	2%	4%	0%	0%
Animais	3%	5%	2%	3%	7%	8%
Financeiros	14%	6%	2%	12%	1%	6%
Benfeitorias	1%	7%	1%	1%	2%	1%
Mercadorias	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Lavouras	3%	5%	2%	1%	3%	3%
Objetos	1%	1%	1%	1%	0%	1%
Dote	1%	0%	2%	1%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os escravos, nos decênios de 1850, continuaram a crescer constituindo 3/4 de toda a riqueza. Eles alcançaram o valor mais alto das cinco décadas aqui tratadas. Na sequência apareciam os imóveis com os mesmos 13% da década de 1840. Empatados todos com 2% estavam as dívidas ativas, animais, financeiros, lavouras e dotes. Objetos pessoais e domésticos e benfeitorias apresentaram 1% cada.

Um exemplo que atesta essa realidade é o de Dona Leonor Maria da Piedade casada com o tenente Diogo Pereira do Lago. Ela e o esposo eram donos da fazenda Cassinon. Ao morrer, ela deixava como espólio 27:262\$000 (vinte e sete contos e duzentos e sessenta e dois mil réis). Essa fazenda possuía 124 tarefas de terra de massapê, ideal para o cultivo da cana-de-açúcar e foi avaliada em 6:200\$000 (seis contos e duzentos mil réis). Era dona de 27 escravos avaliados em 16:000\$000 (dezesesseis contos de réis) e também de duas propriedades residenciais, um sobrado e uma térrea, cujos valores somavam 2:000\$000 (dois contos de réis). Além desses bens possuía animais para auxiliar na produção de cana¹⁶³.

Na década posterior de 1861 a 1870, a participação dos escravos no cômputo geral das fortunas começou a decrescer, diminuindo para 74% nessa década. Os financeiros, pela primeira vez, atingiram o segundo lugar com 12%. Essa elevação do valor dos financeiros se deve ao aumento da aquisição de ações bancárias pelos produtores de cana. D. Ana Rita de São Salvador, lavradora de cana no Engenho Buraco, isto é, na freguesia de Santiago do Iguape, era dona de ações na Caixa Econômica da Bahia cujo valor superou 4:000\$000 (quatro contos de réis). Esse valor ajudou a aumentar o ativo financeiro. Escravos e financeiros, portanto, compunham 86% de toda a riqueza entre os anos de 1861 e 1870. É importante destacar, nesse momento, a grande perda da importância dos imóveis como ativo, que passaram para um total de 3%, cifra muito inferior às anteriores e posteriores. Muitos lavradores, coincidentemente, não possuíam nem imóveis residenciais, nem propriedades agrárias, concentrando boa parte de tudo que possuíam em escravos e no que produziam por arrendamentos. As dívidas ativas e os animais tiveram 4% e 3%, respectivamente. Benfeitorias, lavouras, objetos e dotes todos apareceram com 1% cada.

Como foi observado, os escravos iniciaram seu declínio na década anterior e continuaram a diminuir sua participação no conjunto da riqueza, enquanto que os imóveis retomaram a segunda posição perdida na década anterior. Estes equivaliam a 22% da riqueza e aqueles 65%. Os animais vinham depois com 7%. Esses três principais ativos englobavam, então, 94% da riqueza. Os 6% restantes estavam divididos em lavouras 3%, benfeitorias 2% e

¹⁶³ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/162/162/1578.

financeiros 1%. As dívidas ativas, as mercadorias, os objetos e dotes não estavam presentes no geral da riqueza nos anos 1870.

Diferente do que ocorreu com os lavradores de café e alimentos, nos anos de 1880, os imóveis não superaram os escravos como bem mais importante das fortunas dos lavradores de cana. Mais de 50% da riqueza, mesmo nos anos próximos à abolição estava concentrada em escravos. Apesar de perder a importância com relação aos quatro períodos anteriores, ainda era o item mais relevante com 52% do total da riqueza. Os imóveis alcançaram 29%, aumentando seu valor em relação aos anos precedentes. Os animais continuaram no terceiro com 8% da riqueza. Escravos, imóveis e animais somaram 89% das fortunas dos lavradores de cana. Os ativos financeiros marcaram 6% da riqueza, as lavouras 3% e as benfeitorias e objetos 1% cada. Dívidas ativas, dotes e mercadorias permaneceram ausentes.

De acordo com o gráfico 21, os lavradores de cana apresentaram uma estreita concentração em escravos durante todo o período estudado. A parcela do valor dos escravos na formação das fortunas, em geral, foi superior a 50% em cada período, chegando a atingir 3/4 aproximadamente nas décadas de 1850 e 1860. Nos anos de 1870 e 1880 seus valores declinaram, mas, mesmo assim, sempre se mantiveram acima de todos os outros ativos. Os imóveis, salvo os anos de 1860, conservaram-se como o segundo item mais importante da riqueza desses lavradores. Os ativos financeiros merecem algum destaque, pois, se observamos todo o período estudado, seus valores oscilaram bastante, variando entre 1% a 14% do conjunto da riqueza. Os animais cresceram de importância nos dois últimos períodos decênios. As lavouras, apesar de o açúcar ser um produto importante das exportações, nunca superaram 5% da riqueza. Benfeitorias, dotes, objetos e dívidas ativas variavam entre 0 e 4%. Portanto, a maior parte da riqueza dos lavradores de cana do Iguape era formada por escravos e imóveis.

Na freguesia do Iguape o peso da escravidão sequer cedeu nos anos que imediatamente antecederam a abolição da escravatura em 1888. Essa dependência pode ser vista principalmente na média de escravos por lavradores de cana, muito superior àquelas encontradas entre outros lavradores do mesmo município. O preço médio do escravo também evidencia um pouco a sua importância para a região. Enquanto que o preço médio dos escravos dos lavradores de café e alimentos atingiu o seu ápice na década de 1851 a 1860, o preço médio entre os lavradores de cana alcançou sua maior cifra entre os anos de 1861 a 1870. O gráfico da média do número de escravos por indivíduo descreve uma curva no sentido decrescente do início, 1834, para o final, 1889. A maior média foi encontrada no período de 1834 a 1840, nesse momento havia 15 escravos por proprietário na Freguesia do

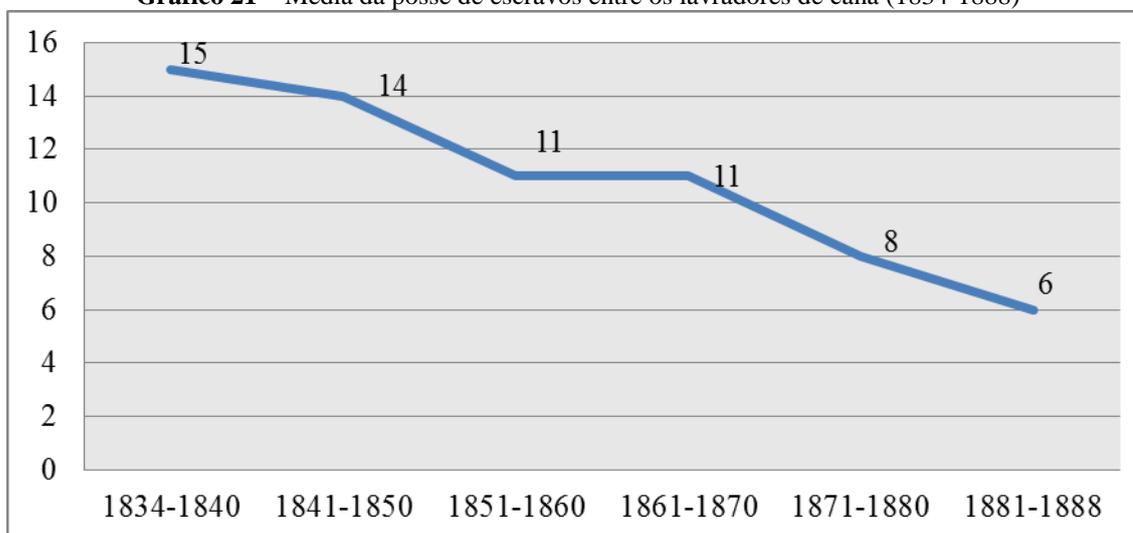
Iguape, esse valor passou a 14 no período de 1841 a 1850, e 11 nas duas décadas posteriores, caindo para 8 nos de 1870 e, finalmente, para 6 nos últimos anos.

Tabela 80 – Valor médio dos escravos dos lavradores de cana-de-açúcar (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
294\$000	260\$000	610\$000	720\$000	455\$000	420\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Gráfico 21 – Média da posse de escravos entre os lavradores de cana (1834-1888)

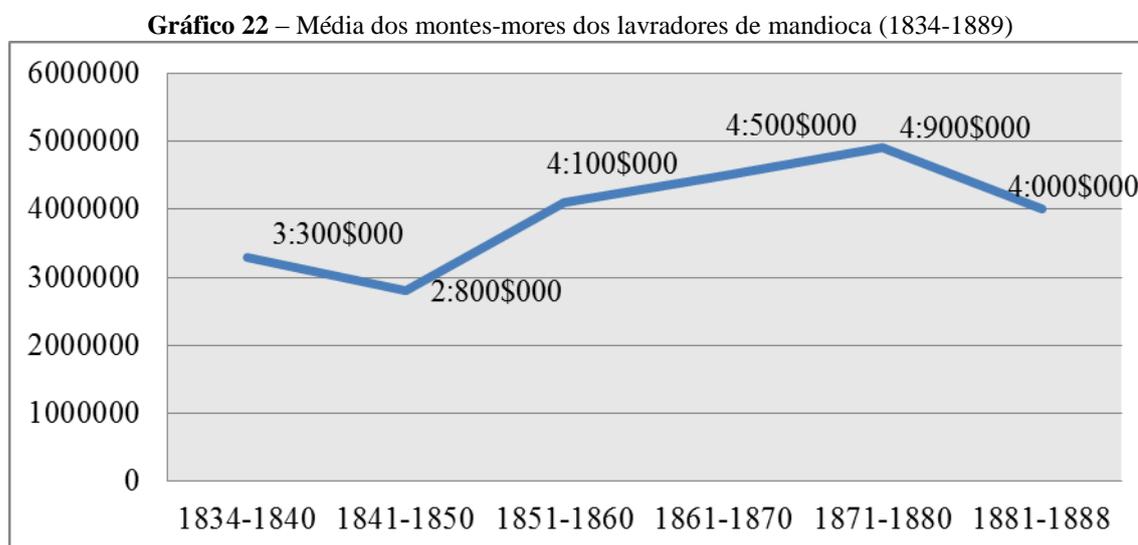


Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Lavradores de mandioca – da mesma forma como os lavradores de alimento, de tabaco e policultores, foram encontrados em todas as freguesias do município de Cachoeira, com exceção do Iguape, área produtora de açúcar. Cultivavam o alimento que era a base do consumo diário da alimentação dos baianos livres e escravos. A média dos montes-mores desses lavradores se manteve entre aproximadamente 3:000\$000 (três contos de réis) a 5:000\$000 (cinco contos de réis). Não possuíam riquezas grandiosas e nem numerosa quantidade de escravos.

Um exemplo que expressa um lavrador de mandioca médio é o de Francisco Ferreira de Cerqueira, morador na fazenda Lagoinha, na freguesia de Cruz das Almas. Sua fortuna foi avaliada em 5:027\$000 (cinco contos e vinte e sete mil réis). Não possuía terras e seus imóveis constituíam-se de duas casas de morar térreas avaliadas em 400\$000 (quatrocentos mil réis). Além disso, era dono de uma casa de fazer farinha no valor de 20\$000 (vinte mil réis) e seis escravos valendo 2:800\$000 (dois contos e oitocentos mil réis). Entre os seus

outros bens estavam pomar e objetos pessoais¹⁶⁴. A média da riqueza dos lavradores de mandioca pode ser observada no gráfico 22. Nesse sentido, constata-se que em geral essa média é inferior às fortunas dos lavradores de tabaco e de cana.



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Conforme a tabela 81 expressa, nos anos 1830, a riqueza dos lavradores de mandioca concentrava-se em três ativos, dois deles, os escravos e os imóveis muito distantes dos demais, correspondiam respectivamente a 59% e 30% dos bens em geral. O terceiro mais importante eram as benfeitorias com 4%. Esses três ativos somavam aproximadamente 95% da riqueza. Os outros bens se posicionavam na seguinte ordem: os animais e objetos pessoais e domésticos 2% cada; dívidas, financeiros e lavouras 1% cada; mercadorias e dotes 0%.

Na década posterior, os escravos passaram a ter um destaque maior em relação ao momento anterior, subindo para 64% da riqueza, enquanto que os imóveis perderam proeminência descendo para 20%. Outros 10% estavam divididos entre dívidas ativas com 6% e animais com 4%. Esses quatro bens representavam 94%, quase toda a riqueza. As benfeitorias com 3% e as lavouras, objetos e dote com 1% cada, completavam os bens possuídos pelos lavradores. Financeiro e mercadorias não foram encontrados.

Na década de 1850, a participação dos escravos no conjunto da riqueza foi menor do que nos dois períodos anteriores, porém continuou sendo o bem de maior relevância dos lavradores de mandioca. Eles equivalem a 57% da riqueza desses lavradores. Os imóveis com 20%, as dívidas ativas com 6% e os animais com 4% tiveram os mesmos percentuais da

¹⁶⁴ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/183/183/1932.

década anterior. Mais uma vez esses quatro bens eram os mais volumosos respondendo por 84% da riqueza. A seguir vinham os ativos: lavouras 4%, benfeitorias 3%, financeiros, objetos e dotes 2%.

Escravos, imóveis e dívidas ativas na dezena 1861 a 1870 permaneceram com maior percentual no total da riqueza dos produtores. Os escravos seguiam caindo, mas continuavam liderando como o ativo principal com 54%. A parcela dos imóveis aumentou em relação ao período anterior, passando a 23%, e também cresceu para 9% o percentual das dívidas ativas. Mais de 85% da riqueza proporcionada por todos os bens estiveram em escravos, imóveis e dívidas ativas. O quarto item eram as lavouras com 4%. Empatados com 3% cada um apareciam os animais, benfeitorias, dotes. Já os objetos alcançaram 1%.

Podemos ver uma alteração maior quanto aos valores dos bens nos anos de 1870. Os mesmos três ativos escravos, imóveis e dívidas ativas, cujo montante representou a maior parte das fortunas na década anterior, continuaram sendo os mais significativos nesse momento, no entanto, houve uma mudança nos seus valores. Os escravos perderam a magnitude, mas, apesar de caírem para 37%, continuaram sendo o bem de maior valor. Muito próximo dos escravos estavam os imóveis com 34%. Os animais, também, os imóveis, ampliaram o seu montante atingindo 14%. A maior parte da riqueza continuava, mais uma vez, nesses três bens.

Tabela 81 – Ativos dos lavradores de mandioca (1834-1889)

Ativos	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	59%	64%	57%	54%	37%	44%
Imóveis	30%	20%	20%	23%	34%	46%
Dívidas Ativas	1%	6%	6%	9%	14%	0%
Animais	2%	4%	4%	3%	3%	2%
Financeiros	1%	0%	2%	0%	0%	1%
Benfeitorias	4%	3%	3%	3%	3%	5%
Mercadorias	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Lavouras	1%	1%	4%	4%	3%	1%
Objetos	2%	1%	2%	1%	2%	1%
Dote	0%	1%	2%	3%	4%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os demais ativos formadores das fortunas foram: dote com 4%; animais, benfeitorias e lavouras com 3% cada; e, por fim, os objetos pessoais e domésticos com 2%.

Os anos 1880 foram marcados pelas maiores mudanças na riqueza dos lavradores de mandioca. A grande mudança foi a ultrapassagem dos imóveis em relação aos escravos. Os imóveis passaram para 46% e os escravos para 44%, perfazendo, assim, 90% da riqueza. Destaca-se ainda a ausência de dívidas ativas. Encerrava a riqueza dos lavradores mais cinco ativos: as benfeitorias com 5%, animais com 2% e financeiros, lavouras e objetos com 1% cada.

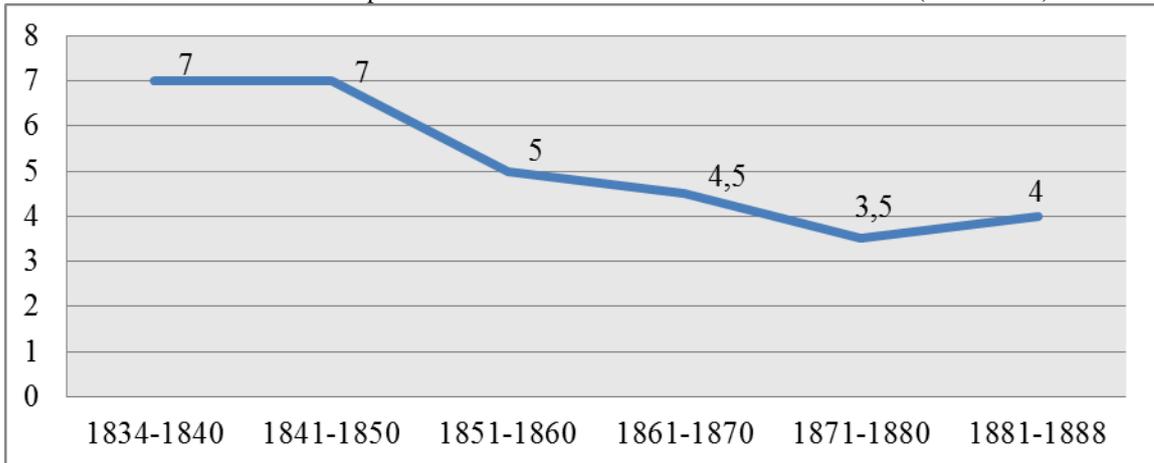
Os mandioqueiros durante todo o nosso período concentraram a riqueza, em sua ampla maioria, em imóveis e escravos. Além desses dois bens, as dívidas ativas, item marcado pelas oscilações, os animais e as benfeitorias, bens regulares e muito estáveis, foram os ativos mais importantes. Objetos pessoais e domésticos, lavouras e dotes nunca atingiram grande representatividade na riqueza total, variaram entre 0% e, no máximo, 4%. A riqueza desses cultivadores se assemelha, em grande medida, sobretudo na importância dos imóveis e dos escravos, a outros produtores da região como os lavradores de alimentos.

Tabela 82 – Valor médio dos escravos dos lavradores de mandioca (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
285\$000	256\$000	470\$000	535\$000	500\$000	430\$000

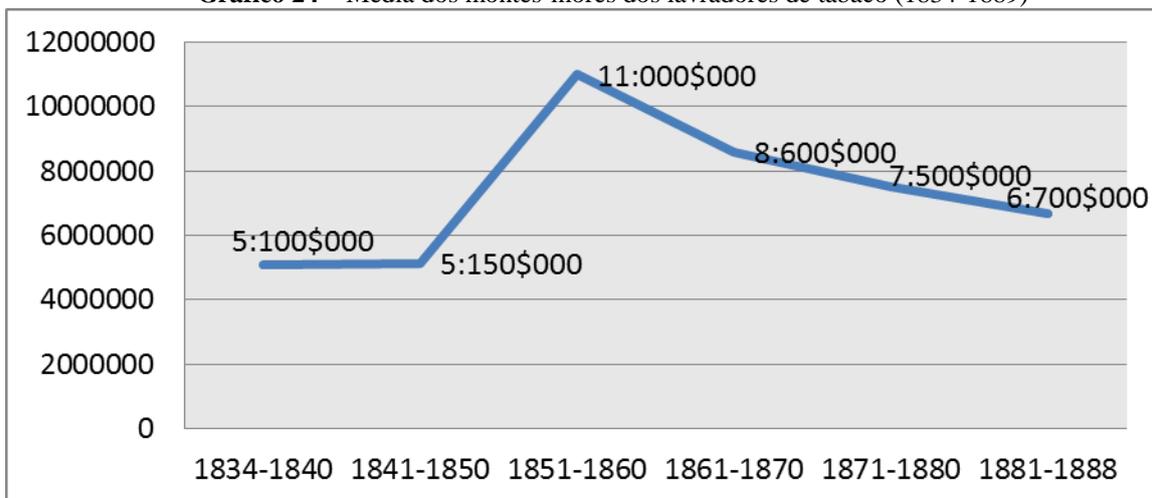
Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Vale considerar o preço dos escravos, bem maior da riqueza desses lavradores em todo o tempo de 1834 a 1888. Seu preço cresceu de 1834 a 1870. Esse crescimento relacionava-se com a dificuldade de importação imposta pelo fim do tráfico externo e também pelo aumento da inflação característica desse período. Nas décadas de 1870 e nos anos de 1880, o preço voltou a cair. Os lavradores de mandioca tiveram em média de 3,5 a 7 escravos por indivíduo. O maior número de cativos por lavrador se situou entre os anos de 1834 declinando até os anos de 1880. Essa média baixa sugere que esses lavradores dispunham de grandes plantéis.

Gráfico 23 – Média da posse de escravos entre os lavradores de mandioca (1834-1888)

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Lavradores de tabaco – esses produtores cultivavam em muitas freguesias do município de Cachoeira. No núcleo urbano, que coincidia com a área da cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix, e na freguesia do Iguape não encontramos plantadores de fumo. Nas freguesias em torno do rio Paraguaçu havia em abundância essa plantação. O cultivo era estimado pela larga aceitação no mercado externo, cujo destino era principalmente a Europa. Em geral, situavam-se nas faixas de médias e baixas fortunas, no entanto, havia lavradores de tabaco cujo monte-mor alcançou quase 30:000\$000 (trinta contos de réis). As fortunas médias desses lavradores variaram entre 5:100\$000 (cinco contos e cem mil réis) e a média máxima de 11:000\$000 (onze contos de réis).

Gráfico 24 – Média dos montes-mores dos lavradores de tabaco (1834-1889)

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os lavradores de tabaco, entre os anos de 1834 a 1840, reuniram mais de 3/4 da sua riqueza em escravos e imóveis. Os escravos somaram 66% da riqueza e os imóveis 13%. Depois vinham os animais com 6% e as benfeitorias com 4% como os bens mais relevantes. Juntos, esses quatro ativos, formavam quase 90% da riqueza dos lavradores de tabaco. Os demais bens que completavam o montante das fortunas eram os seguintes: financeiros e dívidas ativas 3% cada; objetos pessoais e domésticos e dotes 2% cada; e lavouras 1%.

Na década de 1840, o ativo escravo, em relação ao período anterior, descreve uma curva no sentido decrescente, com 56%, e os imóveis fazem uma curva no sentido contrário com 20%. Dívidas ativas e animais dividiam a terceira posição com 5% cada, e depois deles as benfeitorias e os dotes apareciam com 4%. Encerravam a lista os financeiros, as lavouras e os objetos pessoais, todos com 2%.

Nos dez anos seguintes, os escravos retomaram o crescimento e os imóveis continuaram a crescer. Os escravos passaram a 63% e os imóveis a 25%. Novamente esses dois ativos dominaram o conjunto da riqueza dos lavradores de tabaco. Com valores bem mais baixos estavam os animais com 4% e as dívidas ativas com 3%. Mais quatro ativos somaram outros 5% da riqueza: as benfeitorias com 2% e com 1% cada financeiros, lavouras e objetos pessoais e domésticos. Não houve ocorrência de dotes e mercadorias nesses anos.

Entre 1861 e 1870, os escravos atingiram 68%, o ponto mais alto de todo tempo analisado. Os imóveis, por sua vez, caíram para 16% nesses anos. Benfeitorias e animais com 4% eram os bens mais importantes depois dos escravos e imóveis. Além desses bens, possuíam mais cinco: as dívidas ativas com 3%, lavouras com 2% e financeiros, objetos pessoais e domésticos e dotes com 1% cada.

Tabela 83 – Tabela de ativos dos lavradores de tabaco (1834-1889)

Ativos	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	66%	56%	63%	68%	59%	51%
Imóveis	13%	20%	25%	16%	21%	26%
Dívidas Ativas	3%	5%	3%	3%	3%	0%
Animais	6%	5%	4%	4%	2%	7%
Financeiros	3%	2%	1%	1%	10%	0%
Benfeitorias	4%	4%	2%	4%	2%	8%
Mercadorias	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Lavouras	1%	2%	1%	2%	1%	3%
Objetos	2%	2%	1%	1%	1%	1%
Dote	2%	4%	0%	1%	1%	4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os escravos e os imóveis, apenas esses dois ativos, representaram 80% dos bens dos lavradores de tabaco na década de 1870. Os primeiros, com 59%, continuaram sendo o bem mais importante da riqueza, e os segundos com 21%. Nesses anos destacou-se o ativo financeiro com 10%, valor nunca atingido nos momentos anteriores. Encerravam a lista as dívidas ativas com 3%, animais e benfeitorias com 2% e, por fim, todos com 1%, estavam lavouras, dotes e objetos.

Os lavradores de tabaco se assemelhavam aos lavradores de cana no que diz respeito à manutenção do escravo participando com mais 50% na riqueza, mesmo nos anos 1880. Nesses anos, 51% da riqueza estava contida nesse bem. Os imóveis continuaram em segundo com 26%. As benfeitorias, pela primeira vez, chegaram a 8% da riqueza. Ampliou-se também a importância dos animais, que chegaram a 7%. A própria abolição da escravidão, possivelmente, levou lavradores a migrarem para outras atividades agrárias como a pecuária. Encerravam os bens dos inventariados os dotes com 4%, as lavouras com 3% e os objetos com 1%. Nesses anos nem mercadorias e nem dívidas ativas foram encontradas.

Os lavradores de tabaco se caracterizavam como produtores cuja vinculação com a escravidão se manteve arraigada até os anos de 1880. O grosso da sua riqueza compunha-se de escravos e imóveis. Em nenhum momento esses dois bens perderam a primazia entre os lavradores de tabaco. Os animais, em geral, conservaram o terceiro lugar. Era comum os lavradores de tabaco possuírem algumas cabeças de gado. Depois dos animais eram as benfeitorias os ativos de maior destaque com variação entre 2% e 8% da riqueza; os outros bens, isto é, financeiros, lavouras, objetos, dotes e mercadorias não alcançaram nenhum valor representativo dentro do conjunto da riqueza. A exceção constitui o ativo financeiro nos anos de 1870.

Tabela 84 – Valor médio dos escravos dos lavradores de tabaco (1834-1888)

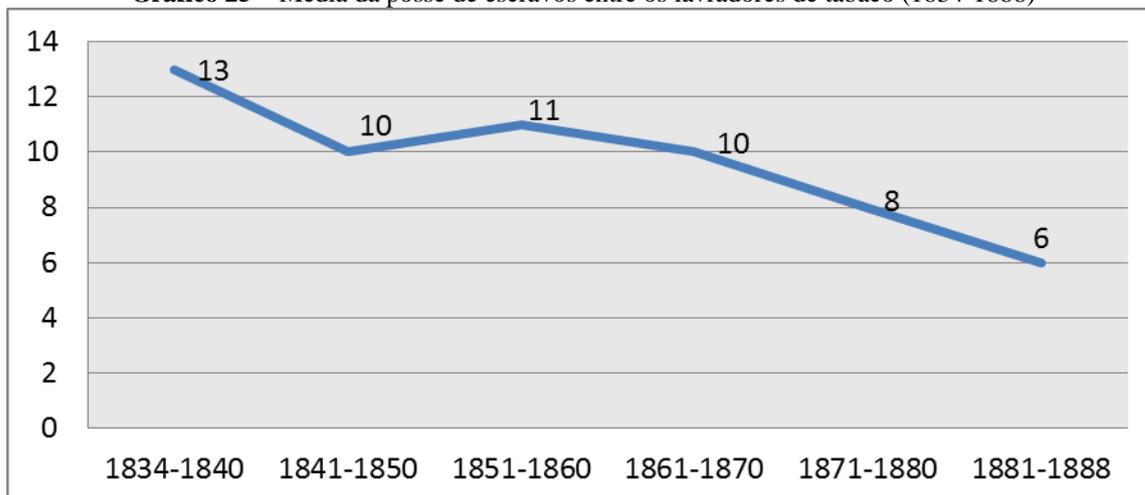
1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
255\$000	290\$000	810\$000	550\$000	545\$000	560\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Sobre os escravos dos lavradores de tabaco podemos dizer que seu preço tendeu a um crescimento entre os anos de 1834 e 1860. No decênio 1851 a 1860 alcançou seu maior valor, ou seja, 810\$000 (oitocentos e dez mil réis). Nos anos seguintes perdeu valor de venda com uma leve retomada nos anos 1880. A média de escravos dos lavradores de tabaco sugere que muitos lavradores desse produto possuíam significativo número de cativos. A tendência da

média da posse, conforme está expresso no gráfico a seguir, foi, de maneira geral, decrescente. No entanto, entre os anos de 1834 a 1870, houve uma quantidade média igual ou superior a dez escravos por proprietário. Nos anos 1870 passou a 8. Nos 1880, década de menor posse, desceu para 6 cativos por proprietários.

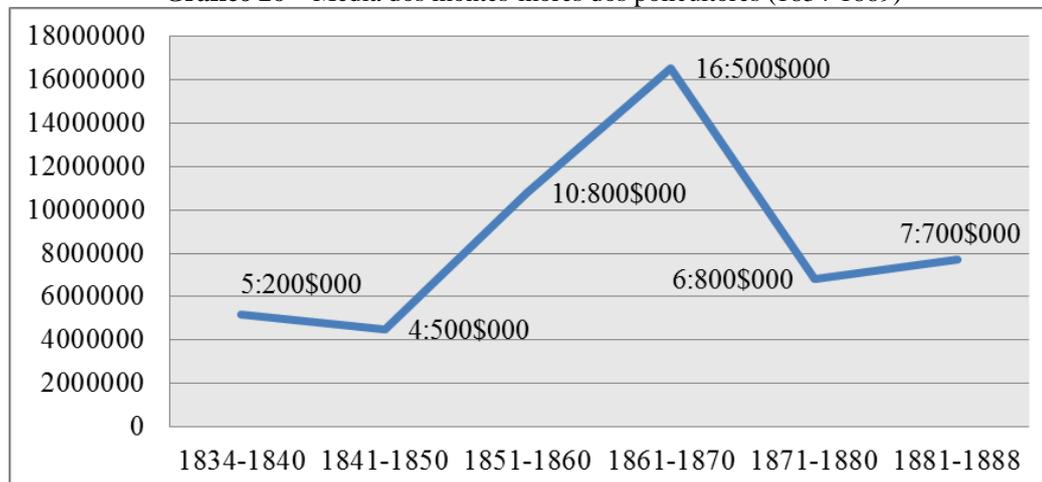
Gráfico 25 – Média da posse de escravos entre os lavradores de tabaco (1834-1888)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Policultores – cultivavam na maior parte das freguesias do Recôncavo. Dedicavam-se ao cultivo de vários produtos como tabaco, mandioca, frutas, café, milho, feijão e, em alguns casos, criavam gado. Sua característica principal era essa diversidade produtiva. A média da riqueza dessa categoria variou entre 4:500\$000 (quatro contos e quinhentos mil réis) a 16:500\$000 (dezesseis contos e quinhentos mil réis). A riqueza dos policultores, na maior parte do tempo, pode ser vista como pequena e média.

Gráfico 26 – Média dos montes-mores dos policultores (1834-1889)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Nos primeiros anos, os escravos e os imóveis somavam 73% da riqueza dos policultores, os escravos com 46% e os imóveis 27%. Com 8% estavam animais e benfeitorias. As dívidas ativas apareceram com 3% e os ativos financeiros, lavouras, objetos e dotes cada com 2% da riqueza. A variedade de ativos é um indício da diversificação desses lavradores.

Entre os anos de 1841 e 1850, a representatividade dos escravos cresceu e a dos imóveis decresceu em relação às décadas anteriores, mesmo assim esses dois ativos continuavam sendo os dois mais importantes, os escravos com 59% e os imóveis com 19%. Perderam a importância ainda os animais e as benfeitorias, cada um com 4% da riqueza. O terceiro ativo mais importante, nesses anos, foi a lavoura com 5%. Dívidas ativas, objetos com 2% cada e os financeiros com 1%.

Escravos e imóveis continuaram sendo os bens mais importantes da riqueza dos policultores entre os anos de 1851 e 1860. Entretanto, os escravos tiveram uma leve perda passando a 56% e os imóveis ascenderam atingindo 26%. As lavouras apareceram em terceiro lugar com 7% da riqueza. Dotes e benfeitorias eram 3% cada, animais 2% e dívidas ativas, financeiros e objetos pessoais e domésticos perfizeram 1% cada.

Tabela 85 – Ativos dos policultores (1834-1889)

Ativos	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	46%	59%	56%	34%	30%	23%
Imóveis	27%	19%	26%	33%	35%	51%
Dívidas Ativas	3%	2%	1%	5%	7%	5%
Animais	8%	4%	2%	5%	7%	2%
Financeiros	2%	1%	1%	6%	3%	5%
Benfeitorias	8%	4%	3%	7%	5%	7%
Mercadorias	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Lavouras	2%	5%	7%	5%	5%	6%
Objetos	2%	2%	1%	2%	6%	1%
Dote	2%	4%	3%	3%	2%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Na década de 1860, os escravos, apesar de se manterem como o ativo mais importante dentro da riqueza dos policultores, sofreram a maior queda, passando a somar 34% da riqueza. Os imóveis, segundo bem mais destacado, continuaram o crescimento apresentado na década anterior e alcançaram a marca de 33% das fortunas. O terceiro bem mais relevante foram as benfeitorias com 7%, seguidas pelo ativo financeiro com 6%. Logo abaixo do financeiro, todos empatados com 5%, estavam dívidas ativas, animais e lavouras. Os dotes com 3% e os objetos com 2% foram os ativos com menor representatividade. Não houve ocorrência do bem mercadoria.

A ordem dos principais bens dos policultores inverteu-se no decênio 1871-1880. Os imóveis passaram a ser o ativo mais importante com 35% e escravos desceram para 30%. Na terceira posição estavam dívidas ativas e animais com 7% cada. A seguir vinham os objetos pessoais e domésticos com 6%, benfeitorias e lavouras com 5%, completavam a lista dos bens possuídos pelos policultores os financeiros com 3% e dotes com 2% da riqueza.

Nos anos 1880, parece consolidar-se uma elevação que havia começado na década de 1850, isto é, a ampliação da participação dos imóveis no conjunto da riqueza e do declínio dos escravos. Esses dois bens continuaram sendo os mais importantes na composição da riqueza dos policultores. Nesses anos, aproximadamente, 3/4 da riqueza estava concentrada nesses dois bens. Os imóveis constituíam 51% e os escravos 23%. Em terceiro lugar estavam as benfeitorias com 7%, seguidos das lavouras com 6% e das dívidas ativas e financeiros com 5% cada, dos animais com 2% e objetos com 1%. Pela primeira vez os dotes não foram registrados no conjunto dos bens.

Até a década de 1850 não houve nenhuma grande variação entre os bens acumulados pelos policultores. Os escravos tiveram a primazia na riqueza desses produtores. Sempre acima com mais de duas vezes o tamanho do segundo. A partir da década de 1860, houve um movimento acentuado de ganho de importância dos imóveis e de perda de importância dos escravos. Nos anos de 1871 a 1889, o valor dos escravos decresceu perdendo a primeira posição. Nos anos 1880, o valor dos imóveis passou a ser duas vezes maior do que o dos escravos. Além desses dois bens, que representaram a maior parte da riqueza, os animais, as benfeitorias e as lavouras apresentaram certa regularidade e importância dentro das fortunas, variando seus percentuais entre 2% e 8% da riqueza ao longo dos anos. As dívidas ativas e os ativos financeiros variaram muito ao longo de todos os anos, seu menor valor foi 1% e o seu maior 5%. Objetos e joias, em geral, tinham entre 2% e 3% da fortuna.

O comportamento da riqueza dos policultores, como de outros lavradores, dependia muito dos escravos e, sobretudo, da variação de seus preços. Do ano de 1834 a 1870, a média

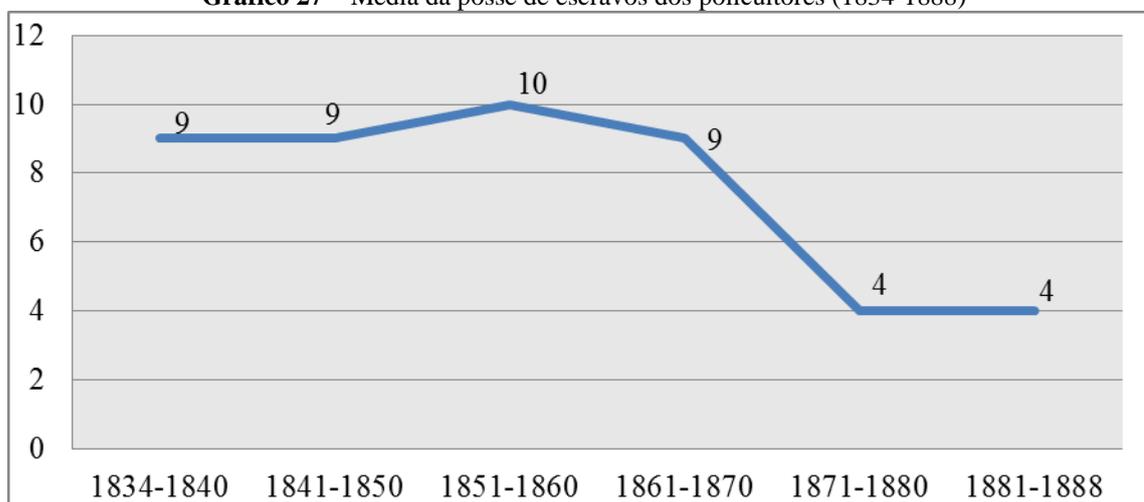
de escravos por policultores praticamente se manteve inalterada, variando entre 10 e 9 cativos por cada inventariado. Nas décadas de 1870 e 1880, a média desses escravos reduziu pela metade em relação às médias anteriores, passando para 4 escravos por inventariados. O preço médio cresceu dos anos de 1830 até 1860. Entre 1851 e 1860, inclusive, alcançaram o seu mais alto valor. Nas décadas seguintes descreveu uma curva decrescente.

Tabela 86 – Valor médio dos escravos dos policultores (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
210\$000	268\$000	593\$000	580\$000	510\$000	370\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Gráfico 27 – Média da posse de escravos dos policultores (1834-1888)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

De maneira geral, os escravos e os imóveis eram os bens mais importantes no conjunto da riqueza desses lavradores, sendo que em ambos os casos os imóveis superaram os escravos nos anos 1880. Outra diferença desses dois grupos é, em linhas gerais, a maior representatividade dos imóveis nas fortunas dos lavradores de mandioca. Sobre os lavradores de café e os policultores, podemos dizer que eles foram aqueles que deixaram a escravidão mais precocemente do que os outros lavradores. Dos anos de 1834 a 1870, entre os lavradores de café e os policultores, o escravo era o bem mais importante da riqueza, deixando de ser nos dois períodos seguintes.

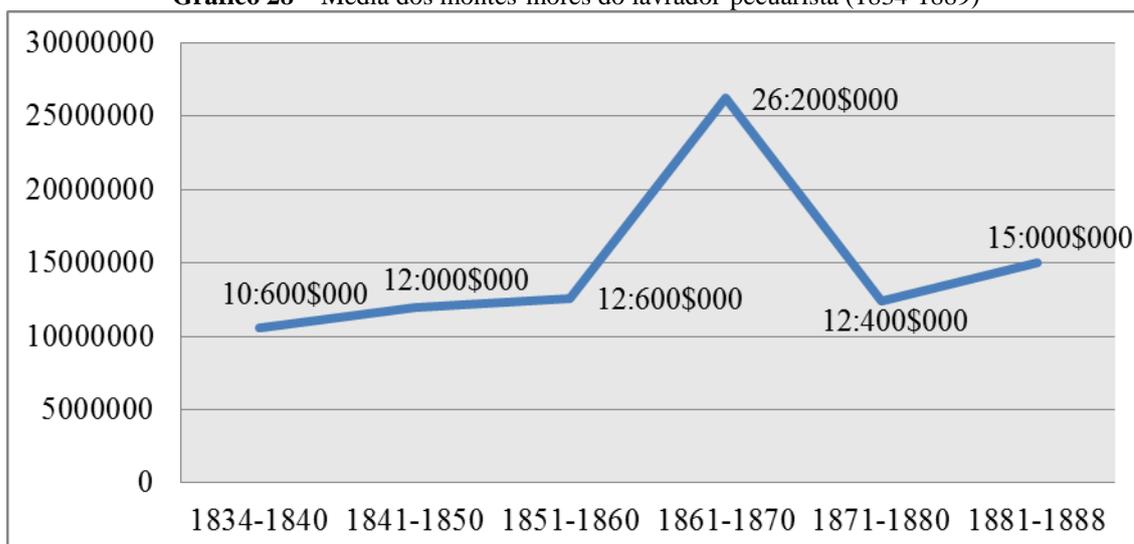
Sobre os lavradores de café, é possível dizer ainda que o seu alto valor no mercado externo deu ao ativo um destaque em relação aos outros lavradores. Os lavradores de tabaco e açúcar, produtores dos principais gêneros de exportação da Bahia nesses anos, também

guardaram semelhanças entre si, a maior delas foi a presença de escravos em mais de 50% das suas riquezas. Se, entre os lavradores de alimentos, café, mandioca e os policultores, o ativo escravo tendeu a perder importância e foi superado pelos imóveis nos últimos anos deste estudo, isso não ocorreu com os lavradores de tabaco e açúcar, que mantiveram uma grande dependência da mão de obra escrava até às vésperas da abolição.

A média de escravos por lavrador nos esclarece onde havia uma maior concentração de cativos, ou seja, quais as lavouras requeriam maior número de mão de obra escrava. Os dados aqui demonstrados apontam que a maior concentração de cativos se encontrava entre aqueles que cultivavam a cana, o tabaco e os policultores, todos esses lavradores tenderam a uma diminuição do número de escravos à medida que chegavam os anos 1880. Os lavradores de mandioca, de alimentos e de café, em termos médios, concentravam menor número de escravos do que os lavradores de cana, tabaco e os policultores. Em geral, possuíam uma média, aproximadamente, entre três a oito escravos por proprietário durante todo o tempo analisado.

3.2 LAVRADORES-PECUARISTAS E PECUARISTAS

Lavrador-pecuarista – era o produtor que associava a lavoura com a criação de gado. Havia essa junção de atividades na maior parte das freguesias do município da Cachoeira, mas, predominavam em São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira e, principalmente, Santo Estevão do Jacuípe. Essa atuação diversificada serviu como estratégia para os momentos de dificuldade de uma ou outra atividade. Quando as lavouras iam mal, podiam concentrar a atividade na pecuária e vice-versa. Isso permitiu que ficassem muitas vezes menos vulneráveis à instabilidade econômica baiana. A média das fortunas desses inventariados variou entre 10:600\$000 (dez contos e seiscentos mil réis) e 26:200\$000 (vinte e seis contos e duzentos mil réis). Essa média de riqueza colocava o lavrador-pecuarista com fortunas de médias a grandes, como podemos ver no gráfico a seguir.

Gráfico 28 – Média dos montes-mores do lavrador-pecuarista (1834-1889)

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os três bens mais importantes dos lavradores-pecuaristas na década de 1830 eram os escravos, animais e os imóveis. Os primeiros perfaziam 36% da riqueza, os segundos 27% e os terceiros 22%, os três somavam 85 % da riqueza. Os 15% restantes da riqueza dividiam-se em dote 5%, dívidas ativas e benfeitorias 3% cada, além dos menores percentuais que estavam nos financeiros 2%, nas lavouras e objetos 1% cada. Não foram encontradas mercadorias.

O padrão da riqueza dessa categoria praticamente se manteve inalterado na década de 1840. Os escravos continuaram sendo o primeiro bem das fortunas. Os animais o segundo e os imóveis o terceiro. Novamente, esses três ativos, respondiam pela grande maioria das propriedades. Em quarto lugar, com modestos 4% da riqueza estavam as benfeitorias e finalizavam os bens nesses anos todos empatados com 2% as dívidas ativas, os financeiros, as lavouras, os objetos pessoais e os dotes.

O monte-mor do casal D. Isabel Maria da Silva e Antônio Pinto Rodrigues da Silva, moradores na fazenda Brita, em São Gonçalo dos Campos, indica o crescimento da posse dos escravos entre os anos de 1851 a 1860, comparado aos anos anteriores. Eram donos de 42:014\$160 (quarenta e dois contos, quatorze mil e cento e sessenta réis). Possuíam dez propriedades agrárias somando 4:240\$000 (quatro contos, duzentos e quarenta mil réis). Fazia parte do patrimônio da Fazenda Brita uma casa de fazer farinha, senzalas, curral e tanque avaliados em 1:206\$000 (um conto, duzentos e seis mil réis). Era proprietária também de 36 escravos cujo valor alcançou a cifra de 24:050\$000 (vinte e quatro contos e cinquenta e quatro

mil réis). O gado bovino desse casal era composto por 387 cabeças somando 8:670\$000 (oito contos seiscentos e setenta mil réis).

O exemplo citado elucida o crescimento do ativo escravo dentro do conjunto da riqueza, sendo que nesses anos atingiu 51%. Os animais eram 23% e os imóveis 15%. Em relação aos anos anteriores manteve-se a mesma dinâmica de importância entre os principais bens, entretanto, com o crescimento vigoroso dos escravos no conjunto das fortunas. Benfeitorias, lavouras, financeiros e dívidas ativas compuseram os bens remanescentes com 11% da riqueza.

Nos anos 1860, o perfil da riqueza se assemelha ao dos dois primeiros períodos, os três ativos principais guardam entre si certa proporcionalidade. Os escravos, os animais e os imóveis continuam sendo os bens mais destacados com 37%, 24% e 22%, respectivamente. Os demais entraram com benfeitorias 5%, as lavouras 4%, dívidas ativas e financeiros 3% e objetos e dotes 1% cada. Não houve, assim como nos períodos anteriores, ocorrência de mercadorias.

No decênio de 1870, houve uma modificação no padrão da riqueza, apesar dos escravos continuarem como bem mais importante com 37%, os imóveis com 23% superaram os animais com 21%, alterando o quadro da riqueza dos principais ativos. Outros 19% dos bens das fortunas estiveram em dívidas ativas 5%, benfeitorias, financeiros e dotes 4% cada, e objetos e lavouras 1% cada.

Nos últimos anos analisados houve uma redefinição dos três principais ativos. Nesse sentido, a primazia coube aos imóveis com 45%, os animais vieram em segundo com 24% e os escravos caíram para o terceiro com 14%. Portanto, enquanto o escravo se desvalorizava, os imóveis ampliavam o seu percentual no conjunto das propriedades. Os outros 16% estiveram distribuídos em outros seis ativos, nenhum deles com riqueza superior a 5%.

Tabela 87 – Ativos do lavrador-pecuarista (1834-1889)

Ativos	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	36%	35%	51%	37%	37%	14%
Imóveis	22%	24%	15%	22%	23%	45%
Dívidas Ativas	3%	2%	1%	3%	5%	3%
Animais	27%	27%	23%	24%	21%	24%
Financeiros	2%	2%	2%	3%	4%	3%
Benfeitorias	3%	4%	4%	5%	4%	5%
Mercadorias	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Lavouras	1%	2%	2%	4%	1%	2%
Objetos	1%	2%	1%	1%	1%	1%
Dote	5%	2%	1%	1%	4%	3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A riqueza do lavrador-pecuarista se diferencia dos demais lavradores pela presença marcante dos animais como ativo importante e regular. Os animais, na maior parte dos anos, superaram os imóveis. Os escravos lideraram as fortunas desse grupo, todavia, em proporções menores se comparados com lavradores de alimentos, tabaco e açúcar. Além desses três bens, nenhum outro alcançou um grande percentual da riqueza. Em geral, variaram entre 1% e, no máximo, 5%.

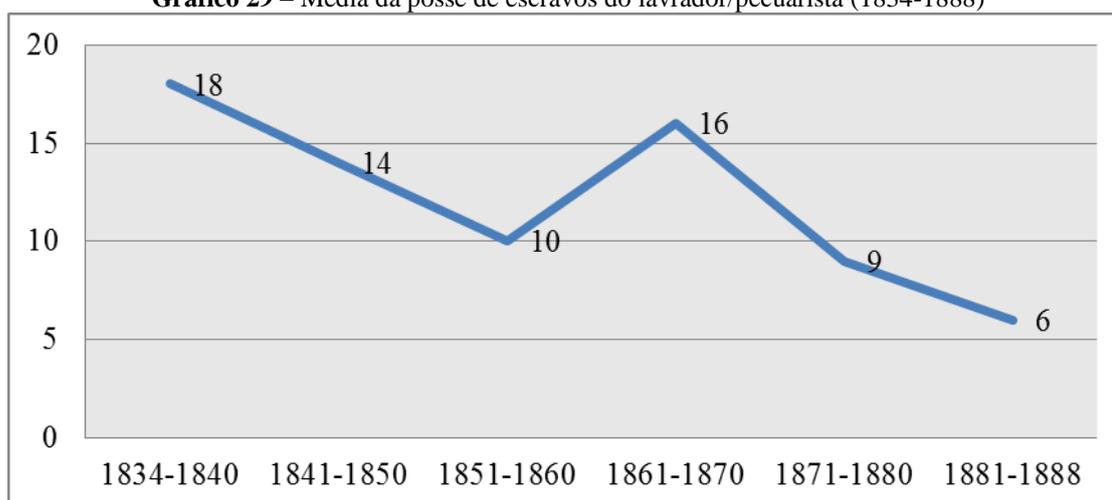
O lavrador-pecuarista apenas nos anos 1880 parece ter utilizado de maneira menos intensa a mão de obra escrava, isto pode ser visualizado na tabela 87, podemos dizer que concentraram um grande número de cativos, com valores superiores aos dos lavradores de cana e tabaco. Descreveram uma curva no sentido decrescente entre os anos de 1834 a 1860, cresceram na década seguinte e voltaram a decair com mais intensidade nos dois últimos decênios. O preço médio dos escravos desse grupo cresceu de 1834 até 1860. A partir daí sofreu um decréscimo década a década.

Tabela 88 – Valor médio dos escravos do lavrador-pecuarista (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
210\$000	315\$000	615\$000	580\$000	530\$000	360\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

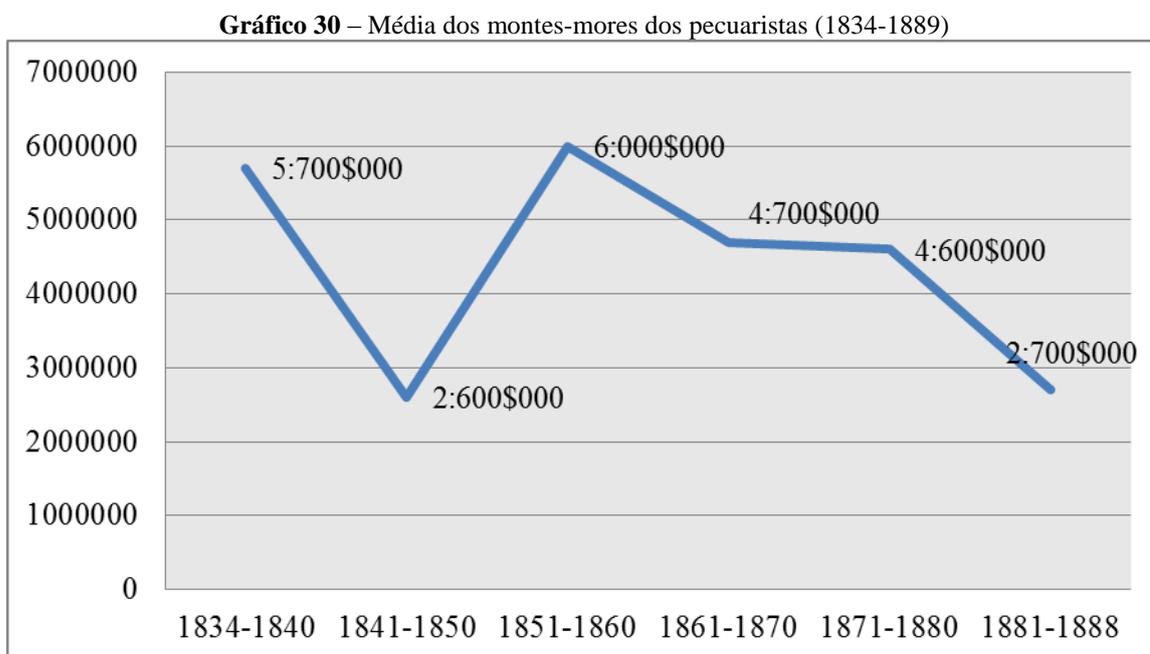
Gráfico 29 – Média da posse de escravos do lavrador/pecuarista (1834-1888)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Pecuaristas – embora houvesse criação de gado em várias áreas do município de Cachoeira, foi na freguesia de Santo Estevão do Jacuípe onde mais se concentrou essa atividade. Os pecuaristas criavam animais com o objetivo de abastecer o mercado consumidor

de núcleos populacionais mais densos do recôncavo ou fora dele. A riqueza média desses criadores não alcançou grandes valores. Seu menor valor médio foi de 2:600\$000 (dois contos e seiscentos mil réis) e o seu maior 6:000\$000 (seis contos de réis). Esses valores os colocavam nos estratos socioeconômicos mais baixos.



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Dos anos de 1834 a 1840 a quase totalidade da riqueza dos pecuaristas dividia-se em cinco bens principais. O primeiro deles eram os escravos com 39%, o segundo os imóveis. Na terceira, quarta e quinta posições estavam, respectivamente, os animais com 13%, os financeiros com 12% e as dívidas ativas com 11%, juntos esses bens totalizaram 97% das fortunas dos pecuaristas. As benfeitorias, lavouras e objetos pessoais e domésticos todos com 1%, colidiam os 3% restantes.

Tabela 89 – Ativos dos pecuaristas (1834-1889)

Ativos	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	39%	34%	29%	33%	23%	20%
Imóveis	22%	16%	25%	19%	18%	39%
Dívidas Ativas	11%	10%	10%	3%	1%	0%
Animais	13%	35%	24%	38%	55%	34%
Financeiros	12%	2%	4%	5%	1%	1%
Benfeitorias	1%	2%	3%	1%	1%	1%
Mercadorias	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Lavouras	1%	0%	0%	0%	0%	0%
Objetos	1%	1%	2%	1%	1%	5%
Dote	0%	0%	3%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Na década de 1840, aumentou sensivelmente a participação dos animais na composição da riqueza dos pecuaristas, tornando-se o componente mais importante com o percentual de 35%. Os escravos, com 1% a menos, vinham em seguida. Fechavam a lista dos quatro principais ativos, os imóveis e as dívidas ativas. Estes esses com 10% e aqueles com 16%. Esses quatro ativos formaram a maior parte da riqueza desses criadores. Benfeitorias e financeiros com 2% e objetos com 1% completavam a soma total dos bens. Não houve nenhum caso de dotes, lavouras e mercadorias.

Os escravos, nos anos de 1850, ultrapassaram os animais tornando-se, mais uma vez, o principal ativo mais importante da riqueza dos pecuaristas com 29%. Os animais foram superados pelos imóveis, com 25%, e desceram ao terceiro lugar com 24% das fortunas. As dívidas ativas permaneceram com 10% em virtude de alguns pecuaristas concederem pequenos empréstimos, como foi o caso de D. Ana Carolina do Amor Divino que havia emprestado 234\$000 (duzentos e trinta e quatro mil réis) a Manoel José Santana, Antônio José de Freitas e Eleutério José de Santana¹⁶⁵. Os 12% restantes distribuíam-se em: financeiros 4%, benfeitorias e dotes 3% cada e objetos 2%.

De 1861 a 1870, os animais alcançaram o primeiro lugar, correspondendo a um total de 38%. Os escravos declinaram para o segundo lugar com 33% e os imóveis vinham em seguida com 19%. Esses três ativos concentraram 90% de todos os bens. Os outros 10% representavam os financeiros com 5%, dívidas ativas com 3% e benfeitorias e objetos com 1% cada. Dotes, mercadorias e lavouras não foram encontrados.

Na década de 1870, os animais subiram para 55% da riqueza, esse valor foi superior aos escravos e imóveis juntos. Os escravos desceram para 23% e os imóveis para 18%. Esses três ativos juntos somavam 96% da riqueza. Completavam o montante os seguintes ativos: financeiros, benfeitorias e objetos pessoais e domésticos, com 1% cada.

Por fim, nos anos 1880, os imóveis apareceram pela primeira vez em primeiro lugar entre os ativos dos pecuaristas. Os animais decaíram para 34% e os escravos para 20%. Esses três bens continuaram sendo os mais importantes. Contudo, houve uma redefinição na ordem deles, ou seja, os imóveis superaram os animais como ativo mais importante nesses anos.

O perfil da riqueza dos pecuaristas aponta uma diferença em comparação ao perfil dos outros lavradores, incluindo o grupo do lavrador/pecuarista. Essa diferença reside, principalmente, na importância maior dos animais, que chegaram a ser mais de 50% da riqueza na década de 1870, como podemos ver na tabela 89. As dívidas ativas, nas três

¹⁶⁵ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/222/222/2514.

primeiras décadas, apresentaram índices igual ou superior a 10%, isso por conta de alguns poucos créditos desses criadores. Entre os anos de 1834 a 1840, os financeiros alcançaram também um valor com certa expressão, 12%, e nas décadas seguintes seu montante variou para baixo, entre 5% e 1%. Os outros bens, quando apareceram, não somaram valores consideráveis, variando entre 1% a 3% da riqueza.

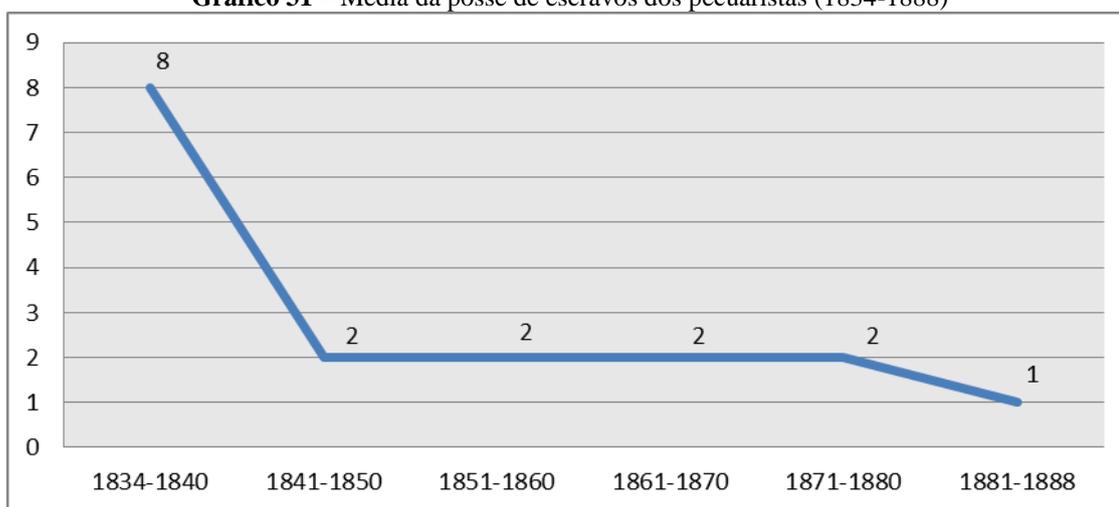
Tabela 90 – Valor médio dos escravos dos pecuaristas (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
260\$000	245\$000	610\$000	650\$000	540\$000	490\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Se compararmos a média de escravos dos pecuaristas com a dos lavradores, vemos que esses criadores possuíam número de escravos muito inferior aos agricultores. Apenas nos anos de 1834 a 1840 a média de escravos superou dois cativos por inventariado. Nas quatro décadas seguintes essa média permaneceu em dois cativos por pecuarista e nos anos 1880 passou a um. O preço dos escravos tendeu a um crescimento década a década, de 1834 a 1870. Nos anos 1860 atingiram o seu maior preço médio, e nos anos seguintes descreveram uma linha declinante.

Gráfico 31 – Média da posse de escravos dos pecuaristas (1834-1888)

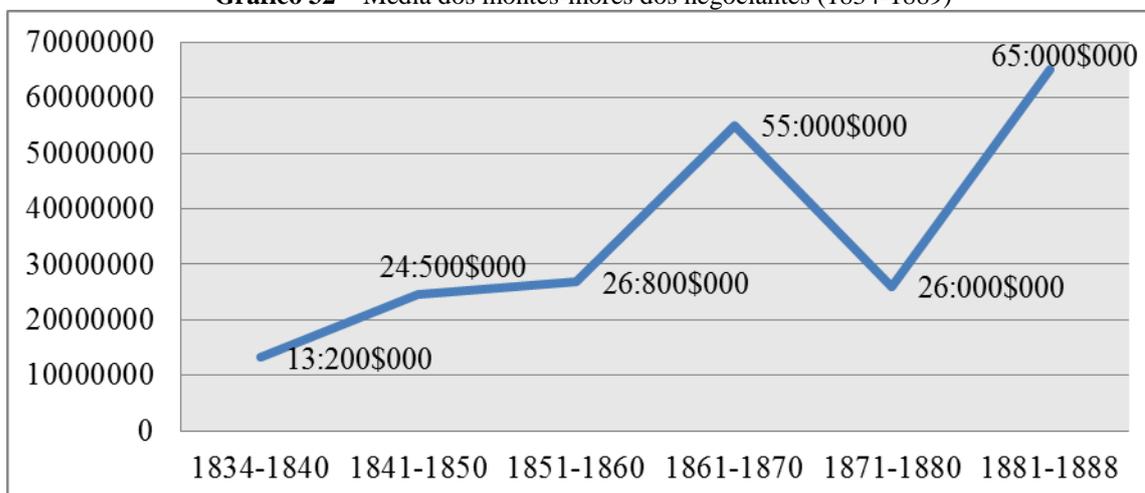


Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

3.3 NEGOCIANTES E VIVE DE RENDAS

Negociantes – eram moradores, quase que exclusivamente, da cidade de Cachoeira e da freguesia de São Félix. Sua riqueza difere da maioria das categorias analisadas neste capítulo. A média dos montes-mores desses negociantes os colocava entre os médios e grandes afortunados do Recôncavo. Apenas os comerciantes conseguiram atingir em valores absolutos a mesma riqueza dos senhores de engenho. A média do monte-mor desses indivíduos variou entre 13:200\$000 (treze contos e duzentos mil réis) e 65:000\$000 (sessenta e cinco contos).

Gráfico 32 – Média dos montes-mores dos negociantes (1834-1889)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Nos anos iniciais, a maior parte da riqueza situava-se nos imóveis com 35%, os escravos com 21%, as mercadorias com 19% e as dívidas ativas com 16%. Nesses bens se concentrou o núcleo da riqueza dos negociantes. Os outros 9 ativos dividiram-se em animais e lavouras, 3% cada; financeiros, objetos e dotes, com 1% cada. Não foram encontradas benfeitorias.

Na década de 1840, começou a diminuir a presença dos escravos no conjunto da riqueza dos negociantes, caindo para 9%. O principal ativo continuou sendo os imóveis e sua participação no conjunto das fortunas foi ampliada chegando a 43%. Em segundo lugar estavam as mercadorias que também sofreram aumento alcançando 17%. Em quarto lugar, continuavam as dívidas ativas com 11%, valor menor do que aquele encontrado nos anos anteriores.

De 1851 a 1860, a maior parte da riqueza passou a ser formada pelas dívidas ativas com 32%. Esse elevado valor das dívidas ativas no conjunto dos bens dos negociantes se deve à atuação deles, em muitos casos, como emprestadores e também se deve à venda a fiado. Os imóveis vinham em segundo lugar com 24% da riqueza, as mercadorias em terceiro com 19%. Novamente, imóveis, dívidas ativas, mercadorias e escravos compuseram o maior percentual da riqueza somando, em conjunto, 87%. Os outros 13% da riqueza estiveram divididos entre animais, financeiros, objetos pessoais e domésticos e benfeitorias. Não foram registrados dotes e lavouras.

Quase 50% da riqueza dos negociantes, entre os anos de 1861 e 1870, estava nas dívidas ativas. José Amaro Lopes, português, nascido na freguesia de São Mamede do Valongo, era negociante em Cachoeira, morava na Praça da Alegria e teve seu inventário aberto em 1865. Sua fortuna alcançou a cifra de 87:618\$118 (oitenta e sete contos, seiscentos e dezoito mil e cento e dezoito réis). Desses pouco mais de 85:000\$000 (oitenta e cinco contos), 62:930\$194 (sessenta e dois contos, novecentos e trinta mil, cento e noventa e quatro mil réis) provinha de quarenta e seis dívidas ativas. Muitas dessas dívidas eram com comerciantes de Lisboa e Hamburgo, onde se negociava fumo¹⁶⁶. O grande valor das dívidas ativas desse comerciante foi um dos fatores que levou à ampliação desse ativo nesses dez anos.

Os imóveis perderam parte da representatividade da riqueza em relação aos períodos anteriores, aparecendo com 17%. Os financeiros, por sua vez, ampliaram a sua participação com 12%. Mercadorias com 9% e escravos com 8% também declinaram em relação aos anos anteriores. Animais com 6% e objetos com 1% encerram a lista de bens encontrados nos anos 1860. Benfeitorias, lavouras e dotes não foram mencionados.

Nos anos 1870, embora tenham perdido a importância encontrada no decênio anterior, as dívidas ativas continuaram como o bem mais relevante da riqueza dos negociantes com 25%. As mercadorias alcançaram 25%. Depois desses ativos completavam a lista dos cinco itens preponderantes os financeiros com 11% e os escravos com 10%. O restante dos bens somava 6%.

¹⁶⁶ ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/132/132/1271.

Tabela 91 – Ativos dos negociantes (1834-1889)

Ativos	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	21%	9%	12%	8%	10%	2%
Imóveis	35%	43%	24%	17%	23%	20%
Dívidas Ativas	16%	11%	32%	47%	25%	44%
Animais	3%	4%	6%	6%	3%	1%
Financeiros	1%	3%	4%	12%	11%	15%
Benfeitorias	0%	1%	1%	0%	0%	2%
Mercadorias	19%	27%	19%	9%	25%	15%
Lavouras	3%	2%	0%	0%	0%	1%
Objetos	1%	0%	2%	1%	2%	0%
Dote	1%	0%	0%	0%	1%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

As dívidas ativas, nos anos 1880, permaneceram liderando a riqueza dos negociantes e eram 44% dos bens. Depois apareciam os imóveis com 20% e empatados com 15% as mercadorias e os ativos financeiros. Chama atenção nessa década a queda dos escravos chegando apenas a 2% da riqueza, igualando-se às benfeitorias. Animais e lavouras preenchiam os 2% restantes. Se comparado com lavradores de cana, tabaco e policultores, os negociantes não podem ser considerados grandes escravistas. Em geral, foram pequenos proprietários de escravos.

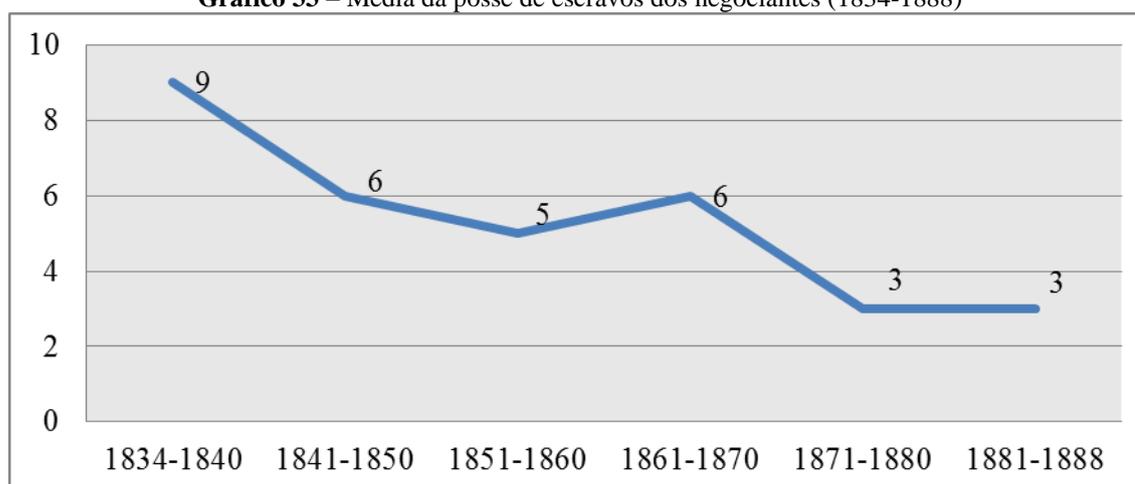
Tabela 92 – Valor médio dos escravos dos negociantes (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
310\$000	330\$000	650\$000	670\$000	730\$000	470\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os escravos nessa categoria serviam a duas funções principais, no trabalho doméstico e no setor de serviços. A média da posse de escravos, de maneira geral, declinou com o passar das décadas e se acentuou a partir dos anos 1870. Quanto ao seu preço, o gráfico 33 demonstra o crescimento entre 1834 e 1880. Somente na última década avaliada sofreu uma queda considerável. A existência de escravos ferreiros, carpinteiros, do serviço do ganho, ou com funções em geral incomuns dentro trabalho escravo, explica o seu preço mais elevado se compararmos com os escravos de outras categorias.

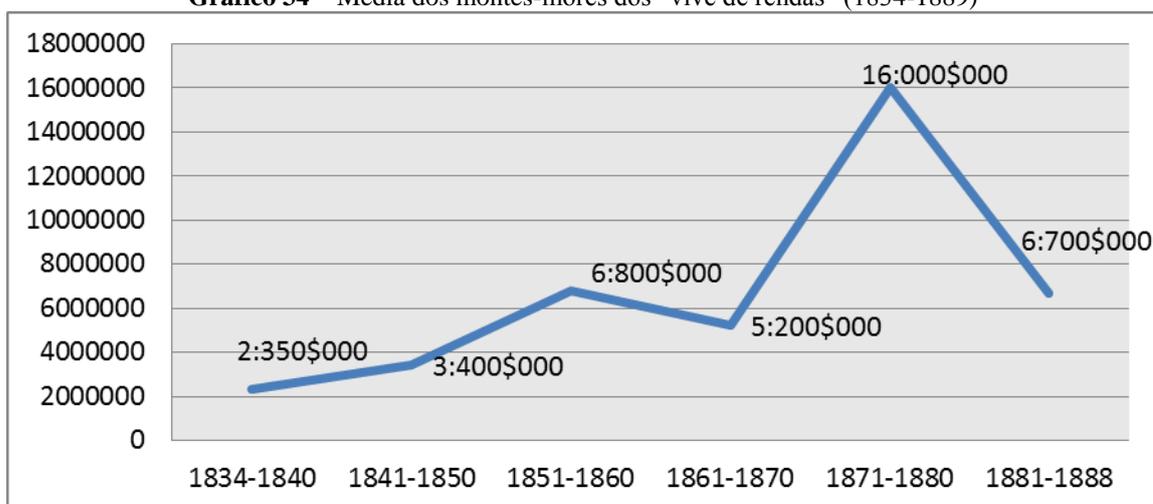
Gráfico 33 – Média da posse de escravos dos negociantes (1834-1888)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

“**Vive de Rendas**” – viviam de rendas aquelas pessoas cujos rendimentos provinham do aluguel de propriedades. Alugavam casas residenciais, comerciais e, em poucos casos, escravos. Assim como os comerciantes, os vive de rendas habitavam, principalmente, a cidade de Cachoeira e a freguesia de São Félix, ou seja, a área urbana. Em geral, eram donos de montes-mores médios. A riqueza desses inventariados variou entre 2:350\$000 (dois contos, trezentos e cinquenta réis) a, no máximo, o 16:000\$000 (dezesseis contos de réis).

Gráfico 34 – Média dos montes-mores dos “vive de rendas” (1834-1889)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A riqueza dos integrantes deste grupo, entre 1834 e 1840, se concentrou, na sua maior parte, em imóveis, abrangendo um percentual de 41%. Os escravos vinham em segundo lugar com 39%. Esses cativos eram, sobretudo, do serviço doméstico ou do ganho, pois os vive de rendas não necessitavam de grande número de escravos para suas atividades. Os dois somavam 80% da riqueza. Muitos deles concediam pequenos empréstimos, assim as dívidas ativas atingiram 8% e ocupavam a terceira posição no cômputo da riqueza. Completavam os bens os objetos pessoais e domésticos com 5%, dotes 3%, financeiros 2%, animais e benfeitorias 1% cada. As lavouras e mercadorias estavam ausentes.

Nos anos 1840, os imóveis continuaram como bem mais importante entre os ativos dos vive de rendas, somando 39% da riqueza. Os escravos, mesmo perdendo valor em relação aos anos anteriores, permaneceram em segundo lugar com 27%. As dívidas ativas, por sua vez, triplicaram o seu valor alcançando 24%. Esses três bens reuniam 90% da riqueza. Nenhum outro ativo teve grande participação entre as propriedades dos vive de rendas. Os dotes contribuíam com 4%, objetos pessoais domésticos e financeiros 2% cada, e benfeitorias e lavouras 1% cada.

Imóveis, escravos e dívidas ativas continuaram sendo os três itens mais relevantes dentro do conjunto dos bens dos “vive de rendas” na década de 1850. Os imóveis contabilizaram 35%, os escravos 30% e as dívidas ativas 18% no conjunto das fortunas. Os financeiros cresceram passando para 8%, e isso se deve ao aumento na aquisição de ações bancárias, de companhias ferroviárias e letras. Animais, benfeitorias, lavouras e objetos todos totalizaram mais 9% dos bens.

Nos anos 1860, houve praticamente uma manutenção da riqueza nos mesmos patamares da década anterior. Os imóveis figuraram com 38%, os escravos 32%, as dívidas ativas 28% e os financeiros 8%. Esses quatro bens contabilizaram exatamente 96% da riqueza. Os outros três itens foram benfeitorias e animais com 2% cada e objetos pessoais e domésticos 1%.

Na década de 1870, ao passo em que crescia o percentual do valor das dívidas ativas e financeiros nas fortunas, caía drasticamente o percentual dos escravos. Os imóveis, mesmo tendo sofrido certa queda, eram o bem mais relevante da riqueza desse grupo com 31%. Empatados, em segundo lugar, estiveram as dívidas ativas e os financeiros com 28%. Apenas em quarto lugar, e com 7%, estavam os escravos. Animais, benfeitorias e objetos fechavam a lista de bens possuídos pelos “vive de rendas” desses anos, pois não houve menção de mercadorias, lavouras e dotes.

Os imóveis alcançaram 58% da riqueza entre 1881 e 1889, seu mais alto percentual durante todo o período estudado. Os financeiros decresceram se comparado aos anos anteriores, porém continuaram em segundo lugar representando 12% das fortunas. Em terceiro estavam as benfeitorias com 9%, e logo depois escravos e dívidas ativas, empatados com 8%. Os objetos pessoais e domésticos com 4% e os animais com 1% completavam a lista dos bens acumulados.

Tabela 93 – Ativos dos “vive de rendas” (1834-1889)

Ativos	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	39%	27%	30%	32%	7%	8%
Imóveis	41%	39%	35%	38%	31%	58%
Dívidas Ativas	8%	24%	18%	28%	21%	8%
Animais	1%	0%	1%	2%	9%	1%
Financeiros	2%	2%	8%	8%	28%	12%
Benfeitorias	1%	1%	3%	2%	2%	9%
Mercadorias	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Lavouras	0%	1%	3%	0%	0%	0%
Objetos	5%	2%	2%	1%	2%	4%
Dote	3%	4%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

De modo geral, a riqueza dos “vive de rendas” era formada até os anos de 1860 por imóveis, escravos e dívidas ativas. Como boa parte das rendas desses inventariados derivava de alugueis e serviços de escravos, os imóveis e os escravos representaram grande parte das suas fortunas. Além disso, muitos deles eram emprestadores de pequenas quantias de dinheiro. Dessa maneira, as dívidas ativas apareceram com destacado percentual, valor total acumulado na maior parte do tempo. Os financeiros tenderam a crescer a partir de meados do século XIX, atingindo seu ápice nos anos 1870 e sofreram uma queda no período posterior. Nenhum outro bem apresentou um percentual significativo do valor total da riqueza.

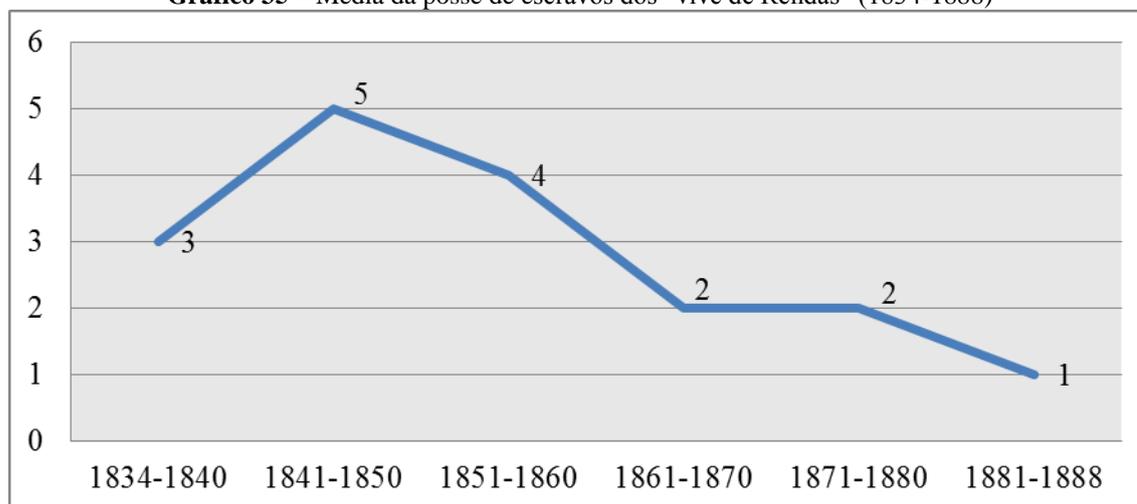
Tabela 94 – Valor médio dos escravos dos “vive de Rendas” (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
270\$000	290\$000	530\$000	600\$000	570\$000	370\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Nessa categoria apareceu a mais baixa média de escravos, variando de 1, a no máximo, 5 escravos por inventariados. E, de maneira geral, a média da posse diminuiu de década a década. O preço desse bem cresceu até o decênio entre 1861 e 1870. Nos anos 1870 e 1880 perderam valor de venda.

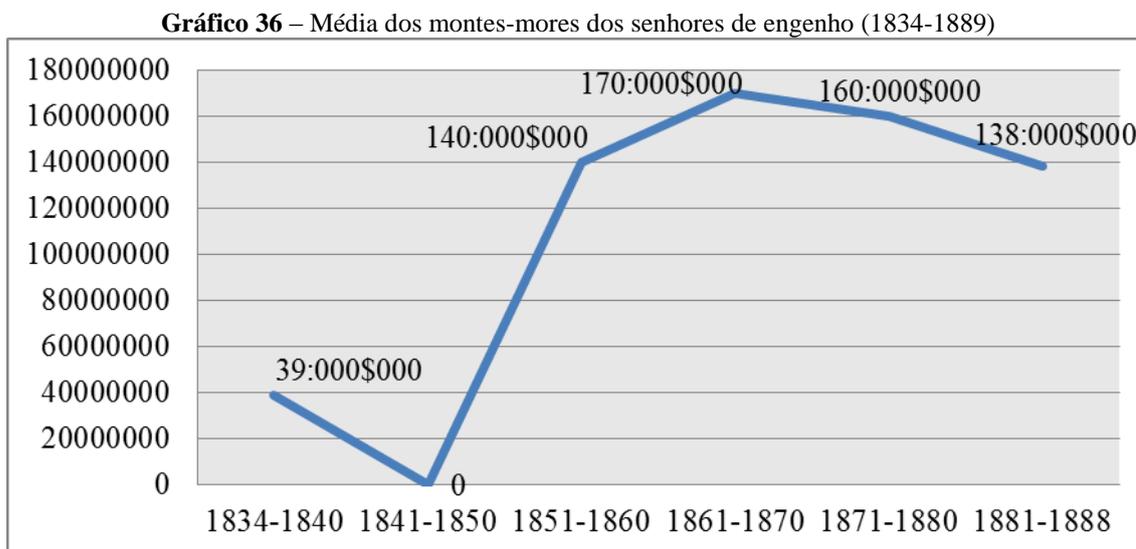
Gráfico 35 – Média da posse de escravos dos “vive de Rendas” (1834-1888)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

3.4 OS SENHORES DE ENGENHO

Senhores de engenho – eram donos das maiores fortunas entre todas as categorias. Como já foi dito, habitavam, principalmente, a freguesia de Santiago do Iguape. Possuíam um grande número de escravos, muitas terras e uma estrutura de beneficiamento que permitia o preparo do açúcar, uma das principais fontes de riqueza da Bahia. Muitos desses senhores eram membros de famílias tradicionais. Eram capitães, comendadores, barões. Uniam, em muitos casos, poder político e econômico. Se compararmos com outras categorias, vemos o quanto a riqueza desses senhores era desproporcional em relação a todos os grupos. A sua média da riqueza variou de 39:000\$000 (trinta e nove contos de réis) a 170:000\$000 (cento e setenta contos de réis). Enquadravam-se entre os ricos grandes e os muito grandes.



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A maior parte da riqueza dos senhores entre os anos de 1834 e 1840 estava em escravos, com percentual de 35%. Os imóveis correspondiam ao segundo bem mais elevado com 31%. Em terceiro vinham as dívidas ativas com 15%. Esses três bens somavam 81% da riqueza. Destacavam-se, ainda, as benfeitorias com 6% e animais e dotes com 4% cada. E finalizavam a lista os ativos lavouras e objetos pessoais e domésticos com 2% e financeiros 1%. Na década de 1840, não houve nenhum senhor de engenho entre os nossos inventariados.

Na década de 1850, os escravos, 35%, e os imóveis, 31%, com os mesmos percentuais dos anos de 1834 a 1840, continuavam sendo os dois principais bens. As dívidas ativas perderam o terceiro lugar para as benfeitorias, que passaram a 14%. O valor representativo das benfeitorias se deve à estrutura montada do engenho, cuja finalidade era a produção do

açúcar. As dívidas ativas desceram para a quarta posição entre os bens com 7%. Animais e financeiros vinham em seguida com 5% cada, e lavouras 2%, objetos 1% concluíam a relação dos bens dos senhores de engenho nesses anos.

Nos anos 1860, os escravos perderam a primazia da riqueza para os imóveis com relação à década de 1850. Estes perfizeram 30% e aqueles 26%. As benfeitorias seguiram ampliando o seu valor e alcançaram 16%. Dívidas ativas, animais e financeiros empataram com 8%. Mais três ativos foram encontrados, as lavouras com 2%, objetos e dotes com 1% cada. Nos anos 1870, os escravos voltaram a ser o bem de maior relevância entre os senhores de engenho, representando 37% das fortunas, os imóveis desceram para 34% e as benfeitorias para 15%. Os três concentraram 86% da riqueza. Objetos pessoais e domésticos, dotes e animais somaram 9%, sendo 3% cada um. Lavouras com 2% e dívidas ativas 1% completavam os bens acumulados pelos senhores de engenho nesses anos.

Nos anos de 1881 a 1889, os imóveis retomaram a primeira posição representando 36% da riqueza; os escravos declinaram para 23%, ocupando o terceiro lugar; e as benfeitorias superaram os cativos elevando-se a 27%. Mais uma vez esses três bens sobressaíram-se como principais entre os ativos dos senhores de engenho. Os demais bens formaram 17% do total dos ativos.

Tabela 95 – Ativos dos senhores de engenho (1834-1889)

Ativos	1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1889
Escravos	35%	0%	35%	26%	37%	23%
Imóveis	31%	0%	31%	30%	34%	33%
Dívidas Ativas	15%	0%	7%	8%	1%	3%
Animais	4%	0%	5%	8%	3%	4%
Financeiros	1%	0%	5%	8%	2%	2%
Benfeitorias	6%	0%	14%	16%	15%	27%
Mercadorias	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Lavouras	2%	0%	2%	2%	2%	3%
Objetos	2%	0%	1%	1%	3%	1%
Dote	4%	0%	0%	1%	3%	4%
Total	100%	0%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

As fortunas dos senhores de engenho concentraram-se, durante a maior parte do tempo, em três bens: escravos, imóveis e benfeitorias. Isso se deve à natureza da produção, agromercantil, voltada em boa parte para a exportação. Os escravos e os famosos solos de massapê, propícios para o cultivo da cana, eram dois componentes básicos da presunção açucareira. O destacado percentual das benfeitorias devia-se às instalações e equipamentos necessários para a manufatura do açúcar. Incluía-se nas benfeitorias a casa de purgar, o engenho, a casa de caixaria, a casa de bagaço, senzalas, e outras construções. Além desses bens, apenas as dívidas ativas alcançaram valores de certa importância. Alguns senhores de engenho concediam empréstimos, o que contribuiu para o aparecimento destacado deste ativo. Os outros bens não somaram grandes valores.

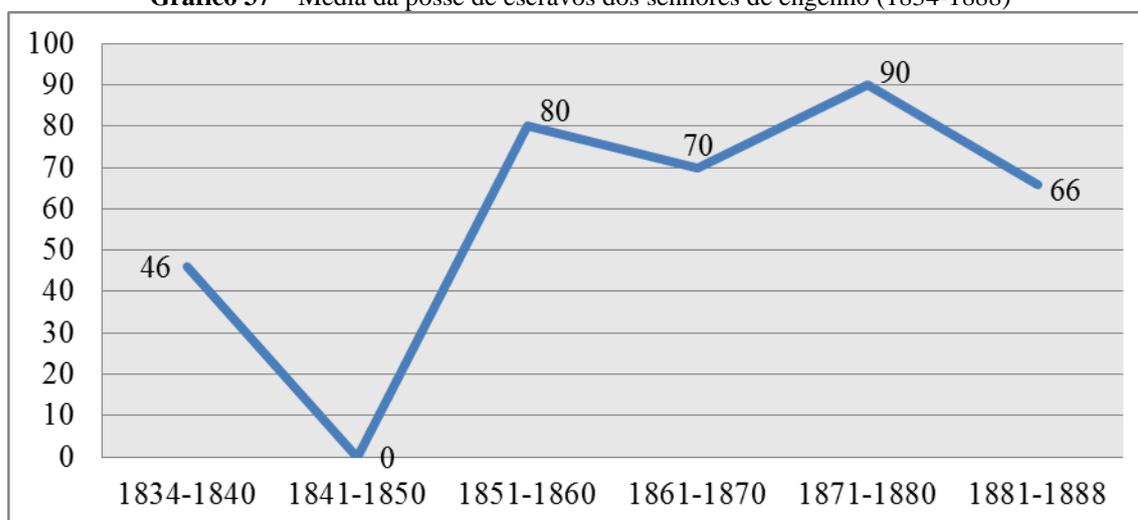
Tabela 96 – Valor médio dos escravos dos senhores de engenho (1834-1888)

1834-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1888
281\$000	-	570\$000	660\$000	490\$000	470\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A média de escravos por senhor de engenho era muito superior que as demais categorias socioeconômicas. A menor média por proprietários foi de 46 cativos. Nos outros anos variou entre pouco mais de 60 e 90 cativos por inventariado. O seu valor médio tendeu a crescer entre as décadas de 1830 e 1870. Nos dois últimos decênios declinou até à extinção da escravidão.

Gráfico 37 – Média da posse de escravos dos senhores de engenho (1834-1888)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Regional da Cachoeira (ARC) e Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A análise da riqueza das onze principais categorias socioeconômicas de Cachoeira nos permitiu algumas considerações. Entre os grupos havia diferentes formas de acumulação dos ativos. As categorias ligadas à produção da terra, em geral, acumularam a maior parte das suas riquezas em escravos e imóveis. No entanto, nem todas as categorias agrárias concentraram o mesmo percentual e durante o mesmo tempo. Os lavradores de café e os policultores tenderam a diminuir sua dependência da escravidão na década de 1870, enquanto que no caso dos lavradores de alimento, lavrador/pecuarista e o lavrador de mandioca isso aconteceu às vésperas da abolição.

Dentre os bens dos lavradores de alimento, de mandioca, lavrador-pecuarista e pecuarista os escravos só deixaram de ser o ativo mais importante nos anos 1880. Quanto mais se aproximava os anos 1880 mais crescia a importância dos imóveis e diminuía a dos escravos. O lavrador-pecuarista e o pecuarista notabilizaram-se pelo maior valor do gado nas suas riquezas. Destacam-se pela sua singularidade em relação aos produtores de tabaco e cana-de-açúcar, pois ambos concentraram a maior parte da riqueza em escravos até mesmo na década de 1880. O escravo, na maior parte do tempo, ultrapassou a metade da riqueza desses lavradores.

As categorias socioeconômicas de caráter urbano como os negociantes e os “vive de rendas” não foram tão dependentes de escravos como as demais. A maior parte da riqueza dos “vive de rendas” e dos negociantes era formada por imóveis. As dívidas ativas também tiveram sua importância. Por fim, os senhores de engenho concentraram a sua riqueza em imóveis, escravos e benfeitorias, sendo imóveis e escravos os bens principais durante a maior parte do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Cachoeira, no século XIX, era um espaço amplamente marcado pela sua diversidade econômica, pois nele existiu uma variedade de produções agrícolas e um intenso comércio com Salvador e os Sertões. Podemos dividi-la em 4 áreas distintas de acordo com as principais características econômicas de cada uma delas. Na cidade de Cachoeira e freguesia de São Félix concentravam-se a riqueza dos negócios e as atividades de serviços; na freguesia de Santiago do Iguape sobressaíram-se as riquezas dos lavradores de cana e dos senhores de engenho; em Conceição da Feira, Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, Santo Estevão do Jacuípe e São Gonçalo dos Campos as fortunas refletiram a multiplicidade dessas áreas. Nessas freguesias plantava-se tabaco, mandioca, gêneros alimentícios e criava-se gado. Por fim, as freguesias de Nossa Senhora do Bonsucesso da Cruz das Almas, Nossa Senhora do Outeiro Redondo e São Pedro da Muritiba dedicaram-se à produção de tabaco, café e gêneros alimentícios com reduzida participação da pecuária.

Utilizamos o termo amplo de riqueza entendendo que todo indivíduo possuidor de algum bem podia ser analisado. Contudo, excluímos aqueles cujas somas dos bens foram iguais ou inferiores a cem mil réis. Aplicamos essa definição aos inventariados de Cachoeira. Nessa cidade havia um número grande de indivíduos exercendo diferentes atividades; como as de lavradores de alimentos, de tabaco, mandioca, senhores de engenho, comerciantes e outros. Na maioria das décadas, poucos indivíduos concentraram a maior parte da riqueza. A hierarquia dos indivíduos segundo sua atividade econômica pode ser descrita da seguinte maneira: senhores de engenho, negociantes, lavrador-pecuarista, “vive de rendas”, policultor, lavrador de cana-de-açúcar, lavrador de café, lavrador de tabaco, pecuaristas, lavrador de mandioca e lavradores de alimentos.

Em Cachoeira, considerando os vários setores agrícolas, a pecuária e o comércio, nomeamos onze grupos distintos. Esses grupos acumularam de maneiras diversas. Os lavradores de alimentos, café, cana-de-açúcar, mandioca, tabaco e policultores tinham boa parte de sua riqueza concentrada em imóveis e escravos, pois eram esses bens que davam sustentação às suas produções. Os lavradores-pecuaristas e pecuaristas, por sua vez, compreendiam o grupo em cuja riqueza, além dos imóveis e dos escravos, destacavam-se os animais. Os negociantes e os “vive de rendas” concentraram sua riqueza principalmente em imóveis, dívidas ativas e escravos. Por fim, os senhores de engenho acumularam a maior parte de suas riquezas em escravos, imóveis e benfeitorias.

Dois pontos, um de feição geral e outro de caráter mais específico, podem ser vistos nesta dissertação. O primeiro deles foi enxergar um declínio da cidade de Cachoeira no século XIX. A estrutura econômica e social, herdada do passado colonial, não sofreu grandes modificações. Além disso, não houve nem um grande fluxo migratório ou produto exportável novo a ponto de provocar grandes mudanças na forma de vida e, por conseguinte, nas relações de trabalho dos cachoeiranos. A economia manteve-se, profundamente calçada na produção escravista, tendendo a um declínio à medida que se aproximava o fim do século XIX. A população escrava foi numerosa até às vésperas da abolição. No que diz respeito ao segundo ponto, atestamos uma concentração da riqueza em grupos e áreas específicas do município de Cachoeira, a maior parte da acumulação se deu nos grupos dos senhores de engenho e comerciantes.

REFERÊNCIAS

- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal, em Juiz de Fora, 1870-1914*. 2001. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.
- ALMEIDA, Paulo Henrique de. *A Manufatura do fumo na Bahia*. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1983.
- ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, out./dez. 1977, p. 19-54.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt. A espacialização da rede urbana no Recôncavo baiano setecentista à luz da cartografia histórica. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2009. Ouro Preto, *Anais...* Ouro Preto: UFMG, p. 7-9.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.
- APEB. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/598/1052/03.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 03/963/1432/06.
- _____. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras, maço 1312, caderno 1862.
- ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial: Bahia, 1831-1833*. 1995. 227 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.
- _____. *História da Bahia*. 11. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008, p. 263-264.
- ARC. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/109/109/1057.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/111/111/1073.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/112/112/1082.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/112/112/0190.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/113/113/1091.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/113/113/1092.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/117/117/1116.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/130/130/1264.

- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/132/132/1271.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/135/135/1309.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/139/139/1356.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/141/141/1382.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/158/158/1539.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/158/158/1544.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/158/158/1545.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/160/160/1554.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/160/160/1556, fl. 6.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/161/161/1574.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/162/162/1578.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/164/164/1608.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/171/171/1719.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/183/183/1932.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/183/183/1945.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/184/184/1951.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/189/189/2064.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/195/195/2150.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/197/197/219.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/197/197/2189.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/206/206/2316.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/222/222/2113.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/222/222/2514.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/225/225/2567.
- _____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/534/980/06.

_____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 02/951/1420/02.

_____. Poder Judiciário: *Inventários e Testamentos*. Inventário: 07/3115/07.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2006.

ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida. *Memória topográfica, histórica e comercial da Vila da Cachoeira da Província da Bahia*. v. 25. Rio de Janeiro: IGHB. 1862, p. 127-142.

_____. *Memória topográfica, histórica, comercial e política da Vila da cachoeira da Província da Bahia*. Salvador: Fundação Maria América da Cruz; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 189-192.

AZEVEDO, Thales de; LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 5-19.

BARICKMAN, B. J. Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos Engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Revista Afro-Ásia*, n. 21-22, Salvador: CEAO, FFCH/UFBA, p. 177-238, 1998-1999.

_____. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BILÉSSIMO, Angelo Renato. *Entre a praça e o porto: grandes fortunas nos inventários post mortem em Desterro (1860-1880)*. Itajaí: UDESC/ Casa Aberta, 2008.

BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação do fumo na Bahia, 1870-1930*. 1975. 327 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 29-34.

CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia no século XIX: elementos para a História, 1808/1889*. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas - CPE, 1979, p. 14-18.

CANABRAVA, Alice P. *Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67*. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, out/dez, 1972.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 29-37.

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 164-167.

CASTELLUCCI, Wellington. Mercado pelo Brasil Oitocentista: ganhadores, arpoadores e traficantes de derivado de baleia no Recôncavo Baiano (1850-1900). In: LEAL, Maria das Graças de Andrade et. al., (Orgs.). *Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 82.

CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. Dissertação histórica, ethnographica e política. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil, 1849, p. 143-257.

_____. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Edição anotada por Braz do Amaral. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1919-1940.

CONRAD, ROBERT F. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

COSTA, Wilma Peres. A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850). In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Editora Hucitec; FAPESP, 1996, p. 152-157.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 108-109.

CUNHA, Aloisio Santos da. *Descaminhos do trem: as ferrovias na Bahia e o caso do Trem da Grota (1912-1976)*. 2011. 233 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p. 96-97.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia*. 1993. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993, p. 155-156.

FARIAS, Sheyla. *Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

FONSECA, Mônica Sepúlveda. *Viúvas na Corte do Sertão: família, gênero e riqueza*. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2011, p. 94-95.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro Fragoso. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, 400 p.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: terra, gado e escravidão no Vale do Jacuípe (1833-1888)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família da brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO MARIA AMÉRICA DA CRUZ. *Memória histórica da Cachoeira 1698 a 1998*. Salvador: FMAC; Fundação Cultural da Bahia, p. 5-10.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito de decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume: 2002.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito e região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 15. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2012, p. 52-56.

KLEIN, Herbert S. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral. Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial. *Afro-Ásia*, n. 6-7, jun./dez., 1968.

LE GOFF, Jacques. Cidade. In: LE GOFF, J.; Schmitt, J. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 9.

LEVY, Maria Bárbara. *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977, p. 47-49.

LUGAR, Catherine. The portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period. In: ALDEN, Dauril e DEAN, Warren. *Essays Concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*. Flórida: Florida International University Book, 1977, p. 57-59.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 38-39.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena-SP: Editora Stiliano, 1998, 332 p.

MARIANI, Clemente. *Análise do problema econômico baiano*. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador: ano XI, n. 20, jul., 2009, p. 95-131.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX*. Bonfim do Paraopeba-Minas Gerais. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: elite e riqueza em Salvador, 1760-1808*. 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MATTOS; Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 145-157.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 35-37.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, 747 p.

_____. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 143-179.

_____. A riqueza dos baianos no século XIX. In: MATTOSO, Kátia M. de Queirós (Org.). *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004, p. 299-316.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 30.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*. São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria Municipal da Cultura, 1985, 188 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, FACULDADE DE ARQUITETURA. *Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira: séculos XVI ao XVIII*. v. 1, Salvador: UFBA, 1976.

MOREIRA, Virlene Cardoso. *Entre a Baía e os Sertões: a dinâmica comercial do Recôncavo Baiano, São Félix (1857-1889)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio. *Bitedô onde moram os nagôs*. Rio de Janeiro: CEAP, 2010, p. 34-35.

NEVES, Erivaldo Fagundes. O Sertão, o sertanista e o roteiro. In: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia*. São Paulo: Arcadia, 2007, p. 62-63.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terras, homens, economia e poder no século XIX*. 2000. 136 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000, p. 48-49.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: UFBA – CEB (Centro de Estudos Baianos), 1999.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552-1944*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982, p. 17-30.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 79-93.

REIS, João José. *Magia jeje na Bahia: a invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, v. 8, n. 16, mar./ago., 1988, p. 57-81.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1985.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 474 p.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Pedro Celestino da. *A Cachoeira e seu município. Esboço físico, político, econômico e administrativo*. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 63, 1932, p. 77-84.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 153-156.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Através da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1916, p. 34-36.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *A independência do Brasil na Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982, p. 84-89.

_____. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. *Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2003, p. 195-196.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: Distrito de Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume/Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira – Ba: Cachoeira nos séculos XIX e XX*. Salvador: Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia/UFBA, v. 1 e 2, 1979, 183 p.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. Salvador: Corrupio, 2002.

LISTA DE FONTES

Biblioteca Nacional:

MEIRELLES, Epifácio José de. Esboço descritivo da cidade da Cachoeira, província da Bahia. Cachoeira, julho de 1866. 2 documentos. Originais. 24 fls. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 68. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Localização: 05/03/030.

Arquivo Público do Estado da Bahia:

ARQUIVO	INVENTARIADO(S)	ANO DE ABERTURA
APB-01/476/920/05	DAVID DIAS FALCÃO	1869
APB-02/486/931/15	D. BIBIANA OLIVEIRA PASSOS	1876
APB-02/486/931/18	LUIZ ANTÔNIO BORGES DE CERQUEIRA	1876
APB-02/486/931/19	JOSÉ GONÇALVES DA SILVA E BERNARDA MARIA DA CONCEIÇÃO	1876
APB-02/487/932/02	ADELAIDE BATISTA DE ALMEIDA	1881
APB-02/487/932/03	BERNARDINA SINFRÔNIA DE SÃO FÉLIX	1881
APB-02/487/932/06	DIONÍSIO DA COSTA DEIRÓ	1881
APB-02/487/932/07	CAPITÃO CONSTANTINO BARRETO DE SOUZA	1881
APB-02/487/932/13	D. CARLOTA MARIA DE JESUS	1881
APB-02/516/961/16	TENENTE JOAQUIM PEDRO DA FONSECA E SILVA E ANA RITA NOVAIS E SILVA	1870
APB-02/517/962/02	MANOEL FERNANDES PEREIRA DA SILVA	1858
APB-02/517/962/05	CARLOS MANOEL DA SILVEIRA	1858
APB-02/517/972/08	BALBINA MARIA DE ALMEIDA	1867
APB-02/519/964/04	D. JULIA DE CERQUEIRA MASCARENHAS	1889
APB-02/519/964/16	CRISTOVÃO TITO DOS SANTOS	1888
APB-02/520/925/10	D. ANTONIA HERMENEGILDA DE ALMEIDA SAMPAIO	1886
APB-02/520/965/09	D. CONEUNDES DE CINTRA FALCÃO LOPES	1886
APB-02/520/965/11	DOMINGOS ANTONIO NETO	1886
APB-02/520/965/15	ANTONIO DE CERQUEIRA PINTO BRANDÃO	1887
APB-02/521/966/04	D. ISABEL MARIA DA SILVA E ANTONIO PINTO RODRIGUES DE FREITAS	1857
APB-02/521/966/09	FRANCISCO GOMES RIBEIRO E ANTONIA MARIA DA ENCARNAÇÃO	1857
APB-02/523/968/01	ANA FRANCISCA ESPÍRITO SANTO	1871
APB-02/524/964/15	D. BELMIRA COSTA DE MELLO NOGUEIRA	1873
APB-02/524/969/08	D. BASÍLIA VELOSO DANTAS RIBEIRO	1872
APB-02/524/969/16	D. BELMIRA GALDINA DA CONCEIÇÃO	1873
APB-02/525/970/14	CÔNEGO VIGÁRIO ALEGÁRIO VICENTE FERREIRA GOMES	1862
APB-02/527/971/18	D. ANA JOAQUINA DE CARVALHO	1866
APB-02/527/972/10	CARLOS JOSÉ DA SILVA CASTRO	1867

APB-02/527/972/14	DOMINGOS GOMES DA SILVA	1866
APB-02/528/971/02	ANTONIO LINO PEREIRA	1874
APB-02/528/973/01	ANTONIO JOSÉ ALVES DE CERQUEIRA	1874
APB-02/528/973/06	D. MARIA FLORÊNCIA DE JESUS	1873
APB-02/529/975/02	BERNARDINO MARTINS MOREIRA E BASÍLIA DE TAL	1858
APB-02/530/976/02	CLEMENTINA JÚLIA DO ESPÍRITO SANTO	1859
APB-02/530/976/04	ANA JOAQUINA ROSA	1859
APB-02/534/980/06	BARONESA DE NAGÉ CAROLINA NATIVIDADE TOSTA	1863
APB-02/534/980/15	D. ANA MARIA DO ESPÍRITO SANTO	1863
APB-02/535/981/11	D. CÂNDIDA MARIA DE SAMPAIO	1857
APB-02/536/982/17	D. ANA ROSA RIBEIRO DE NOVAES	1883
APB-02/537/983/10	BERNARDINO GONÇALVES CORTES	1860
APB-02/538/984/07	D. ANA JOAQUINA DE JESUS	1879
APB-02/540/986/08	BERTHOLDO JOSÉ FERREIRA	1864
APB-02/540/986/12	CLEMENTE JOSÉ DA COSTA	1864
APB-02/541/987/03	CANDIDA MARIA GUIMARÃES E JOSÉ MARTINS FERREIRA GUIMARÃES	1877
APB-02/541/987/05	AMÉLIA BASÍLIA DA CONCEIÇÃO	1877
APB-02/541/987/06	D. ALEXANDRINA ROSA DO SACRAMENTO	1877
APB-02/541/987/09	CORONEL ALBINO AUGUSTO DE NOVAES E ALBUQUERQUE	1881
APB-02/542/988/05	TOMÉ PEREIRA DE CARVALHO E ANTONIA FRANCISCA DE JESUS	1858
APB-02/542/988/08	DOMINGOS BARROS DE CAMPOS	1859
APB-02/542/988/11	D. CONSTÂNCIA DA ROCHA PASSOS	1859
APB-02/542/988/13	JOSÉ GOMES DA FONSECA E ANA LOURENÇA DE JESUS	1859
APB-02/544/990/02	TENENTE CORONEL CARLOS JOAQUIM DE MAGALHÃES E CERQUEIRA	1856
APB-02/545/991/16	ANTONIO DE SOUZA BARRETO	1889
APB-02/573/1025A/02	ANGÉLICA MARIA DA CONCEIÇÃO	1858
APB-02/573/1025A/02	D. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO	1861
APB-02/590/1043/02	ALVINO DE CERQUEIRA PINTO	1873
APB-02/591/1044/12	JOSÉ PIRES PEDREIRA E ALEXANDRINA PIRES PEDREIRA	1856
APB-02/591/1044/17	DOMINGAS MARIA	1841
APB-02/592/1045/01	D. BERNARDINA CARDOSO DE MAGALHÃES	1881
APB-02/592/1045/04	BERNARDO MENDES DA COSTA	1881
APB-02/592/1045/11	MARIANO FERREIRA DA COSTA E BERNARDINO FERREIRA DA COSTA	1880
APB-02/592/1045/13	JOÃO CHRISOSTOMO DE CERQUEIRA E D. ANA MARIA DE CINTRA	1880
APB-02/593/1046/02	ARISTÓTELES PIRES VELOSO	1882
APB-02/593/1046/08	ANTONIO JOAQUIM DO NASCIMENTO	1882
APB-02/594/1047/03	D. ANA TEREZA DE JESUS	1870
APB-02/595/1048/03	FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS E ANA THOMAZIA	1860
APB-02/595/1048/15	AGOSTINHO CORREIA DOS SANTOS	1860

APB-02/598/1052/03	ANTONIO ALLEONE	1856
APB-02/599/1053/20	MANOEL ANTONIO DIAS REBOUÇAS E VIRGÍNIA DO NASCIMENTO	1869
APB-02/602/1056/06	D. ANGÉLICA FELISMINA DO AMOR DIVINO	1855
APB-02/603/1057/03	PEDRO FERNANDES SERRA E D. ANA JOAQUINA CAROLINA GOMES DE FARIA	1861
APB-02/603/1057/04	ANTONIA FERREIRA DO SACRAMENTO	1861
APB-02/604/1058/02	D. ANA LEOPOLDINA ROSA	1874
APB-02/604/1058/11	D. ANTONIA MARIA DE CINTRA BRANDÃO	1874
APB-02/606/1060/07	ANA FRANCISCA DA SILVA	1866
APB-02/633/1088/06	D. ANA FLORINDA DO AMOR DIVINO	1843
APB-02/642/1097A/08	D. ANA FRANCISCA SOUZA VIEIRA	1850
APB-02/642/1097A/10	D. ANGÉLICA MARIA DA CONCEIÇÃO	1850
APB-02/691/1151A/03	ANA MARIA DA FONSECA	1854
APB-02/694A/1155A/18	ANTONIA DORÓTEA DE JESUS	1846
APB-02/932/1041/11	ANA MARIA DE JESUS	1844
APB-02/951/1420/02	COMENDADOR MANOEL JACINTO NAVARRO CAMPOS	1863
APB-03/1245/1714/06	ANTONIA EUSÉBIA DA ENCARNAÇÃO	1841
APB-03/925/1394/12	ANA VIRGILINA DO PARAÍSO	1841
APB-03/933/1402/09	ANGELO JOSÉ DA SILVEIRA	1845
APB-03/936/1045/07	ANA JOAQUINA DE SÃO JERÔNIMO	1842
APB-03/936/1405/02	D. ANA FRANCISCA DO SACRAMENTO	1842
APB-03/936/1405/06	D. AGUIDA MARIA DE SOUZA	1842
APB-03/936/1408/10	D. ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO	1844
APB-03/939/1408/09	FRANCISCO DE BORJA PEREIRA E ANTONIA MARIA DOS PRAZERES	1843
APB-03/954/1423/07	PEDRO INÁCIO PEREIRA E ANA JOAQUINA DO NASCIMENTO	1853
APB-03/954/1423/09	ANGÉLICA RITA PARAÍSO	1853
APB-03/956/1425/14	ANA JOAQUINA DO ESPÍRITO SANTO	1845
APB-03/963/1431/11	ANTONIA CLEMENCIA DE SÃO JOSÉ	1840
APB-03/963/1432/01	ANTONIA MARIA DELFINA	1839
APB-03/963/1432/06	ALEXANDRE DE SOUZA BRANDÃO	1839
APB-03/965/1434/02	MANOEL JOSÉ MOREIRA	1838
APB-03/965/1434/07	ANA FRANCISCA DE MELO	1843
APB-03/965/1434/09	CAPITÃO FRANCISCO ANTONIO FERNANDES PEREIRA	1837
APB-03/968/1437/10	ANA JOAQUINA DE SÃO JOSÉ E JOAQUIM VENÂNCIO DE SOUZA	1850
APB-03/968/1437/12	TIBÚRCIO ANTONIO FERNANDES E ANA RITA GUANAES MINEIRO	1850
APB-03/969/1438/05	ANA LOPES DE JESUS	1835
APB-03/981/1450/02	FRANCISCO FERNANDES RAMIRO E ANTONIA MARIA DE JESUS	1837
APB-04/1820/2291/06	ANTONIO FERREIRA DE CERQUEIRA	1881
APB-04/1820/2291/10	D. ANTONIA MARIA DE JESUS	1879
APB-05/2087/2558/05	D. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO	1879
APB-07/3091/22	D. ANA JOAQUINA DE SANTANA	1867
APB-07/3107/03	D. ANA JERONIMA DE SAMPAIO E	1861

ALMEIDA		
APB-07/3115/07	D. ANA JOAQUINA DE NOVAES FONSECA	1856
APB-07/3219/02	D. ANA JOAQUINA DE SÃO JOSÉ	1840
APB-07/3219/03	ANA JOAQUINA DO ESPÍRITO SANTO	1843
APB-08/3297/03	JOAQUIM PEREIRA DE CARVALHO E D. ANA MARIA DOS SANTOS	1864
APB-08/3466/03	ANA JOAQUINA DO SACRAMENTO E MANOEL MENDES LOUREIRO	1849

Arquivo Regional de Cachoeira:

ARQUIVO	INVENTARIADO(S)	ANO DE ABERTURA
ARC-02/107/107/1037	D. ANTONIA FRANCISCA DE ALMEIDA	1843
ARC-02/107/107/1036	D. ANA ADELAIDE DE NOVAIS E ALBUQUERQUE	1874
ARC-02/107/107/1038	ANTONIO ISAIAS DA COSTA E ALMEIDA	1882
ARC-02/107/107/1041	GERVÁSIO JOSÉ DE ALMEIDA	1837
ARC-02/107/107/1042	JOSÉ BERNARDINO DE ALMEIDA	1881
ARC-02/107/107/1044	ANA MARIA ALVARES DE JESUS E JOSÉ SILVÉRIO DE ALMEIDA	1839
ARC-02/108/108/1045	MANOEL MACARIO DA COSTA E ALMEIDA	1874
ARC-02/109/109/1051	LUIS FRANCISCO RABELO DO AMARAL	1858
ARC-02/109/109/1052	MANOEL PEDREIRA DE AMORIM	1884
ARC-02/109/109/1053	D. ROSA MARIA DE AMORIM	1850
ARC-02/109/109/1057	FRANCISCO TORQUATO DE OLIVEIRA	1884
ARC-02/109/109/1059	D. ALEXANDRINA ROSA DO AMPARO	1856
ARC-02/110/110/1062	REVERENDO JOSÉ CEZIMBRA DE ANDRADE	1849
ARC-02/110/110/1067	ANTONIO CARDOSO DE ARAÚJO	1841
ARC-02/110/110/1069	D. ELIZA ROSA DE ARAÚJO	1858
ARC-02/111/111/1072	D. CORDOLINA MAXIMIANA DE ASSIS E CANDIDO FRANCISCO DE ASSIS	1860
ARC-02/111/111/1073	COMENDADOR MANOEL GALDINO DE ASSIS	1871
ARC-02/111/111/1074	FRANCISCA MARIA DE ASSIS	1877
ARC-02/111/111/1077	LINO JOSÉ DE AZEVEDO	1880
ARC-02/112/112/1078	CAPITÃO MANOEL DE VASCONCELLOS DE SOUZA BAHIANA	1842
ARC-02/112/112/1080	D. AUGUSTA MICHELINA BASTOS BARAÚNA	1880
ARC-02/112/112/1081	ÁLVARO DE FREITAS BARBOSA	1860
ARC-02/112/112/1082	BARONESA DE ALAGOINHAS CORA CÉSAR COUTINHO	1881
ARC-02/112/112/1083	AFONSO RODRIGUES BARRETO	1869
ARC-02/112/112/1085	D. ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO BARRETO	1858
ARC-02/112/112/1086	ANTONIO DIAS BARRETO	1855

ARC-02/112/112/1088	D. MARIA DA PURES A DE FREITAS BARROS	1883
ARC-02/112/112/1090	BALDOÍNO DE CERQUEIRA BASTOS	1858
ARC-02/112/112/1987	D. MARIA AUGUSTA DE BARROS	1882
ARC-02/113/113/1091	JOÃO NEPOMUCENO BASTOS	1878
ARC-02/113/113/1092	D. MARIA DA CONCEIÇÃO BASTOS	1855
ARC-02/113/113/1094	OLÍMPIA CONSTANÇA BELLAS	1853
ARC-02/113/113/1096	MANOEL RODRIGUES BEZERRA E D. ROSA SILVEIRA BOMSUCCESSO	1855
ARC-02/114/114/1098	ALEXANDRINA JOAQUINA DO BONFIM	1858
ARC-02/115/115/1102	D. MARIA BERNARDINA DE ALMEIDA BORGES	1881
ARC-02/115/115/1103	MAXIMIANO FERREIRA BORGES	1880
ARC-02/116/116/1109	MANOEL REIS BRANDÃO	1841
ARC-02/116/116/1110	ANTONIO XAVIER BRAGA	1850
ARC-02/116/116/1111	MANOEL DA PAIXÃO BRANDÃO	1875
ARC-02/117/117/1114	VICENTE RIBEIRO BRANDÃO	1877
ARC-02/117/117/1116	MARTINHO FERREIRA DE BRITO	1850
ARC-02/117/117/1118	MARIA CAROLINA	1857
ARC-02/117/117/1120	LUIZA RAQUEL DE CARVALHO	1856
ARC-02/117/117/1122	ANA MARIA NAZINZENA CASTILHO	1857
ARC-02/117/117/1123	CORONEL JOAQUIM JOSÉ BACELAR E CASTRO	1837
ARC-02/117/117/1124	JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS CASTRO	1864
ARC-02/118/118/1126	MANOEL DOS SANTOS CAVALCANTE	1870
ARC-02/118/118/1132	MARIA JOAQUINA DE CERQUEIRA	1873
ARC-02/118/118/1133	OLEGÁRIA CONSTANÇA DOS SANTOS PASSOS CHAVES	1843
ARC-02/118/118/1136	D. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO	1838
ARC-02/118/118/1137	D. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO	1870
ARC-02/118/118/1138	D. BERNARDA MARIA DA CONCEIÇÃO	1853
ARC-02/118/118/1139	FLORÊNCIA MARIA DA CONCEIÇÃO	1857
ARC-02/118/118/1140	FRANCISCA MARIA DA CONCEIÇÃO	1838
ARC-02/119/119/1141	GERALDA MARIA DA CONCEIÇÃO	1853
ARC-02/119/119/1142	INOCÊNCIA MARIA DA CONCEIÇÃO	1881
ARC-02/119/119/1145	MANOEL BENEDICTO DA CONCEIÇÃO	1875
ARC-02/119/119/1147	MARIA ANTONIA DA CONCEIÇÃO	1836
ARC-02/119/119/1148	JOSÉ MARCELINO DE CERQUEIRA E MARIA BERNARDINA DA CONCEIÇÃO	1864
ARC-02/119/119/1150	MARIA DA CONCEIÇÃO	1843
ARC-02/119/119/1152	MARIA DA CONCEIÇÃO	1871
ARC-02/120/120/1155	MARIA MADALENA DA CONCEIÇÃO	1887
ARC-02/120/120/1157	D. RITA MARIA DA CONCEIÇÃO	1867
ARC-02/120/120/1158	D. MARIA CONSTANÇA E JOÃO MANOEL TEIXEIRA	1861
ARC-02/120/120/1159	CAETANO JOSÉ DA COSTA	1857
ARC-02/120/120/1160	EDUARDO GOMES DA COSTA	1883
ARC-02/121/121/1163	PEDRO NOLASCO DA COSTA	1879
ARC-02/121/121/1166	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	1868

ARC-02/121/121/1167	MATHIAS SOARES DA CRUZ	1866
ARC-02/121/121/1168	MARIA ROSA DA CRUZ	1885
ARC-02/121/121/1169	ANTONIO LOPO DA CUNHA	1879
ARC-02/122/122/1170	MANOEL GOMES DAMÁZIO	1862
ARC-02/122/122/1172	JOAQUINA MARIA DA ENCARNAÇÃO	1858
ARC-02/122/122/1173	ANA MARIA DO ESPÍRITO SANTO	1850
ARC-02/122/122/1174	MARIA FRANCISCA DO ESPÍRITO SANTO	1840
ARC-02/122/122/1175	MARIA JOAQUINA DO ESPÍRITO SANTO	1843
ARC-02/123/123/1177	CAPITÃO ANTONIO RODRIGUES VIEIRA FALCÃO E MARIA FILGUEIRAS DE ALMEIDA	1839
ARC-02/123/123/1180	D. ANA JOAQUINA DE FARIAS	1863
ARC-02/123/123/1181	JOSÉ JOAQUIM FERNANDES	1847
ARC-02/123/123/1184	FRANCISCO JOSÉ FERREIRA	1862
ARC-02/125/125/1187	D. LUIZA DE ALMEIDA BOAVENTURA FERREIRA	1876
ARC-02/125/125/1190	D. MARIA JOSÉ DA FONSECA	1840
ARC-02/125/125/1193	ANTONIO JOSÉ DE FREITAS	1866
ARC-02/125/125/1194	COSME JOSÉ DE FREITAS	1860
ARC-02/125/125/1197	D. MARIA ALEXANDRINA DE FREITAS	1885
ARC-02/125/125/1199	ISABEL JOAQUINA DA GAMA	1836
ARC-02/125/125/1201	AGOSTINHO RODRIGUES GARCIA	1853
ARC-02/125/125/1203	MARIA MADALENA GARCIA	1859
ARC-02/126/126/1205	MARIA ANTONIA GESTRUDES	1881
ARC-02/126/126/1208	D. ANA FRANCISCA GOMES	1880
ARC-02/126/126/1209	MANOEL GOMES DE ARAÚJO	1838
ARC-02/126/126/1211	ALBERTO TEIXEIRA GUEDES	1857
ARC-02/126/126/1214	MANOEL FERREIRA GUIMARÃES	1841
ARC-02/127/127/1219	D. ANA TEREZA DE JESUS	1854
ARC-02/127/127/1220	ANGÉLICA TERESA DE JESUS	1861
ARC-02/127/127/1222	ANTONIA MARIA DE JESUS	1837
ARC-02/127/127/1223	ANTONIA MARIA DE JESUS	1851
ARC-02/127/127/1225	ARCANJA MARIA DE JESUS	1859
ARC-02/127/127/1226	D. CATHARINA DAS CHAGAS DE JESUS	1846
ARC-02/127/127/1228	FRANCISCA MARGARIDA DE JESUS	1863
ARC-02/127/127/1229	D. FRANCISCA MARIA DE JESUS	1867
ARC-02/127/127/1230	D. INACIA MARIA DE JESUS	1856
ARC-02/127/127/1231	D. INÊS MARIA DE JESUS	1854
ARC-02/128/128/1235	MARIA DAMIANA DE JESUS	1837
ARC-02/128/128/1236	MARIA FRANCISCA DE JESUS	1876
ARC-02/128/128/1242	MARIA SEVERINA DE JESUS	1873
ARC-02/129/129/1244	D. ROSA MARIA DAS VIRGENS	1863
ARC-02/129/129/1245	D. TERESA MARIA DE JESUS	1857
ARC-02/129/129/1246	D. TERESA MARIA DE JESUS	1837
ARC-02/129/129/1247	D. UMBELINA PONCIANA DE JESUS	1864
ARC-02/129/129/1248	ESMERIA CORREIA LACERDA	1873
ARC-02/129/129/1249	MANOEL DE CERQUEIRA E ARAÚJO	1834

ARC-02/129/129/1250	D. ANTONIA MARIA PEREIRA DO LAGO	1841
ARC-02/129/129/1252	NICOLAU JOSÉ DO LAGO	1873
ARC-02/129/129/1254	ANTONIO JOAQUIM LEAL	1847
ARC-02/129/129/1255	D. MARIA JOAQUINA ALBERNAZ LEAL	1844
ARC-02/130/130/1257	ANA ROSA DE LIMA	1880
ARC-02/130/130/1259	ANTONIO DE ASSUNÇÃO CORREIA LIMA	1838
ARC-02/130/130/1264	ANTONIO JOAQUIM LISBOA	1835
ARC-02/130/130/1265	JOSÉ PEREIRA DE ALMEIDA E MARIA DIONÍSA DO LIVRAMENTO	1838
ARC-02/131/131/1267	MANOEL DA SILVA LOBO	1837
ARC-02/131/131/1268	INÁCIO JOSÉ DE LOIOLA	1839
ARC-02/132/132/1271	JOSÉ AMARO LOPES	1865
ARC-02/132/132/1272	D. MARIA MADALENA PEDREIRA LOPES	1856
ARC-02/132/132/1273	JOSÉ ANTONIO LOUREIRO	1840
ARC-02/132/132/1274	MARIA ALEXANDRINA DA LUZ	1871
ARC-02/132/132/1276	MANOEL GOMES MACHADO E D. LUIZA MARIA DE JESUS	1868
ARC-02/132/132/1277	MANOEL JOSÉ MACHADO	1841
ARC-02/132/132/1280	D. MARIA DO ESPÍRITO SANTO MAGALHÃES	1885
ARC-02/132/132/1281	MARIA ROSA DE MAGALHÃES	1860
ARC-02/133/133/1288	MANOEL INÁCIO DA SILVA E MARTINS	1834
ARC-02/133/133/1289	D. ANA MARIA DE ALMEIDA MASCARENHAS	1882
ARC-02/133/133/1290	ANTONIO CORDEIRO DE MEDEIROS E ANA JOAQUINA DE SÃO MIGUEL	1843
ARC-02/133/133/1291	BENTO MANOEL DE MEDEIROS	1855
ARC-02/133/133/1292	D. ALCINA FRANCISCA ROSA DE MEIRELLES	1859
ARC-02/133/133/1294	D. JOAQUINA JULIA DE NAVARRO SAMPAIO E MELO	1864
ARC-02/133/133/1296	AMANCIO LOPES DE MENEZES	1859
ARC-02/133/133/1297	D. MARIA DAS MERCÊS	1846
ARC-02/134/134/1302	JESUÍNO DA COSTA MINHO	1882
ARC-02/134/134/1304	D. AMÁLIA EULINA DE QUEIRÓS MIRANDA	1884
ARC-02/134/134/1305	DOMINGOS GONÇALVES SANTOS MIRANDA	1838
ARC-02/135/135/1307	MANOEL FLORENTINO BARRETO DE MIRANDA	1870
ARC-02/135/135/1308	JOSÉ ALVES MOUTINHO	1864
ARC-02/135/135/1309	FRUCTUOSO GOMES MONCORVO	1878
ARC-02/135/135/1312	D. ANA ROSA MOREIRA	1877
ARC-02/135/135/1314	MANOEL JOSÉ MOREIRA	1835
ARC-02/136/136/1317	AJUDANTE MANOEL PEREIRA DA MOTTA	1851
ARC-02/136/136/1318	D. ROSA JOANA DE MENEZES MOTTA	1863
ARC-02/136/136/1319	D. ANA ANTUNES MOURÃO	1856
ARC-02/136/136/1321	JOSÉ DIOGO VAZ MUTUM	1834
ARC-02/136/136/1323	JERÔNIMO MANOEL DO NASCIMENTO	1880
ARC-02/136/136/1324	ANTONIO FRANCISCO NAVARRO	1876
ARC-02/136/136/1326	ERMANO RODRIGUES NEVES	1873

ARC-02/136/136/1329	MANOEL MOREIRA DE FREITAS	1834
ARC-02/137/137/1331	D. AVELINA AUGUSTA DE OLIVEIRA	1860
ARC-02/137/137/1332	D. CAROLINA CLEMENTINA DE OLIVEIRA	1875
ARC-02/137/137/1333	FELIPE SANTIAGO DE OLIVEIRA E MARIA FRANCISCA DE JESUS	1850
ARC-02/137/137/1336	MANOEL PEDRO DE OLIVEIRA	1859
ARC-02/137/137/1337	MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA	1835
ARC-02/137/137/1338	MARIA FELIPA CIPRIANA DE ASSIS	1887
ARC-02/137/137/1339	D. MARIA HELENA FRANCISCA DE OLIVEIRA	1885
ARC-02/137/137/1343	MANOEL DA ROCHA PASSOS	1867
ARC-02/137/137/1344	D. MARIA ZEFERINA PASSOS	1886
ARC-02/138/138/1345	ANTONIO DE OLIVEIRA PATRÍCIO	1870
ARC-02/138/138/1346	MANOEL FRANCISCO DE PAULA	1888
ARC-02/138/138/1349	ANTONIO FRANCISCO PEREIRA	1861
ARC-02/138/138/1350	ANTONIO DE OLIVEIRA PEREIRA	1868
ARC-02/138/138/1352	MANOEL ALVES PEREIRA	1882
ARC-02/138/138/1353	MANOEL FÉLIX PEREIRA	1838
ARC-02/138/138/1354	MANOEL JOSÉ PEREIRA	1845
ARC-02/138/138/1355	MAJOR MANOEL VITÓRIO RODRIGUES PEREIRA E D. MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES	1881
ARC-02/139/139/1356	D. MARIA EMÍLIA PEREIRA	1869
ARC-02/139/139/1357	D. MARIA HILÁRIA PEREIRA	1873
ARC-02/139/139/1358	MARIA RITA PEREIRA DE ARAÚJO	1836
ARC-02/139/139/1360	D. RITA MARIA DA PIEDADE	1876
ARC-02/140/140/1365	ANTONIO JOSÉ PINTO	1840
ARC-02/140/140/1366	D. BELMIRA JOAQUINA ROSA DE JESUS PINTO	1885
ARC-02/140/140/1367	JOAQUIM RIBEIRO PINTO	1853
ARC-02/140/140/1368	MANOEL MOREIRA PINTO	1846
ARC-02/140/140/1369	CAROLINA PIRES	1869
ARC-02/140/140/1370	JOAQUIM JOSÉ PITANGA	1874
ARC-02/140/140/1371	JOSÉ EGÍDIO DUARTE PORTELA	1855
ARC-02/140/140/1376	D. ANA FRANCISCA DE QUEIRÓS	1834
ARC-02/141/141/1379	MANOEL GONÇALVES RAPOSO	1856
ARC-02/141/141/1382	D. CAROLINA AUGUSTA DE MEIRELLES REIS E ANTONIO MARTINS DA SILVA REIS	1880
ARC-02/141/141/1383	CRISTOVÃO ALVES DOS REIS E MARIA HILÁRIA DE SOUZA	1866
ARC-02/141/141/1387	FÉLIX GOMES DA ROCHA	1873
ARC-02/142/142/1389	FELIPE NERY RODRIGUES	1872
ARC-02/142/142/1390	MANOEL VIEIRA RODRIGUES JUNIOR	1872
ARC-02/142/142/1395	D. ANA CUSTÓDIA DO SACRAMENTO	1859
ARC-02/142/142/1397	D. ANA JOAQUINA DO SACRAMENTO	1869
ARC-02/143/143/1400	D. ANA VITÓRIA DO SACRAMENTO	1842
ARC-02/143/143/1402	JOSÉ DO SACRAMENTO	1834
ARC-02/143/143/1403	MANOEL JORGE DO SACRAMENTO E CANDIDA CARLOTA DAS NEVES	1855
ARC-02/143/143/1409	ANTONIO CERQUEIRA SALOMÃO E	1840

	ANTONIA MARIA MADALENA	
ARC-02/143/143/1410	MANOEL FÉLIX DIAS SALOMÃO	1883
ARC-02/143/143/1413	D. ISABEL JOAQUINA DE SANTANA	1861
ARC-02/144/144/1414	MANOEL VIEIRA DE SANTANA	1869
ARC-02/144/144/1415	D. MARIA AUGUSTA DE SANTANA	1874
ARC-02/144/144/1416	MARIA JOSÉ DE SANTANA	1849
ARC-02/144/144/1420	D. MARIA JOAQUINA DE SANTA INES	1870
ARC-02/145/145/1423	ALEXANDRINO DIAS DOS SANTOS	1867
ARC-02/145/145/1425	ANTONIO ESCOLÁSTICO DOS SANTOS	1858
ARC-02/145/145/1426	ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS	1846
ARC-02/145/145/1428	JOÃO JOSÉ DOS SANTOS	1858
ARC-02/145/145/1431	JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS	1878
ARC-02/145/145/1842	ANTONIA MARIA DOS SANTOS	1842
ARC-02/146/146/1432	PADRE JOSÉ PINTO DE OLIVEIRA SANTOS	1888
ARC-02/146/146/1433	LUIZ FIRMINO DOS SANTOS	1870
ARC-02/146/146/1434	MANOEL FÉLIX DOS SANTOS	1843
ARC-02/146/146/1438	D. ANA JOAQUINA DE SÃO JOSÉ	1878
ARC-02/146/146/1440	MARIA IZIDORA CAETANA DE SÃO JOSÉ	1847
ARC-02/146/146/1441	D. MARIA JOAQUINA DE SÃO JOSÉ	1843
ARC-02/146/146/1442	MARIA JOAQUINA DE SÃO JOSÉ	1875
ARC-02/146/146/1443	D. MARIA LIMA DE SÃO JOSÉ	1867
ARC-02/146/146/1445	D. MARIA RITA DE SÃO JOSÉ	1846
ARC-02/146/146/1446	D. MARIA UMBELINA DE SÃO JOSÉ	1862
ARC-02/146/146/1449	LIBANIO SIBRÃO	1866
ARC-02/146/146/1450	ALEXANDRE MARTINS DA SILVA	1888
ARC-02/147/147/1456	D. FRANCISCA MARIA DA SILVA	1841
ARC-02/147/147/1458	JOAQUIM PEREIRA DA SILVA E ISABEL FERNANDES	1842
ARC-02/147/147/1461	MANOEL CRISTIANO DA SILVA	1856
ARC-02/147/147/1465	D. MARIA ARCOLINA DA SILVA	1871
ARC-02/147/147/1466	D. MARIA CONSTANÇA BORGES DA SILVA	1857
ARC-02/148/148/1468	NICOLAU TOLENTINO DA SILVEIRA E ROSA FELICIANA DO AMOR DIVINO	1862
ARC-02/148/148/1470	PEDRO VENANCIO DA SILVA	1844
ARC-02/148/148/1472	D. JOANA ANTONIA DA SILVEIRA	1859
ARC-02/148/148/1474	TENENTE CIRURGIÃO MOR JUSTINO JOSÉ SOARES	1856
ARC-02/148/148/1475	MARCOS JOSÉ SOBRAL	1836
ARC-02/149/149/1481	ANTONIO CARVALHO DE SOUZA	1882
ARC-02/149/149/1483	ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA	1837
ARC-02/149/149/1484	FELIPE PEREIRA PINTO DE SOUZA	1855
ARC-02/149/149/1485	JANUARIO FERREIRA DE SOUZA	1847
ARC-02/149/149/1487	JOSÉ ALVARES DOS SANTOS SOUZA	1860
ARC-02/149/149/1488	D. MARIA ROSA D'AFONSECA E SOUZA	1847
ARC-02/150/150/1490	ANTONIO PEREIRA SUZART	1843
ARC-02/150/150/1490	MANOEL JOSÉ ALVES TEIXEIRA	1860
ARC-02/150/150/1491	D. EULALIA CONSTANÇA DE CASTRO TANAJURA	1867

ARC-02/150/150/1492	LIBANIA TAVARES	1887
ARC-02/150/150/1495	REVERENDO PADRE MANOEL TEIXEIRA	1872
ARC-02/150/150/1498	MANOEL JOSÉ TEIXEIRA	1869
ARC-02/150/150/1500	D. MARIA ISABEL CARDOSO TEIXEIRA	1869
ARC-02/151/151/1501	PAULINO ALVES TEIXEIRA	1873
ARC-02/151/151/1503	ANASTACIO PEREIRA DA TRINDADE	1858
ARC-02/152/152/1506	D. MARIA JOAQUINA DA TRINDADE	1882
ARC-02/152/152/1508	MANOEL ANTONIO VALENTE	1860
ARC-02/152/152/1510	D. JOANA PIRES VELOSO E JOSÉ CAETANO VELOSO	1840
ARC-02/152/152/1511	MANOEL DOMINGOS VELOSO	1888
ARC-02/152/152/1514	CAPITÃO ANTONIO FRANCISCO VIEIRA	1864
ARC-02/152/152/1516	D. MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA VIEIRA	1858
ARC-02/152/152/1517	D. UMBELINA HENRIQUETA DA COSTA VIEIRA	1842
ARC-02/152/152/1518	D. DOBELINA LEITE VILLAS BOAS	1880
ARC-02/153/153/1521	D. ANA ANGÉLICA DAS VIRGENS	1871
ARC-02/153/153/1523	D. MARIA JOSEFA DAS VIRGENS	1840
ARC-02/155/155/1526	APOLINÁRIA CAROLINA DAS VIRGENS	1864
ARC-02/156/156/1528	LADISLAU FERREIRA COELHO	1847
ARC-02/156/156/1529	MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA	1857
ARC-02/157/157/1530	ANTONIO VIEIRA BARRETO	1860
ARC-02/158/158/1536	JOAQUIM CARDOSO DE ALMEIDA	1838
ARC-02/158/158/1536	D. ANA JOAQUINA DE ALMEIDA	1846
ARC-02/158/158/1537	JOAQUIM JOSÉ RAIMUNDO DE ALMEIDA	1864
ARC-02/158/158/1539	MANOEL ESTANISLAU DE ALMEIDA	1838
ARC-02/158/158/1544	COMENDADOR EGAS MUNIZ BARRETO DE ARAGÃO	1871
ARC-02/158/158/1545	TENENTE CORONEL THOMÉ PEREIRA DE ARAÚJO	1853
ARC-02/159/159/1547	MAJOR MANOEL FRANCISCO RAMOS BARRETO	1858
ARC-02/159/159/1548	MANOEL JOSÉ TELLES BARRETO	1837
ARC-02/159/159/1549	PORFÍRIO JOSÉ BARRETO	1888
ARC-02/159/159/1550	MANOEL JOAQUIM DE CERQUEIRA BATISTA	1840
ARC-02/160/160/1553	MANOEL IGNACIO CAVALCANTE E JACINTA CORREIA DA FRANÇA	1839
ARC-02/160/160/1554	EXCELENTÍSSIMA DONA MATILDE FLORA DA CÂMARA BITTENCOURT CHABY	1864
ARC-02/160/160/1555	ANA MARIA DA CONCEIÇÃO	1847
ARC-02/160/160/1556	ANGÉLICA MARIA	1843
ARC-02/160/160/1557	APOLINÁRIO JOSÉ DA SILVA CASTRO	1856
ARC-02/160/160/1558	ALBERTA PEREIRA DA CRUZ	1857
ARC-02/160/160/1559	FRANCISCA MARIA FERREIRA	1839
ARC-02/160/160/1560	MANOEL CORREA DA FRANÇA E D. JOAQUINA GARCIA DE ARAGÃO	1838
ARC-02/160/160/1561	TENENTE CORONEL JOAQUIM FIRMINO DOS SANTOS	1881
ARC-02/160/160/1562	BERNARDINA FRANCISCA GARCIA	1857

ARC-02/161/161/1566	JESUÍNA FRANCISCA DE JESUS	1871
ARC-02/161/161/1567	D. MARIA AMANCIA DE JESUS	1872
ARC-02/161/161/1568	ANTONIO MARTINS DIAS LEAL	1872
ARC-02/161/161/1569	MANOEL BERNARDO LOPES	1877
ARC-02/161/161/1570	ANTONIO MENDES LOUREIRO E D. ANA LUIZA DO ESPÍRITO SANTO	1856
ARC-02/161/161/1574	COMENDADOR FRANCISCO GOMES MONCORVO	1868
ARC-02/162/162/1577	D. MARIA ISABEL DA PALMA	1865
ARC-02/162/162/1578	D. LEONOR MARIA DA PIEDADE	1857
ARC-02/162/162/1580	BERNARDINO DA COSTA PINHEIRO	1883
ARC-02/162/162/1582	FRANCISCO GOMES DOS SANTOS RAMOS	1867
ARC-02/162/162/1584	D. MARIA JÚLIA DO ROSÁRIO	1863
ARC-02/162/162/1585	D. MARIA FRANCISCA DO SACRAMENTO	1856
ARC-02/163/163/1586	CAPITÃO ANTONIO RODRIGUES SALGADO	1877
ARC-02/163/163/1589	MAXIMIANO JOSÉ DE SANTANA E ANA JOAQUINA SANTANA	1855
ARC-02/163/163/1590	D. MARIA GERMANA DE SANTO ANTONIO	1834
ARC-02/163/163/1592	D. ANA RITA DE SÃO SALVADOR	1861
ARC-02/163/163/1593	ANTONIO PINTO DA SILVA	1872
ARC-02/163/163/1594	MANOEL FELIPE DA SILVA	1849
ARC-02/163/163/1595	MONOEL PINTO DA SILVA	1843
ARC-02/163/163/1596	ANTONIO JOAQUIM DE SOUZA E D. CAROLINA DE JESUS MARIA	1860
ARC-02/163/163/1597	ANTONIO THOMAS DE SOUZA	1861
ARC-02/163/163/1598	D. MARIA BERNARDINA DA CONCEIÇÃO E VASCONCELLOS	1842
ARC-02/163/163/1845	MAXIMIANO JOSÉ DE SANTANA	1845
ARC-02/163/163/1859	D. GUILHERMINA GARCIA DE ARAGÃO MONCORVO	1859
ARC-02/164/164/1600	MANOEL SOARES DE ALBERGARIA	1834
ARC-02/164/164/1602	CAPITÃO FRANCISCO DE BARROS AMORIM	1886
ARC-02/164/164/1603	MANOEL DE BARROS AMORIM	1880
ARC-02/164/164/1604	D. MARIA INOCÊNCIA DA ROCHA BASTOS AZEVEDO	1883
ARC-02/164/164/1605	D. MARIA MADALENA DE AZEVEDO	1883
ARC-02/164/164/1607	ALVINA AMELIA PANPONET BRAGA	1874
ARC-02/164/164/1608	TENENTE MANOEL BALBINO DA COSTA BRANDÃO	1857
ARC-02/165/165/1609	EMÍLIA FIRMINA CANDIDA	1858
ARC-02/165/165/1610	LUIS GONÇALVES DE CARVALHO	1838
ARC-02/165/165/1611	MANOEL DIAS DE CARVALHO	1867
ARC-02/165/165/1612	D. ANA ROSA DO AMOR DIVINO CASTRO	1853
ARC-02/165/165/1613	D. ANGÉLICA MARIA DA COSTA	1871
ARC-02/165/165/1618	D. ANGELA ESTRELINA DA GLÓRIA	1858
ARC-02/165/165/1619	D. BERNARDINA MARIA DE JESUS	1858
ARC-02/165/165/1620	D. MARIA BALBINA DE JESUS	1861
ARC-02/165/165/1621	ANA RAQUEL BARBOSA LEAL	1860
ARC-02/165/165/1623	D. ALEXANDRINA MARIA DE SÃO JOSÉ LOPES	1884

ARC-02/165/165/1624	COSME CARLOS LUSCHINATH	1887
ARC-02/166/166/1625	DONA ANA RITA URSULINA DE MAGALHÃES E MANOEL JOAQUIM DE MAGALHÃES	1861
ARC-02/166/166/1626	MARIA MARTINHA	1856
ARC-02/166/166/1627	ELIAS DA COSTA MUNIZ	1858
ARC-02/166/166/1628	D. CANDIDA THEODOLINA DE OLIVEIRA	1859
ARC-02/166/166/1630	AUGUSTO ADOLPHO PAMPONET	1875
ARC-02/166/166/1632	D. ELIZIA CANDIDA PAMPONET PINTO	1884
ARC-02/166/166/1634	D. ANA JOAQUINA DO SACRAMENTO	1868
ARC-02/166/166/1636	D. MARIA JOAQUINA FAUSTA SARMENTO	1857
ARC-02/166/166/1637	CAPITÃO THEOPHILO NUNES SARMENTO	1871
ARC-02/166/166/1638	MANUEL FERREIRA DA SILVA	1874
ARC-02/166/166/1638	FRANCISCO FÉLIX DE SOUZA RIBEIRO	1878
ARC-02/166/166/1639	MANOEL PEIXOTO DA SILVA NETO	1876
ARC-02/166/166/1640	ANTONIO JOSÉ DE SILVEIRA	1880
ARC-02/166/166/1642	QUIRINO VIEIRA TOSTA	1874
ARC-02/166/166/1644	D. TEÓFILA CANDIDA DAS VIRGENS	1856
ARC-02/166/166/1661	JOSÉ ANTONIO DA SILVEIRA	1859
ARC-02/166/166/1873	FRANCISCO JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA	1873
ARC-02/169/169/1629	PRUDENCIA MARIA DO AMOR DIVINO	1856
ARC-02/169/169/1677	MARGARIDA TEIXEIRA ADORNO	1853
ARC-02/169/169/1678	D. ANA RODRIGUES DE ALMEIDA	1860
ARC-02/169/169/1681	FRANCISCO JOSÉ ALVES	1848
ARC-02/169/169/1682	FRANCISCO FRUCTUOSO ALVES	1854
ARC-02/169/169/1683	D. FLORENTINA DO AMOR DIVINO	1859
ARC-02/169/169/1684	D. MARIA JOAQUINA DO AMOR DIVINO	1848
ARC-02/169/169/1685	MARIA LUDOVINA DO AMOR DIVINO	1841
ARC-02/169/169/1687	D. RITA EMÍLIA DO AMOR DIVINO	1863
ARC-02/169/169/1689	D. ROSA MARIA DO AMOR DIVINO	1856
ARC-02/169/169/1690	FRANCISCO PEREIRA DE ARAÚJO	1858
ARC-02/169/169/1693	FRANCISCA MARIA DE ASSIS	1841
ARC-02/169/169/1694	JOÃO DA SILVEIRA AVELAR	1859
ARC-02/170/170/1695	IGNACIO DA SILVA BARBOZA	1854
ARC-02/170/170/1697	MANOEL DA COSTA BERNARDES E MARIA JOAQUINA DE OLIVEIRA	1838
ARC-02/170/170/1698	ALFERES ANTONIO BORGES	1835
ARC-02/170/170/1699	BERNARDINO FERREIRA BORGES	1871
ARC-02/170/170/1700	FELICIANO FERREIRA BORGES	1850
ARC-02/170/170/1703	D. JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO BRANDÃO	1882
ARC-02/170/170/1704	FRANCISCO RODRIGUES DE BRITO	1875
ARC-02/170/170/1705	CAPITÃO ANSELMO JOSÉ DA COSTA CARDOSO	1859
ARC-02/170/170/1706	FÉLIX PINTO CARDOSO	1856
ARC-02/170/170/1708	D. FAUSTINA ANTONIA DE CASTRO CARVALHO	1869
ARC-02/170/170/1710	JOSÉ FERNANDES DE CASTRO	1856
ARC-02/170/170/1712	CRISPIM TOMAS DE CERQUEIRA	1869

ARC-02/170/170/1713/1714	MANOEL JOAQUIM DE CERQUEIRA	1863
ARC-02/170/170/1716	ANTONIO FERREIRA COELHO	1863
ARC-02/170/170/1717	D. ALEXANDRINA MARIA DA CONCEIÇÃO	1867
ARC-02/170/170/1718	ANGELA MARIA DA CONCEIÇÃO	1838
ARC-02/170/170/1727	MARIA BRITES DA CONCEIÇÃO	1838
ARC-02/171/171/1719	D. BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO	1869
ARC-02/171/171/1720	BERNARDINA MARIA DA CONCEIÇÃO	1852
ARC-02/171/171/1721	D. CANDIDA EMILIANA DA CONCEIÇÃO	1866
ARC-02/171/171/1722	D. CLEMENTINA MARIA DA CONCEIÇÃO	1870
ARC-02/171/171/1723	FELICIANA MARIA DA CONCEIÇÃO	1864
ARC-02/171/171/1724	FELIPE NERY DA CONCEIÇÃO	1838
ARC-02/171/171/1726	MARIA ANGÉLICA DA CONCEIÇÃO	1835
ARC-02/171/171/1728	MARIA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO	1838
ARC-02/171/171/1729	MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO	1872
ARC-02/171/171/1731	MARIA ROSA DA CONCEIÇÃO	1862
ARC-02/171/171/1732	PRUDENCIA MARIA DA CONCEIÇÃO	1867
ARC-02/171/171/1733	ANA JOAQUINA DO CORAÇÃO DE JESUS	1864
ARC-02/171/171/1734	ANTONIO GONÇALVES CORTES	1851
ARC-02/172/172/1737	TIMOTEO JOSÉ DA COSTA	1843
ARC-02/172/172/1740	PEDRO FERREIRA DE COUTO	1864
ARC-02/172/172/1742	D. ANA MARTINS CURVELO	1837
ARC-02/172/172/1743	D. TERESA MARIA DAMACENO	1861
ARC-02/172/172/1745	ANTONIO FERNANDES DIAS E D. JUSTINA ANGELICA DE SÃO JOSÉ	1840
ARC-02/172/172/1747	DAVID DIAS NETTO	1878
ARC-02/172/172/1749	MANOEL ANTONIO DA ENCARNAÇÃO	1852
ARC-02/172/172/1750	D. ADRIANA PEREIRA DO ESPÍRITO SANTO	1877
ARC-02/172/172/1753	MIGUEL FERNANDES	1851
ARC-02/172/172/1754	LEOPOLDO FERREIRA	1883
ARC-02/172/172/1755	MANOEL GONÇALVES FIUZA	1872
ARC-02/172/172/1756	D. ANGELICA DE JESUS FONSECA	1872
ARC-02/173/173/1758	CONSTANTINO NEVES DA FONSECA	1861
ARC-02/173/173/1760	ANTONIO NORBERTO DA SILVA FRAGA	1861
ARC-02/173/173/1761	D. AUGUSTA DE OLIVEIRA FRAGA	1868
ARC-02/173/173/1762	JOAQUIM JOSÉ DE FREITAS	1882
ARC-02/173/173/1763	MARIA VITÓRIA DA GLÓRIA	1845
ARC-02/173/173/1764	FRANCISCO PIRES GOMES	1844
ARC-02/173/173/1765	FRANCISCO RODRIGUES GONZAGA	1879
ARC-02/173/173/1768	ANA MARIA DE JESUS	1836
ARC-02/173/173/1769	D. ANGELICA MARIA DE JESUS	1856
ARC-02/173/173/1770	D. CLARA PEREIRA DE JESUS, MANOEL JACINTO DA SILVA E D. TIBURTINA ALVES SAMPAIO CASTRO	1862
ARC-02/173/173/1771	D. INACIA JOAQUINA DE JESUS	1836
ARC-02/174/174/1773	MARIA BENEDICTA DE JESUS	1850
ARC-02/174/174/1778	TERESA MARIA DE JESUS	1860
ARC-02/174/174/1779	D. TERESA MARIA DE JESUS	1869

ARC-02/174/174/1780	JOAQUIM DIAS LARANJEIRA	1852
ARC-02/174/174/1781	FRANCISCO PEREIRA LEITE E D. FRANCISCA ALEXANDRINA DAS CHGAS	1888
ARC-02/174/174/1782	LUÍS DA SILVA LIMA E SIMÔA RIBEIRO DA COSTA	1860
ARC-02/174/174/1783	MARIA ANGÉLICA DE LIMA	1850
ARC-02/174/174/1784	D. MARIA ANGÉLICA DE LIMA	1869
ARC-02/174/174/1785	D. LEOPOLDINA DE OLIVEIRA LISBOA	1885
ARC-02/174/174/1786	D. ANA AUGUSTA DE ALMEIDA LOPES	1882
ARC-02/174/174/1788	D. PATROCÍNIA MARIA DE MAGALHÃES MACHADO	1851
ARC-02/174/174/1789	JOÃO FRANCISCO PINTO DE MAGALHÃES	1840
ARC-02/174/174/1867	ANTONIO PACHECO LOURA	1867
ARC-02/175/175/1790	CAPITÃO MANOEL JOAQUIM RIBEIRO MAGALHÃES	1853
ARC-02/175/175/1792	MANOEL FRANCISCO MARTINS	1842
ARC-02/175/175/1796	D. MARIA FRUCTUOSA DAS MERCÊS	1871
ARC-02/175/175/1797	BELMIRO JOSÉ DA COSTA MOREIRA	1864
ARC-02/175/175/1798	FELICIDADE MUNFORD	1885
ARC-02/175/175/1799	ALEXANDRE MANOEL DO NASCIMENTO	1864
ARC-02/175/175/1800	D. ANA MARIA DO NASCIMENTO	1872
ARC-02/176/176/1801	MANOEL ANTONIO DO NASCIMENTO	1881
ARC-02/176/176/1802	MANOEL JERONIMO DO NASCIMENTO E D. MARIA SEBASTIANA DA SILVA RAMOS	1857
ARC-02/176/176/1803	MANOEL JOAQUIM DO NASCIMENTO	1857
ARC-02/176/176/1804	MANOEL PEREIRA DO NASCIMENTO	1856
ARC-02/176/176/1805	MARIA DO NASCIMENTO	1839
ARC-02/176/176/1806	MANOEL CARNEIRO NEVES	1835
ARC-02/176/176/1807	MAURÍCIA BORGES NOGUEIRA	1838
ARC-02/176/176/1808	D. ANA FRANCISCA DE OLIVEIRA	1868
ARC-02/176/176/1810	ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA	1852
ARC-02/176/176/1811	FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA	1875
ARC-02/176/176/1815	MIGUEL MARQUES DE OLIVEIRA	1868
ARC-02/176/176/1816	PETRONILLA SILVEIRA DE OLIVEIRA	1862
ARC-02/176/176/1817	MANOEL DE ARAÚJO PAMPLONA	1873
ARC-02/176/176/1818	D. ANA TEODORA PAMPONET	1858
ARC-02/176/176/1819	D. MARIA MARCELINA DO PARAÍSO	1864
ARC-02/177/177/1821	BELMIRA DA ROCHA PASSOS E HENRIQUETA DA ROCHA PASSOS	1885
ARC-02/177/177/1824	D. MARIANA DA ROCHA PASSOS	1863
ARC-02/177/177/1825	ANDRÉ AVELINO DA SILVA PEREIRA	1876
ARC-02/177/177/1826	D. JOAQUINA ROSA PEREIRA	1841
ARC-02/177/177/1827	LUCIO JOSÉ PEREIRA	1878
ARC-02/177/177/1828	MARIA SALOMÉ DE PASSOS	1857
ARC-02/177/177/1829	D. MARCOLINA GONÇALVES PEREIRA	1865
ARC-02/177/177/1833	MANOEL THOMAS DOS REIS	1856
ARC-02/177/177/1834	D. MARIA JACINTA REIS	1850
ARC-02/177/177/1836	FRANCISCO DE SOUZA RESENDE	1866
ARC-02/177/177/1837	MARCELINO DE SOUZA RESENDE	1851

ARC-02/177/177/1838	ANTONIO JOSÉ RIBEIRO	1870
ARC-02/177/177/1839	MANOEL GOMES RIBEIRO	1870
ARC-02/177/177/1841	D. ANA FRANCISCA DO SACRAMENTO	1834
ARC-02/178/178/1842	MANOEL PEREIRA DO SACRAMENTO	1835
ARC-02/178/178/1843	MARIA ALEXANDRINA DO SACRAMENTO	1839
ARC-02/178/178/1845	MARIA FRANCISCA DO SACRAMENTO	1847
ARC-02/178/178/1847	FRANCISCO DE SALLES	1835
ARC-02/178/178/1849	ALBERTO RIBEIRO DE SANTANA	1834
ARC-02/178/178/1850	FELIPE NERY DA SILVA	1834
ARC-02/178/178/1851	FRANCISCO JOSÉ DE SANTANA	1852
ARC-02/178/178/1852	FRANCISCO JOAQUIM DE SANTANA E MARIA ANGÉLICA DE JESUS	1863
ARC-02/178/178/1854	MANOEL COELHO DE SANTANA	1862
ARC-02/178/178/1855	MARIA FRANCISCA DE SANTANA	1862
ARC-02/178/178/1856	MARIA THOMASIA DE SANTANA	1862
ARC-02/178/178/1857	D. ANA ROSA DE SANTA CLARA E D. MARIA JOAQUINA DO AMOR DIVINO	1839
ARC-02/178/178/1858	D. ALEXANDRINA DELFINA DE SANTA RITA	1871
ARC-02/179/179/1860	FRANCISCO ALVES DOS SANTOS	1870
ARC-02/179/179/1861	FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS	1860
ARC-02/179/179/1862	MANOEL FLORÊNCIO DOS SANTOS	1856
ARC-02/179/179/1863	MARIA JÚLIA DOS SANTOS	1885
ARC-02/179/179/1864	D. ANA CONSTANÇA DE SÃO JOSÉ	1862
ARC-02/179/179/1868	D. ANA JOAQUINA DE SÃO JOSÉ	1836
ARC-02/179/179/1869	ANA JOAQUINA DE SÃO JOSÉ	1857
ARC-02/179/179/1870	MARIA CAROLINA DE SÃO JOSÉ	1843
ARC-02/179/179/1872	MANOEL JOAQUIM SAPUCAIA	1863
ARC-02/179/179/1874	MANOEL PEREIRA SARDINHA	1850
ARC-02/179/179/1875	D. BERNARDINA MARIA DE SENNA	1875
ARC-02/179/179/1876	D. MARIA CATHARINA E SENNA	1852
ARC-02/179/179/1877	ANGÉLICA FRANCISCA DA SILVA	1835
ARC-02/180/180/1880	MANOEL JOSÉ DA SILVA	1846
ARC-02/180/180/1881	MANOEL PEREIRA DA SILVA	1864
ARC-02/180/180/1882	D. ANA VIRGÍNIA DA FRANÇA SILVEIRA	1880
ARC-02/180/180/1883	LAURIANA JESUINA DA SILVEIRA	1852
ARC-02/180/180/1884	LUIZ ALVES DA SILVEIRA	1881
ARC-02/180/180/1885	BERNARDINA DE SENNA PEREIRA SOARES	1870
ARC-02/180/180/1886	MANOEL JOAQUIM DE SOUZA	1886
ARC-02/180/180/1887	MANOEL DO NASCIMENTO DE SOUZA	1870
ARC-02/180/180/1888	MANOEL APOLINÁRIO DA SILVA TEIXEIRA	1869
ARC-02/180/180/1889	D. ANA MARIA DO NASCIMENTO TOSTA	1878
ARC-02/180/180/1890	D. FRANCISCA GARCIA DO ARAGÃO TOSTA	1885
ARC-02/180/180/1891	FRANCISCO JOSÉ TOSTA	1835
ARC-02/180/180/1892	ANTONIA MARIA DAS VIRGENS	1860
ARC-02/180/180/1893	FRANCISCA MARIA DAS VIRGENS	1875

ARC-02/180/180/1894	D. IGNEZ MARIA DAS VIRGENS	1852
ARC-02/180/180/1896	D. UMBELINA MARIA CLEMENTINA DAS VIRGENS	1851
ARC-02/180/180/1897	D. MIQUELINA MARIA VIRGILINA	1845
ARC-02/181/181/1898	ANA BATISTA DE ALMEIDA	1877
ARC-02/181/181/1899	D. ANA JERONIMA DE SAMPAIO	1861
ARC-02/181/181/1900	ANTONIO PEDREIRA DE ALMEIDA	1880
ARC-02/181/181/1901	FELIPE NERI DE ALMEIDA	1855
ARC-02/181/181/1902	FELIPE NERI DE ALMEIDA E ANA JOAQUINA DE JESUS	1860
ARC-02/181/181/1903	JERONIMO MARQUES DE ALMEIDA	1868
ARC-02/181/181/1904	JOSÉ DO CARMO E ALMEIDA	1861
ARC-02/181/181/1907	D. MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA	1864
ARC-02/181/181/1909	AUGUSTA FLORINDA DO AMOR DIVINO	1880
ARC-02/181/181/1911	JOSÉ ALEXANDRE DE ANDRADE E ANA DE FREITAS	1868
ARC-02/181/181/1912	ROSA MARIA DOS ANJOS	1835
ARC-02/182/182/1913	D. ANA MARCOLINA DE ARAGÃO BASTOS	1868
ARC-02/182/182/1914	D. MARIA DA CONCEIÇÃO BASTOS	1861
ARC-02/182/182/1916	MANOEL JOAQUIM FERREIRA BORGES	1881
ARC-02/182/182/1917	MÁXIMO FERREIRA BORGES	1854
ARC-02/182/182/1918	MANOEL JOSÉ BOTELHO	1860
ARC-02/182/182/1919	MANOEL JOSÉ BOTELHO	1857
ARC-02/182/182/1920	FRANCISCO XAVIER DE BARROS BURY	1867
ARC-02/182/182/1921	REVERENDO MANOEL PEREIRA CALDAS	1862
ARC-02/182/182/1922	D. ANA FRANCISCA DA CAMARA	1848
ARC-02/182/182/1923	INÊS FRANCISCA MARIA DA CAMARA	1842
ARC-02/182/182/1924	JOSÉ DE ALMEIDA CARDOS	1841
ARC-02/182/182/1925	JOÃO DE DEUS CARNEIRO LOPES	1867
ARC-02/182/182/1926	ANSELMO ANTUNES DE CARVALHO	1877
ARC-02/183/183/1927	CLEMENTE EVANGELISTA DOS SANTOS CASTRO	1856
ARC-02/183/183/1928	MANOEL FRUCTUOSO DE CASTRO	1852
ARC-02/183/183/1929	D. ANA JOAQUINA DE CERQUEIRA	1874
ARC-02/183/183/1930	ANTONIO FERREIRA DE CERQUEIRA	1872
ARC-02/183/183/1931	ANTONIO RIBEIRO DE CERQUEIRA	1869
ARC-02/183/183/1932	FRANCISCO FERREIRA DE CERQUEIRA	1868
ARC-02/183/183/1933	MAMEDE FERREIRA DE CERQUEIRA	1851
ARC-02/183/183/1934	SEVERO FERREIRA DE CERQUEIRA E QUITÉRIA MARIA DE JESUS	1868
ARC-02/183/183/1935	FIRMINO FRANCISCO COELHO	1869
ARC-02/183/183/1936	D. ANA FLORINDA DA CONCEIÇÃO	1868
ARC-02/183/183/1937	ANA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO	1850
ARC-02/183/183/1938	D. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO	1873
ARC-02/183/183/1940	LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO	1870
ARC-02/183/183/1942	MARIA IGNACIA DA CONCEIÇÃO E JOAQUIM ANTONIO DOS REIS	1848
ARC-02/183/183/1943	D. MARIA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO	1849
ARC-02/183/183/1944	D. MARIA JOAQUINA BORGES DA	1864

CONCEIÇÃO		
ARC-02/183/183/1945	D. MARIA MADALENA DA CONCEIÇÃO	1866
ARC-02/183/183/1939	DOMINGAS MARIA DA CONCEIÇÃO	1853
ARC-02/184/184/1946	ROSA MARIA	1834
ARC-02/184/184/1947	ROSA MARIA DA CONCEIÇÃO	1842
ARC-02/184/184/1948	ANTONIO GOMES DA COSTA	1874
ARC-02/184/184/1949	FIRMINO JOSÉ DA COSTA	1881
ARC-02/184/184/1950	FRANCISCO ALVES DA COSTA	1857
ARC-02/184/184/1951	ALEXANDRE SILVINO DA CUNHA E LEONOR MARIA DA CUNHA	1850
ARC-02/184/184/1951-B	JOSÉ MARCELINO DA CUNHA	1851
ARC-02/184/184/1952	MANOEL JOAQUIM DE ALMEIDA CUNHA	1855
ARC-02/184/184/1954	D. MARIA FRANCISCA DE ANDRADE DUTRA	1868
ARC-02/184/184/1955	MARIA EMÍLIA	1873
ARC-02/184/184/1957	D. MARIA UMBELINA DA ENCARNAÇÃO	1870
ARC-02/184/184/1958	ANA CAROLINA DO ESPÍRITO SANTO	1856
ARC-02/184/184/1959	D. ANA JOAQUINA DO ESPÍRITO SANTO	1859
ARC-02/185/185/1960-B	ANTONIO JOAQUIM DA COSTA	1861
ARC-02/185/185/1960-B	ANGÉLICA ROSA DO ESPÍRITO SANTO	1864
ARC-02/185/185/1961	MARIA JOAQUINA DO ESPÍRITO SANTO	1838
ARC-02/185/185/1962	MANOEL FELIX	1840
ARC-02/185/185/1964	ARGOLINO JOSÉ FERREIRA	1861
ARC-02/185/185/1965	MANOEL BATISTA FERREIRA	1839
ARC-02/185/185/1966	MATIAS RODRIGUES E QUINTILIANA MARIA DE MIRANDA	1864
ARC-02/185/185/1967	FORTUNATO FERNANDES DA FONSECA E IGNEZ MARIA DA FONSECA	1868
ARC-02/185/185/1968	LUIZ CORREIA DA FRANÇA E ANA MARIA	1853
ARC-02/185/185/1969	JOÃO PEREIRA FRÓES E CLAUDINA DE TAL	1862
ARC-02/185/185/1970	ANA MARIA GALVÃO	1857
ARC-02/185/185/1971	D. ANGELINA MARIA DA GLÓRIA	1865
ARC-02/185/185/1972	ANTONIO LUIZ GONZAGA	1849
ARC-02/185/185/1973	D. ANA FELISMINA DE JESUS	1850
ARC-02/185/185/1974	D. ANA MARCOLINA DE JESUS	1862
ARC-02/185/185/1976	D. ANA MARIA DE JESUS	1869
ARC-02/186/186/1977	D. CUSTÓDIA MARIA DE JESUS	1864
ARC-02/186/186/1979	D. MARIA ANGÉLICA DE JESUS	1868
ARC-02/186/186/1980	MARIA TEODORA DE JESUS	1850
ARC-02/186/186/1981	UMBELINA MARIA DE JESUS	1862
ARC-02/186/186/1984	ROSA ANGELICA DE LIMA	1888
ARC-02/186/186/1985	JOSÉ IGNÁCIO DE MACEDO	1867
ARC-02/186/186/1986	D. FELISMINA MARIA DE MAGALHÃES	1865
ARC-02/186/186/1987	CAPITÃO GERMINO BATISTADE MAGALHÃES	1885
ARC-02/186/186/1989	GUSTAVO BATISTA DE MAGALHÃES	1864
ARC-02/186/186/1990	ANTONIO JOAQUIM MAIA	1863
ARC-02/186/186/1992	JOSEFINA MARIA DE MENEZES	1868

ARC-02/186/186/1993	ANA JOAQUINA DO SACRAMENTO	1841
ARC-02/186/186/1995	FRANCISCO ANTONIO DO NASCIMENTO	1879
ARC-02/186/186/1996	MANOEL JOSÉ DO NASCIMENTO E D. ANTONIA CAETANA DO NASCIMENTO	1856
ARC-02/187/187/1998	D. MARIA ANGÉLICA DO NASCIMENTO	1867
ARC-02/187/187/1999	ANTONIO ALXENADRINODE OLIVEIRA	1852
ARC-02/187/187/2000	CIPRIANO JOSÉ DE OLIVEIRA	1859
ARC-02/187/187/2001	ALFERES DIONÍSIO JOSÉ DE OLIVEIRA	1856
ARC-02/187/187/2002	LEOCÁDIO FRANCISCO DE OLIVEIRA	1880
ARC-02/187/187/2004	PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA	1870
ARC-02/187/187/2006	ANTONIO GOMES PEIXOTO	1854
ARC-02/187/187/2009	PEDRO MANOEL DE CERQUEIRA PEIXOTO	1871
ARC-02/187/187/2010	DOMINGOS FERREIRA DA PIEDADE	1869
ARC-02/187/187/2011	D. FLORÊNCIA DA SILVA PINHEIRO	1860
ARC-02/187/187/2012	D. CÓRDULA JOAQUINA DE QUEIRÓS	1855
ARC-02/187/187/2014	MARIA ANGELICA BORGES DE QUEIRÓS	1881
ARC-02/187/187/2015	D. MARIA BONA DE QUEIRÓS	1859
ARC-02/187/187/2016	JOSÉ LOPES RAMOS	1837
ARC-02/187/187/2018	FRANCISCO DIAS REBOUÇAS	1859
ARC-02/187/187/2019	BERNARDINO GOMES RIBEIRO	1878
ARC-02/187/187/2020	MARCELINO JOSÉ RIBEIRO	1864
ARC-02/188/188/2022	D. ANA JOAQUINA DA ROCHA	1880
ARC-02/188/188/2023	D. ANA JOAQUINA RIBEIRO ROCHA	1853
ARC-02/188/188/2024	ANA LUIZA DO SACRAMENTO	1843
ARC-02/188/188/2025	ANA ROSA	1850
ARC-02/188/188/2026	D. ANA ROSA DO SACRAMENTO	1853
ARC-02/188/188/2027	D. FELICIANA ROSA DO SACRAMENTO	1869
ARC-02/188/188/2028	D. FIDELINA MARIA DO SACRAMENTO	1862
ARC-02/188/188/2029	D. FLORÊNCIA ANGÉLICA DO SACRAMENTO	1858
ARC-02/188/188/2030	D. FRANCISCA MARIA DO SACRAMENTO	1861
ARC-02/188/188/2032	JOANA ANTONIA DO SACRAMENTO	1847
ARC-02/188/188/2033	D. ANA CRISTINA DE JESUS SAMPAIO	1869
ARC-02/188/188/2034	MARIA ANTONIA SAMPAIO	1862
ARC-02/188/188/2036	ANTONIO FIRMINO SAMPAIO	1887
ARC-02/188/188/2038	FRANCISCO DE SALLES SAMPAIO	1853
ARC-02/188/188/2039	D. MARIA CLEMENTINA SAMPAIO	1874
ARC-02/188/188/2040	SAGERNTO-MOR PLÁCIDO JOSÉ DE NOVAIS E ALBUQUERQUE E MARIA RAIMUNDA DE NOVAIS E ALBUQUERQUE	1857
ARC-02/189/189/2041	RITA FLORINDA SAMPAIO	1843
ARC-02/189/189/2042	JOSÉ JOAQUIM DE SANTANA E MARIA NAGÉLICA DE JESUS	1868
ARC-02/189/189/2043	LUÍS JOSÉ DE SANTANA	1884
ARC-02/189/189/2044	MARIA JOAQUINA DE SANTANA	1848
ARC-02/189/189/2045	D. ANTONIA MARIA DE JESUS E PEDRO JOSÉ DE SANTANA	1866
ARC-02/189/189/2047	MANOEL DOMINGUES DOS SANTOS	1849
ARC-02/189/189/2048	MANOEL RIBEIRO DOS SANTOS	1864

ARC-02/189/189/2049	PEDRO GONÇALVES DOS SANTOS	1835
ARC-02/189/189/2050	D. ANA FRANCISCA DE SÃO JOSÉ	1858
ARC-02/189/189/2051	CAPITÃO FRANCISCO ELOY DA SILVA	1883
ARC-02/189/189/2054	D. UMBELINA DO NASCIMENTO BRAGA ELOY	1867
ARC-02/189/189/2055	D. FRANCISCA BALBINA DA SOLEDADE	1869
ARC-02/189/189/2057	ANTONIO GONÇALVES DE SOUZA	1847
ARC-02/189/189/2059	MANOEL RIBEIRO DE SOUSA	1838
ARC-02/189/189/2060	BERNARDINA MARIA TEIXEIRA	1860
ARC-02/189/189/2061	FRANCISCO RODRIGUES DA COSTA VELAME	1879
ARC-02/189/189/2062	TENENTE ANTONIO VIEIRA NETO	1874
ARC-02/189/189/2063	FELIPE DE SOUZA VIEIRA E MARIA JOAQUINA DA PURIFICAÇÃO	1882
ARC-02/189/189/2064	URSULA MARIA DAS VIRGENS	1845
ARC-02/191/191/2069	ANDRÉ FERREIRA DE ALMEIDA	1875
ARC-02/191/191/2071	MARIA JOAQUINA DE ALMEIDA E ANA JOAQUINA DE ALMEIDA	1876
ARC-02/191/191/2072	PEDRO DA COSTA E ALMEIDA	1866
ARC-02/191/191/2074	D. MARIA JOAQUINA DO AMOR DIVINO	1859
ARC-02/191/191/2075	INOCÊNCIO SERAFIM DOS ANJOS	1856
ARC-02/191/191/2077	JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO	1856
ARC-02/191/191/2078	MARCOLINO AUGUSTO DE AZEVEDO	1887
ARC-02/191/191/2079	VICÊNCIA MARIA BARBOSA	1874
ARC-02/191/191/2080	FRANCISCO ALVES BARREIROS	1871
ARC-02/191/191/2082	PAULO ALVES BARREIROS	1851
ARC-02/191/191/2085	ANTONIO JORGE BITENCOURT E D. ROMANA GOMES DO ESPÍRITO SANTO	1856
ARC-02/192/192/2083	JOÃO RODRIGUES BRANDÃO	1887
ARC-02/192/192/2086	ANTONIO FELIPE DA SILVA BORACICA	1861
ARC-02/192/192/2087	D. RITA MARIA DE SÃO BORGES	1883
ARC-02/192/192/2089	LUIZ FERREIRA BRANDÃO E ANA GERTRUDES DA CONCEIÇÃO	1877
ARC-02/192/192/2090	JOSÉ PEDRO VIEIRA DE BRITO	1866
ARC-02/192/192/2091	D. MARIA UMBELINA DE OLIVEIRA CAJAZEIRA	1881
ARC-02/192/192/2092	D. MARIA CAROLINA DE CARVALHO	1863
ARC-02/192/192/2093	D. MARIA MADALENA DA PUREZA CARVALHO	1873
ARC-02/192/192/2095	MARIA FRANCISCA DE CERQUEIRA	1879
ARC-02/192/192/2097	D. ALEXANDRINA MARIA DA CONCEIÇÃO	1855
ARC-02/192/192/2098	D. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO	1857
ARC-02/192/192/2099	D. CLEMENCIA MARIA DA CONCEIÇÃO	1857
ARC-02/192/192/2100	DELFINA MARIA DA CONCEIÇÃO	1878
ARC-02/192/192/2101	MANOEL JOSÉ DA CONCEIÇÃO E MARIA DA CONCEIÇÃO	1853
ARC-02/192/192/2102	MANOEL SOARES DA CONCEIÇÃO	1886
ARC-02/193/193/2103	MARIA DAS VIRGENS DA CONCEIÇÃO	1888
ARC-02/193/193/2104	ANTONIO CERQUEIRA DA COSTA	1871
ARC-02/193/193/2105	CAPITÃO ANTONIO LUIZ DA COSTA	1858

ARC-02/193/193/2106	GONÇALO DIAS DO CANTO	1883
ARC-02/193/193/2107	ALEXANDRINA RODRIGUES DA CRUZ	1888
ARC-02/193/193/2108	ALVINO DIAS DA CRUZ	1862
ARC-02/193/193/2109	MANOEL DIAS DA CRUZ	1879
ARC-02/193/193/2110	VICTOR FERREIRA DA CRUZ	1882
ARC-02/193/193/2111	FRANCISCO JOSÉ DIAS	1882
ARC-02/193/193/2113	D. ANTONIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO	1869
ARC-02/193/193/2114	D. ISABEL MARIA DO ESPÍRITO SANTO	1862
ARC-02/193/193/2115	D. MARIA FRANCISCA DO ESPÍRITO SANTO	1858
ARC-02/193/193/2116	CRISTOVÃO FRANCISCO DO ESQUIVEL	1858
ARC-02/193/193/2117	D. BELMIRA MARIA ESTRELA	1879
ARC-02/193/193/2118	D. CANDIDA DE JESUS ESTRELA	1858
ARC-02/193/193/2120	ANA FRANCISCA E JOSÉ DIAS DE CERQUEIRA SALOMÃO	1873
ARC-02/193/193/2121	ANTONIO JOAQUIM DE FREITAS	1871
ARC-02/193/193/2122	ANTONIO FERREIRA DA SILVA GOMES	1866
ARC-02/193/193/2123	VICENTE FERREIRA GOMES	1884
ARC-02/194/194/2124	D. ALEXANDRINA MARIA DA GRAÇA	1863
ARC-02/194/194/2125	ALEXANDRINA MARIA DE JESUS E MANOEL JOSÉ PEREIRA	1879
ARC-02/194/194/2126	D. ANA FRANCISCA DE JESUS	1857
ARC-02/194/194/2127	D. ANA JOAQUINA DE JESUS	1868
ARC-02/194/194/2129	MARIA ANGÉLICA DE JESUS	1849
ARC-02/194/194/2130	MARIA FRANCELINA DE JESUS	1886
ARC-02/194/194/2132	D. MARIA FRANCISCA DE JESUS	1881
ARC-02/194/194/2133	MARIA MALAQUIAS DE JESUS	1868
ARC-02/194/194/2134	MARIA RITA DE JESUS	1856
ARC-02/194/194/2135	LUIZ JOSÉ LIMA	1846
ARC-02/194/194/2136	MANOEL BERNARDINO DE LIMA	1858
ARC-02/194/194/2137	ALEXANDRE DE OLIVEIRA LOMBA	1867
ARC-02/194/194/2138	MANOEL MARCELINO LOPES	1859
ARC-02/194/194/2139	AUGUSTO GOMES MACHADO	1882
ARC-02/194/194/2140	FRANCISCO GOMES MACHADO	1867
ARC-02/194/194/2141	ANTONIA MARIA	1856
ARC-02/194/194/2142	IGNACIO DE FIGUEIREDO MASCARENHAS	1856
ARC-02/194/194/2144	MANOEL GARCIA MASCARENHAS	1863
ARC-02/195/195/2148	D. INACIA MARIA DO NASCIMENTO	1862
ARC-02/195/195/2149	D. UMBELINA MARIA DO NASCIMENTO	1875
ARC-02/195/195/2150	D. ANA JOAQUINA DE SÃO JOSÉ E OLIVEIRA	1855
ARC-02/195/195/2151	D. ANA JOAQUINA DE OLIVEIRA	1869
ARC-02/195/195/2152	D. ANTONIA MARIA DE OLIVEIRA E JOSÉ PEREIRA DA SILVA E AZEVEDO	1843
ARC-02/195/195/2153	BELIZÁRIO GONÇALVES DE OLIVEIRA	1869
ARC-02/195/195/2154	LUÍS GONÇALVES DE OLIVEIRA	1853
ARC-02/195/195/2156	D. ANTONMIA MARIA DA PAIXÃO	1857
ARC-02/195/195/2157	MANOEL JACINTO PEREIRA	1870

ARC-02/195/195/2158	D. FLORINDA SIMPLÍCIO DE CERQUEIRA	1870
ARC-02/195/195/2159	BERNARDINO DE SENA PINTO	1874
ARC-02/195/195/2161	D. CAROLINA RICARDA DA PUREZA	1877
ARC-02/195/195/2162	D. ARIA MADALENA DE QUEIRÓS	1862
ARC-02/195/195/2163	JOÃO CANDIDO RODRIGUES	1870
ARC-02/195/195/2164	JOANA MARIA DO ROSÁRIO	1886
ARC-02/196/196/2167	DOMINGOS DIAS SALOMÃO E D. MARIA JOANA DE JESUS	1887
ARC-02/196/196/2169	MANOEL BORGES SAMPAIO	1885
ARC-02/196/196/2170	FRANCISCO TEIXEIRA SANTANA	1882
ARC-02/196/196/2171	MANOEL JOAQUIM DE SANTANA	1877
ARC-02/196/196/2172	MARTINO JOSÉ DE SANTANA	1856
ARC-02/196/196/2173	D. ANTONIA FELIPA DE SANTIAGO	1862
ARC-02/196/196/2174	ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS	1869
ARC-02/196/196/2175	LOURENÇO TAVARES DOS SANTOS	1887
ARC-02/196/196/2176	MARCELINO TAVARES DOS SANTOS	1888
ARC-02/196/196/2177	D. ANA JOAQUINA DE SÃO JOSÉ	1854
ARC-02/196/196/2179	D. HERMILA MARIA DE ALMEIDA SERRA	1877
ARC-02/196/196/2180	MANOEL FERNANDES SERRA	1848
ARC-02/196/196/2181	CAPITÃO VITOR FERNANDES DE ALMEIDA	1872
ARC-02/197/197/2182	ANTONIO FERNANDES DA SILVA	1871
ARC-02/197/197/2183	JOSÉ FERNANDES DA SILVA	1871
ARC-02/197/197/2184	MANOEL GOMES DA SILVA	1884
ARC-02/197/197/2186	MANOEL RODRIGUES DA SILVA	1847
ARC-02/197/197/2187	D. ANA RITA DE SOUZA	1855
ARC-02/197/197/2188	INÁCIO ALVARES DE SOUZA	1837
ARC-02/197/197/2189	MARIA JOANA DE SOUZA	1875
ARC-02/197/197/2191	D. GUILHERMINA VITORINA DA TRINDADE	1877
ARC-02/197/197/2192	D. CARLOTA AUGUSTA VIEIRA	1885
ARC-02/198/198/2193	JOSÉ SEBASTIÃO PEREIRA ADORNO	1854
ARC-02/198/198/2194	LUIZ ALVES ADORNO	1862
ARC-02/198/198/2195	ALVINO IZAIAS DA COSTA E ALMEIDA	1877
ARC-02/198/198/2196	ANTONIO LOURENÇO DE ALMEIDA	1856
ARC-02/198/198/2198	EGÍDIO LOPES DE ALMEIDA	1868
ARC-02/198/198/2199	FRANCISCA ALVES DE ALMEIDA	1882
ARC-02/198/198/2200	JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA	1854
ARC-02/198/198/2202	MANOEL PEREIRA DE ALMEIDA	1862
ARC-02/198/198/2203	MANOEL RODRIGUES DE ALMEIDA	1864
ARC-02/198/198/2205	ANA FRANCISCA DE JESUS AMADO	1846
ARC-02/198/198/2206	ANA JOAQUINA DO AMOR DIVINO	1856
ARC-02/198/198/2207	ANA JOAQUINA DO AMOR DIVINO	1858
ARC-02/198/198/2208	ANA FRANCISCA DO AMOR DIVINO	1855
ARC-02/198/198/2209	MARIA CAROLINA DO AMOR DIVINO	1862
ARC-02/198/198/2210	MARIA RITA DO AMOR DIVINO	1858
ARC-02/199/199/2212	D. MARIA DOS ANJOS	1867

ARC-02/199/199/2214	D. MARIA JOSEFA DA ANUNCIACÃO	1860
ARC-02/199/199/2215	ANTONIO FERREIRA DE ARAÚJO	1855
ARC-02/199/199/2217	D. FRANCISCA JOAQUINA DE ARAÚJO	1858
ARC-02/199/199/2218	D. MARIA FRANCISCA DE ARAÚJO	1875
ARC-02/199/199/2219	JOAQUIM MACHADO BARBALHO	1839
ARC-02/199/199/2221	MARIA FRANCISCA DO BOM CONSELHO	1835
ARC-02/199/199/2222	D. ANA JOAQUINA DE OLIVEIRA BORGES	1861
ARC-02/199/199/2223	D. MATILDES AVELINA BORGES	1864
ARC-02/199/199/2224	D. MARIA FRANCISCA DE BORJA E D. RITA AVELINA DE JESUS	1858
ARC-02/199/199/2226	ALTANAZIO FERREIRA DE BRITO	1841
ARC-02/199/199/2227	JOÃO FERREIRA DE BRITO	1847
ARC-02/199/199/2228	VENCESLAU FERREIRA DE BRITO	1842
ARC-02/199/199/2229	INES RIBEIRO CARAPIÁ	1855
ARC-02/199/199/2230	MARIA MADALENA DO CARMO	1846
ARC-02/199/199/2231	ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO	1850
ARC-02/200/200/2232	ANTONIO MANOEL DE CARVALHO	1864
ARC-02/200/200/2233	MANOEL FERREIRA DE CARVALHO	1861
ARC-02/200/200/2235	MANOEL VICENTE DE CARVALHO E MARIA DESIDÉRIA DO ESPÍRITO SANTO	1875
ARC-02/200/200/2236	MAURÍCIO FERREIRA DE CARVALHO	1873
ARC-02/200/200/2237	ANGELO ALVES DE CASTRO	1873
ARC-02/200/200/2238	D. AMAZÍLIA CLARA DE CERQUEIRA	1879
ARC-02/200/200/2239	D. ANA FLORENTINA PEDREIRA DE CERQUEIRA	1856
ARC-02/200/200/2240	ANA JOAQUINA DE CERQUEIRA	1843
ARC-02/200/200/2242	D. ANTONIA DAS DORES DE CERQUEIRA	1862
ARC-02/200/200/2244	D. LUIZA PIRES DE CARVALHO	1857
ARC-02/200/200/2247	MANOEL PEDREIRA DE CERQUEIRA	1842
ARC-02/200/200/2248	MANOE PEREIRA DE CERQUEIRA	1847
ARC-02/201/201/2249	D. MARIA CLEMENTINA DE CERQUEIRA	1870
ARC-02/201/201/2250	MARIA LUIZA DE CERQUEIRA	1871
ARC-02/201/201/2251	D. MIQUELINA DE CERQUEIRA LIMA	1857
ARC-02/201/201/2253	D. ANA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO	1862
ARC-02/201/201/2254	ANA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO	1881
ARC-02/201/201/2255	D. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO	1862
ARC-02/201/201/2257	D. ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO	1861
ARC-02/201/201/2258	ELEUTÉRIA ALEXANDRINA DA CONCEIÇÃO E JOSÉ MANOEL PEREIRA DE SOUZA	1853
ARC-02/201/201/2259	D. ISABEL MARIA DA CONCEIÇÃO	1866
ARC-02/201/201/2260	D. MARIA CAROLINA DA CONCEIÇÃO	1857
ARC-02/201/201/2261	MARIA FLORIANA DA CONCEIÇÃO	1869
ARC-02/202/202/2262	LUÍS ALVES DA COSTA E JOANA BATISTA	1857
ARC-02/202/202/2263	MARCOS PEREIRA DA COSTA	1839
ARC-02/202/202/2264	MARIANO FERREIRA DA COSTA	1879
ARC-02/202/202/2294	MANOEL BORGES FALCÃO	1854
ARC-02/203/203/2271	ANTONIO DIAS DA CRUZ	1884

ARC-02/203/203/2274	ANTONIO JOAQUIM DA CUNHA	1858
ARC-02/203/203/2276	ANTONIO FIDELIS MOREIRA DALTRO	1870
ARC-02/204/204/2278	MANOEL DE SOUZA DIAS	1853
ARC-02/204/204/2279	MARIA CAROLINA DA ENCARNAÇÃO	1844
ARC-02/204/204/2280	D. ANA BERNARDINA DO ESPÍRITO SANTO	1846
ARC-02/204/204/2281	D. ANA JOAQUINA DO ESPÍRITO SANTO	1857
ARC-02/204/204/2282	D. ANA MARIA DO ESPÍRITO SANTO	1856
ARC-02/204/204/2283	D. ANA MARIA DO ESPÍRITO SANTO	1868
ARC-02/204/204/2284	ANGÉLICA MARIA DO ESPÍRITO SANTO	1841
ARC-02/204/204/2286	D. ANTONIA BERNARDINA DO ESPÍRITO SANTO	1843
ARC-02/204/204/2286	D. ANTONIA FRANCISCA DO ESPÍRITO SANTO	1856
ARC-02/204/204/2288	BERNARDINA MARIA DO ESPÍRITO SANTO	1835
ARC-02/204/204/2289	D. MARIA ALEXANDRINA DO ESPÍRITO SANTO	1856
ARC-02/204/204/2290	D. MARIA ANGÉLICA DO ESPÍRITO SANTO	1848
ARC-02/204/204/2291	D. PAULA MARIA DO ESPÍRITO SANTO	1875
ARC-02/205/205/2292	ANTONIO BORGES FALCÃO	1848
ARC-02/205/205/2294	JOSÉ BORGES FALCÃO	1879
ARC-02/205/205/2296	JOSÉ ALVES FERREIRA	1872
ARC-02/205/205/2297	MANOEL MARTINS DA FONSECA	1848
ARC-02/217/217/2468	MANOEL MARTINS SOUTO	1856
ARC-02/217/217/2471	ANTONIO JOAQUIM CORREIA DA SILVEIRA E SOUZA	1874
ARC-02/217/217/2473	EVARISTO PEREIRA DE SOUZA	1851
ARC-02/217/217/2474	FRANCISCO DE ARAGÃO E SOUZA	1848
ARC-02/217/217/2475	CAPITÃO FRANCISCO CAETANO DA SILVEIRA E SOUZA	1838
ARC-02/217/217/2475B	D. ANA JOAQUINA DO SACRAMENTO	1835
ARC-02/217/217/2476	JOSÉ ZACARIAS DE SOUZA	1873
ARC-02/217/217/2477	MARIA MADALENA DE JESUS E MANOEL CLAUDINO DE SOUZA	1843
ARC-02/222/222/2512	D. MARIA DA PUREZA ALVARES	1881
ARC-02/222/222/2513	CLEMENTE JOSÉ ALVES E ANA MARIA DE JESUS	1863
ARC-02/222/222/2514	D. ANA CAROLINA DO AMOR DIVINO	1858
ARC-02/222/222/2515	D. FRANCELINA DO AMOR DIVINO	1862
ARC-02/222/222/2516	D. MARIA JOAQUINA DO AMOR DIVINO	1877
ARC-02/222/222/2518	FELIPE GOMES DE ARAGÃO	1860
ARC-02/222/222/2519	FRANCISCO BENIGNO DE AZEVEDO	1866
ARC-02/222/222/2520	ESTEVIÃO FERNANDES BARBOSA	1878
ARC-02/222/222/2521	FLORENTINO JOSÉ BARBOSA	1881
ARC-02/222/222/2522	D. ANTONIA DE CERQUEIRA BASTOS	1874
ARC-02/222/222/2523	FRANCISCO ANTONIO BASTOS	1865
ARC-02/222/222/2524	MANOEL FERREIRA BASTOS	1881
ARC-02/222/222/2525	MARIA MADALENA BASTOS	1841
ARC-02/222/222/2527	ANTONIO DIAS DO CANTO BICO	1874
ARC-02/223/223/2529	ANTONIO ALVES BRANDÃO	1870

ARC-02/223/223/2533	JOAQUIM GOMES DA CONCEIÇÃO	1882
ARC-02/223/223/2534	MARIA ISABEL DA CONCEIÇÃO	1882
ARC-02/223/223/2535	D. MARIA JUSTINA DA CONCEIÇÃO	1860
ARC-02/223/223/2537	MANOEL FERREIRA DA COSTA	1878
ARC-02/223/223/2538	MIGUEL MOREIRA DA COSTA	1848
ARC-02/223/223/2540	ANTONIO TEIXEIRA DA CRUZ	1839
ARC-02/223/223/2541	ESTEVÃO VIEIRA DA CRUZ	1870
ARC-02/224/224/2543	ANTONIO LONGUINHO GOMES	1858
ARC-02/224/224/2544	MANOEL ALVES DA GUERRA	1861
ARC-02/224/224/2547	ANA MARIA DE JESUS	1851
ARC-02/224/224/2548	ANTONIA MARIA DE JESUS	1846
ARC-02/224/224/2549	D. CONSTANÇA MARIA DE JESUS	1862
ARC-02/224/224/2550	FLORINDA MARIA DE JESUS	1862
ARC-02/224/224/2551	D. FLORENTINA MARIA DE JESUS	1871
ARC-02/224/224/2552	D. FRANCISCA MARIA DE JESUS	1875
ARC-02/224/224/2553	LOURENÇA MARIA DE JESUS	1859
ARC-02/224/224/2554	MARIA ANGÉLICA DE JESUS	1858
ARC-02/224/224/2555	D. MARIA ANGÉLICA DE JESUS	1869
ARC-02/224/224/2556	MARIA ANTONIA DE JESUS	1842
ARC-02/224/224/2557	MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS	1834
ARC-02/224/224/2558	D. MARIA GUILHERMINA DE JESUS	1866
ARC-02/224/224/2559	MARIA JOAQUINA DE JESUS	1858
ARC-02/224/224/2560	MONICA MARIA DE JESUS	1879
ARC-02/224/224/2561	D. ANA JOAQUINA DE ARAÚJO LAGO	1878
ARC-02/224/224/2562	D. ANA MARIA DO LAGO	1879
ARC-02/224/224/2563	D. ROSA ANGÉLICA DO LAGO	1846
ARC-02/224/224/2564	D. UMBELINA TEIXEIRA DE BRITO LEAL	1888
ARC-02/224/224/2565	FRANCISCO JOSÉ LEITE	1881
ARC-02/224/224/2566	MANOEL FÉLIX LEITE	1881
ARC-02108/108/1049	D. UMBELINA MARIA DE OLIVEIRA E ALMEIDA	1867
ARC-02172/172/1752	D. MARIA LEOPOLDINA FERNANDES	1860
ARC-02186/186/1978	IGNACIA MARIA DE JESUS	1847
ARC-02186/186/1982	MANOEL BARBOSA LEAL E D. MARIA ROSA DE SÃO PATRÍCIO	1859
ARC-02186/186/1991	D. ANA MARIA DA APRESENTAÇÃO MELO E D. ALEXANDRINA DA APRESENTAÇÃO MELO	1853
ARC-195/195/2160	ANTONIO DOMINGOS DO PRADO	1844